

Marcilaine Soares Inácio

**EDUCAÇÃO E POLÍTICA EM
MINAS GERAIS: O CASO DAS
SOCIEDADES POLÍTICAS,
LITERÁRIAS E FILANTRÓPICAS
1831/1840.**

Minas Gerais/2010

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO CONHECIMENTO E INCLUSÃO
SOCIAL EM EDUCAÇÃO**

**EDUCAÇÃO E POLÍTICA EM MINAS GERAIS: O
CASO DAS SOCIEDADES POLÍTICAS, LITERÁRIAS
E FILANTRÓPICAS 1831/1840.**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação Conhecimento e Inclusão como requisito parcial para a obtenção do título de doutora em educação.

Orientador: Luciano Mendes de Faria Filho

Minas Gerais/2010

Apresentada em 21 de maio de 2010 e aprovada pela banca examinadora
constituída por:

Prof. Dr. Luciano Mendes de Faria Filho - Orientador
Universidade Federal de Minas Gerais

Profa. Dra. Ana Maria de Oliveira Galvão
Universidade Federal de Minas Gerais

Prof. Dr. José Gonçalves Gondra
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Luiz Carlos Villalta
Universidade Federal de Minas Gerais

Profa. Dra. Marcília Rosa Periotto
Universidade Estadual de Maringá

Rosana Areal
Universidade Federal de Ouro Preto

Thais Nívia de Lima e Fonseca
Universidade Federal de Minas Gerais

SUMÁRIO

Introdução	9
Capítulo 1 “Uniformisar o espirito publico e conservar a boa ordem”: associações e a construção do Estado	29
1.1 Tradições e modernidades: as sociabilidades mineiras no período regencial em Minas Gerais	34
1.1.1 Caridade e filantropia: sociabilidades religiosas e laicas	34
1.1.2 A constituição da esfera pública de poder e as novas formas de sociabilidade	38
1.2 Sociabilidades públicas e secretas na tessitura dos espaços públicos.....	40
1.3 O movimento associativo das Regências.....	50
1.3.1 Ordem, constituição e legalidade.....	58
Capítulo 2 “Os Socios se considerão amplamente remunerados com a honra de servir ao seu Paiz”: os sujeitos do movimento associativo mineiro.....	72
2.1 Prosopografia e micro-história: limites e possibilidades na investigação da trajetória de pequenos grupos.....	76
2.2 “Cada qual procurava tomar uma parte mui activa nos negocios da Pátria”: trajetórias individuais.....	82
2.3 “Estreitão [se] os laços entre os Cidadãos, e são estes chamados a trabalhar a bem da Pátria”: o perfil coletivo dos sujeitos do movimento associativo mineiro.....	91
2.3.1 Geração, origem social e formação escolar.....	91
2.3.2 Sociabilidades: espaços, formas e rede.....	102
2.3.2.1 As Câmaras municipais.....	103
2.3.2.2 Conselho Geral da Província.....	111
2.3.2.3 O jornal <i>O Universal</i>	118
2.3.2.4 A Sociedade Literária, as livrarias e os laços de amizade e parentesco	123
Capítulo 3 “Uniformizar os sentimentos dos Cidadãos de cada lugar e faze-los tomar uma parte ativa nos negócios do Estado”: o movimento associativo mineiro.....	128
3.1 “Debaixo das vistas de uma illustrada Regência”: a estrutura de oportunidades políticas	132

3.2 “Outro Estado no Estado”: o movimento associativo mineiro e o aprendizado político.....	133
3.3 “Nestas pequenas reuniões o homem aprende a desenvolver sua razão a conhecer e defender os interesses do seu Paiz”: os objetivos das associações	142
3.4 “O jornalismo vai ser augmentado na nossa Provincia”: a expansão da imprensa periódica.....	146
3.4.1 Aspectos tipográficos e materiais dos jornais.....	151
3.4.2 O conteúdo e a composição dos jornais.....	154
3.5 “Oferecendo a todas as classes esse tesouro de conhecimentos úteis”: A Biblioteca Pública da Imperial Cidade do Ouro Preto.....	164
3.6 “Cidadãos animados pelo verdadeiro bem da Pátria e desejosos de manifestarem o público regozijo”: as festas cívicas e os espetáculos teatrais no contexto do movimento associativo.....	169
Capítulo 4 “Grande numero de cidadãos amigos dos progressos da Instrução Pública e dos progressos de seu país”: a educação, a instrução e a escolarização no movimento associativo mineiro.....	180
4.1 “A instrucção faz sábios; mas só a educação moral faz cidadãos”.....	182
4.2 “O progresso da civilização anda a par da obediência legal”.....	186
4.3 “Espalhar as luzes, e consolidar o sistema Monarquico Representativo”: a imprensa e o projeto político cultural da Sociedade Promotora da Instrução Pública.....	189
4.4 “Espancando-se a ignorancia dos povos”: a escolarização e as associações mineiras.....	198
4.4.1 A dimensão escolar da instrução pública e associações mineiras.....	200
4.4.2 O financiamento particular da instrução pública.....	210
4.4.3. As representações de escolarização no <i>Jornal da Sociedade Promotora da Instrução Pública</i>	217
Considerações finais	230
Referências bibliográficas	238
Anexos	263

Lista de quadros

Quadro 1: Jornais vinculados às associações mineiras.....	151
Quadro 2 Edições do <i>Jornal da Sociedade Promotora da Instrução Pública</i> de Ouro Preto.....	152
Quadro 3: Incidência de gêneros textuais e conteúdos no <i>Jornal da Sociedade Promotora da Instrução Pública</i>	155
Quadro 4: Jornais que tiveram trechos transcritos e publicados pelo <i>Jornal da Sociedade Promotora da Instrução Pública</i>	160

Lista de gráficos

GRÁFICO 1: Evolução do movimento associativo mineiro no período regencial.....	53
GRÁFICO 2: Jornais publicados em Minas Gerais entre 1828 e 1840.....	147
GRÁFICO 3: Jornais e associações mineiras (1831 e 1840)	150

RESUMO

O objeto desta pesquisa é a relação entre política e educação em Minas Gerais tal como ela é percebida e desenvolvida pelas sociedades políticas, literárias e filantrópicas no período regencial (1831-1840). A multiplicação desses espaços de sociabilidade relaciona-se a dois fenômenos complementares, porém distintos: a difusão do Iluminismo e a configuração de uma esfera pública de poder. A partir de 1831, as agremiações foram mobilizadas pelos liberais moderados, mineiros e brasileiros, tanto para garantir a ordem, a legalidade e o respeito à Constituição quanto para conseguir a adesão ao projeto liberal moderado de Brasil. O engajamento de tais sujeitos no movimento associativo resultou de suas sensibilidades ideológicas e culturais, bem como de encontros anteriores em outros espaços de sociabilidade, tais como as Câmaras Municipais, o Conselho Geral da Província e o jornal *O Universal*. As associações constituíram-se em importantes espaços de aprendizado político e de formulação e execução de diagnósticos, bem como de projetos individuais e coletivos, que mantiveram uma relação muito próxima com a Constituição do Estado da Nação brasileira. A dinâmica de funcionamento das agremiações e a efetivação de seus projetos político-culturais, entendidos como projetos educativos, apoiaram-se nas bibliotecas, nas festas, nos espetáculos teatrais, na imprensa e na escola. Dentre esses meios mobilizados na execução dos projetos, destacam-se o *Jornal da Sociedade Promotora da Instrução Pública*, de Ouro Preto, e a escolarização, que contribuíram ao mesmo tempo para a difusão da *Luzes* e para a consolidação da monárquica constitucional representativa.

Palavras-chave: História da Educação; século XIX; instrução pública, sociabilidades.

RESUME

L'objet de cette recherche est la relation établie entre la politique et l'éducation au Minas Gerais en tenant en compte la façon dont elle est perçue et développée par les sociétés politiques, littéraires et philanthropiques dans la période de la régence (1831-1840). La multiplication de ces espaces de sociabilité est en rapport avec deux phénomènes complémentaires, mais pour autant différents: la diffusion des Lumières et la configuration d'une sphère publique de pouvoir. À partir de 1831 les associations ont été mobilisées par les libéraux modérés, "mineiros" et brésiliens, pour l'assurance de l'ordre, la légalité et le respect à la Constitution aussi bien que pour l'adhésion au projet libéral modéré de Brésil. L'engagement de tels sujets au mouvement associatif a été le résultat de leurs sensibilités idéologiques et culturelles aussi bien que des rencontres précédentes dans d'autres espaces de sociabilités tels que les Chambres Municipales, le *Conselho Geral da Província* et le journal *O Universal*. Les associations se sont constituées comme des importantes espaces d'apprentissage politique et de la formulation et exécution de diagnostics, ainsi que de projets individuelles et collectifs qui ont conservé une relation bien proche de la Constitution de l'État de la Nation Brésilienne. La dynamique de fonctionnement des associations et la mise en oeuvre de leurs projets politiques-culturelles – conçus comme des projets éducatifs – ont trouvé leur appui sur les bibliothèques, les fêtes, les pièces de théâtre, la presse et l'école. Parmi les moyens mobilisés pour la mise en oeuvre des projets, on peut mettre l'accent sur le *Jornal da Sociedade Promotora da Instrução Pública*, à Ouro Preto, et la scolarisation, qui ont tous contribué, à la fois, pour la diffusion de Lumières et pour la consolidation de la monarchie constitutionnelle représentative.

Mots-clé: Histoire de l'Éducation; XIXe siècle; instruction publique; sociabilité.

INTRODUÇÃO

O periódico *O Universal* (n. 669, 1831) publicou a seguinte notícia:

A Sociedade Defensora da Liberdade e Independencia Nacional vem de ser instituída nesta Villa debaixo dos melhores auspícios. Cidadãos Patriotas desejando oppor uma barreira invencivel ao Despotismo, e á Anarquia, dão-se as mãos para sustentar por todos os meios o bem da ordem e a publica tranquillidade. Assim pois quanto cresce entre nós a illustração, tanto mais se estende o espirito de associações patrioticas, que augurão á nova Provincia bens incalculaveis: á proporção que se estreitão os laços entre os Cidadãos, e são estes chamados a trabalhar a bem da Patria, perde-se o antigo ciume, essas odiosas rivalidades, e despindo-se cada um de paixões e prejuizos não se olha mais que para o bem comum; a indiferença se torna um crime de que ninguem quer ser accusado; e procurando todos melhor servir, consegue-se desta arte a civilisação com mais rapidez, e a união com maior segurança. Nós esperamos que Minas hade colher fructos não menos sasonados dessas Sociedades, do que tem colhido as Nações que nos precederão na carreira da civilisação, e onde ellas tem sobremaneira prosperado.

No momento em que foi noticiada a criação da *Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional* de São João del Rei, Oas associações políticas já se multiplicavam por toda a província de Minas Gerais. Com esse pronunciamento da agremiação, um dentre os vários que recorrentemente eram publicados não apenas em *O Universal*, mas em muitos jornais da época, apresentamos o objeto desta tese: a relação entre política e educação em Minas Gerais tal como ela é percebida e desenvolvida pelas sociedades políticas, literárias e filantrópicas no período regencial (1831-1840).

A investigação proposta insere-se num esforço de pesquisa que se caracteriza por um duplo movimento de produção da história da educação. O primeiro pode ser identificado como um conjunto de mudanças que vêm reconfigurando a historiografia educacional brasileira, graças ao esforço dos historiadores da educação em

reafirmar seu pertencimento, por formação e/ou pela prática da pesquisa histórica, à comunidade de historiadores, o que tem resultado numa intensificação do diálogo com a produção da área e, sobretudo, na submissão da produção historiográfica em educação aos mesmos cânones e rigores teórico-metodológicos produzidos por tal comunidade (FARIA FILHO, 2002, p. 14).

O segundo movimento refere-se ao processo de produção historiográfica dos professores e alunos do Grupo de Estudos e Pesquisa em História da Educação (GEPHE) que muito tem contribuído para o alargamento da compreensão da história da educação mineira no século XIX. Tal movimento está diretamente relacionado à negação da ideia difundida por obras de reconhecido prestígio no campo da historiografia da educação¹, segundo as quais o século XIX é um hiato entre o período colonial e o republicano, visto que o governo foi incapaz de organizar a educação popular.

Criado em 1998², o GEPHE, ao longo desses 12 anos, vem definindo sua identidade por meio um esforço de pesquisa que busca cumprir dois propósitos: o da produção do conhecimento sobre a história da educação, especialmente a mineira, nos séculos XVIII, XIX e XX, e a formação de pesquisadores, mediante o desenvolvimento de investigações realizadas por graduandos, mestrands, doutorandos e pós-doutorandos. No trabalho que ora apresentamos compartilhamos os dois propósitos acima mencionados e tem como especificidade o pertencimento ao conjunto de trabalhos sobre a educação brasileira no Oitocentos.

¹ A obra *A cultura brasileira*, de Fernando de Azevedo, é o exemplo clássico dessa abordagem, que ainda não foi totalmente superada.

² O GEPHE é herdeiro do Grupo de Estudos de História da Educação da Mulher (GEHEM), que desenvolveu pesquisas a respeito das relações de gênero na década de 1990, referenciado no campo da história, mais precisamente da chamada nova história, sob a coordenação da professora Eliane Marta Teixeira Lopes. No momento de sua criação, o GEPHE funcionava numa pequena sala na Faculdade de Educação da UFMG e era coordenado pelo professor Luciano Mendes de Faria Filho, que tinha sob sua orientação duas bolsistas de iniciação científica. Hoje, o grupo dispõe de ampla infraestrutura e compõe-se de quase uma centena de membros entre professores da FaE/UFMG, do seu programa de pós-graduação, pós-doutorandos, doutorando, mestrands, graduandos, bem como professores de outras instituições de ensino superior.

No âmbito do referido grupo de pesquisa, desenvolvemos, entre 2001 e 2003, uma investigação sobre o processo de escolarização e o ensino de primeiras letras, em Minas Gerais, no segundo quartel do Oitocentos (INÁCIO, 2003). O trabalho mostrou-se bastante fecundo, e os resultados, somados aos de outras pesquisas desenvolvidas no âmbito do GEPHE, contribuíram para um entendimento mais aprofundado da história da educação mineira no século XIX, além de apontar outras possibilidades de estudo.

Nesse trabalho, estudamos o processo de implantação de métodos de ensino que deveriam substituir o ensino individual e que dotariam a instrução escolar de racionalidade, em Minas Gerais, no segundo quartel do século XIX. Examinamos, também, suas relações com a formação dos professores. Realçamos a afirmação da *forma escolar* de socialização das crianças e dos jovens e de um modelo escolar de transmissão de conhecimento. Investigamos as *táticas* de apropriação dos professores mineiros em relação aos métodos, assim como descrevemos e analisamos sua atuação no processo de institucionalização da escola de primeiras letras.

Com base nas experiências com o método de ensino mútuo, demonstramos que se pôde produzir nova materialidade para o processo educativo escolar, vinculada à introdução dos novos métodos de ensino. Inventariamos os objetos que fizeram parte do cotidiano escolar, além de demonstrarmos como a introdução de uma série de novidades materiais complexificou a prática de ensino e interferiu diretamente no modo como os professores organizaram o processo de transmissão e no tempo que os alunos levavam para aprender o conteúdo das disciplinas que constituíam a educação escolar.

A discussão foi permeada pela referência à atuação dos políticos e letrados mineiros na organização do ensino escolar de Primeiras Letras na província, mediante a formulação de um aparato legal e a ampliação do número de escolas públicas, problematizando os limites de acesso de toda

a população a essa instrução elementar. Discutimos as questões específicas da *forma escolar* de transmissão dos conhecimentos considerando que o período investigado caracterizou-se pelos intensos debates sobre a necessidade de escolarizar a população pobre e a importância de organizar a instrução pública, relacionando-as à construção do Estado Nacional e às formas de garantir a ordem e de civilizar o heterogêneo povo brasileiro.

Nesse movimento de pesquisa, identificamos um grupo de sujeitos intensamente envolvidos com as questões atinentes ao processo de escolarização e à instrução pública na província mineira. Trata-se de sujeitos que assumiam cargos, desligavam-se e, outras vezes, revezavam-se em diferentes cargos, como os de presidente e vice-presidente da província, delegados de círculos literários e de professor. Eles estiveram envolvidos em questões relativas à educação e à organização do Estado.

Esse engajamento no processo de escolarização em Minas chamou a atenção da pesquisadora, bem como o fato de alguns deles serem membros da Sociedade Promotora da Instrução Pública de Ouro Preto, que, em certa medida, financiava a instrução pública com recursos particulares. Assim, configurou-se o interesse pelos intelectuais que se engajaram na construção do Estado produzindo a educação como uma estratégia fundamental da empreitada em que se lançaram, e o fizeram de um lugar específico – as associações.

Nos trabalhos que versam sobre as sociabilidades formais, destaca-se que tanto a criação quanto a multiplicação de associações públicas relacionam-se diretamente à configuração de uma esfera pública de poder e de uma opinião pública. Tal assertiva pode ser corroborada pelas seguintes ideias: “As organizações têm uma direção e são visíveis e em nome dos interesses que invocam exercem pressão sobre a opinião e os poderes públicos” (RIOUX, 2003, p. 103). Em São Paulo, na década de 1830, “a luta política entre liberais moderados e exaltados, congregados em associações, e que se expressam por meio de jornais contribuiu para a formação de uma opinião

pública” (WERNET, 1978). No Rio de Janeiro, entre 1820 e 1840, “a imprensa, os atores políticos e as formas de sociabilidades são fundamentais para a análise e compreensão das transformações dos espaços públicos” (MOREL, 2005). Entre 1830 e 1834, “a elite liberal moderada mineira por meio da imprensa, das sociedades, das festas, do teatro, dos círculos de leitura e da educação contribuiu para a configuração da opinião pública mineira” (SILVA, 2002). A “difusão e a circulação de impressos pelas praças, ruas, bibliotecas, sociedades, casas e tabernas contribuíram para a constituição de uma esfera pública de poder, em Minas Gerais”, entre 1828 e 1842 (MOREIRA, 2006).

Segundo Rioux (2003, p. 104), diante da importância das associações públicas como integrantes de um movimento que demarca a constituição de uma esfera pública de poder e de uma opinião pública, há interesse em acompanhar o fenômeno associativo, manifesto pelos poderes públicos. Os arquivos oficiais constituem a prova disso. E foi esse interesse que nos levou à configuração de um conjunto de documentos que se constituíram como as fontes inicialmente consultadas para a realização desta pesquisa. Trata-se de duas caixas de correspondências, enviadas à presidência da província por sociedades políticas, literárias e musicais (SP PP 1/7) entre 1823 e 1852, que se encontram sob a guarda do Arquivo Público Mineiro.

A consulta a esse conjunto de documentos permitiu reunir os dados mais abrangentes sobre o movimento associativo mineiro nas Regências. Nesse processo, registramos a existência de 34 associações³ em Minas Gerais, no período recortado na pesquisa. Após esse levantamento, procedemos à leitura de todos os documentos contidos em ambas as caixas, acima referidas, anotando o nome, a data e o conteúdo do ofício enviado pelas sociedades ao governo provincial. Concluída essa etapa do trabalho, efetuamos um recorte um tanto arbitrário⁴, selecionando para análise os documentos relativos às associações criadas em sete importantes vilas do

³ Ver nos ANEXOS 1 e 2 todas as sociedades mineiras criadas no período regencial.

⁴ Levamos em conta a importância política e econômica dos lugares

centro sul-mineiro, ao centro Ouro Preto, Mariana, Sabará; ao norte, Diamantina e Serro; ao sul, São João del Rei e Campanha.

Definidas as localidades, examinamos os documentos referentes a cada agremiação, que vão desde ofícios comunicando ao governo sua criação até os estatutos de algumas agremiações, passando por proclamações e manifestos políticos, dentre outros. De posse de dados básicos, como o nome das associações e os de seus membros, procedemos à leitura dos fundos das câmaras dessas cidades e vilas na busca de informações sobre a ação local dessas agremiações.

No sentido de apreender ações relativas à instrução pública, foram lidos os documentos do Fundo de Instrução Pública pertencentes à Seção Provincial. Para dimensionar o envolvimento deles com questões políticas mais amplas, examinamos o fundo referente à assembleia legislativa provincial. Esse movimento nos permitiu reunir informações tanto sobre a ação das sociedades como de seus sócios individualmente, em especial ocupando cargos públicos, como vereador, juiz de paz, professor, dentre outros. Todos esses documentos, assim como aqueles mencionados acima, pertencem ao Arquivo Público Mineiro.

Partimos, em seguida, para a leitura dos periódicos editados em Minas, no período recortado pela pesquisa. O acervo é formado pelos jornais editados em Minas Gerais, a partir de 1825, que se encontram na Hemeroteca Pública Assis Chateaubriand e na Fundação Biblioteca Nacional.

Inicialmente, selecionamos *O Universal*, dada sua importância no século XIX, bem como pela sua relação com o objeto da pesquisa. Essa última razão levou, também, à escolha do *Jornal da Sociedade Promotora da Instrução Pública* de Ouro Preto. Em *O Universal*, editado na capital da província, encontramos informações não apenas sobre as agremiações criadas naquelas sete localidades citadas, mas, também, sobre muitas outras instituídas em Minas. A leitura e a análise do periódico editado pela Sociedade Promotora da Instrução Pública, redigido pelo padre José

Antonio Marinho, nos permitiram localizar fragmentos importantes para recompor o projeto político-cultural delineado pela agremiação.

No mesmo sentido, lemos, também, jornais vinculados a outras sociedades: *O Vigilante*, o órgão da Sociedade Pacificadora, Philantrópica e Defensora da Liberdade e da Constituição, de Sabará, era escrito, entre outros, por Pedro Gomes Nogueira. *Opinião Campanhense*, cujo redator era Bernardo Jacintho da Veiga, por meio do qual se expressava a Sociedade Defensora da Liberdade e da Independência Nacional de Campanha. A *Sentinela do Serro*, editada por Teófilo Ottoni e vinculado à Sociedade Promotora do Bem Público. *O Pregoeiro Constitucional*, editado em Pouso Alegre, pelo Padre José Bento Leite Ferreira de Mello e ligado Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional daquela localidade. O *Mentor das Brasileiras*, publicado em São João del Rei, sob responsabilidade de José Alcebiades Carneiro vinculado à Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional daquela vila.

A opção pela leitura, mesmo que parcial, desses jornais se deu em razão de uma advertência de Rioux (2003, p. 104) sobre a importância dessas fontes para o estudo das associações:

A preocupação de agir dessas organizações é tal que elas solicitam habilmente a imprensa, editam precocemente boletins internos, anuários ou jornais cuja minúcia compensa as lacunas do arquivo público ou privado. Mesmo quando elas são mais inexpressivas ou menos armadas para a difusão de seu ideal, seu murmúrio pode encontrar eco na vizinhança e sua atitude é legível pelas marcas que imprime.

A assertiva de Rioux (2003) refere-se, especificamente, à importância da imprensa como fonte para as pesquisas sobre as associações no âmbito da história política. Indica, também, sua importância para a compreensão da intensidade com que as associações mineiras mobilizaram a imprensa no processo de elaboração e implementação de seus projetos político-culturais.

Para além da importância dos jornais como fontes para o estudo das associações, a centralidade deles nesta pesquisa relaciona-se a dois fenômenos distintos, porém entrelaçados, que são fundamentais para a compreensão do papel das associações públicas na relação entre política e educação em Minas Gerais: a configuração de uma esfera pública de poder e de uma opinião pública, bem como a formação do Estado e da Nação brasileira.

Nas duas últimas décadas, a imprensa tem ocupado cada vez mais um lugar de destaque como objeto e como fonte nos estudos históricos com destaque para as abordagens políticas e culturais. Tal importância deve-se à percepção de que no século XIX, a partir da década de 1820, a imprensa se configura em agente histórico que intervém nos processos e nos episódios, e não mais como um simples ingrediente do acontecimento. Essa percepção é essencial para esta pesquisa.

Para Neves, Morel, e Ferreira (2006), o redimensionamento da imprensa como fonte documental possibilitou a busca de novas perspectivas para a análise dos processos históricos, uma vez que a perspectiva limitada de identificar a imprensa como portadora dos fatos e da verdade foi superada. Nos estudos recentes, a imprensa tem sido considerada como memória de um tempo que apresenta visões distintas de um mesmo fato e permite pensar e repensar a história. Ela desponta como agente histórico que intervém nos processos e nos episódios, e não mais como um simples ingrediente do acontecimento.

Na perspectiva dessa renovação historiográfica, os pesquisadores têm refletido sobre o papel dos impressos na construção da vida política em geral e de comunidades políticas em particular. Em outra importante obra organizada recentemente por Dutra e Mollier (2006), os impressos, nas suas diferentes formas, são objeto de reflexão, na sua relação com os processos de transformação cultural, social e política que levaram à modernidade ocidental. De acordo com as autoras, a ligação do impresso

Com o mundo da política pode ser mapeada na sua efetiva participação na constituição e ampliação de uma esfera pública; na sua condição de veículo de formação da opinião pública e divulgação de opiniões políticas, bem como canal de mobilização política que se presta à convocação, ao engajamento e à confrontação de idéias; na sedimentação das solidariedades de grupo; na ligação decisiva com os processos históricos de edificação nacional e de construção das identidades culturais; na sua capacidade de difusão e transformação das culturas políticas (DUTRA; MOLLIER, 2006, p. 9).

A relação dos impressos com a vida política tem sido intensamente investigada. Esse adensamento dá indícios da fecundidade das análises dos impressos na sua relação com os mais diversos temas. Diante disso, com base na imprensa, realizamos uma investigação que busca conjugar a história das associações tomadas como partícipes do processo de estruturação da vida política (RIOUX, 2003) com a história dos intelectuais, entendidos como criadores e mediadores culturais, situada no cruzamento entre história política, social e cultural (SIRINELLI, 2003). Tal abordagem supõe o cruzamento de pesquisas individuais e dos programas de trabalho coletivos. A tentativa é de unir os fios mais visíveis que as organizações teceram ao longo de sua existência com os fios mais embaraçados que dizem dos intelectuais nelas congregados.

Esses fios mais visíveis são os registros que as próprias sociedades produziram, “orgulhosas de sua existência”, para comunicar sua criação e expressar os seus programas de trabalho coletivo. São correspondências enviadas às autoridades provinciais e locais e proclamações, estatutos e debates publicados nos periódicos da época. Os fios mais embaraçados seriam as informações sobre a geração, o local de nascimento, a origem familiar, a formação escolar, a carreira profissional, a carreira política e as redes de sociabilidades dos intelectuais. Na tessitura do texto, entrelaçamos esses fios visíveis aos fios embaraçados, na tentativa de conferir certa inteligibilidade ao associativismo mineiro no período regencial. Contudo é preciso advertir que as pontas desses fios insistem em escapar e nem sempre é possível uni-las.

O recorte temporal foi pensado levando-se em conta que o período regencial foi decisivo na definição do Estado nacional brasileiro. Segundo Morel (2003a, p. 9),

o período regencial pode ser visto como um grande laboratório de formulações de práticas políticas e sociais, como ocorreu em poucos momentos na história do Brasil. Nele foram colocados em discussão, ou pelo menos trazido à tona: a monarquia constitucional, absolutismo, republicanismo, separatismo, federalismo, liberalismo em várias vertentes, democracia, militarismo, catolicismo, islamismo, messianismo, xenofobia, afirmação de nacionalidade, diferentes fórmulas de organização de Estado (centralização, descentralização, posições intermediárias) conflitos étnicos multifacetados, expressões de identidades regionais antagônicas, formas de associação até então inexistentes, vigoras retóricas impressas ou faladas, táticas de lutas as mais ousadas. A lista seria interminável.

Essa fase da história brasileira destaca-se pelo intenso debate/embates de diversos projetos de construção do Estado e por lutas pela participação nas decisões políticas. Nessa conjuntura, a criação de associações públicas e de uma rede de periódicos a elas vinculados foi uma das estratégias adotadas para auxiliar as autoridades públicas a manter a ordem e a tranquilidade ameaçada pelos embates políticos e pelas possibilidades de levantes populares. Além disso, elas, em conjunto com os periódicos, constituíram-se em instrumentos-armas, mobilizadas tanto pelos liberais moderados quanto exaltados e restauradores para a luta política e ideológica que se travou naqueles anos de regência, sobretudo na fase liberal (1831-1834).

Observando-se as sociabilidades na longa duração, é possível perceber que no período regencial há o predomínio das sociabilidades políticas. Não queremos com isso desconsiderar o fato de que, no período regencial, as formas tradicionais de sociabilidade, como as irmandades, as confrarias, as arquiconfrarias, as ordens terceiras e as misericórdias, típicas do Antigo Regime, permanecem na cena pública, inclusive cooptando os sujeitos comprometidos com as novas formas de sociabilidade⁵; tampouco, negligenciamos o fato de que a coexistência de formas novas e tradicionais

⁵ Para mais detalhes sobre esse duplo pertencimento dos sujeitos, ver Santos (2007).

de sociabilidade produz um hibridismo derivado das transformações que se entrelaçaram e são matizadas pela permanência de antigas formas de congregação.

Contudo, chamamos atenção para o fato de que as novas formas de sociabilidade, como a maçonaria, as sociedades literárias e científicas e as associações políticas e filantrópicas, possuem contornos específicos, definidos pela sua relação com dois fenômenos distintos, porém complementares: a difusão do Iluminismo e a configuração de uma esfera pública de poder. Diante disso, as formas e os espaços de sociabilidade configurados no bojo desses fenômenos são marcados pela laicização. Além disso, relacionar as novas formas de sociabilidade à difusão do Iluminismo e à configuração de uma esfera pública de poder, nos termos definidos por Habermas (2005), implica gerar uma diferenciação entre o princípio entre as novas sociabilidades e as tradicionais. A formação das últimas se orienta, principalmente, pela prática da caridade; a das primeiras, pela filantropia.

Ademais, o que foi exposto acima, permite apenas diferenciar sociabilidades tradicionais e novas, sem, no entanto, oferecer elementos que permitam pensar a diversidade das últimas. Dito de outra forma, as diferenciações apontadas não são suficientes para darmos conta das peculiaridades que as novas formas de sociabilidade comportam. Um caminho viável para pensar essas peculiaridades consiste em recorrer à tipologia das formas de sociabilidades formais, elaborada por Morel (2005). Segundo o historiador as sociedades políticas podem ser definidas como aquelas que se constituem com o objetivo explícito de pressão direta ou de intervenção na cena pública (MOREL, 2005, p. 222). Nas análises empreendidas pelo pesquisador a expressão “cena pública” parece manter uma relação de sinonímia com o conceito de esfera pública de poder elaborado por de Habermas (2005).

Considerando que tal esfera “compõe-se de forças que pretendiam influenciar as decisões do poder estatal apelando para um público

pensante a fim de legitimar reivindicações ante esse novo fórum” (HABERMAS, 2005, p. 78), todas as formas de sociabilidade modernas (maçonaria, sociedades literárias, científicas, filantrópicas, pedagógicas entre outras) podem ser consideradas políticas, visto que são instituições da esfera pública. Tal raciocínio pode ser corroborado, ainda, pela ideia de que o conceito de política, entendida como atividade humana, está estritamente ligado ao poder. E que o poder pode ser

definido por vezes como uma relação entre dois sujeitos [dois grupos, ou entre a sociedade e o Estado], dos quais um impõe ao outro a própria vontade e lhe determina malgrado seu, o comportamento. A definição de poder como tipo de relação entre sujeitos tem de ser completada com a definição do poder como posse dos meios que permitem alcançar justamente uma vantagem qualquer ou os efeitos desejados (BOBBIO, 1986, p. 954).

Desse ponto de vista, a ideia de que as sociedades políticas podem ser definidas como aquelas que se constituem com o objetivo explícito de pressionar diretamente ou de intervir na cena pública não se sustenta, uma vez que todas as formas modernas de sociabilidade, entendidas como instituições de uma esfera pública de poder, guardariam em si uma dimensão política.

Uma forma fecunda de equacionar o problema posto linhas acima, ou seja, definir elementos que permitem, ou não, dizer se o movimento associativo possui características específicas, é recorrer às reflexões de Bourdieu (1989). Segundo o sociólogo francês, que se dedicou a estudar amplamente os mecanismos de poder, seus efeitos e suas relações, o campo político se caracteriza, principalmente, pela definição do poder como objeto específico da disputa (BOURDIEU, 1989). Com base na assertiva de Bourdieu, poderíamos entender as associações criadas no período regencial como políticas, pelo fato de terem sido mobilizadas pelos grupos que disputavam o poder como instrumentos, ou meios, “que permitem alcançar justamente uma vantagem qualquer ou os efeitos desejados” (BOBBIO, 1986, p. 954).

Tal conclusão pode ser corroborada pela ideia de que a multiplicação das associações políticas, sobretudo na fase liberal das Regências, esteve vinculada à luta por poder provocado pela abdicação de Dom Pedro I em 7 de abril (WERNET, 1978; GUIMARÃES, 1990; MOREL, 2005). Entretanto é preciso relativizar uma ideia, bastante recorrente, de que esses agrupamentos institucionais correspondem às tendências do partido dos Exaltados, Moderados e Restauradores (MOREL, 2005), e que elas se originaram das diferentes posições políticas definidas a partir de 1831 (WERNET, 1978; GUIMARÃES, 1990; SILVA, 2002; MOREL, 2005).

Essas associações criadas em Minas no período regencial consistiam “[num]a esfera das pessoas privadas reunidas em um público”, bem como “[n]uma força que pretendia influenciar as decisões do poder estatal apelando para um público pensante a fim de legitimar reivindicações ante esse novo fórum” (HABERMAS, 2003, p. 78). Além disso, elas se constituíram em espaços privilegiados de formulações diagnósticos e de projetos individuais e coletivos para o Estado Nacional. Mas como o modo como as referências, os repertórios e as sensibilidades dos sujeitos, bem como as condições políticas, econômicas e culturais, se entrelaçaram, condicionaram-se e foram ressignificadas na elaboração desses os projetos individuais e coletivos, esses últimos entendidos como projetos político-culturais, delineados num espaço de sociabilidades específico, as associações mineiras do período regencial?

Destaque-se que aqui operamos com o termo “projeto” no sentido que lhe confere Velho (1997). Projeto é um conjunto de ideias elaborado e construído de experiências socioculturais, de um código de vivências e interações interpretadas. Tem-se um projeto quando há ação com algum objetivo predeterminado. Sua formulação ocorre em um campo de possibilidades circunscrito, histórica e culturalmente, tanto no plano individual como no coletivo, por temas, prioridades e paradigmas culturais. A possibilidade de comunicação é condição para sua existência. Sua verbalização por meio de um discurso permite acessá-lo e colher informações mais precisas sobre ele. Nesse movimento de comunicação,

devemos atentar para a reflexão e a explicação que o sujeito faz sobre sua ação e conduta antes, durante ou depois que age (VELHO, 1997, p. 23-29).

Rioux (2003) adverte que o campo de pesquisa sobre as associações decorre da diversidade e da abundância de fontes e da generalidade dos métodos de pesquisa. Com relação aos métodos, o historiador destaca que podemos empregar todo o arsenal da história política, das ciências auxiliares e das técnicas oportunas para multiplicar os pontos de vista e ancorar as conclusões. Segundo Rioux (2003, p. 107),

o historiador da associação não evitará, portanto a pluridisciplinaridade da pesquisa e das discussões. E é na sociologia que essa história irá fazer os empréstimos mais úteis. Porém a sociologia traz ao historiador, sobretudo, sua preocupação de descobrir regras de funcionamento e de construir modelos com os quais o empirismo da história pode fabricar seu mel.

Entretanto, Rioux (2003) adverte novamente que quadros e conceitos demasiados rígidos desestimulam a observação crítica. A recomendação é experimentar as hipóteses e os métodos durante a leitura das fontes:

Sem se separar de certa humildade historiadora que nasce da convivência nos arquivos, com um real bem mais complexo que todos os modelos, e da íntima convicção de ter sempre por missão revelar o variável e o contingente, o conflitual e o duradouro, num pragmatismo de disciplina que perturba alegremente a arrumação das formulações já prontas (RIOUX, 2003, p.113-114).

A despeito do experimento sempre presente na pesquisa histórica, não deixamos de buscar um porto seguro para que possamos ancorar. Contudo os portos seguros não existem. A despeito disso, a pesquisa não deve se assemelhar a uma nau à deriva, cujos rumos vão se definindo ao sabor dos ventos e das marés. Nesse sentido explicitamos algumas categorias teóricas que parecem poder sustentar a pesquisa, visto que os estudos sobre sociedades, aos quais tivemos acesso, têm natureza predominantemente empírica. A despeito dessa natureza, em alguma medida, os trabalhos sobre sociedades têm nos auxiliado na busca do instrumental teórico-metodológico da pesquisa. Os trabalhos realizados nos últimos anos têm

inovado. Pesquisas como as realizadas por Moraes (2002), Silva (2002), Morel (2005) e Moreira (2006) tomam as associações como espaços de sociabilidades formais, em que se elaboram projetos políticos, sociais e culturais.

O trabalho de Morel (2005), além de trazer nova abordagem do fenômeno associativo, é o que mais contribuiu, do ponto de vista teórico-metodológico. Segundo o historiador, há pelo menos duas décadas os estudos sobre as sociabilidades têm-se ampliado e conquistado estatuto de legitimidade na historiografia. A palavra “sociabilidade” já existia, entretanto sem uma definição precisa, referindo-se às pessoas ou aos grupos em sociedade, incluindo diferentes laços sociais. O termo era tomado, ainda, como sinônimo de socialização, de agrupamento, de civilização.

Como tema e instrumental teórico e metodológico *as sociabilidades* entraram definitivamente no campo da pesquisa histórica acadêmica com Agulhon (1984, 1977, 1988, 1989). O historiador francês, herdeiro da *École des Annales*, propôs, na contramão de um tratamento quase intuitivo ou impressionista, o conhecimento das sociabilidades pela densidade da existência de associações constituídas e suas mutações mediante a adoção de determinado recorte geográfico e cronológico (MOREL, 2005, p. 220).

Agulhon (1984, p. VIII) chamou atenção para duas formas de sociabilidade – as formais e informais:

As primeiras são as que se estabelecem institucionalmente de alguma maneira. E as seguintes muito mais marcantes como congregadoras, não têm a forma institucional e se desenrolam em espaços abertos, em relação de familiaridade, proximidades as mais diversas (tradução nossa).

Segundo Morel (2005), é temerário separar rigidamente as sociabilidades formais e informais, uma vez que ambas podem entrelaçar-se. Entretanto, a divisão é uma maneira de garantir sua inteligibilidade, já que, em geral,

cada uma das formas aponta para universos de ritmos próprios. Com relação à controvérsia, o autor afirma:

A perspectiva de classificar grupos distintos é complexa e a rigidez do modelo adotado pode mascarar as diferenças, mas ao contrário a ausência de critérios pode levar a uma particularização descritiva que não contribui para a análise (MOREL, 2005, p. 221).

No Brasil, sobretudo no campo da historiografia da educação, a quantidade de estudos sobre as sociabilidades ainda é pequena. Os historiadores têm atentado para as sociabilidades adotando-as muito mais como categoria de análise do que propriamente como objeto de estudo. A renovação nos tradicionais estudos acadêmicos sobre os intelectuais da educação é que tem constituído a base para a utilização desse conceito no campo da historiografia da educação.

Para Sirinelli, o termo sociabilidade comporta duas acepções distintas, porém complementares: a primeira refere-se à noção de rede organizacional e a outra, à de microclima. Para o historiador francês, todo grupo de intelectuais organiza-se a partir de uma sensibilidade ideológica ou cultural comum de afinidades que alimentam o desejo e o gosto de conviver (SIRINELLI, 2003, p. 248).

Esse encontro com um tipo de estrutura organizacional (uma espécie de rede) de sociabilidade, que varia conforme as épocas e os subgrupos de intelectuais, alimenta “microclimas” em meio aos quais as atividades e os comportamentos dos intelectuais se desenvolvem, constituindo microcosmos particulares. No âmbito dessas formulações, a proposta é dar especial importância a todos os elementos que possam influenciar no funcionamento desse microcosmo, tais como demandas sociais, afetos e tradição (SIRINELLI, 2003, p.248- 254).

No conjunto de elementos que influenciam o funcionamento desse microcosmo poderíamos incluir a cultura política. A categoria cultura política entendida “como o conjunto de normas, valores, atitudes, crenças,

linguagens e imaginário, partilhado por determinado grupo e tendo como objeto fenômenos políticos” (MOTTA, 1996, p. 86), permite compreender a coesão de grupos organizados no entorno dessa cultura. Há que se destacar, ainda, que a cultura política constitui um conjunto coerente em que todos os elementos estão em estreita relação uns com os outros, permitindo definir uma forma de identidade do indivíduo que dela se reclama (BERSTEIN, 1998).

Diante do exposto, a categoria cultura política é importante para dar sustentação à pesquisa. Entretanto devemos ficar atentos para não incorreremos novamente no erro de considerar as doutrinas políticas como determinantes do comportamento político dos sujeitos. Nesse sentido, o conceito de repertório, elaborado por Alonso (2002), afasta-nos desse risco e fecunda a pesquisa de modo singular. Segundo a autora, repertório é o conjunto de recursos intelectuais disponível numa dada sociedade em certo tempo (ALONSO, 2002). No plural, os repertórios

são criações culturais aprendidas, mas elas não descendem de uma filosofia abstrata ou ganham forma como resultado de propaganda política; eles emergem da luta. [...] Repertórios de ação coletiva designam não *performances* individuais, mas meios de interação entre pares ou grandes conjuntos de atores; [...] um conjunto limitado de esquemas que são aprendidos, compartilhados e postos em prática através de um processo relativamente deliberado de escolha (ALONSO, 2002, p. 44).

Ainda segundo a autora, os repertórios se configuram mediante a combinação de padrões analíticos, noções, argumentos, conceitos, teorias, esquemas explicativos, formas estilísticas, figuras de linguagem, conceitos e metáforas. O arranjo desses elementos é histórico e prático, não importando, assim, sua consistência teórica. Eles funcionam como caixas de ferramentas (*tool kit*) às quais os agentes recorrem seletivamente, conforme suas necessidades de compreender certas situações e definir linhas de ação (ALONSO, 2002).

Assim, os conceitos de projeto, sociabilidade, cultura política e repertório são centrais para a compreensão do objeto desta tese, bem como da relação entre política e educação em Minas Gerais tal como ela é percebida e desenvolvida pelas sociedades políticas, literárias e filantrópicas no período regencial (1831-1840). Contudo para além de explicitar e refletir sobre as categorias teórico-metodológicas que deram sustentação à pesquisa, é necessário operar com elas na realização da pesquisa historiográfica. Para demonstrar como foi empreendida tal ação, convidamos os interessados a compartilhar conosco a leitura desta tese, que se encontra organizada em quatro capítulos.

No primeiro, focalizamos a construção do Estado imperial com base na “dinâmica das associações”. Nele demonstramos como a tradição e a modernidade entrelaçaram-se, produzindo nuances no movimento associativo mineiro, nas regências, mediante o entendimento de que a criação das sociedades é parte do processo de configuração de uma esfera pública de poder que teve lugar no Brasil a partir da década de 1820. Para tanto, apontamos os aspectos que diferenciam as formas novas sociabilidades das tradicionais, bem como as peculiaridades das sociabilidades políticas em relação aos demais espaços de sociabilidades próprios da esfera pública de poder. Demonstramos como os políticos e os letrados envolvidos no movimento associativo mineiro produziram a legitimidade das associações públicas, associadas à modernidade política, ao mesmo tempo em que desqualificavam as sociedades secretas produzindo-as por meio de práticas discursivas, como inadequadas aos novos tempos. Por último, abordamos o movimento associativo das regências, demonstrando como as sociedades foram mobilizadas para garantir a ordem, a legalidade e o respeito à Constituição ao longo do período regencial.

No segundo capítulo, com base na prosopografia e adotando um enfoque micro-histórico reconstruímos um perfil coletivo de um pequeno grupo de políticos e letrados, composto de 13 indivíduos que, durante a pesquisa, se destacaram como líderes do movimento associativo mineiro das Regências:

Antonio José Ribeiro Bhering; Bernardo Jacintho da Veiga; Bernardo Pereira de Vasconcellos; Fortunato Rafael Arcanjo da Fonseca; Herculano Ferreira Penna; José Alcebiades Carneiro; José Antonio Marinho; José Bento Ferreira de Mello; José Pedro Dias de Carvalho; Luiz Maria da Silva Pinto; Manoel Ignácio de Mello e Souza; Pedro Gomes Nogueira; e Teophilo Benedicto Ottoni. Partindo da trajetória individual desses sujeitos demonstramos a relação entre engajamento no movimento associativo das regências e suas sensibilidades ideológicas e culturais constituídas a partir da formação escolar, da geração, de laços de amizade e de parentesco, de convivências as mais diversas. Em seguida, evidenciamos que o engajamento deles resultou de encontros que se deram em outros espaços de sociabilidade, tais como as câmaras municipais, o conselho geral da província e os jornais, que consideramos como lugares de “fermentação intelectual e de estabelecimento de relações afetivas”. (SIRINELLI, 2003, p. 249).

Com base no pressuposto, demonstrado no capítulo anterior, de que a gênese das associações é anterior à sua regulamentação, o conteúdo do terceiro capítulo refere-se ao que chamamos de dinâmica de funcionamento das associações. Inicialmente demonstramos, de maneira sucinta, que a instalação das Regências funcionou para os membros do setor abastecedor mineiro como uma estrutura de oportunidades políticas que lhes abriu espaço para a participação política. Com base na ideia de que, no período regencial, as associações foram um Estado dentro do Estado, por meio de uma analogia entre as regras de funcionamento das associações e as do Estado, tratamos dos aprendizados políticos que ali tiveram lugar.

Em seguida examinamos os projetos político-culturais das agremiações entendidos como projetos educativos de caráter multidimensional. A dimensão política deixa-se notar pelo esforço de difusão da cultura política liberal, e a dimensão cultural, pode ser observada no empenho em levar as *Luzes* do saber a quem não as possuía. Para tanto focalizamos seus objetivos, previstos nos estatutos e suas linhas de ação, quais sejam, a edição de jornais, a instalação da Biblioteca Pública de Ouro Preto, a

promoção de festas pública e de espetáculos teatrais.. Por fim, problematizamos as expressões “pedagogia civilizadora”, “pedagogia política” e “pedagogia liberal” utilizadas por Silva (2002) e Morel (2005) para referir-se à ação das associações.

Com o quarto capítulo, encerramos a tese focalizando os projetos político-culturais formulados e executados pelas associações mineiras do período regencial e/ou pelos políticos e letrados nelas congregados, com o objetivo de demonstrar que eles se constituíram como um projeto educativo que comportou as ações de disciplinar, instruir, civilizar e moralizar. Demonstramos que no segundo quartel do Oitocentos os políticos e letrados mineiros, congregados ou não em sociedades, operaram com a concepção kantiana de educação. Passamos em seguida, a examinar o sentido dos termos “civilização”, “ilustração”, “educação” e da expressão “instrução pública”, explicitando o diálogo que estabelecem com o seu entorno.

Demonstramos que envolvidos tanto na difusão das Luzes quanto na consolidação do sistema monárquico representativo, os membros da Promotora, utilizaram o jornal da agremiação para educar a população mineira e para instituir representações sobre educação e escolarização em Minas Gerais. Posteriormente, abordamos o processo de escolarização, demonstrando que este se configurou tanto como projeto de Estado quanto como projeto individual dos políticos e letrados envolvidos no movimento associativo. Para finalizar, focalizamos o financiamento particular da instrução pública em Minas pela Sociedade Promotora.

Capítulo 1 – “Uniformisar o espirito publico e conservar a boa ordem”: associações e a construção do Estado

Outra resolução não menos interessante tomou a Sociedade, e foi a de se dirigir ás outras da Provincia para trabalharem todas de commum accordo no bem ser da Pátria, intelligenciando-se, e coadjuvando-se mutuamente, pois não obstante serem diversas as denominações das nossas Sociedades, ellas todavia se dirigem a um fim commum; e a d'esta Cidade conta por uma de suas principaes obrigações o contribuir para a consolidação do Systema Constitucional. Dando-se pois as mãos as Sociedades ellas podem colher muito maiores vantagens, e prestar serviços muito mais relevantes do que trabalhando isoladamente; é por este meio que se poderá uniformisar o espirito publico na Provincia, e conservar a boa ordem sem a mais leve alteração [...] (O UNIVERSAL, n. 671, 1831).

No Brasil, o que se verificou, após a Independência, foi o início do processo de formação do Estado Nacional, nos moldes da formação do Estado moderno europeu, que se deu a partir do século XVIII. Tal formação pressupõe, mesmo que lentamente, o estabelecimento de uma ordem legal e a jurisdição compulsória sobre o território, a monopolização do uso legítimo da força e da tributação, a formação de uma estrutura burocrática para garantir a administração e a transferência dos serviços básicos do poder privado para o poder público.

O segundo quartel do século XIX, mais precisamente o período decorrido entre a Independência, em 1822, e a década de 1850, corresponde à constituição e consolidação do Estado imperial e de sua elite política, num momento em que pairava no ar pelo menos três temores: o exemplo das colônias espanholas, cuja independência decorreu da fragmentação da territorial e resultou na adoção de governos republicanos; o da possibilidade de um levante da população cativa tal qual havia acontecido em Santo Domingo; além dos exemplos franceses de 1789, especialmente a fase do Terror, e de 1830, com a queda de Carlos X e a instalação da Monarquia de Julho.

No processo de constituição e consolidação do Estado imperial, o período regencial tem uma importância singular. Segundo Morel (2005), o período regencial pode ser visto como um grande laboratório de formulações de práticas políticas e sociais, como ocorreu em poucos momentos na história do Brasil. Nele foram colocados em discussão, ou pelo menos trazido à tona: a monarquia constitucional; o absolutismo; o republicanismo; o separatismo; o federalismo; o liberalismo em várias vertentes; a democracia; o militarismo; o catolicismo; o islamismo; o messianismo; a xenofobia; a afirmação de nacionalidade; as diferentes fórmulas de organização de Estado (centralização; descentralização; posições intermediárias); os conflitos étnicos multifacetados; as expressões de identidades regionais antagônicas; as formas de associação até então inexistentes; vigorosas retóricas impressas ou faladas; e as táticas de lutas as mais ousadas. A lista seria interminável (MOREL, 2003a, p. 9).

A abdicação do trono por D. Pedro em favor de seu filho D. Pedro II, à época com 5 anos de idade, é o acontecimento que assinalou o início do período regencial. O evento ocorrido em 7 de abril de 1831 foi intensamente comemorado pelos liberais, exaltados e moderados, as duas facções políticas

que faziam oposição ao imperador. Em Minas Gerais os liberais moderados que há pouco exaltavam a figura de D. Pedro I, “[...] um príncipe que no verdor dos anos [...] rompeu os vinculos coloniaes, que por trezentos anos pezarão sobre os pulsos dos brasileiros” (O UNIVERSAL, n. 561, 1831), produziram a abdicação como o advento de uma nova era.

As comemorações estenderam-se por todo território mineiro desde a Imperial Cidade de Ouro Preto, passando pelas vilas de Barbacena e Sabará até os arraiais de Santa Bárbara, Forquim e Itatiaia¹. A saída do Monarca foi intensamente festejada durante os meses de abril e maio, estendendo-se até setembro. A notícia chegou a Ouro Preto em 15 de abril, e no dia 18 teve lugar uma pomposa comemoração. Para tanto,

A Cidade estava ricamente illuminada [...] Muzicas correrão as ruas da Cidade, entre um concurso de povo o mais numerosos, que se há visto entre nós [...] Hum Himno Nacional allegorico ao triumpho da Liberdade éra cantado nas praças [...] Os poetas cheios de entusiasmo recitavão sempre que se tocava o Himno quadras allusivas ora ao objeto do festejo; ora aos heroes da Pátria [...] (O UNIVERSAL, n. 583, 1831)

Assim como em Ouro Preto, nas demais localidades recorreu-se à iluminação, à musica, aos fogos, aos hinos, às proclamações; missas foram celebradas, refrescos e jantares servidos. O juiz de paz de Catas Altas da Noruega, Luiz Nunes Carvalho, mandou formar dois arcos triunfantes guarnecidos de café e fumo, cujas folhas também foram utilizadas para ornamentar o peito e o chapéu das pessoas. Aquele “pequeno Arraial onde até aqui se não tinham celebrado festas Nacionaes, não quis deixar de tomar parte nos rigosijos publicos pelo fausto motivo da Regeneração do Brasil [...]” (O UNIVERSAL, n. 595, 1831). O juiz de paz do Arraial de Ouro Branco proclamou:

Estão para sempre quebrados os ferros, que um Governo inimigo do Brasil tentou lançar em nossos pulsos, caio o trahidor gabinete, que arteiramente procurava escravisar-nos, o sr. D. Pedro II está sobre o Throno do Brasil, e um Governo Nacional em seu nome começa a fazer-nos ditosos. Desapareceo, qual o fumo, esse abismo, que o Brasil já via com susto, a Patria está livre, e *uma só gota de sangue não cahio no nosso abençoado sollo*. Auzentou-se para longe de nós a origem dos nossos males, e o Brasil começa a pertencer aos Brasileiros (O UNIVERSAL, n. 597, 1831).

¹ As festas pela abdicação de D. Pedro I são abundantemente relatadas pelo jornal *O Universal*. Para detalhes ver: n. 584; 585; 589; 597; 646; todos de 1831.

A retirada pacífica de D. Pedro I, “sem que uma só gota de sangue fosse derramada”, era alardeada com orgulho pelos liberais, que a uma só tempo produziram a ideia de transição sem abalo. Buscava-se demonstrar, também, à população que se efetuara uma ruptura com os tempos que vinham sendo produzido como de escravidão e opressão decorrentes do modo como D. Pedro I conduzia o processo de constituição do Estado e da Nação. As metáforas utilizadas – quebra dos ferros e fim da escravidão – visavam produzir a ideia de ruptura com o passado. Por outro lado, a referência à subida de Pedro II, um monarca brasileiro, ao trono e a instalação de um governo nacional eram o prenúncio de um futuro próspero e feliz. Possivelmente por isso os sabarenses cantaram em coro:

1	Novo Hercules famoso
A serpente venenosa	Deve ser Pedro Segundo,
Sibilava ardendo em ira,	Pois é Filho do Brasil,
A cabeça foi truncada,	Melhor Império do Mundo.
Já não morde nem respira.	
coro	

(O UNIVERSAL, n. 589, 1831)

Pelo ocorrido, os vivas reverberaram-se por toda a Minas Gerais. Em Queluz, o juiz de paz José Ignacio Gomes Barboza, entusiasticamente, dizia:

Viva a Religião Catholica – Viva a Soberana Nação Brasileira –
Viva a Constituição do Imperio – Viva a Assembléa Geral
Legislativa – Viva o sr. D. Pedro 2º Imperador Constitucional –
Viva a Regencia – Vivão os Briosos Defensores da Patria – Viva
o Conselho do Governo (O UNIVERSAL, n. 597, 1831)

Os vivas dão-nos uma boa noção dos elementos que dariam a direção do processo de constituição do Estado e da Nação. Alguns eram novos, como a Regência, que permitiria que “os Briosos Defensores da Patria”, provisoriamente, tivessem nas mãos o leme da “Soberana Nação Brasileira”. Outros nem tão novos assim, como a figura monárquica de D. Pedro, agora não mais o I, mas o II; a Constituição; a Assembleia Geral Legislativa e o Conselho do Governo indicavam que, para aqueles que davam brados de viva, o arranjo o institucional definido em 1824 permaneceria: o Brasil continuaria a ser uma Monarquia Constitucional Representativa.

A abdicação de D. Pedro, um acontecimento tão festejado em alguns círculos como visto acima, foi resultado de um quadro de tensões políticas, econômicas e sociais que veio se configurando, paulatinamente, desde que D. Pedro I dissolveu a Assembleia Constituinte em 1823.

A partir de então, no que se refere à política, acentuava-se o jogo de forças entre o imperador e Câmara dos Deputados do Império. Do ponto de vista econômico, a inflação aumentava, a escassez e a carestia dos alimentos afetavam diversos setores da população e o estado das finanças brasileiras tornava-se cada vez mais calamitoso.

No que tange às questões sociais, crescia o contingente da população insatisfeito com as condições de vida, carestia, falta de emprego etc. A situação era agravada pelo antilusitanismo, que se acirrava cada vez mais dada a disputa entre portugueses e brasileiros pelos postos de trabalho, em especial aqueles ligados ao comércio. A parcela de pessoas pobres e livres sem ocupação fixa, que transitavam, sobretudo, nos núcleos urbanos, tornava a situação mais grave.

A queda de Carlos X, na França, e a instalação da Monarquia de Julho, considerada liberal, também repercutiram no Brasil e foram festejadas como uma vitória do liberalismo. D. Pedro buscou contornar a situação e, numa tentativa de restabelecer seu prestígio, empreendeu uma visita a Minas, da qual retornou descorçoado pela recepção nada calorosa. Os portugueses, no intuito de demonstrar seu apoio ao monarca, sob os auspícios da Sociedade Coluna do Trono, organizaram festejos para recepcioná-lo. Os brasileiros reagiram, o que desencadeou uma série de conflitos de rua. Numa das noites de embate, ocorreu o episódio que ficou conhecido na história do Brasil como “Noite das Garrafas”. Um conflito violento em que os brasileiros atacaram as casas iluminadas dos portugueses que, por sua vez, responderam atirando-lhes garrafas e cacos de vidro ².

Uma rusga que em outra situação poderia ser contornada com relativa tranquilidade funcionou como estopim diante daquele quadro caótico, dominado por tensões de todas as ordens. Pressionado pelas desordens, D. Pedro I procurou aplacar os ânimos nomeando um ministério em que predominavam jovens políticos brasileiros, mas acuado logo formou outro, nos moldes dos anteriores, composto por cinco marqueses e um visconde. Diante da situação, optou por abdicar do trono em favor de seu filho Pedro II, que na ocasião contava apenas 5 anos de idade. Assim teve início o período regencial,

² Para mais informações sobre os conflitos que antecederam e sucederam a Abdicação ver: BASILE (2000)

considerado pela historiografia como um dos mais significativos momentos do processo de constituição do Estado e da Nação brasileira. “Um grande laboratório de formulações de práticas políticas e sociais”, nas palavras de Morel (2003, p. 9).

A ruptura com o passado de despotismo e tirania estava concluída, as comemorações passadas e, a despeito de todo o esforço para se elaborar uma representação positiva do panorama que se configurara, o clima de agitação continuava. Para acalmar os ânimos, o redator de *O Universal* escrevia:

Corramos pois o véo do esquecimento sobre o passado, e liguemo-nos todos para a defesa da Pátria; não mais nos dividão, cesse toda a rivalidade ou venha ella de opiniões políticas ou de nascimento”. Todavia fazia uma ressalva, “ganhamos na verdade um grande Triunfo, mas não adormecemos, pois restam ainda inimigos, que se-nos apanham descuidados talvez nos facão trocar a alegria pelo pranto, a tranquilidade que gozamos pelo desasocego” (O UNIVERSAL, n. 583, 1831).

Dos discursos acima podemos depreender não apenas a demonstração do desejo de que brasileiros natos e adotivos (portugueses) pudessem conviver em harmonia, mas também a necessidade vigilância quanto aos acontecimentos futuros.

Se há alguns a ruptura com o passado de despotismo e tirania estava concluída, as comemorações passadas, a despeito de todo o esforço de se elaborar uma representação positiva do panorama que se configurara, o clima de agitação continuava. No Rio de Janeiro, o clima de festa e de conagração político instalado dias depois da abdicação aos poucos deixou transparecer as reais preocupações dos liberais, que chegaram ao poder após a queda de D. Pedro I. “A facilidade da vitória foi uma revelação repentina da fragilidade da ordem estabelecida” (CASTRO, 2004, p. 22). A fragilidade das instituições regenciais foi argutamente percebida por Evaristo da Veiga, que dias depois do estabelecimento da Regência Trina Provisória advertiu: “Despojado de todo o prestígio da Realeza, entregue a homens eletivos, o governo é fraco de sua natureza, e convém dar-lhe força do que tirar-lha” (AURORA FLUMINENSE, n. 477, 27 abr. 1831 *apud* GUIMARÃES, 1990, p. 21).

Além do grande problema, percebido por Evaristo da Veiga, passados alguns meses, o Império continuava mergulhado num clima de agitação: um governo fraco diante de um povo alvoroçado com o acontecimento e penalizado pela conjuntura econômica e social e de grupos políticos em plena disputa pelo poder compunha um quadro preocupante, “tudo enfim caminhando para a desordem” (O UNIVERSAL, n. 661, 1831). Desordem – esse era o grande medo presente na sociedade brasileira ao longo de todo o período regencial, em especial no início da década de 1830, e mais patente aos liberais moderados, que assumiram o poder após a retirada de D. Pedro I.

Para evitar que o Brasil caminhasse para o caos, a ala liberal exaltada recuou e aproximou-se dos liberais moderados. Nesse movimento de aproximação e de tentativa do restabelecimento da ordem, uma inflexão importante foi operada: a mudança de sentido do termo “revolução”. A inflexão do conceito de revolução foi atribuída por Teophilo Ottoni aos liberais moderados. De acordo com suas próprias palavras, ele viu “com pesar apoderarem-se os moderados do leme da revolução, elles que só na ultima hora tinham appellado para o juízo de Deus” (OTTONI, 1916, p. 69). Aquele para quem

o 7 de abril foi um verdadeiro *ournée des dupes* (O dia dos logrados). Projetado por homens de idéas liberaes muito avançadas, jurado sobre o sangue dos Canecas e Ratclifes, o movimento tinha por fim o estabelecimento do governo do povo por si mesmo, na significação mais lata da palavra.

Otoni afirmou que os liberais moderados desvirtuaram a revolução de que se apoderaram (OTTONI, 1916, p. 70). Morel (2003, p. 20) atribui a apropriação do termo pelos liberais moderados ao desejo de fechar o abismo da revolução e parar o carro da revolução, manifesto por Bernardo Vasconcellos. Guimarães (1990, p. 199) atribui sua transmutação de sentido ao conservadorismo presente no pensamento político dos liberais moderados, reunidos nas sociedades defensoras.

Tal conservadorismo é atribuído, pela pesquisadora, à apropriação por parte dos defensores das formulações teóricas de Edmund Burke, fundador do conservadorismo político, principalmente Evaristo da Veiga. Tal apropriação foi apreendida por ela no cotejo dos pronunciamentos públicos de Evaristo, único *defensor* que integrou o Conselho da Sociedade ininterruptamente desde

sua fundação, em 1831, até sua extinção, 1835; dos textos publicados tanto no *Homem e a América*, boletim da Sociedade Defensora, quanto no periódico *Aurora Fluminense*, que circulou entre 1828 e 1835; e da relação de livros pertencentes ao inventário de Evaristo da Veiga (GUIMARÃES, 1990). Conforme Guimarães (1990, p. 203-204),

o principal trabalho de Edmund Burke *Reflexões sobre a Revolução Francesa*, o texto foi publicado pela primeira vez em 1790 e tornou-se um best-seller internacional na época. Na obra Burke procurou traçar um paralelo entre a Revolução Francesa e os movimentos revolucionários ingleses do século XVII, em especial a Revolução Gloriosa. Ele estabeleceu um contraste entre a moderação dos ingleses que, no processo de reformas que modernizaram o Império, orientaram-se pela tradição e evitaram fragilizar as instituições monárquicas; de outro a radicalização da Assembléia Constituinte Francesa que, fazendo das leis tabula rasa, estariam conduzindo a reestruturação do regime se, sem atentar para os precedentes, a autoridade e a experiência do passado, correndo o risco de desestabilizar os equilíbrios complexos sobre os quais repousa a sobrevivência da sociedade.

Desse modo, tendo como fio condutor a antinomia moderação/radicalização, as *Reflexões* de Burke constituíram uma espécie de divisor de águas entre o liberalismo revolucionário dos franceses e o liberalismo moderado dos ingleses. Com a apropriação das formulações de Edmundo Burke, depois da abdicação, os liberais moderados pretenderam fechar o abismo da revolução no sentido radical do termo e passaram a utilizar a palavra revolução no sentido clássico que lhe confere a astronomia, significando rotação, ou seja, uma volta ao ponto de partida (GUIMARÃES, 1990, p. 211). Esse processo operado pelos liberais moderados foi o que levou Ottoni a acusá-los de ter desvirtuado a revolução de que se havia apoderado, como aludimos acima.

Seguindo a linha de raciocínio de Edmund Burke, os liberais moderados produziram a ideia de que à Regência caberia, fundamentalmente, restaurar e revigorar os fundamentos que serviram de alicerce para o Estado independente, ou seja, a defesa da propriedade privada, que subentendia a manutenção do trabalho escravo; a liberdade de comércio; o respeito aos preceitos constitucionais; a representatividade e a centralização administrativa. Assim, para os defensores, retomar esses princípios significava dar continuidade ao projeto de construção do Estado Nacional, do modo como ele foi previsto na ocasião do rompimento dos laços coloniais, ainda que nessa

retomada fossem necessários alguns ajustes, como foi o caso das reformas consagradas no Ato Adicional (GUIMARÃES, 1990, p. 211).

No ímpeto de fechar o abismo e parar o carro da revolução, assim como auxiliar e fortalecer o governo regencial, a criação de associações públicas e de uma rede de periódicos a elas vinculados foi uma das estratégias adotadas pelas autoridades públicas para manter a ordem e a tranquilidade. Além disso, elas, em conjunto com os periódicos, constituíram-se em instrumentos-armas, mobilizadas tanto pelos liberais moderados quanto exaltados e restauradores, para a luta política e ideológica que se travou naqueles anos de regência, sobretudo na fase liberal.

1.1 Tradições e modernidades: as sociabilidades mineiras no período regencial.

Como nos referimos há pouco, no período regencial, os agrupamentos religiosos, típicos do Antigo Regime, permanecem na cena pública cooptando os sujeitos comprometidos com as novas formas de sociabilidade³. Durante todo o século XIX, ainda que enfraquecidas em relação ao vigor do século anterior, as associações religiosas permanecem como importante espaço de sociabilidade. Embora sua análise fuja ao objetivo específico desta pesquisa, a alusão a elas faz-se necessária, por um lado, pela sua permanência no período recortado pela presente pesquisa e, por outro, pelas suas possíveis imbricações com as novas sociabilidades características da configuração de uma esfera pública de poder, bem como da modernidade política.

1.1.1 Caridade e filantropia: sociabilidades religiosas e laicas

As associações religiosas brasileiras, e mineiras em especial, seguiram o modelo português, de origem medieval. Elas são conhecidas genericamente como “irmandades”, termo empregado indistintamente como sinônimo de confraria, arquiconfraria e ordem terceira. Entretanto há diferenças entre o que cada um dos termos designa. As irmandades são associações de fiéis instituídas para exercer alguma obra de piedade ou caridade. As confrarias

³ Para mais detalhes sobre esse duplo pertencimento dos sujeitos, ver a dissertação de Marileide Lopes dos Santos, intitulada *Educação, assistência e sociabilidade: governo dos pobres em Sabará/MG (1832-1860)*, defendida em 2007 (SANTOS, 2007).

são aquelas criadas para o incremento do culto público. Quando uma confraria tem o poder de agregar outras com o mesmo nome e finalidade, configura-se como arquiconfraria. As ordens terceiras são associações pias que se vinculam a uma ordem religiosa, da qual extraem e adaptam regras para uma vida cristã no mundo (BOSCHI, 1986, p. 12-21).

Em todos os casos, havia necessidade de elaborar um Estatuto ou Livro de Compromisso – que deveria ser submetido ao crivo da Coroa Portuguesa –, no qual constavam os deveres e direitos dos congregados. Além das suas funções precípua, era comum a todas as associações a assistência aos irmãos, a celebração de missas em sufrágio da alma, sepultamento no interior das igrejas erigidas pelas irmandades, com solenidade e acompanhamento dos irmãos e do capelão (BOSCHI, 1986, p. 12-21). Embora organizadas sob a égide da Igreja, mas também do Estado, podemos incluir entre as associações religiosas as misericórdias, “gênero de agremiação voltada para o exercício da caridade para com o próximo, as misericórdias cuidavam de doentes desassistidos, de defuntos carentes de recursos, de presos e de condenados” (BOSCHI, 1986, p. 13).

Assim, uma grande quantidade de pessoas, homens e mulheres, ricos e pobres, agremiava-se nas associações religiosas para promover o culto público, cultuar seus santos, buscar proteção diante das contingências da vida e da morte, encontrar pessoas, estabelecer relações e praticar a caridade, e, também, como forma de conquistar poder e salvação.

De acordo com Caio César Boschi a história das confrarias, arquiconfrarias, irmandades e ordens terceiras se confunde com a própria história social e religiosa de Minas Gerais no século XVIII. A descoberta de ouro em grande quantidade no final do século XVII atraiu para Minas uma grande quantidade de homens sob a ilusão da riqueza fácil. Naquele momento, também os eclesiásticos afluíram para Minas em grande quantidade.

Essa fase do povoamento da região das minas foi marcada pelo clima de insegurança e instabilidade. Diante da impossibilidade de recorrerem ao poder institucional do Estado, cuja implantação ainda não se havia efetivado, os homens se socorreram na religião. Entretanto, decorridos pouco mais de dez anos do aparecimento das primeiras pepitas de ouro, a Coroa proibiu a fixação do clero regular na região das Minas. Desse modo, coube aos leigos cuidar da

implementação da vida religiosa, inclusive financiando-a de diferentes formas (BOSCHI, 1986; 2007).

Nas Minas Gerais do século XVIII, religiosidade, sociabilidade e irmandades se (con)fundem e se interpenetram. As irmandades coloniais mineiras, grêmios de cunho orgânico e local, avocaram para si grande parte das expressões de religiosidade e representaram um canal privilegiado de manifestações em uma realidade histórica na qual a livre associação era proibida. Agentes da religiosidade, elas não se reduziram ao inerente caráter devocional. A sociabilidade, a beneficência e o compromisso de assistir seus integrantes na vida, nas vicissitudes desta e na morte são, por vezes, motivações mais fortes que induziram os habitantes de Minas a organizá-las e nelas permanecer (BOSCHI, 2007, p. 59). “Em síntese, as irmandades funcionaram como agentes de solidariedade grupal, congregando, simultaneamente, anseios comuns frente à religião e perplexidades frente à realidade social” (BOSCHI, 1986, p. 14).

As associações religiosas mineiras assumiram contornos específicos em decorrência da forma de ocupação de seu território e da proibição de instalações de ordens religiosas na região, mas, a despeito disso, elas foram instituições bastante comuns na sociedade brasileira do Setecentos. Tais agremiações desempenharam importante papel no que se refere à prática religiosa e à assistência social suprindo, não raras vezes, as funções do Estado e da Igreja. Elas também se constituíram como importantes espaços de sociabilidade, visto que, com efeito, as cerimônias religiosas realizadas dentro e fora dos templos, bem como suas reuniões, promoveram a configuração de um microcosmo com contornos particulares em torno do qual as pessoas se reuniam.

No final do século XVIII esses espaços de sociabilidade sofreram forte contração decorrente, por um lado, do cerceamento das associações por parte da Coroa, visto que poderiam converter-se em “conventículos sediosos”, e, por outro, da evasão dos membros para outros espaços de sociabilidade que tendiam para maior laicização (BOSCHI, 2007, p. 74-75). Embora não com a mesma vitalidade do século anterior, estudos demonstram que essas associações tradicionais permanecem com força na cena pública ao longo de todo o século XIX e até hoje, tanto em Minas quanto em todo o Brasil.

(OLIVEIRA, 2002; GOMES, 2009; COE, 2009; CRUZ, 2007; SANTOS, 2007). A permanência das associações tradicionais na cena pública, bem como o nascimento de novas formas de sociabilidade, no período recortado pela pesquisa, foi capaz de produzir um hibridismo derivado das transformações que se entrelaçaram e foram matizadas pela permanência de antigas formas de congregação.

A proliferação de espaços de sociabilidades que tendiam à maior laicização, de que nos fala Boschi (2007, p. 75), e dentre os quais podemos apontar as associações mineiras do período regencial, pode ser localizada no bojo de dois fenômenos complementares, porém distintos: a difusão do Iluminismo e a configuração de uma esfera pública de poder. Ambos os fenômenos produziram uma diferenciação de princípio entre as associações religiosas, por um lado, e as sociedades literárias, maçônicas e filantrópicas, por outro.

A formação das primeiras se orienta, principalmente, pela prática da caridade e a das últimas, pela filantropia. Essas associações possuem algumas similaridades com aquelas. Contudo o que demarca a diferença entre elas é que as associações laicas cuja criação se orienta pelo princípio da filantropia reflete uma nova maneira de inserção dos sujeitos no espaço público. Assim, um dos caminhos para *entendemos* as diferenças entre as formas tradicionais de agremiação (irmandades, confrarias, arquiconfrarias, ordens terceiras e misericórdias) e as novas (maçonaria, sociedades literárias e científicas e as associações políticas e filantrópicas) é a percepção e a compreensão dos traços distintivos entre caridade e filantropia.

Não queremos com isso reduzir a formação de associações religiosas ao exercício da caridade, pois suas funções iam muito além dela, como ficou demonstrado acima. Entretanto, não há como negar que a caridade é um dos mais fortes motores da associação religiosa.

A prática da caridade, assente em valores religiosos, é bastante longa e tem a Igreja Católica como criadora de suas bases sociais e institucionais. De acordo com o Bluteau (1712/1727), caridade significa “virtude teologal com a qual amamos Deus por amor dele, e ao próximo por amor de Deus”. A caridade era entendida também como “ação caritativa”, que significava fazer a caridade a alguém, ensinando-o ou fazendo-lhe outro benefício e como

“esmola”. Desse modo, a caridade é compreendida como virtude cristã e tem o sentido de amor ao próximo, que se expressa pela doação material e espiritual.

A filantropia subsidiou práticas parecidas com aquelas de origem caritativa, mas que se orientaram por princípio diverso. A filantropia é de natureza secular, portanto necessariamente diferente da caridade, cuja natureza é religiosa. De acordo com GEREMEK (1995), a ideia de filantropia se configura com base nas transformações do quadro de pensamentos e mentalidades operadas pelas *Luzes*, que provocaram certa laicização do mandamento do amor ao próximo, que assumiu um caráter mais cívico e secular.

Falcon (1986, p. 70-77) acrescenta que a filantropia pode ser definida como “amizade desinteressada pela espécie humana”; trata-se de um “sentimento de dever para com os miseráveis”. O filantropo seria aquele que pratica beneficências, ou seja, faz bem aos outros, assiste pobres e doentes. Na concepção iluminista, tal atitude seria própria dos “homens ilustrados”. Esse sentimento manifesta-se, preferencialmente, na ação coletiva: o grupo reúne-se em torno de uma causa, mobiliza-se para a ação e programa atividades, em geral reconhecidas socialmente como positivas (GEREMEK, 1995). Pode-se exercitar a filantropia e a beneficência instituindo sociedades. Daí decorre a criação de instituições assistenciais tais como hospitais, asilos, orfanatos entre outras (1986, p. 70-77).

1.1.2-A constituição da esfera pública de poder e as novas formas de sociabilidade

Podemos pensar as diferenças entre as formas tradicionais e as novas formas de sociabilidade também com base no movimento de constituição de uma esfera pública de poder na perspectiva de Habermas (2003, p. 42), que a define da seguinte maneira:

A esfera pública burguesa pode ser entendida inicialmente como a esfera das pessoas privadas reunidas em um público; elas reivindicam esta esfera pública regulada pela autoridade, mas diretamente contra a própria autoridade, a fim de discutir com ela as leis gerais de troca na esfera fundamentalmente privada, mas publicamente relevante, as leis de intercâmbio de mercadoria e do trabalho social.

De acordo com o autor, a esfera pública de poder configurou-se primeiramente na Europa, na virada do século XVII para o XVIII, e compõe-se de forças que

pretendiam influenciar as decisões do poder estatal apelando para um público pensante a fim de legitimar reivindicações ante esse novo fórum (HABERMAS, 2003, p. 78). Marcadamente burguesa e masculina, na Europa, a esfera pública de poder começou a esboçar-se em lugares de sociabilidade, tais como cafés, salões e associações, secretas e públicas (HABERMAS, 2003, p. 48-52). Os jornais e as revista completam o conjunto de lugares de sociabilidade, entendidos como locais de debate de ideias, nos quais são publicadas as discussões ocorridas nos outros lugares de sociabilidade citados acima (HABERMAS, 2005, p. 58-59). No mundo ibérico, bem como nas Américas, portuguesa e espanhola, ela se configurou entre fins do século XVIII e início do XIX (GUERRA, 1992; NEVES, 2003; MOREL, 2005).

Em complementaridade à constituição de uma esfera pública de poder, verifica-se a configuração da opinião pública. De acordo com Habermas (2005, p. 111), a expressão “opinião pública”, numa versão do final do século XVIII, liga-se ao tirocínio de um público capaz de julgar segundo a racionalidade. Refere-se a uma opinião formulada através da discussão crítica desenvolvida na esfera pública”. Para Morel (2005), a opinião pública remete a uma expressão que desempenhou papel de destaque na constituição dos espaços públicos e de nova legitimidade nas sociedades ocidentais a partir do século XVIII. Essa visão permitia perceber no nascimento da opinião um processo pelo qual se desenvolvia uma consciência política no seio da esfera pública:

Diante do poder Absolutista, havia um público letrado que, fazendo uso público da Razão, construía leis morais, abstratas e gerais, que se tornavam uma fonte de crítica do poder e de consolidação de uma nova legitimidade política. Ou seja, a opinião com peso para influir nos negócios públicos, ultrapassando os limites do julgamento privado (MOREL, 2005, p. 201).

Diante do exposto, podemos apontar como traço distintivo entre as formas tradicionais de agremiação (irmandades, confrarias, arquiconfrarias, ordens terceiras e misericórdias) e as novas (maçonaria, sociedades literárias e científicas e as associações políticas e filantrópicas) os princípios que orientam sua instituição, respectivamente, a caridade cristã e a filantropia. Outra distinção reside no fato de que as últimas inserem-se no movimento de constituição de uma esfera pública de poder e de configuração de uma opinião pública.

Isso nos permite apenas diferenciar as associações religiosas das seculares sem, no entanto, oferecer elementos para pensar a diversidade das últimas. Dito de outra forma, as diferenciações apontadas não são suficientes para darmos conta das peculiaridades que as novas formas de sociabilidade comportam. Além da diferenciação entre as tradicionais e as novas formas de sociabilidade outra possibilidade de compreensão das associações regenciais é a partir da diferenciação entre sociedades públicas e secretas.

1.2 Sociabilidades públicas e secretas na tessitura dos espaços públicos

Embora a criação de sociedades políticas, literárias e filantrópicas, bem como maçônicas, insira-se no movimento de difusão das Luzes e de constituição de uma esfera pública de poder, não podemos tratá-las como equivalentes. É certo que ambas, como instituições da esfera pública, abrigam sociabilidade até então desconhecidas mediante a discussão e o debate de ideias, bem como sua difusão por meio do impresso. Entretanto as associações maçônicas são marcadas pelo segredo quanto à sua existência e atividades.

De acordo com Habermas (2005, p. 50-51), a política do segredo na época do Iluminismo, típica das lojas maçônicas, mas também difundida entre outras ligas e associações, é de caráter dialético. A razão que deve concretizar-se na comunicação racional de um público de homens cultos, no uso público do entendimento, por ameaçar uma relação qualquer de poder, ela mesma necessita de proteção de não se tornar pública. Enquanto a chancelaria secreta do príncipe é a sede da publicidade, a razão não pode revelar-se diretamente. A esfera pública ainda é obrigada a observar a prática do segredo: o seu público, mesmo como público, ainda é obrigado a ser interno. A luz da razão que se esconde para se proteger desvela-se passo a passo.

No que se refere a Minas Gerais, ainda que tenhamos notícia da existência de apenas uma de loja maçônica em Ouro Preto (1822) e indícios de outra em Sabará, entre 1820 e 1830 (BARATA, 2005, p. 697), quando se multiplicaram no Rio de Janeiro, o modelo maçônico desempenhou papel importante na criação das associações mineiras no período regencial por duas razões:

– Primeiro, porque alguns sujeitos envolvidos no movimento associativo mineiro foram membros desse tipo de agrupamento. Aqui é exemplar o caso de

Teophilo Ottoni, fundador da Sociedade Promotora do Bem Público na Vila do Príncipe em 1832. Ele “foi membro do *Clube dos Amigos Unidos*, clube político de fundo maçônico em que militavam alguns dos mais importantes republicanos da década de 1820, como Cipriano Barata e que deu origem à loja *Grande Oriente do Brasil*” (OTTONI, 1916, p. 62).

– Segundo, porque mesmo sem terem sido membros de maçonarias, temos dados e indícios de relações muito estreitas entre membros das associações mineiras do período regencial e maçons, no Rio de Janeiro. Quanto a esses casos podemos apontar, a título de exemplo, Bernardo de Vasconcellos, sócio-fundador da Sociedade Promotora da Instrução Pública (1832), de Ouro Preto, e Bernardo Jacintho da Veiga, um dos fundadores da Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional e da Sociedade Philantropica, ambas criadas em Campanha, em 1832. Bernardo Vasconcellos era amigo íntimo de Evaristo da Veiga, comprovadamente maçom, e Bernardo da Veiga, como o próprio sobrenome indica, era irmão dele. Além proximidade advinda dos laços afetivos, Vasconcellos e da Veiga iam constantemente ao Rio de Janeiro, o primeiro em razão de suas atividades políticas na Assembleia Geral do Império e o segundo, em razão intercâmbio comercial de impressos entre a Corte e o Sul de Minas (Campanha).

Pelas razões expostas acima, julgamos necessário fazer referência à sociabilidade maçônica. No início da década de 1820, um clima de efervescência constitucionalista tomou conta do Rio de Janeiro. Em meio a esse clima, a maçonaria se reorganizou após a onda repressiva que se seguiu às revoluções de 1817, que se materializou de modo especial no alvará régio de 30 de março de 1818, que proibia o funcionamento de associações secretas. Assim, verificou-se o aumento quantitativo do número de maçons e melhor estruturação da ação maçônica com a fundação de um poder central que passaria a direcioná-la, o *Grande Oriente Brasílico* ou do *Brasil* (BARATA, 2005, p. 679).

Esse momento caracteriza-se por um processo de mão dupla: por um lado as questões externas, sobretudo de ordem política, passariam a mobilizar os debates travados no interior das agremiações maçônicas, protegidas pelo seu caráter fechado e secreto; por outro, os debates e projetos que mobilizavam os

maçons⁴ transbordaram para o exterior (BARATA, 2005, p. 679). Assim, as associações do tipo maçônico contribuíam para a constituição de um espaço político público e uma opinião pública moderna, permeados pelos valores maçônicos, ou seja, pela beneficência, filantropia, sabedoria, justiça, uso equilibrado da razão, dentre outros.

A expansão de novas formas de sociabilidade, de que a maçonaria é um dos exemplos, e o crescimento da publicação e da circulação de impressos desempenharam papel fundamental. O incentivo à criação desses espaços associativos modernos e a edição de periódicos foram importantes meios utilizados pelos maçons para divulgar seus projetos e suas ideias para um público mais amplo⁵ (BARATA, 2005, p. 679; NEVES, 2003). Quanto ao pertencimento a esse tipo de sociabilidade, as motivações são variadas. Vão da “mera curiosidade em função do caráter secreto da maçonaria até motivações de ordem mais pragmática, passando pelo interesse em pertencer a uma ampla rede de ajuda mútua, que conferia muitas vezes prestígio e mobilidade social” (BARATA, 2005, p. 680).

Havia, também, a motivação mais transgressora, ou seja, a percepção da maçonaria como escola de virtudes, de aprendizado do viver em coletividade, de espaço de circulação e debate livre de ideias. Os maçons, imersos no caldo de cultura ilustrado, tinham como desafio, talvez o maior, expandir a noção de que o homem virtuoso é o que é útil aos concidadãos. Alcançar a virtude

⁴ “O ideário maçônico revestia-se de duas características centrais e interligadas: a Razão e a Perfeição, como integrantes constitutivas das *Luzes*. Era a racionalidade envolvida com a busca do progresso humano. No âmago da visão racionalista da propagação das *Luzes* em direção à *Perfeição* estava a certeza da chegada de um mundo novo, baseada na noção de progresso. E as Lojas deveriam constituir-se em uma espécie de prenúncio desse mundo perfeito. Seus integrantes eram agentes e *iluminados*. Mas para tal precisavam destacar-se do mundo impuro para liberá-lo e para não se corromperem nem serem confundidos com *obscuridade*. Entretanto não se chegava de uma só vez à Perfeição. Havia a iniciação, os graus, enfim, uma hierarquia em que no topo estava o Grão-Mestre e na base o Aprendiz. E todos eram tidos como *irmãos*. Era, pois, uma hierarquia fechada para o exterior (para os que estavam fora dela) e restrita aos situados embaixo, mas que se abria e oferecia ocasiões de ascensão gradual à medida que se galgava a escada hierarquizada da *Perfeição*. No encontro entre segredo e *esclarecimento* estamos diante de um paradoxo bem característico: as *Luzes* só poderiam florescer à sombra. Tal ideário fazia seguramente parte dos chamados princípios maçônicos, mas compunham sobretudo e visão de mundo de uma época, além de tais associações” (MOREL, 2005, p. 243-244).

⁵ De acordo com Barata (2005, p. 679), alguns dos periódicos mais importantes que foram criados ou que circularam entre 1820 e 1822 tinham nos maçons os principais editores. Como exemplos ele cita: Hipólito José da Costa redator do *Correio Brasiliense*, publicado em Londres de 1808 até 1822 e o *Revérbero Constitucional Fluminense*, editado pelos maçons Joaquim Gonçalves Ledo e Januário da Cunha Barbosa, que circulou entre setembro de 1821 e outubro de 1822.

consiste em superar os vícios, quais sejam, o fanatismo, as tiranias, as superstições e a ignorância. Esses vícios eram percebidos como obstáculos à construção de uma sociedade melhor, mais civilizada, mais progressista. Como a própria cerimônia iniciática da maçonaria sugeria, a felicidade caminhava ao lado do conhecimento e da beneficência (BARATA, 2005, p. 680).

De acordo com Habermas (2005, p. 51), a práxis das sociedades secretas cai sob o jugo da sua própria ideologia à medida que o público pensante e, com ele, a esfera pública burguesa, a qual promovia, impôs-se contra a esfera pública controlada pelo poder. Outras sociedades, especialmente aquelas que, no transcurso do século do século XVIII, surgem no seio das honorabilidades burguesas, evoluem, no entanto, para associações públicas que, também à base da cooptação, permitem um acesso relativamente fácil. Nelas, o estilo burguês de sociabilidade, uma intimidade e uma moral contrapostas à convenção cortesã, conquistou uma naturalidade que não mais necessitava do ritual que, no entanto, acompanha os ritos maçônicos.

Com base nessas percepções, as associações secretas foram gradativamente perdendo espaço para as associações públicas. Contudo era preciso legitimá-las, em especial numa sociedade recém-saída do *status* jurídico de colônia e na qual a liberdade de imprensa era algo ainda novo.

Conforme mencionamos, no Brasil, o envolvimento de sociedades secretas na Revolução Pernambucana de 1817 resultou numa forte repressão, por parte da Coroa, a esse tipo de agremiação, inclusive proibindo a existência delas e imputando-lhes o epíteto criminoso. Consoante isso, o declínio das agremiações secretas, inerente ao processo de configuração de uma esfera pública de poder, contribuiu para que a criação de sociedades públicas fosse incentivada e que as secretas fossem rechaçadas.

No caso do Brasil, o segredo que envolvia as reuniões e as ações dos grupos levou D. João VI a considerar as congregações secretas como centro de conspirações contra o Estado. Diante disso, elas foram proibidas pelo Alvará de 3 de maio de 1818, que determinava a condenação dos sujeitos com elas

envolvidos pelo *crime de Lesa-Magestade*⁶, com previsão de pena de morte e confisco de bens. Assim, o referido alvará declarou:

Criminosas e proibidas todas e quaesquer sociedades secretas de qualquer denominação que ellas sejam, ou com os nomes e formas já conhecidas, ou debaixo de qualquer nome ou forma, que de novo se disponha ou se imagine; pois que todas e quaisquer deverão ser consideradas, de agora em diante, como feitas para conselho e confederação contra o Rei e contra o Estado (Alvará de 30 de março de 1818).

Após a Independência do Brasil, o governo procurou adotar nova postura: não apenas proibir, mas esboçar uma política para o setor. Tal política consistia em reprimir os círculos secretos ou políticos e impor autorização oficial às associações que desejassem se estabelecer, e materializou-se na Lei de 20 de outubro de 1823⁷, que revogou o Alvará de 30 de março de 1818. Assim, o artigo 3º dessa lei ainda proibia a existência de “todas as Sociedades Secretas” e o seguinte as definia:

Artigo 4º Serão consideradas Sociedades Secretas as que não participarem ao Governo sua existência, os fins geraes da associação, com protesto de que não se oppoem á Ordem Social, ao Systema constitucional estabelecido neste Império, á Moral, á Religião Christã; os logares e tempos dos seus ajuntamentos, e o nome do individuo ou indivíduos, que compuzerem o Governo da Sociedade ou Ordem, e dos que depois se forem sucessivamente seguindo no mesmo governo.

O artigo 5º da lei previa que a fundação de qualquer sociedade deveria ser comunicada à Intendência Geral de Polícia, no caso da Corte, e às autoridades civis e policiais do lugar, nas demais localidades do império, no prazo de quinze dias após a primeira reunião. A comunicação deveria ser assinada pelos membros do grêmio. As sociedades precisavam receber, por escrito, a autorização do governo para funcionar.

Para Morel (2005, p. 265), durante o Primeiro Reinado, quando os meios de expressão política, como a imprensa, as associações e o parlamento foram cerceados, houve, no Rio de Janeiro, a retomada das agremiações

⁶ Conforme as Ordenações Filipinas (livro V, título 6, § 5), aqueles que “fizessem conselho e confederação contra o Rey e seu Stado ou tratasse de se levar contra ele, ou para isso desse ajuda, conselho ou favor”

⁷ Essa determinação legal vigorou durante as Regências e, a nosso ver, foi a responsável pela formação da caixa da PP 1/7 do APM.

corporativas. No que se refere à província de Minas Gerais, tal quadro não se verifica. Os autores, assim como as fontes consultadas durante esta pesquisa, indicam a criação de apenas duas sociedades, não de caráter corporativo, mas literárias. Trata-se da Sociedade Philopolitecnica, de São João del Rei, e a Sociedade Literária, de Ouro Preto.

De acordo com Christianni Cardoso Morais⁸ a criação da Sociedade Philopolitecnica foi idealizada em 1824, para manter a biblioteca pública de São João del Rei. A proposta de estatutos foi enviada ao governo imperial e submetida à apreciação do Visconde de Cayru. Contudo, não foi aprovada, visto que a associação poderia implicar “com a religião e a política⁹”, além de ficar distante da Corte, o que dificultava a fiscalização¹⁰ (MORAIS, 2002). Quanto à Sociedade Literária de Ouro Preto, Moreira (2006, p. 144) afirma que funcionou, entre 1823 e 1825, na capital da província e embora as referências a ela sejam escassas, são suficientes para dizer que a *Ilustração Pública* figurava como um dos seus objetivos latentes.

O período regencial, comparado ao momento histórico imediatamente anterior e posterior, foi fecundo para o desenvolvimento das associações tanto na pluralidade das formas, quanto na quantidade, ou seja, sociedades literárias, filantrópicas e políticas, secretas e públicas se multiplicaram em todo o Brasil. Uma das características do período em relação às formas de sociabilidades

⁸ Para mais detalhes sobre o projeto de criação da Sociedade Philopolitecnica e da Biblioteca Pública de São João del Rei, ver o trabalho de Christianni Cardoso Morais, intitulado: *Para o aumento da instrução da mocidade de nossa pátria: estratégias de difusão do letramento na vila de São João Del Rei* (MORAIS, 2002).

Conforme a pesquisadora, o projeto relaciona-se com a criação de um espaço público de debates ideias importantes para aquele tempo, conforme as perspectivas de Habermas (2003). Para manter a biblioteca, o destacado comerciante e político Batista Caetano de Almeida propôs a criação da Sociedade Philopolitecnica de São João del Rei em 1824. Apesar do surto associativo verificado na Corte, no período, a sociedade foi impedida de funcionar, dada a distância da capital, o que impedia o governo de fiscalizá-la.

Não obstante a negação do governo imperial, Batista Caetano e outros membros das elites cultural, econômica e política de São João del Rei, imbuídos da tarefa de desenvolver normas e valores identificados com os países europeus civilizados, envolveram-se num projeto de ampliação dos debates em torno das ideias políticas, de extensão da instrução e da leitura com vista à ampliação do uso dos impressos pela população branca e livre por meio da instalação da Biblioteca Pública.

⁹ Revista do Arquivo público Mineiro, ano IV, 1899, p. 839.

¹⁰ Não encontramos informações sobre outras associações no Primeiro Reinado, mas sabemos que a criação de sociedades filantrópicas e pedagógicas que auxiliasse no desenvolvimento da instrução pública foi estimulada pelo redator de *O Universal* (18 jul. 1825; 20 jul. 1825) e pelo juiz da paz João José Lopes Mendes Ribeiro (29 mar. 1828). (MISCELANIA. Livro: 709. Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Mariana).

modernas é um esforço por parte dos sujeitos com elas envolvidos no sentido de construir, por meio de práticas discursivas, a legitimidade das sociedades que não mantinham suas atividades em segredo.

As práticas discursivas referem-se às diferentes maneiras como as pessoas, mediante o discurso, ativamente, produzem a realidade. Isso significa que as práticas discursivas moldam nossa maneira de constituir o mundo, de compreendê-lo e de falar sobre ele. De acordo com Bakhtin e Galvão (2003, p. 262), os enunciados, entendidos como palavras e sentenças articuladas em ações situadas, constituem o ponto de partida para a compreensão das práticas discursivas. E todo enunciado é sempre a expressão de um ponto de vista. Ou, dito de outro modo, expressa a perspectiva do sujeito, seu horizonte conceitual, suas intenções, sua visão de mundo.

Diante disso, é interessante notar que são os liberais moderados, grupo político que se envolveu de forma mais intensa com o movimento de criação das associações públicas nas Regências, que vão produzi-las como algo importante naquele momento. Por outro lado, eles buscam produzir as iniciativas dos grupos adversários, ou seja, dos liberais exaltados e dos restauradores, como inadequadas aos novos tempos. A esses últimos grupos foi atribuída a responsabilidade pela criação de sociedades secretas, verdadeiros “conventículos sediosos”, inadequados aos tempos de liberdade e *Luzes*.

Na seção “Interior” do periódico O UNIVERSAL de 30 de dezembro de 1831 encontra-se uma dura crítica à maçonaria, transcrita do *Astro de Minas*. De acordo com a articulista, o segredo da reunião encobria interesses escusos e era incompatível com a difusão das *Luzes* e com a liberdade política dos novos tempos. Além disso,

Se ella não se amalgama com o interesse público, se procura as trevas, se em um governo livre faz sessões secretas, e procura occultar e evitar o escarpello da Opinião Nacional, fugindo de publicar seus atos é uma sociedade perversa, inimiga da humanidade, amiga das trevas e retrograda, e interessada em perpetuar a ignorância da quelles que chamão profanos (O UNIVERSAL, n. 691, 1831).

A representação elaborada é a de que “dentro de um governo livre as associações as mais perigosas são as secretas. [...] Os interesses Nacionaes só podem ser bem sustentados ao clarão da publicidade” (O UNIVERSAL, n. 691, 1831). Não por acaso, na sessão “Ouro Preto”, da mesma edição, a Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional, de Prados, não falava em maçonaria, mas também se manifestava contra as sociedades secretas. Essas eram consideradas perigosas em contraposição às associações públicas “muito necessárias e capazes de uniformizar os sentimentos dos Cidadãos de cada lugar, os fazem tomar uma parte activa nos negócios do Estado”. Elas eram consideradas como um meio eficiente “para desterrar o egoísmo e a indiferença pelo bem ser da pátria”. Diante disso, a Defensora de Prados expressava seu desejo de que se multiplicassem “as Sociedades Patrióticas, instituídas para bons fins, quanto desejão os amigos do Brasil, e das suas instituições” (O UNIVERSAL, n. 691, 1831).

Há grandes possibilidades de que o artigo do *Astro de Minas* transcrito para *O Universal* tenha sido escrito por Batista Caetano de Almeida, principal redator daquele periódico, ou pelo seu colaborador José Alcebiades Carneiro. Ambos estavam envolvidos como o movimento associativo que se deflagrou após a abdicação de D. Pedro I, o primeiro como membro da matriz da Sociedade Defensora, no Rio de Janeiro (GUIMARÃES, 1990, p. 25), e o segundo, da filial de São João del Rei (O MENTOR DAS BRASILEIRAS, p. 755, 1831). O outro discurso, publicado na seção “Ouro Preto”, por sua vez, foi proferido por ocasião da instalação de outra filial da Defensora no Arraial de Prados (MG).

Aqueles dois discursos dialogavam com um discurso de Borges da Fonseca, publicado meses antes no periódico *O Republico* (n. 59, 1831 *apud* GUIMARÃES, 1990, p. 18) quando este noticiou a criação da Sociedade Defensora do Rio de Janeiro:

Só nos tempos de despotismo e das trevas podem utilizar-se sociedades secretas e nos tempos de liberdade e luzes tais sociedades secretas são prejudiciais à humanidade [...] As sociedades patrióticas porém são de suma utilidade e vantagem [...].

Assim, num processo de interação discursiva, os liberais moderados, partícipes do movimento associativo na Regência, iam produzindo as sociedades secretas, fossem elas maçônicas ou não, como próprias dos tempos

de despotismo e de trevas, ao passo que as sociedades públicas eram relacionadas ao advento de um novo tempo caracterizado pela liberdade e pela difusão das *Luzes*. A instalação de cada nova sociedade era produzida, sobretudo, pelos jornais como algo importante, uma vez que denota o zelo e o interesse das pessoas “comuns” pelo Brasil. No dia 12 de setembro, *O Universal* (n. 645, 1831) noticiou a sessão de instalação da Sociedade Patriótica Mariannense, ocorrida no mês anterior. Segundo o articulista, a essa primeira sessão

[...] assistio um grande numero de pessoas da flor dos Mariannenses [...] Nunca alli se vio antes um concurso tão numeroso, um enthusiasmo tao nobre: cada qual procurava tomar uma parte mui activa nos negocios da Pátria [...].

Retomando a ideia de Bakhtin e Galvão (2003) exposta acima, segundo a qual todo enunciado é sempre a expressão da perspectiva do sujeito enunciador, do ponto de vista do articulista de *O Universal*, a iniciativa de instalar associações públicas é uma ação louvável. A respeito disso, ele escrevia:

Folgamos muito quando vemos por toda a parte os Cidadãos formando Associações Patrioticas, e empregando todo o seu zelo no serviço do Paiz em que nascerão, ou que adoptarão, [visto que] ellas fazem com que todo o Cidadão se interesse, e tome parte no governo do seu paiz, e cure dos meios do seu melhoramento (O UNIVERSAL, n. 645, 1831).

No momento imediatamente anterior às Regências, ou seja, no Primeiro Reinado, tal iniciativa, provavelmente, não seria digna de tantos elogios quanto naquele momento em que a revolução política, ou seja, a abdicação de D. Pedro I, poderia converter-se em revolução social. A volta do imperador também constituía ameaça aos liberais moderados, grupo que assumiu o poder após a saída deles e que se destacou no movimento associativo nas Regências. Afinada tanto com o discurso do redator de *O Universal* quanto com as agremiações congêneres, a Defensora de São João del Rei pronunciou-se:

A Sociedade Defensora da Liberdade e Independencia Nacional vem de ser instituída nesta Villa debaixo dos melhores auspícios. Cidadãos Patriotas desejando oppor uma barreira invencivel ao Despotismo, e á Anarquia, dão-se as mãos para sustentar por todos os meios o bem da ordem e a publica tranquillidade (O UNIVERSAL, n. 669, 1831).

As associações patrióticas eram espaços de sociabilidade propícios à mobilização contra a anarquia e o despotismo, respectivamente, sinônimo de subversão da ordem pública e social e de restauração. Daí que os liberais moderados adeptos do movimento associativo, por meio de práticas discursivas, buscaram também construir a ideia de que havia um consenso com relação ao caminho a ser seguido na construção do Estado e da Nação brasileira. Esse esforço pode ser percebido na continuação do artigo citado acima.

A união que felizmente reina entre os Mineiros vai-se estreitando cada vez mais com estes laços; e as forças que isoladas não aproveitarião, se tornão assim mais uteis á sociedade sendo habilmente dirigidas para um fim comum [...] (O UNIVERSAL, n. 669, 1831).

Em seguida, utilizando uma linguagem que lembra muito a religiosa, ele expressava-se como se estivesse fazendo uma oração: “Procurem as Sociedade Patrioticas da nossa Provincia conciliar a união de todos os Mineiros, fazer esquecer antigas rivalidades, e trabalhem todos para o bem ser da Patria [...]” (O UNIVERSAL, n. 645, 1831).

Conforme dissemos, construir a legitimidade das associações públicas, por conseguinte patrióticas, significava, também, repelir toda forma de associação secreta. Em abril de 1831, o juiz de paz da Vila de São João del Rei, Martiniano Severo de Barros, que viria a ser membro da Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional, criada em 2 de outubro daquele ano na mesma localidade, acusava a União e Lealdade de perturbar a ordem e a tranquilidade do lugar. Em proclamação publicada no periódico *O Mentor das Brasileiras* (n. 69, p. 547-549, 1831,) ele alertava os cidadão sobre o risco que a referida associação representava.

HABITANTES DE S. JOÃO D’EL REI! O imperioso e sagrado dever, que a meu cargo tenho, de zelar a pública tranqüillidade, visivelmente ameaçada pela Sociedade, que entre nós, e para nossa vergonha, se insurgiu, me ordena que vos fale, e vos desengane, a fim de que não vos deixeis iludir, e não comprometais vossos nomes em uma associação manifestamente invasora dos poderes públicos. [...] A Sociedade, que vemos erigir-se entre nós, com o título d’*União e Lealdade*, é criminosa; e para o ser, basta ver-se que ela se há organizado por uma maneira punível segundo a lei [...].

Coincidentemente, ou nem tanto assim, naquele mesmo dia, 8 de abril de 1831, *O Universal* publicou um longo texto em que a Sociedade Promotora da Instrução Publica de Ouro Preto reagia energicamente à acusação de que era uma agremiação secreta, imputada pelo periódico *Semanário Mercantil*, que possivelmente era o porta-voz de um dos grupos políticos adversário dos liberais moderados, ou seja, dos restauradores. Diante disso, argumentava-se,

[...] ella não é secreta, prova-se pelo Annuncio que precedeo á sua abertura em um Jornal, prova-se pelo convite que se fez, e a que annuirão muitos Cidadãos, pois nas duas reuniões que se fizerão a 25, e 27 do passado, mez alli se achava um tão numeroso concurso, que o grande sallão destinado para a Bibliotheca, difficilmente o pôde acomodar, e desses Cidadãos muitos não tinham parte alguma na sociedade, e forão como meros espectadores (O UNIVERSAL, n. 579, 1831).

Além disso, o juiz de paz, “authoridade a quem cumpria vigiar sobre o procedimento da sociedade ahi esteve presente, e tomou parte nos seus trabalhos, que se fizerão com toda a publicidade, harmonia e boa ordem”. E diante de todos, espectadores e sócios, “lerão os Estatutos da Sociedade, que hão de ser publicados pela Imprensa; de ninguém se exigio segredo; logo não tem a sociedade o character de secreto que lhe quer imprimir o consocio do Telegrapho.” Desse modo a *Promotora* defendeu-se da acusação dizendo que comunicou pela imprensa sua instalação e apresentou seus estatutos diante de todos, inclusive do Juiz de Paz a quem cabia fiscalizar-lhe as atividades. Para completar, com certa dose de ironia, na proclamação afirmava-se que se: “existe alguma outra Lei em contrario, o *Semanário* fará muito especial favor aos Membros da Sociedade em declara-la, e tambem ao Sr. Juiz de Paz, que dezeja proceder sempre conforme as Leis do Estado” (O UNIVERSAL, n. 579, 1831).

A denúncia da existência de uma sociedade secreta em São João del Rei, feita pelo juiz de paz e veiculada pelo periódico *O Mentor das Brasileiras*, editado por José Alcebíades Carneiro que, assim como o juiz de paz Martiniano Severo de Barros, viria a ser sócio da Defensora daquela vila publicada no mesmo dia em que *O Universal* colocava em circulação a defesa da *Promotora* corrobora a ideia de que as práticas discursivas são sempre dialógicas. Ademais, a *Promotora* não somente se defendia da acusação, mas também explicava ao público as razões pelas quais não podia ser considerada secreta.

Ao mesmo tempo, o juiz Martiniano acusava a União e Lealdade de “principia[r] anarquicamente intrometendo-se no exercício de funções públicas, desacreditando as Autoridades policiais e judiciárias legalmente estabelecidas” (O MENTOR DAS BRASILEIRA, p. 547-549, 1831), numa não clara alusão ao artigo 4º, da Lei de 20 de outubro de 1823 que proibia as associações que “se oppoem à Ordem Social e ao Systema constitucional” (Artigo 4º, Lei de 20 de outubro de 1823).

Por tudo que foi exposto acima, podemos dizer que a legitimidade das associações públicas e de sua intervenção na cena pública foi eximamente construída pelos liberais moderados por meio de práticas discursivas. Essas práticas se mostraram eficientes do ponto de vista da construção do sentido do associativismo naquele momento histórico. Entretanto, devemos nos atentar para o fato de que a primeira fase das Regências (1831-1837) foi marcada pela hegemonia do grupo político dos liberais moderados e, no caso de Minas Gerais, pouco ou nada da memória dos liberais exaltados e dos restauradores foi conservada.

Assim as informações sobre as sociedades criadas pelos dois últimos grupos a que tivemos acesso são os discursos produzidos pelos seus adversários, ou seja, pelos liberais moderados. Considerando que conhecer alguma coisa é conhecer em termos de um ou mais discursos, podemos dizer que conhecemos as agremiações de liberais exaltados e restauradores por meio dos discursos do inimigo, ou seja, dos liberais moderados.

Considerando a ressalva acima, podemos afirmar que a criação de associações públicas, bem como sua legitimação, por meio de práticas discursivas, pode ser entendida como parte do processo de configuração de uma esfera pública de poder, nos termos da discussão feita páginas atrás. As associações criadas em Minas no período regencial consistiam “[num]a esfera das pessoas privadas reunidas em um público”, bem como “[n]uma força que pretendia influenciar as decisões do poder estatal apelando para um público pensante a fim de legitimar reivindicações ante esse novo fórum” (HABERMAS, 2005, p.78). Resta-nos dizer, nesse momento, de suas linhas de ação.

1.3 O movimento associativo das Regências

Wernet (1978) e Guimarães (1990) apontam as agitações que antecederam o 7 de abril como desencadeadores do movimento associativo verificado no período regencial. De acordo com Wernet (1978, p. 24), logo que as notícias dos acontecimentos ocorridos na Corte [Noite das Garrafadas] chegaram a São Paulo, foram pensadas várias ações para fazer frente às ofensas à liberdade e à independência do Brasil, assim como à honra dos brasileiros. Dentre elas, a criação da Sociedade dos Defensores da Liberdade e da Independência Nacional foi considerada a mais eficaz. Assim, reuniram-se mais de 400 pessoas, que se propuseram a defender, por todos os meios legais e à custa da própria vida, esses dois objetos sagrados contra qualquer agressão seja qual fosse a origem.

Conforme Guimarães (1990), estimulado pela iniciativa dos paulistas e ciente da necessidade de preservação da ordem, da fragilidade do governo estabelecido com a instalação da Regência, bem como da criação de mecanismos políticos e sociais que pudessem sustentá-lo, o jornalista e político Borges da Fonseca, um liberal exaltado, viu com entusiasmo a instalação de um grêmio patriótico, criado nos moldes da Sociedade dos Defensores de São Paulo, cujas virtudes em contraposição às sociedades secretas, lhe pareciam adequadas ao contexto histórico.

Assim, foi fundada, em 10 de maio de 1831, a Sociedade Defensora da Liberdade e da Independência Nacional, no Rio de Janeiro. Em seguida, a agremiação começou a ser organizada nacionalmente e espalhou-se de forma rápida por todo o Brasil. A matriz do Rio passou a liderar uma rede de 89 associações congêneres, que se concentravam, principalmente, nas províncias do Rio de Janeiro, de São Paulo e de Minas Gerais (GUIMARÃES, 1990).

Em Minas Gerais, como em São Paulo e no Rio de Janeiro, o clima de agitação que sucedeu a Abdicação foi elemento propulsor do movimento associativo. Contudo, diferentemente das províncias vizinhas, parecem ter sido as agitações que antecederam o episódio da Abdicação, que detonaram o movimento, o que, de alguma forma, dá uma nuance diferente ao movimento

associativo mineiro. No dia 27 de março de 1831, foi instituída¹¹, na capital província mineira, Ouro Preto, a Sociedade Promotora da Instrução Publica por um grupo de políticos e letrados de destaque no âmbito municipal, provincial e imperial. Com a instituição da Sociedade Promotora em Ouro Preto e, também, sob o impulso da Defensora do Rio de Janeiro, as associações espalharam-se por toda a província de Minas Gerais.

Ao longo da pesquisa, foi possível identificar 38 associações¹² instituídas entre 1831 e 1840. A fase liberal das regências coincide com a explosão do movimento associativo; já a fase conservadora caracteriza-se por um arrefecimento do associativismo, como demonstra o GRAF. 1.

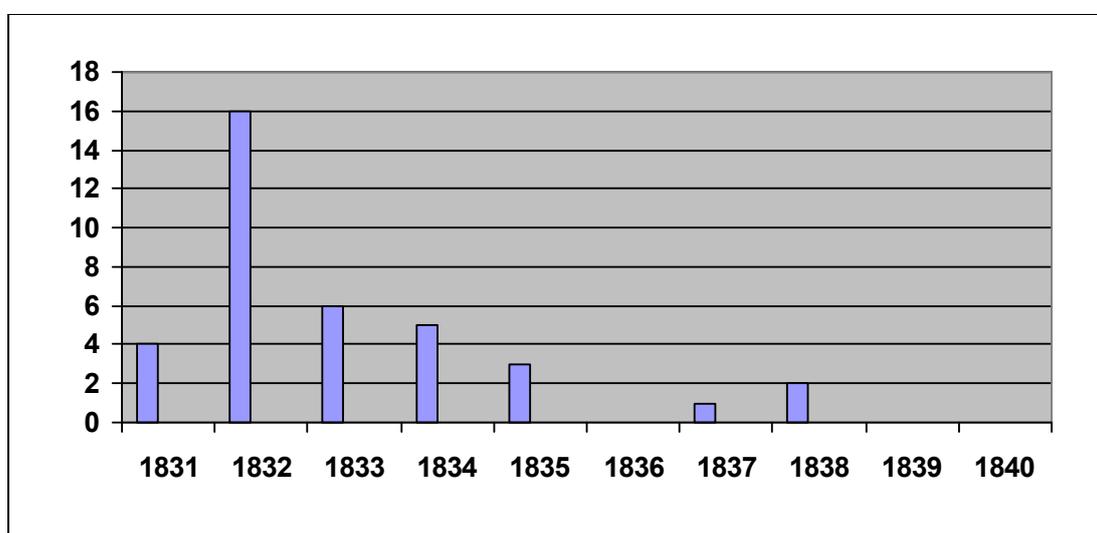


GRÁFICO 1 – Evolução do movimento associativo mineiro no período regencial

Fontes: APM SP PP 1/7 caixas 01 e 02, APM, SP PP 1/18, cx. 196, pac. 22; *O Universal* 20 abr. 1831; 4 abr. 1832, 26 nov. 1832, 11 mar. 1835; Paschoal (2007).

O surto associativo verificado em Minas nos primeiros anos das Regências deve-se, em boa parte, à criação de filiais da Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional do Rio de Janeiro. Conforme exposto, de acordo com Guimarães (1990), foram as preocupações quanto à preservação

¹¹ O termo “instituídas” chama atenção para o fato de que a formação da sociedade é anterior à sua instituição. Conforme demonstraremos no segundo capítulo, nossa proposição é a de que o engajamento de políticos e letrados no movimento associativo das regências seja compreendido como resultante de encontros que se deram em outros espaços de sociabilidade, tais como as câmaras municipais, o conselho geral da província e os jornais que consideramos, como Sirinelli, (2003, p.249), lugares de “fermentação intelectual e de estabelecimento de relações afetivas”.

¹² Ver ANEXOS 1 e 2.

da ordem e à criação de mecanismos capazes de dar sustentação ao governo regencial que desencadearam a multiplicação de filiais da Defensora do Rio por todo o Brasil. A matriz chegou a liderar uma rede de 89 congêneres, concentradas no interior do Rio de Janeiro, em São Paulo e em Minas Gerais.

Guimarães (1990, p. 272, 273) informa que Minas possuía 28 filiais da Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional instituídas em Baependi, Barbacena, Caldas, Cataguases, Congonhas do Campo, Curvelo, Diamantina, Douradinho, Itajubá, Jequitinhonha, Juiz de Fora, Mariana, Muriaé, Paracatu, Paraopeba, Passos, Patos de Minas, Pitangui, Pouso Alegre, Sabará, Varginha, Serro.

Durante a pesquisa, localizamos, nas fontes documentais consultadas, o registro da existência de dez¹³ agremiações, cuja designação é Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional, ou seja, cerca de 1/4 do total de 38 associações mineiras, que estavam localizadas em Alfenas, Araxá, Campanha, Lavras, São João del Rei, Bom Sucesso, Lambari, Prados, Sapocai e Três Corações. Entretanto dessas dez, somente o nome das cinco primeiras consta na lista apresentada por Guimarães (1990, p. 272-273), o que significa que o número de filiais em Minas chegou a 33.

Além daquelas, outras seis sociedades se denominavam defensoras, mas não da liberdade e Independência, quais sejam: Sociedade Defensora e Promotora dos Direitos do Cidadão (Paracatu); Sociedade Defensora Campanhense¹⁴ (Campanha); Sociedade Curvelana Defensora da Legalidade (Curvelo); Sociedade Juvenil Defensora da Constituição e Liberdade (Patafufo); Sociedade Reformista Defensora da Constituição e Liberdade Nacional (Mateus Leme); e Sociedade Defensora do Throno e da Constituição (Ouro Preto).

Entre as 38, 6 são promotoras: a Promotora da Instrução Publica de Ouro Preto, à qual aludimos acima, e outra de mesmo nome, criada em Gouveia; a Sociedade Promotora do Bem Público da Vila do Príncipe (Serro) e a de Cabo Verde; a também Promotora da Instrução Pública e Pacificadora do Centro

¹³ Para identificar as dez filiais mineiras da Defensora, consultar os ANEXOS 1 e 2, já referidos aqui.

¹⁴ É possível que essa seja a filial campanhense da Defensora do Rio, que foi designada dessa forma para abreviar o nome, mas pode de fato ser outra agremiação criada naquela vila. Para sanar a dúvida seria preciso uma investigação mais específica, que não era nossa intenção.

(Formiga); e a Sociedade Promotora da União e Defensora do Centro (Januária). Quatro delas se autodenominaram filantrópicas: a de Campanha e a de Itabira do Mato Dentro era simplesmente Sociedade Philantropica; havia a Sociedade Philantropica, Anti-Restauradora, Amante da Lei, Liberdade e Independência Nacional (Santa Quitéria) e ainda a Sociedade Philantropica Muzical de Campo Belo.

Houve, também, a Sociedade dos Amigos da Beneficência (Diamantina); a Sociedade dos Amigos da Beneficência e Opositora da Ilegalidade (São Romão); a Sociedade Patriótica Marianense (Mariana); a Sociedade Pacificadora, Philantropica e Defensora da Liberdade e Constituição (Sabará); a Sociedade Cultora da Religião e Sustentadora da Lei e Liberdade (Congonhas do Sabará); a Sociedade Betinense Anti-Restauradora e Defensora da Liberdade (Betim); a Sociedade Sustentadora do Governo Legal do Senr. Som Pedro Segundo (São Gonçalo); e a Sociedade Provincial Mineira (Barbacena).

Enumerar tantos nomes pode tornar a leitura desse texto enfadonha, entretanto tal procedimento nos parece proficuo uma vez que nos permite repertoriar e analisar as palavras a que recorrem os sujeitos para nomear as associações por eles instituídas ou às quais eles aderiram. Isso nos conduz, de forma mais específica, à organização do léxico relacionado ao movimento associativo mineiro e, de modo mais amplo, adentrar a linguagem política que, naquele tempo, tornou-se instrumento de debate público que teve lugar nos jornais, na tribuna e no púlpito.

Tal operação nos remete, em alguma medida, aos modos como as referências, os repertórios e as sensibilidades dos sujeitos se entrelaçaram e são ressignificadas pelas condições políticas, econômicas e culturais. Identificar as sensibilidades, as referências e os repertórios com os quais os intelectuais e políticos operam nas suas práticas discursivas e definir suas linhas de ações significa reunir os fragmentos dos projetos, individuais e coletivos, elaborados e dar-lhes certa inteligibilidade.

Além disso, com relação às designações das sociedades, é interessante notar que elas nos permitem adentrar o universo conceitual e as formas estilísticas com as quais os sujeitos operavam naquele momento. E, nesse aspecto, elas nos oferecem fragmentos da experiência social daqueles que se engajaram no movimento associativo nas Regências.

Parece-nos possível, também, servimo-nos das reflexões de Bakhtin (2003, p. 262) sobre as práticas discursivas, às quais nos já aludimos. As práticas discursivas referem-se à maneira como produzimos a realidade por meio dos discursos e que o ponto de partida para compreendê-las é o exame das palavras e das sentenças, articuladas em ações situadas. Diante disso, a recorrência de termos como, defensora e promotora, antecedendo outros, como, liberdade e independência, por exemplo, nos permitem perceber as injunções políticas que podem ter levado à intensificação de seu o uso.

Em tempos de intensa luta política, como foram os das Regências, para aqueles homens, em grande medida, a liberdade, a independência, a Constituição, os direitos do cidadão, o trono e a legalidade estavam ameaçadas. O uso intenso dos substantivos, defensora, promotora, sustentadora, cultora, acompanhados de outros, como constituição e trono, acabou produzindo nomes fortes para as agremiações.

Naquele momento de embates sobre qual seria o melhor arranjo institucional para o Estado brasileiro, sobre qual deveria ser o grau de centralização e de autonomia, o temor em relação à atuação das forças centrífugas que poderia levar ao esfacelamento do Império uma Sociedade Promotora da União e Defensora do Centro demonstrava a urgência e a necessidade de fazer frente à ameaça e trabalhar em prol da centralização.

A Sociedade Pacificadora, Philantropica, e Defensora da Liberdade e Constituição poderia não só aplacar os ânimos depois de travada “a guerra mais cruenta” que culminou na abdicação, mas também defender o que já foi conquistado, ou seja, a liberdade e a independência. A presença da palavra filantropia deixa-nos entrever a natureza secular do princípio que orientava as ações dos sujeitos. O mesmo vale para a beneficência que parecem-nos pertencer ao mesmo campo semântico.

A filantropia e a beneficência, ambas tocadas pelo espírito das *Luzes*, denota o movimento daqueles que podiam ajudar os que eram considerados despossuídos. Os políticos e os letrados congregados nas sociedades *philantropicas*, de Sabará, Campanha e Itabira do Mato Dentro, e nas dos *amigos da beneficência*, de Diamantina e São Romão, intentam partilhar, em certa medida, os bens materiais ou simbólicos de que eram detentores.

Na trilha da filantropia e da beneficência, a difusão de bens simbólicos, como o “tesouro de conhecimentos úteis ao lavrador, ao negociante, ao militar, ao médico, ao artista e a todos industriais” parece ter sido a referência para as sociedades promotoras da instrução pública que esperavam contribuir para o “desaparecimento desse monopólio, que a classe abastada exerce sobre à que falecem os meios de haver a necessária instrução”¹⁵.

É interessante notar a coexistência de sociedades filantrópicas e beneficentes com outra como a *Sociedade Cultora da Religião e Sustentadora da Lei e Liberdade*. Tal fato pode parecer contraditório, como parece contraditória também a intenção de sustentar valores de naturezas distintas como são a religião, por um lado, e a lei e a liberdade, por outro. Contudo tal impressão não permanece se atentarmos para uma observação de Ângela Alonso (ALONSO, 2002, p. 40) sobre o arranjo dos elementos que compõem o repertório, que segundo ela é histórico e prático, não importando sua consistência teórica.

Para efeito de análise, há que se considerar, ainda, o importante lugar da religião não somente na sociedade mineira, mas também brasileira, e ainda sua importância como elemento de manutenção da ordem social tanto no universo da tradição quanto na produção de teóricos, como Montesquieu, cujas formulações foram intensamente apropriadas pelos políticos e letrados mineiros na primeira metade do século XIX.

A nomenclatura, como estratégia para construir o sentido do movimento associativo, como se viu, é algo muito importante. Tal importância não deixou de ser percebida pelos partícipes do associativismo mineiro. Com relação a isso, vale apresentar um trecho do editorial sobre a sociedade secreta *União e Lealdade*, à qual já nos referimos aqui, que foi transcrito do jornal *O Mentor das Brasileiras*, editado em São João del Rei, e redigido por José Alcebiades Carneiro, membro da Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional por *O Universal*.

¹⁵ Os trechos entre aspas foram retirados do discurso proferido por Francisco de Paula Santos na festa de inauguração da Biblioteca Pública de Ouro Preto, que se estabeleceu, em 1831, sob os auspícios da Sociedade Promotora da Instrução Pública daquela mesma localidade (*O UNIVERSAL*, n. 576, 1831).

UNIÃO E LEALDADE

Tal é a denominação de uma *sociedade secreta*, que agora acaba de apparecer [...] De que lhe serve o nome de *União* se ella procurar desunir do centro commum uma porção de individuos? Para que o nome de *Lealdade* se ella perjura quando exclue o Art. 174¹⁶ que forma uma parte essencial da Constituição. Antes ella se chamasse Sociedade da-*Desunião* e *Infidelidade* – este titulo melhor lhe convinha segundo os fins a que se propõem, que é semear a discórdia entre o povo, promover a intriga, e dar lugar a uma guerra intestina [...] (O UNIVERSAL, n. 583, 1831, grifos no original)

O assunto em questão no editorial era a reforma da Constituição outorgada em 1824, defendida pelo grupo dos liberais, do qual Alcebiades fazia parte, e rechaçada pelos restauradores, que se congregavam na sociedade União e Lealdade. Ao bater-se contra o grupo adversário, Alcebiades, argutamente, recorreu à nomenclatura escolhida para desqualificar a agremiação acusando-a “tanto de opor-se à ordem social, visto que jogava o povo contra as autoridades constituídas, quanto de ser criminosa, pois que segundo o Novo Código as sociedades secretas estavam proibidas” (O UNIVERSAL, n. 583, 1831). Diante disso, é interessante notar a importância do léxico na construção do sentido das associações públicas empreendida pelos liberais mineiros.

1.3.1 Ordem, constituição e legalidade

No processo de apropriação e de transmutação do sentido da palavra “revolução”, já referido, operado pelos liberais moderados, a Constituição seria fundamental. Assim nesse movimento de volta ao começo, o ponto de partida para a nova trajetória era a Constituição. No esforço de sustentar o governo regencial, também ela foi o norte das ações empreendidas. A observância da Constituição já era apregoada antes da abdicação, mas depois dela se intensificou. De acordo com Guimarães, antes mesmo do fim do Primeiro Reinado Evaristo da Veiga advertia os leitores da *Aurora Fluminense* (n. 276, dez. 1829 *apud* GUIMARÃES, 1990, p. 204):

Nada de jacobinismo de qualquer que seja a cor. Nada de excessos. A linha já esta traçada; é a Constituição que se jurou no dia 25 de março. Nada de alterações que a desfigurem e lhe façam perder o prestígio da virgindade.

¹⁶ “Art. 174. Se passados quatro annos, depois de jurada a Constituição do Brazil, se conhecer, que algum dos seus artigos merece reforma, se fará a proposição por escripto, a qual deve ter origem na Camara dos Deputados, e ser apoiada pela terça parte delles” (Constituição, 1824).

Findo o Primeiro Reinado tais advertências tornaram-se recorrentes nas sessões da Defensora, em suas publicações e em pronunciamentos oficiais (GUIMARÃES, 1990, p. 4).

Quadro similar era observado em Minas Gerais, onde as associações eram unânimes no compromisso de “sustentar com todos os seus esforços físicos, e moraes a Constituição jurada a 25 de março de 1824” e “gloriosa revolução do 7 de abril, como fizeram, respectivamente, a Sociedade Patriótica Marianense e a Defensora de Campanha (SP PP 1/7, cx. 01, pac. 11; , cx. 02, pac. 07). Como essas as demais ser colocaram firmemente contra os atos ilegais e disposta a “conservar e consolidar a Monarchia Hereditária – Constitucional – Representativa¹⁷, como era um dos objetivos da Promotora de Ouro Preto, previsto em seus estatutos” (SP PP 1/42, cx. 01, pac. 41 *apud* O UNIVERSAL, n. 634, 17 ago. 1831).

Martins (2007), ao analisar o papel da lei e do direito na organização do Estado moderno, procura demonstrar em quais vertentes do liberalismo nossa Constituição se inspirou. Segundo a autora, o modelo do Estado brasileiro, assentado na Constituição de 1824, constituiu-se num conjunto de noções que excluíram o liberalismo radical e permitiram a conciliação com as visões políticas tradicionais. No que se refere à ordem política,

as elites intelectuais brasileiras se afinariam mais diretamente com a doutrina liberal com base em Montesquieu, do que com a doutrina democrática, cuja origem é o pensamento de Rousseau. Recorreram às idéias de Benjamim Constant, em especial o tipo de liberalismo político que advogava, centrado em uma ampla defesa da propriedade, um sistema representativo restrito e uma monarquia constitucional apoiada em um poder de caráter arbitral. A esses elementos somou as tradições do jusnaturalismo¹⁸ português (MARTINS, 2007, p. 63).

Um aspecto do pensamento de Constant adquiriu particular interesse, dada a repercussão que teriam no Brasil. Seguindo o modelo de Montesquieu, defendia a distribuição de poder na cúpula da administração, acrescentando o que talvez seja sua contribuição mais original: a ideia de neutralidade do poder real, reforçando a antiga noção de poder arbitral do rei.

¹⁷ Na terceira versão dos estatutos, “Monarchia Hereditária – Constitucional – Representativa” e “Monarchia Constitucional” foram substituídas por Sistema Constitucional.

¹⁸ Para mais detalhes, ver: LOPES (2003).

Essa noção, no Brasil, foi associada diretamente à cultura política da monarquia portuguesa e, indiretamente, permitiu a renovação do modelo no qual a monarquia voltava a basear-se na opinião dos letrados juristas para legitimar suas ações. Esse princípio é a base para a formulação e adoção do Poder Moderador na Constituição brasileira, bem como da instituição de um Conselho de Estado, que apoiasse seu exercício (MARTINS, 2007, p. 63-64).

Seria também a Constituição a primeira barreira à desordem, à anarquia e à guerra civil. Na documentação consultada, a sustentação da ordem pública e a manutenção da segurança interna estão correntemente associadas à defesa e à consolidação do sistema de governo legalmente estabelecido. A observância do que estava definido não apenas na Carta Magna, mas em todo código legal brasileiro era considerada a melhor maneira sustentar o governo estabelecido, manter a ordem e a tranquilidade, bem como garantir a segurança. Em última instância, seria a legislação a garantia do exercício da liberdade conquistada com a independência e reafirmada com a abdicação.

O conceito de liberdade difundido em Minas foi cunhado por Montesquieu (1779). Segundo o filósofo francês, a liberdade consistia em fazer tudo aquilo que a lei não proíbe. A apropriação do conceito de liberdade de Montesquieu era textualmente anunciada pelo redator de que escrevia,

A liberdade é nociva, logo que não é subordinada às leis da justiça, da razão, e da sociedade. O uso que dela se faz é injusto, logo que ela transpõe os limites que estas leis lhe prescreveram; é ilícito quando não se encerra nos limites assentados pelo pacto social. (MONTESQUIEU. *Discurso sobre a liberdade*. O UNIVERSAL, n. 280, 1827).

E completava: “O celebre autor do Espírito das Leis diz que, ser livre não é fazer o que se quer, mas o que se deve querer”. Essa era a chamada liberdade bem entendida (O UNIVERSAL, n. 590, 1831). A defesa da liberdade submetida à lei continuou a ser difundida ao longo do período regencial, como demonstra este outro trecho de *O Universal* (n. 880, 1832).

Quando em um estado observa-se por a toda parte o respeito à leis, [...] é quando uma Nação tem o signal mais certo de sua ventura, e prosperidade

Quando porém manifesta uma tibieza de espirito publico, quando a imoralidade dos povos, e os abusos de poder tocam o

seu zenith, então aparecem os piores sintomas, precursores infalíveis das crises revolucionárias.

[...] sem tremer debaixo da espada vingadora da lei, vagueão no procélio mar da liberdade sem limites [...].

Como podemos notar, trata-se da produção de um discurso sobre a necessidade de enquadrar as ações das pessoas nos limites da legalidade, da justiça e da razão. A razão em detrimento da paixão deveria servir de guia às ações humanas, numa clara alusão ao ideal iluminista. Tratava-se de criar condições para conjugar a liberdade com a legalidade. Assim, o binômio liberdade/legalidade foi amplamente difundido como estratégia para manter a ordem e a tranquilidade públicas.

O enquadramento das ações dos indivíduos nos limites da legalidade era um atributo fundamental no processo de estruturação do Estado Nacional brasileiro, e para alcançá-lo produziu-se no Brasil o que Adorno (1988) chamou de “Império da Lei”. Como bem nos lembra o autor, diante de toda a sorte de inconformismos enfrentados pela sociedade brasileira entre 1831 e 1849, a alternativa dos proprietários rurais e negociante para estabelecer a tranquilidade pública consistia em recuperar ferozmente o império da lei. Tal tarefa foi quase que exclusiva dos bacharéis¹⁹ (ADORNO, 1988, p. 49).

Conforme o demonstramos, a constituição era o sustentáculo do processo de organização do Estado, iniciado com a Independência e, ao qual os liberais moderados deram continuidade.

De acordo com Lúcia Guimarães os encaminhamentos das questões relativas à preservação da segurança interna do Império e ao fortalecimento da Regência, definidos no âmbito da *Defensora*, incluíram não apenas a criação de novos instrumentos de repressão destinados a coibir os excessos e a evitar a ociosidade das pessoas de ínfima condição. A *Defensora* também se encaminhou no sentido de proposições de reformas no aparato de governo que facilitassem o desmonte das engrenagens políticas, burocráticas e sociais que durante o Primeiro Reinado estiveram a serviço de D. Pedro I. Nesse sentido após a abdicação os liberais moderados empreenderam o que a autora

¹⁹ Segundo Faria Filho (1999), desde a Independência o nosso Legislativo se autoimpunha a tarefa de estabelecer o “domínio da lei” por meio da própria lei e, assim, assegurar um mínimo de tranquilidade pública e estabilidade política.

chamou de saneamento do aparato do Estado, que atingiu preferencialmente o exercito²⁰, o funcionalismo público e a Corte de São Cristóvão²¹. (GUIMARÃES, 1990, p. 51).

No âmbito das reformas do aparato de governo, mas como parte de um amplo processo de reformulação do arranjo institucional do Estado brasileiro, destaca-se a reforma da Constituição. De acordo com Dolhnikoff (2005), as mudanças na Constituição visaram acomodar as elites regionais, concedendo-lhes significativa autonomia para administrar suas provinciais e, ao mesmo tempo, garantir sua participação no governo central por meio de suas representações na Câmara dos Deputados.

A princípio, em Minas Gerais o reconhecimento da necessidade de reformas na Constituição não foi um consenso entre as associações. Segundo Dolhnikoff (2005), a reforma liberal da década de 1830 estava inscrita nas disputas presentes já no momento da independência, entre elas o confronto entre o projeto federalista e o unitário. O cerne da divergência estava na organização institucional, especialmente a autonomia dos governos provinciais perante a capacidade de intervenção do governo central. Durante todo o primeiro Reinado, o arranjo institucional caracterizou-se pela centralização e por investidas dos liberais para diminuí-las. Com a abdicação, ampliaram-se as chances de diminuir o grau de centralização.

No entanto, no âmbito do movimento associativo mineiro, o temor em relação aos efeitos da adoção de medidas descentralizadoras foi o foco das divergências iniciais quanto à implementação de reformas que aumentassem o grau de autonomia das províncias. A descentralização política esteve associada

20 Diante da dúvida quanto à fidelidade do exército em relação a D. Pedro I, em especial o oficialato, e a composição da soldadesca, maciçamente composta por elementos oriundos das camadas pobres da população, a Regência procurou, paulatinamente, desmobilizar as forças armadas e organizar outro tipo de aparato militar fiel à Regência, qual seja, a Guarda Nacional. Nesse empreendimento, contou com o apoio irrestrito da Defensora (GUIMARÃES, 1990, p. 55) e, certamente, de suas sucursais mineiras.

21 Segundo Guimarães (1990, p. 59), “estendendo sua atuação à praticamente todos os assuntos de interesse público, desde a filantropia até o patrocínio de festas cívicas e religiosas, a Defensora, aos poucos assenhorou-se de um espaço na sociedade imperial, que anteriormente era preenchido pela Corte palaciana. Assim, se durante o Primeiro Reinado frequentar o Paço de São Cristóvão significava gozar de prestígio social e político, entre 1831 e 1834 essas deferências seriam transferidas para o âmbito da Defensora que simbolizaria a nova ordem que se pretendeu instituir no império”. Guardadas as devidas diferenças, observamos um movimento similar em Minas Gerais, o qual será objeto de análise no terceiro capítulo desta tese.

à adoção do federalismo. A Sociedade Promotora de Ouro Preto, inicialmente, colocou-se contra a reforma porque acreditava que a introdução do sistema federativo era prematura. É o que se depreende de um pronunciamento seu a respeito da questão:

Desde que entre nós se suscitou a ideia de fazer reformas na Constituição, ou introduzindo o Systema Federal, ou ampliando as atribuições dos Conselhos Geraes, temos guardado um profundo silencio, fugindo de tocar em uma questão [...] Não combatemos a opinião das reformas porque ella lisongea o nosso coração; não a sustentamos por julgarmos prematuro o tempo de se tratar della; no estado porém em que se achão as cousas [...] (O UNIVERSAL, n. 582, 1831).

O estado das coisas a que se referiu a Promotora era o clima de agitação que permaneceu após a abdicação, principalmente os embates com restauradores. A ameaça de retorno de D. Pedro I para o grupo congregado na Promotora era ainda muito presente. A fragilização do Código Fundamental do Império, provocado por uma reforma precoce, dadas possibilidades de restauração, somada ao anseio separatistas, manifesto em várias províncias, e que à fragmentar o Império, levava a Promotora a recomendar cautela em relação à velocidade da marcha das reformas:

Ainda quando se reconheça hoje que a Constituição tem em si defeitos que a pratica tem feito sentir [...] Se allí se fixa uma marcha lenta, e mais demorada do que talvez conviria, quem não conhece a conveniencia de se obrar com maduresa e circunspecção, quando se trata de alterar a forma d'um edificio, e edificio de tanta importancia se que desmoronasse, era capaz de esmagar o Brasil inteiro? [...]E` pois partindo destes principios que nós julgamos quenos cumpre respeitar hoje a nossa Constituição como o faziamos [...] (O UNIVERSAL, n. 728, 1832).

Tal temor se arrefecia à medida que se constituía a ideia de que as reformas não trariam tantos riscos se fossem feitas nos limites fixadas pela própria Constituição. Além disso, seria uma maneira de evitar a volta de D. Pedro I e combater a anarquia. A consistência de tal ideia foi garantida, por um lado, pelo combate àqueles que afirmam que as reformas eram ilegais. E o caso do periódico *A Nova Luz Brasileira* que, segundo *O Universal*, havia censurado os deputados do Império por causa das discussões feitas na Assembleia sobre as reformas da Constituição e defendido que era ilegal que elas fossem discutidas naquela legislatura (2ª legislatura/1830-1833) (O UNIVERSAL, n. 617, 1831).

As lições periódicas, como os liberais as chamavam, o doutrinamento político operado pelos jornais, como podemos notar acima, era uma forma eficiente de construir o consenso sobre as mudanças políticas que estavam em via de se realizar. Os efeitos das lições periódicas poderiam ser potencializados pela ação de autoridades como os juizes de paz e de padres liberais. Isso é o que defenderam os redatores de *O Universal* (n. 645, 1831):

A lição periodica é um dos meios mais facil de se conseguir estes fins; mas ella precisa ser coadjuvada por aquellas pessoas, a que o povo por algum prestigio tenha de dever o prestar maior atenção; taes são os Parochos, os quaes assim como são obrigados a ensinar aos Povos o cathecismo moral, devem ter como obrigação explicar-lhes o cathecismo político, cujas regras servem-se reciprocamente. Por outro lado os Juizes de paz fariam um grande serviço publico, se nas suas cazas facilitassem aos habitantes de seu districto a leitura das folhas publicas, o que ja fizemos ver em um dos nossos numeros. Se as cousas ja estivessem neste estado, não veríamos nós tanta gente reprovar a Federação, como reforma ao Codigo fundamental permittida pelo art. 174 [...] (Grifos nossos).

Segundo Guimarães (1990, p. 101), as discussões sobre a reforma ganharam mais força no final de 1831. Segundo a autora, nesse momento a população miúda já estaria sob controle. Um indício disso é a reorientação dos editoriais dos jornais, que deixaram de abordar os episódios de anarquia e desordem e fixaram-se nas notícias de cunho eminentemente político e no acompanhamento das discussões das propostas de reforma da constituição.

Segundo Ottoni (1916, p. 75), participe dos mais ativos no processo de mudança, a proposta de reforma da Constituição consistia em três mudanças básicas:

- 1^a Que os conselhos geraes de provincia fossem convertidos em assembeas provinciaes.
- 2^a Que fossem cerceadas as attribuições, que chamei fattaes, do poder moderador.
- 3^a Que fosse abolida a vitaliciedade do senado.

Para garantir a aprovação das mudanças Ottoni instalou, em 2 de fevereiro de 1832, na Vila do Príncipe (Serro), uma associação política com o título de “Sociedade Promotora do Bem Público”, que a *Aurora Fluminense* chamou de “Encyclica Promotora” (OTTONI, 1916, p. 76), que passou a trabalhar para garantir a aprovação do projeto de reforma da Constituição. Nesse sentido, a

mesa diretora da Sociedade, na sua sessão inaugural, redigiu uma correspondência endereçada a várias autoridades e sociedades mineiras em que propunha “um golpe de estado eleitoral que salvasse o projecto de reformas approved na camara dos deputados” (OTTONI, 1916, p. 76-77). A seguir, encontra-se transcrito um trecho da correspondência que nos dá uma ideia do que era o núcleo da proposta:

Deliberou convidar a todas as municipalidades e sociedades patrióticas, não só desta como de outras províncias para que no caso de que até o dia da convocação da futura assembléia legislativa não tenha ainda passado ou tenha sido regeitado no senado o projeto das reformas Constitucionais se esforcem em comum acordo para que nos respectivos círculos eleitorais se dêem poderes constituintes aos futuros Deputados para reformarem a Constituição [...] fazendo a reforma independente do Senado [...] (O UNIVERSAL, n. 669, 1832; OTTONI, 1916, p. 78).

A proposta foi enviada à Sociedade Promotora da Instrucção Publica de Ouro Preto. à Sociedade Pacificadora Philantrópica Defensora da Liberdade e a Constituição de Sabará (O UNIVERSAL, n. 729, 1832) e à Sociedade Defensora da Independência e Liberdade Nacional de Pouso Alegre, fundada pelo padre Bento Ferreira Leite (PASCHOAL, 2007; OTTONI, 1916, p. 77). E também circulou por meio de *O Universal* (n. 721, 1832) e *O Astro de Minas* (O Astro de Minas n. 669, 1832). Contudo, ao contrário do que Ottoni esperava, tanto as sociedades quanto as municipalidades responderam negativamente ao convite da Sociedade Promotora do Bem Público. A Pacificadora de Sabará respondeu que,

[...] com quanto a Sociedade Pacificadora esteja convencida da necessidade urgente de se adoptarem as alterações alli projectadas [...] ella discorda dos meios que VV. SS pretendem empregar, por isso nesse caso marcharia a Sociedade em sentido contrário aos fins de sua instituição e para prova dessa verdade decidiu incluir um exemplar dos seus estatutos [...] (O UNIVERSAL, n. 729, 1832).

A Câmara de Ouro Preto respondeu à Sociedade Promotora do Bem Público, por ofício e por meio de *O Universal*, que reconhecia e defendia a necessidade das reformas constitucionais, mas reprovava os meios propostos pela Promotora do Bem Público. Os membros da Câmara de Ouro Preto, muitos deles também membros da Sociedade Promotora da Instrucção Pública, afirmavam que

a maioria da Nação quer sim as reformas; ella deseja que se acabe a Vitalicidade do Senado; mas pelos meios que a constituição tem decretado [...] Não estamos ainda todos de acordo sobre as bases da nova Constituição [...] nada menos de tres partidos dividem a Nação, e cada um delles quer a sua forma de governo, o seu sistema diverso, enquanto contidos pelo poder das Leis, elles se observão mutuamente e a Segurança Pública não é comprometida, porque o Governo tem força para sustenta-la; mas desde que dissolvido o vinculo legal, desde que a força occupar o lugar das Leis, o que se pode esperar da nossa futura sorte? [...] (O UNIVERSAL, n. 732, 1832).

Dada a gravidade da proposta da Promotora do Bem Público o jornal *Sentinella do Serro*, a ela vinculado, foi processado por abuso da liberdade de imprensa. Embora absolvido das acusações “os membros influentes da sociedade Promotora do Bem Público não tiverão outro recurso senão o de deixar o campo aos seus adversários, ceder-lhes a typografia e retirar-se completamente de cena” (OTTONI, 1916, p. 79).

A Sociedade Promotora de Ouro Preto seguia na defesa de que ainda era cedo para efetuar as reformas de que a Constituição necessitava, e depois da tentativa de golpe eleitoral teria mais razões para pedir que se tivesse cautela, com relação elas. Assim, em 22 de junho de 1832, a Promotora publicou, em seu periódico, um editorial cujo teor é o seguinte:

Não se falla, não se pensa no Brasil senão em reformas, e sem que se attenda as verdadeiras necessidades da Nação, a maior parte dos Escriptores se embriagão em o bello [sic] e se esquece da realidade.

Mudar, e reformar o pacto Social, é o encanto, as bellezas, o desejo, que se patenteia. Tambem dezejariamos, e até advogariamos com o maior calor, e affinco, um tal systema, se não temêssemos que chamar sobre nós a responsabilidades dos males, que se nos antolhão com a reforma precipitada, e immatura. Conhecemos que o Brasil não pode deixar de ser um Estado Federado, mas estamos convencidos, que a Nação não está ainda disposta para uma tal forma de governo (JORNAL DA SOCIEDADE PROMOTORA DA INSTRUÇÃO PÚBLICA, n. 8, 1832).

Com o mesmo o intuito de esclarecer o público sobre o que seria o sistema federativo, pouco tempo depois, a Promotora publicou, em seu periódico, um catecismo federal (JORNAL DA SOCIEDADE PROMOTORA DA INSTRUÇÃO PÚBLICA, n. 19, 22 jun. 1832). Parece-nos clara a intenção de evitar ações

precipitadas como a que foi empreendida pela *Sociedade* Promotora do Bem Público. Todavia seu pedido não reverberou.

No dia 30 de julho foi desfechado o que ficou conhecido como “Golpe de Estado de 1832”, também conhecido como “O Golpe dos Três Padres”, já que seus principais articuladores foram os padres Antônio de Feijó, José Martiniano de Alencar e José Bento Ferreira de Mello, este último fundador da filial da Sociedade Defensora em sua cidade natal, Pouso Alegre (MG).

De acordo com Castro (2004, 34-35), no golpe envolveram-se, também, o defensor Evaristo da Veiga, Aureliano de Souza, Oliveira Coutinho e Chichorro da Gama. O pretexto foi a reprovação, em 26 de julho, pelo Senado, do pedido de afastamento do tutor de D. Pedro II, José Bonifácio, que a Câmara dos Deputados, por seu turno, havia aprovado no mesmo dia. Sob esse pretexto, planejou-se que a câmara dos Deputados se converteria em Assembleia Nacional Constituinte, o que implicaria, naturalmente, a derrogação da Constituição de 1824 e todos os órgãos que ela instituía, dentre os quais o próprio senado.

O Golpe foi tramado na Chácara da Floresta, residência do defensor e deputado padre José Custódio Dias (GUIMARÃES, 1990, p. 122). Ainda de acordo com Castro (2004, p. 42), a intenção era substituir a Carta de 1824 pela Constituição de Pouso Alegre, que recebeu esse nome por ter sido impressa na tipografia do Pregoeiro Constitucional, pertencente ao padre Bento e vinculada à Sociedade Defensora daquela localidade, Pouso Alegre. Para o autor, é quase certo que a nova carta tenha sido preparada tendo em vista a manobra planejada por Ottoni meses antes.

Uma comissão da Câmara, cujos membros, quase todos, pertenciam à da Defensora do Rio (GUIMARÃES, 1990, p. 122), criada especialmente para dar parecer sobre a situação, concluiu pela transformação daquele corpo legislativo em Assembleia constituinte, conforme planejado pelos golpistas. A Câmara estava a ponto de anuir o parecer, mas o rejeitou dada uma advertência do deputado e defensor Honório Hermeto Carneiro Leão, qual seja, “[...] não demos esse passo que nos arrastará a outros igualmente maus e perigosos. [...] Faça-se tudo o que exige o bem da Pátria, mas pelos meios

legais” (ANAIIS da Câmara dos Deputados, 1832 *apud* GUIMARÃES, 1990, p. 123).

O temor de Honório Hermeto não era infundado. A Promotora de Ouro Preto, na seção de 2 de outubro, tomou conhecimento, ao que parece por meio de uma correspondência da Defensora do Rio, dos fatos ocorridos na Corte em 30 e 31 de julho, os quais deixaram seus ócios bastante preocupados, visto “o perigo aos quais a Pátria esteve exposta nesses dias em que a infame facção retrograda aproveitou-se da crise para levar a efeito seus danados planos. Diante disso, a agremiação afirmou que, unida aos brasileiros, à Defensora do Rio e às Sociedade Federal Fluminense e da Bahia, não cessaria em trabalhar para destruir o partido retrogrado, os inimigos do Brasil, da Constituição e de D. Pedro II, nosso legítimo Imperador (JORNAL DA SOCIEDADE PROMOTORA DA INSTRUÇÃO PÚBLICA, n. 21, 1832). Assim, os restauradores aproveitaram a situação para promover agitações conforme alardeou, também, *O Universal* (O UNIVERSAL, n. 797, 1832).

Os efeitos do golpe ficaram reduzidos à queda de Feijó e seu ministério. Possivelmente, a brusca debandada da maioria governamental no momento de conclusão do golpe tenha sido provocada pela tomada de consciência dos riscos que esses equívocos envolveriam. Com o malogro do Golpe, tanto o Senado quanto a Câmara dos Deputados fizeram o que ficou conhecido na historiografia como “transação”: cada uma das partes cedeu um pouco.

Como proposto por Evaristo da Veiga, entre 17 e 28 de setembro, a Câmara e o Senado fizeram seções conjuntas para definir as bases para a reforma da Constituição. Aprovou-se o projeto de reforma constitucional consubstanciado na Lei de 12 de outubro de 1832. A lei, com artigo único, autorizou os eleitores a conceder aos deputados eleitos para a 3ª legislatura (1834-1838) poderes especiais para reformar os artigos ou parágrafos que eram expressamente declarados reformáveis (CASTRO, 2004, p. 34-35, 43).

Diante desse quadro, a Sociedade Defensora do Rio de Janeiro, que conforme Guimarães (1990) já havia assumido os contornos de entidade político-partidária, cuja finalidade era garantir a preponderância do grupo liberal moderado no governo da Regência, transformou-se numa máquina de

arregimentar votos. De acordo com a historiadora, aprovada a lei de 12 de outubro, os liberais moderados esperavam “contar com um grande trunfo eleitoral, a utilização das poderosas engrenagens da Defensora do Rio e suas filiais para assegurar a sua vitória nas eleições que se realizariam em 1833” (GUIMARÃES, 1990, p. 130).

Apesar de continuar defendendo que o Brasil não estava preparado para adotar o sistema federativo (JORNAL DA SOCIEDADE PROMOTORA DA INSTRUÇÃO PÚBLICA, n. 21, 1832) a Sociedade Promotora fez coro às Defensoras. No dia 15 de dezembro de 1832 a Sociedade Promotora da Instrução Pública procurava alertar o público quanto à grande responsabilidade que recairia sobre os deputados gerais que seriam eleitos para a legislatura seguinte, a eles cabia reformar a Constituição. Nesse sentido, era ainda maior a responsabilidade dos eleitores que elegeriam aqueles que poderiam elevar o Brasil ou jogá-lo no abismo. E argumentava:

[...] vos já conheceis os bens, que pode produzir uma Assembléia verdadeiramente Nacional e os males que a contrária pode causar [...] lançai os olhos sobre a historia do Brasil desde a sua independência, e vede quaes os melhores Deputados, os mais acérrimos defensores do Brasil (JORNAL DA SOCIEDADE PROMOTORA DA INSTRUÇÃO PÚBLICA, n. 27, 1832).

Ao que parece, a Promotora e as Defensoras estavam afinadas para promover a eleição de deputados liberais moderados que viabilizassem a reforma da Constituição em 1834. Guimarães (1990, p.132) adverte que, apesar de não constar nem no boletim da Defensora (*O Homem e a América*) nem na *Aurora Fluminense* uma lista de candidatos indicados formalmente pela agremiação, a leitura dos jornais oposicionistas denota que ela se envolveu profundamente na disputa eleitoral. Indício disso é a edição de 18 de fevereiro do periódico *O Exaltado* – que, apesar do nome, era ligado aos restauradores – que divulgou uma lista de candidatos “moderados” destinados à província de Minas Gerais. É interessante notar que embora se tratasse do discurso do inimigo, a lista está repleta de nomes ligados não apenas às Defensoras da Corte e de Minas, mas a outras agremiações mineiras. Vejamos a lista:

1. Antonio Paulino Limpo de Abreu (Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional do Rio de Janeiro)

2. Antonio Pereira Ribeiro
3. Antonio Pinto Chichorro da Gama
4. Antonio Ribeiro Bhering (Sociedade Patriótica Marianense)
5. Baptista Caetano de Almeida (Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional do Rio de Janeiro)
6. Bernardo Belisario Soares de Souza
7. Bernardo Pereira de Vasconcellos (Sociedade Promotora da Instrução Pública de Ouro Preto)
8. Evaristo Ferreira da Veiga (Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional do Rio de Janeiro)
9. Francisco de Paula Cerqueira Leite
10. Gabriel Francisco Junqueira
11. Gabriel Mendes dos Santos
12. João Dias Quadros Aranha
13. José Alcebiádes Carneiro (Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional de São João del Rei)
14. José Bento Ferreira Leite de Mello (Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional de Pouso Alegre e do Rio de Janeiro)
15. José Custódio Dias
16. José Pedro de Carvalho (Sociedade Promotora da Instrução Pública de Ouro Preto)
17. Manoel Gomes da Fonseca
18. Manoel Ignácio de Mello e Souza (Sociedade Promotora da Instrução Pública de Ouro Preto)
19. Mariano Carlos de Souza Correa
20. Theophilo Benedicto Ottoni (Sociedade Promotora do Bem Público-extinta)

Surpreendentemente, ou nem tanto assim, dos nomes que constam na lista acima apenas três não foram eleitos: Antonio Pereira Ribeiro, Mariano Carlos de Souza Correa e Theophilo Benedicto Ottoni (REVISTA DO APM, p. 30-31, 1896). Tal fato confirma a tese de Guimarães (1990, p. 130) de que os liberais moderados esperavam contar com grande trunfo eleitoral, utilizando as poderosas engrenagens da Defensora do Rio e suas filiais para assegurar a vitória deles nas eleições que se realizariam em 1833. Na capital do Império, os mecanismos da Defensora não seriam tão eficientes, uma vez que os restauradores obtiveram mais votos do que os *liberais-defensores*. No entanto, no interior, o resultado foi similar ao obtido na província mineira: a maioria esmagadora dos deputados eleitos eram defensores. Isso “revela que a

máquina da Defensora havia funcionado a todo vapor” (GUIMARÃES, 1990, p. 135)

Depois disso, segundo Guimarães (1990), as sequelas provocadas pelo fracasso do Golpe de 1832, que aparentemente haviam desaparecido, voltaram à tona no decorrer de 1834, por causa da reforma da Constituição. Na esteira da desagregação dos moderados a Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional começaria a ver declinar seu prestígio na Corte. A despeito disso, ainda reuniria força e influência com as filiais do interior para assegurar a vitória de padre Feijó nas eleições para regente único em abril de 1835. A Sociedade Defensora foi extinta em meados do mesmo ano.

No que se refere a Minas Gerais, ao longo da pesquisa, não foi possível reunir dados sobre o movimento associativo de modo geral. A julgar pelas afirmações de Guimarães (1990), podemos supor que com a extinção da matriz da Defensora no Rio suas sucursais mineiras também tenham desaparecido. Quanto à extinção das demais sociedades criadas nos primeiros anos das Regências, não temos notícias, exceto da Sociedade Promotora da Instrução Pública, que existiu até agosto de 1838 (O UNIVERSAL, n. 107, 1838). Na ocasião em que foi extinta, alguns de seus membros faziam parte do quadro de sócios da Sociedade Defensora do Throno e da Constituição, criada em Ouro Preto no ano anterior (SP PP 1/7, cx. 02, pac. 25).

Capítulo 2 – “Os Socios se considerão amplamente remunerados com a honra de servir ao seu Paiz”: os sujeitos do movimento associativo mineiro

Uma Sociedade Patriótica vai instituir-se nesta Cidade sob a direcção de alguns Cidadãos que se interessão pela prosperidade do seu Paiz; [...] Ha muito que a Cidade de Marianna precisava deste impulso para despertar alguns Cidadãos da apathia em que estavam, ou da indifferença que mostrarão para com os negocios publicos. Animados porém com os esforços dos Membros da Sociedade, acostumados assim a tomar uma parte mui activa nas cousas publicas, é de esperar que os Mariannenses á proporção que forem sentindo os effeitos beneficos da Instituição, vão sacudindo o pezado jugo que ainda os liga a certos prejuizos, filhos do habito inveterado (O UNIVERSAL, n. 631, 1831).

Neste capítulo, focalizaremos a trajetória dos sujeitos envolvidos no movimento associativo mineiro. Nossa intenção é elaborar um perfil coletivo de um pequeno grupo composto de 13 indivíduos que se destacaram, durante a pesquisa, como líderes do movimento associativo mineiro das Regências. São eles: Antonio José Ribeiro Bhering, Bernardo Jacintho da Veiga, Bernardo Pereira de Vasconcellos, Fortunato Rafael Arcanjo da Fonseca, Herculano Ferreira Penna, José Alcebíades Carneiro, José Antonio Marinho, José Bento Ferreira de Mello, José Pedro Dias de Carvalho, Luiz Maria da Silva Pinto, Manoel Ignácio de Mello e Souza, Pedro Gomes Nogueira e Teophilo Benedicto Ottoni.

O capítulo está organizado da seguinte forma: inicialmente, explicitamos o potencial da abordagem proposta; em seguida, apresentamos a microbiografia dos sujeitos para posterior comparação entre eles e para elaborar o perfil coletivo com base em questões essenciais sobre a trajetória deles, tais como geração, origem familiar, formação escolar, carreira profissional, carreira política¹; e, por fim, tratamos dos espaços, das formas e das redes de sociabilidades dos membros do grupo, analisando o modo como contribuíram para formulações de diagnósticos e de projetos individuais e coletivos delineados num espaço de sociabilidades específico – as associações.

Nossa proposição é de que o engajamento daquele pequeno grupo de políticos e letrados no movimento associativo nas Regências seja compreendido como resultante de encontros que tiveram lugar em outros espaços de sociabilidade tais como as câmaras municipais, o Conselho Geral da província e os jornais que consideramos como lugares de “fermentação intelectual e de estabelecimento de relações afetivas” (SIRINELLI, 2003, p. 249). Parece-nos que esse engajamento tem relação, também, com as sensibilidades ideológicas e culturais constituídas com base na formação escolar dos sujeitos, da geração, de laços de amizade e de parentesco, bem como de convivências as mais diversas.

O trabalho foi orientado pela seguinte questão: Quem foram esses homens? A busca da resposta foi sempre encaminhada no sentido de acompanhar a multiplicidade dos espaços e tempos percorridos pelos sujeitos, bem como as

¹ Nas reflexões sobre os indivíduos do grupo, não consideramos o local de nascimento como elemento importante para a elaboração do perfil coletivo.

relações sociais nas quais se inscreveram. Nesse sentido, a observação e o cotejo dos itinerários dos sujeitos podem possibilitar a identificação de elementos que contribuem para a compreensão de seu engajamento no movimento associativo. Por outro lado, o inventário dos espaços, das formas e das redes de sociabilidades nos permite perceber a formação de microclimas intelectuais, “à sombra dos quais as atividades e o comportamento dos intelectuais envolvidos frequentemente apresentam traços específicos” (SIRINELLI, 2003, p. 253-254).

As elaborações que compõem este capítulo inspiraram-se em estudos prosopográficos ou biografias coletivas, como também são conhecidos. Sob tal inspiração e adotando um enfoque micro-histórico, elaboramos o perfil coletivo daquele pequeno grupo de políticos e letrados ao modo de uma prosopografia. Com a expressão “ao modo de” queremos explicitar que não seguimos à risca os procedimentos inerentes a um trabalho prosopográfico convencional. O principal elemento que distingue esse trabalho daqueles é o tamanho do grupo a ser estudado, muito reduzido se comparado com os grupos analisados em outras investigações similares. Contudo alguns elementos da prosopografia combinados com o enfoque micro-histórico são importantes para responder às questões sobre os sujeitos que se engajaram no movimento associativo mineiro.

Inicialmente, explicitamos as razões que nos levaram a selecionar para análise um grupo tão reduzido. O primeiro motivo está relacionado com a exequibilidade da pesquisa. Entre os objetivos iniciais da pesquisa não constava a realização de um estudo prosopográfico. Essa necessidade foi se delineando no decorrer da investigação. À medida que as informações sobre os políticos mineiros foram se tornando relevantes para responder às nossas interrogações sobre a relação entre política e educação em Minas Gerais, no período regencial, a busca de dados sobre a trajetória individual deles se fez cada vez mais necessária, o que foi feito, inicialmente, de forma intuitiva.

No decorrer do trabalho, percebemos a existência de alguns elementos que pareciam ter influenciado a inserção desses políticos no movimento associativo como uma arguta sensibilidade com relação à educação do povo, por exemplo; mas também de outros, como a adesão aos princípios do liberalismo, em suas diversas vertentes, que ora resultou na coesão, ora na cisão do grupo de

sujeitos congregados nas associações. Esses elementos levaram-nos a pensar que a participação dos sujeitos no movimento associativo relacionava-se de maneira muito estreita com a formulação de diagnósticos e de projetos individuais e coletivos que, embora delineados nesse espaço específico de sociabilidade que é a associação, guardava relações com outros espaços, formas e redes de sociabilidade. Daí a importância de realizarmos um estudo prosopográfico.

A realização de uma prosopografia nos moldes convencionais, entretanto, mostrava-se inexecutável diante dos demais objetivos da pesquisa, cuja consecução era imprescindível para produzir uma inteligibilidade para o movimento associativo mineiro nas Regências e suas relações com a educação. Seria necessária uma exaustiva coleta de dados para responder às questões mais elementares sobre os sujeitos, tais como o local e a data de nascimento, origem familiar e formação escolar; e outras mais complexas, como carreira profissional e política. Teríamos de buscar essas e outras informações sobre os 241 sujeitos congregados nas sete sociedades mineiras, selecionadas inicialmente para a pesquisa, cujos nomes já havíamos levantado. Seria impossível conciliar esse trabalho com aquele atinente à consecução dos demais objetivos da pesquisa. Todavia, não queríamos abrir mão de um tratamento prosopográfico, mesmo que exploratório, da trajetória dos sujeitos envolvidos com o movimento associativo.

Diante disso, optamos por selecionar entre os membros fundadores das sete sociedades aqueles que estiveram envolvidos com a expansão do serviço de instrução atuando como professor, redator de periódico, delegado de círculo literário, vereador, conselheiro ou presidente de província, deputado provincial e/ou imperial. Decidimos, também, privilegiar a Sociedade Promotora da Instrução Pública, criada na capital da província mineira, selecionando seis nomes na lista de sócios. Desse modo, chegamos aos nomes de: Bernardo Pereira de Vasconcellos, Herculano Ferreira Penna, José Antonio Marinho, José Pedro Dias de Carvalho, Luiz Maria da Silva Pinto e Manoel Ignácio de Mello e Souza ambos pertencentes à Sociedade Promotora da Instrução Pública de Ouro Preto; Antonio José Ribeiro Bhering e Fortunato Rafael Arcanjo da Fonseca, da Sociedade Patriótica Marianense; Bernardo Jacintho da Veiga, José Alcebíades Carneiro e José Bento Ferreira de Mello, respectivos membros-fundadores da Sociedade Defensora da Liberdade e Independência

Nacional de Campanha, São João del Rei e Pouso Alegre; Pedro Gomes Nogueira, da Sociedade Pacificadora, Philantropica e Defensora da Liberdade e da Constituição, de Sabará; e Teophilo Benedicto Ottoni, da Sociedade Promotora do Bem Público do Serro.

2.1 Prosopografia e micro-história: limites e possibilidades na investigação de pequenos grupos

A reflexão que propomos realizar aqui se refere a necessidades bem particulares. De modo algum pretendemos atender a amplas demandas teórico-metodológicas, mas demonstrar e fundamentar o potencial da abordagem prosopográfica e da chamada micro-história para a compreensão do intenso engajamento de um pequeno grupo, de 13 indivíduos, no movimento associativo das Regências na província de Minas. Durante a pesquisa sobre educação e política em Minas Gerais, com base na análise das associações criadas durante a Regência, foi se configurando de forma cada vez mais contundente a necessidade acompanhar a trajetória dos indivíduos envolvidos com o movimento associativo, na tentativa de compreender-lhes o papel cultural e político.

À medida que avançávamos, tanto na pesquisa bibliográfica quanto na documental, tornavam-se mais frequentes os registros da presença e da atuação deles em cargos e funções relacionados à administração pública, tais como professor, vereador, conselheiro de província, deputado-geral, dentre outros. Esses registros revelaram a multiplicidade dos espaços por eles percorridos, e às câmaras municipais e ao Conselho Geral da Província, por exemplo, somaram-se os espaços de formação escolar, como a universidade, a academia militar e os seminários, as livrarias públicas e os jornais. Além dessas formas de sociabilidades formais identificamos outras informais, como relações familiares e de amizade.

A coincidência de espaços e tempos percorridos e as relações estabelecidas parecem ter contribuído para forjar certas características comuns, algumas subjacentes, que resultaram na configuração de uma identidade coletiva do grupo. Assim, surgiu a necessidade de nos aproximarmos das experiências individuais dos sujeitos, mas sempre com a atenção voltada para os indivíduos percebidos nas suas relações com outros indivíduos. Desse modo, a pesquisa prosopográfica mostrou-se imprescindível. Por outro lado, um enfoque micro-

histórico caracterizado pela redução da escala de análise também nos pareceu profícuo, aumentando sobremaneira a fecundidade da pesquisa.

O historiador Revel (1998) aponta a prosopografia como um dos métodos mais utilizados na micro-história social. Pesquisadores como Heinz (2006), Charle (2006), Coutinho (2006), dentre outros, que recorreram à prosopografia para realizar suas investigações, destacam o valor positivo de se combinar o enfoque micro-histórico e a prosopografia. Sirinelli (2003) assinala a combinação entre análises microssociais e prosopográficas como um caminho possível e fecundo para a realização de estudos sobre intelectuais. Para demonstrar o potencial da micro-história e da prosopografia para a realização do trabalho a que nos propusemos a fazer, começaremos pela micro-história passando à prosopografia com a intenção de demonstrar o que vem a ser cada uma e as suas possibilidades para o estudo em questão.

Consideramos que, embora haja vasta produção bibliográfica sobre a micro-história, o texto de Jacques Revel intitulado *Microanálise e construção social* seja aquele que apresenta as reflexões mais pormenorizadas sobre esse enfoque da história social e a construção de seus objetos e, portanto, aquele que melhor nos auxilia na consecução de nossos objetivos. Consideramos esse texto como um texto fundador, um mapa teórico da micro-história.

Para Revel (1998, p. 17), o projeto micro-histórico nasceu na década de 1970, como uma reação a certo modo de fazer história social. Dentre algumas de suas características, pode-se apontar:

o privilégio dado ao estudo de agregados mais maciços possíveis; a prioridade concedida à medida na análise dos fenômenos sociais; a escolha de uma duração suficientemente longa para tornar observáveis transformações globais (com, como corolário, a análise de temporalidades diferenciais).

Diante disso, o recurso à microanálise pode ser compreendido, primeiro, como um distanciamento de uma história social que desde sua origem se inscreveu num espaço “macro”, e, depois, como estratégia por meio da qual uma nova atenção foi dispensada ao problema das escalas de análise na história. Assim, a mudança da escala de análise é fundamental para a definição da micro-história. Na abordagem micro-histórica, a princípio, a escolha de uma escala particular de observação produz efeitos de conhecimento e pode ser posta a serviço de estratégias de conhecimento. Entretanto, a dimensão “micro” não

goza de nenhum privilégio espacial. O que conta não é a escolha de uma escalar em particular, mas o princípio da variação. A variação da objetiva não significa somente aumentar ou diminuir o tamanho do objeto, mas também modificar sua forma e sua trama.

Revel (1998) afirma que convém refletir sobre os efeitos de conhecimento associados ou mesmos esperados da passagem para a escala micro. Segundo o autor, o enfoque micro-histórico

permitiria construir uma modalidade nova de uma história social atenta aos indivíduos percebidos em suas relações com outros indivíduos. Pois a escolha do individual não é vista como contraditória à do social: ela deve tornar possível uma abordagem diferente deste, ao acompanhar o fio de um destino particular - de um homem, de um grupo de homens - e, com, ele, a multiplicidade dos espaços e dos tempos, a medida das relações nas quais ele se inscreve. (REVEL, 1998, p. 21)

Desse modo, a micro-história não deixaria escapar aquilo que diz respeito aos comportamentos e à experiência social, à constituição de identidades de grupo, e se permitiria integrar dados o mais diversificados possível. Isso significa, dentre outras coisas, não mais abstrair o real, mas enriquecê-lo, levando em consideração os aspectos mais diversificados da experiência social. A micro-história delineia um programa de análise das condições da experiência social, restituídas em sua máxima complexidade.

Diante disso, Revel (1998) destaca a prosopografia como uma técnica das mais eficazes. Para exemplificar tal fato, cita o trabalho de Levi (2000)² e de Maurizio Gribaudi³ (1987). O primeiro coletou intensivamente todos os acontecimentos biográficos relativos aos habitantes de uma aldeia que deixaram um vestígio documental. A intenção era “fazer aparecer, por detrás da tendência geral mais visível, as estratégias sociais desenvolvidas pelos diferentes atores em função de sua posição e de seus recursos respectivos, individuais, familiares, de grupo, etc.” (REVEL, 1998, p. 22). Inscrito na mesma orientação Gribaudi, apoiado na ideia de existência de comunidade de experiências, que constituiria a base de uma unidade, da identidade e da consciência de um grupo, no caso a classe operária, acompanhou itinerários

² A obra de Giovanni Levi, *Le pouvoir au village*, encontra-se traduzida para o português sob o título: *A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, 266 p.

³ GRIBAUDI, Maurizio. (1987), *Itinéraires ouvriers: espaces sociaux à Turin au début du XX^{ème} siècle*. Paris, Éditions de l'École des Hautes Études en Sciences Sociales.

individuais que fizeram aparecer a multiplicidade das experiências, a pluralidade de seus contextos de referência, as contradições internas e externas das quais as comunidades de experiências são portadoras (REVEL, 1998, p. 22)

Os exemplos acima são suficientes para demonstrar o valor positivo das articulações entre a abordagem micro-histórica e o método prosopográfico. Tal articulação pode ser reforçada, ainda, pelas palavras de Bulst (2005). Para o pesquisador, a prosopografia deveria ser vista, mais apropriadamente, como um aporte da história social que propõe novas questões e aponta para novos caminhos de pesquisa, e para o qual os problemas históricos a resolver exigem que seja utilizado um amplo espectro de métodos especificamente históricos, mas também, em parte, aqueles de outras disciplinas (BULST, 2005, p. 56).

De acordo com o mesmo autor, a prosopografia não é algo novo; a utilização do termo remonta ao século XVI. A novidade consiste na “intensidade e no entendimento metodológico com os quais a prosopografia hoje é exercida na pesquisa histórica. Além disso, modificaram-se as expectativas e os objetivos ligados à pesquisa prosopográfica, bem como seus objetos” (BULST, 2005, p. 48). Esse redirecionamento da prosopografia guarda relações estreitas com o interesse historiográfico no papel do homem na história, e não necessariamente com os “grandes homens”. Tem-se recorrido à prosopografia como recurso para a apreensão do papel histórico desempenhado por determinadas coletividades, seja de instituições como câmaras parlamentares, seja de grupos sociais como camponeses, em períodos variados, da Antiguidade romana aos nossos dias. (BULST, 2005, p. 47).

Ainda de acordo com Bulst (2005, p. 56), não há consenso sobre o que significa prosopografia, e em numerosos trabalhos o termo é considerado, às vezes pelo mesmo autor, ora como um método, ora como uma técnica, ora como uma abordagem. O historiador brasileiro Heinz (2006, p. 9) assim define a prosopografia:

A prosopografia, ou método das biografias coletivas, pode ser considerada como um método que utiliza um enfoque de tipo sociológico em pesquisa histórica, buscando revelar as características comuns (permanentes ou transitórias) de um determinado grupo social em dado período histórico. As biografias coletivas ajudam a elaborar perfis sociais de determinados grupos sociais, categorias profissionais ou

coletividades históricas, dando destaque aos mecanismos coletivos- de recrutamento, de seleção e reprodução social- que caracterizam as trajetórias sociais (e estratégias de carreira) dos indivíduos.

Como podemos ver, a prosopografia é definida, por Heinz como um método ao qual se pode recorrer na realização da pesquisa histórica para identificar características comuns aos membros de um grupo. Isso permite a elaboração de uma identidade ou perfil coletivo dos sujeitos que compõem esse grupo. Temos, assim, a definição da prosopografia como um método de trabalho do historiador e seu produto final, qual seja, o perfil de determinada coletividade. Sua realização consiste em definir o universo a ser pesquisado e as questões com base nas quais serão coletadas as informações sobre os sujeitos.

Para o movimento a que aqui nos propusemos, essas questões são fundamentais, pois informam o modo de operar com o método prosopográfico. O conjunto de questões padronizadas nos permite interrogar a trajetória dos sujeitos que compõem o grupo selecionado para o estudo. Outro aspecto importante da prosopografia refere-se às finalidades de sua adoção. Assim, o escopo da adoção dessa abordagem é

dar sentido à ação política, ajudar a explicar mudanças ideológica ou cultural, identificar a realidade social, descrever e analisar com precisão a estrutura da sociedade e o grau e a natureza dos movimentos que se dão no seu interior (HEINZ, 2005, p. 9).

Nas elaborações acima, está ausente o critério para a seleção dos indivíduos que comporão o universo da pesquisa. Com relação ao tamanho do grupo a ser pesquisado, a análise de trabalhos concluídos é bastante elucidativa. Morel (2005), por exemplo, recorreu à prosopografia para elaborar o perfil de um grupo composto de 67 indivíduos; Love e Barickman (2006), para estudar 753 sujeitos; Coniff (2006) empreendeu o estudo de um grupo de 300 pessoas por meio da biografia coletiva; e Alonso (2002) acompanhou a trajetória de cerca de 130 membros do movimento reformista da geração de 1870.

Os exemplos podem ser multiplicados e demonstram que, frequentemente, tem se recorrido à prosopografia para estudar grupos extensos. Esse aspecto da pesquisa prosopográfica é reforçado por afirmativas como a de Lalouette (2006, p. 67), segundo a qual alguns trabalhos prosopográficos colocam “em

evidencia os laços que a prosopografia mantém com os métodos quantitativos e a importância do recurso à informática”.

A assertiva da autora indica, ainda, os vínculos entre a prosopografia e a necessidade do registro, do armazenamento e do tratamento de dados mais maciços possibilitados pela informática. Tal indicação é reforçada por Bulst (2005, p. 49), que nos diz que a pesquisa prosopográfica é essencialmente uma pesquisa quantitativa: “Sendo assim é natural que ela seja estimulada pelo crescente impulso que a quantificação tem recebido com as transformações e o aperfeiçoamento das técnicas de processamento de dados”. De acordo com Charle (2006, p. 41),

Uma vez reunida a documentação, e essa é a parte mais longa do trabalho, o exame dos dados pode recorrer a técnicas múltiplas, quantitativas e qualitativas, contagens manuais ou informatizadas, quadros estatísticos ou análises fatoriais, segundo a riqueza do questionário e das fontes.

Observações de Lalouette (2006), Bulst (2005) e Charle (2006) corroboram a ideia de que a prosopografia é aplicada ao estudo de grupos extensos, é dependente ou pelo menos necessita da reunião de uma grande quantidade de dados sobre os sujeitos, feita mediante o exame de vasta documentação, cujo tratamento está condicionado à utilização de sofisticadas técnicas de processamento de dados.

Diante de tal formulação, talvez tenhamos chegado a um dilema: como recorrer à prosopografia para estudar um grupo tão pequeno quanto ao que nos propusemos tratar, composto de apenas treze indivíduos? Considerando o conceito de prosopografia, o modo de operar com ela, suas finalidades e o produto final esperado, não cremos que sua utilização seja incompatível com o estudo de um grupo reduzido como o nosso. Tal incompatibilidade se torna ainda mais frágil se considerarmos o que foi dito sobre o enfoque micro-histórico. A combinação do enfoque micro-histórico com o método prosopográfico dá a consistência necessária para a operacionalização da nossa proposta.

De acordo com Bulst (2005), as definições de prosopografia são múltiplas, mas um elemento comum a quase todas elas é a análise do indivíduo em razão da totalidade de que ele faz parte. Numa perspectiva alargada, a prosopografia

pode significar biografia coletiva, linha de análise de múltiplas carreiras ou história de vida coletiva (BULST, 2005, p. 51-52).

Nesse movimento de sistematização sobre o que vem a ser o método prosopográfico e como operar com ele, Bulst (2005) salienta que há uma estreita relação entre biografia e prosopografia. Segundo ele, a prosopografia e a biografia tratam de diferentes questões e têm interesses distintos que, paralelamente, dão sua legitimidade a ambas. A prosopografia não pode, no entanto, renunciar à biografia. E nada impede que qualquer pesquisa sobre o conjunto comece pela tentativa de estabelecer biografias individuais que mais tarde serão retomadas no texto final como representativas da totalidade ou como exceção (BULST, 2005, p. 55). Com base nas observações de Bulst (2005), apresentamos a microbiografia dos indivíduos selecionados para posterior comparação e elaboração do perfil coletivo.

2.2 “Cada qual procurava tomar uma parte mui activa nos negocios da Pátria”: trajetórias individuais

Nas páginas anteriores, demonstramos e fundamentamos a adoção da abordagem micro-histórica e da prosopográfica para analisar a trajetória individual de Bhering, Bernardo da Veiga, Bernardo Vasconcellos, Fortunato, Herculano, José Alcebiades, Marinho, José Bento, Dias de Carvalho, Silva Pinto, Mello e Souza, Pedro Gomes e Ottoni, e, em seguida, elaborar um perfil coletivo desses sujeitos. Doravante passamos a operar tanto com o enfoque micro-histórico quanto com os elementos constitutivos da prosopografia para demonstrar e analisar os fatores que podem ter relação com engajamento dos políticos e letrados, mencionados acima, no movimento associativo durante as Regências na província de Minas.

Antônio José Ribeiro Bhering nasceu em Ouro Preto e faleceu em Mariana, em 1856. Obteve formação religiosa no seminário de Mariana, nele “se criou, aprendeu e por ele foi sustentado, provido de livros pela sua mínima pobreza, por tempo de seis anos”. (MOREIRA, 2006, p. 60). Bhering começou a lecionar⁴ Filosofia Racional e Moral naquela instituição em 1828 (O UNIVERSAL, n. 68, p. 4, 1827). Em razão do conteúdo de suas aulas, foi demitido em 5 de outubro de 1829 (MOREIRA, 2006, p. 60), acusado de “ensinar doutrinas

⁴ As atividades docentes do padre Bhering serão objeto de discussão no quarto capítulo desta tese.

contrarias à religião e à constituição” (O UNIVERSAL, n. 398, 1830). Pouco tempo depois, tornou-se professor de Filosofia e Francês na capital da província (O UNIVERSAL, n. 364, 1829). No ano seguinte voltou a exercer o magistério em Mariana, lecionando retórica (O UNIVERSAL, n. 460, 1830).

Após ser demitido do Seminário de Mariana, em 1829, Bhering dedicou-se à publicação do jornal *Novo Argos* em Ouro Preto (O UNIVERSAL, n. 398, 1830), atividade desenvolvida em conjunto com Herculano Ferreira Penna. Escreveu o *Homem Social*, publicado em 1833, em Mariana (VEIGA, 1998, p. 155). Manteve, também, um gabinete de leitura em sua própria casa, onde disponibilizava os periódicos de São Paulo, Rio de Janeiro, e Minas para quem os quisesse ler, gratuitamente (O UNIVERSAL, n. 398, 1830).

Em 1830 foi eleito membro do Conselho Geral da Província, ali permaneceu até 1834 e esteve intensamente envolvido com propostas relativas à instrução pública (VEIGA, 1998; SALES, 2005). Exerceu, também, o cargo de vereador na Câmara Municipal de Mariana entre 1833 e 1836. Foi deputado da assembleia legislativa provincial na primeira (1835-1837), sexta (1846-1847), sétima (1848-1849), oitava (1850-1851) e nona (1852-1853) legislatura e da assembleia nacional de 1834 a 1837 (3ª legislatura) (REVISTA DO APM, fasc. I, 1896). Foi diretor e vice-diretor-geral de Instrução Pública na década de 1850 (VEIGA, 1998, p. 155).

Bernardo Jacintho da Veiga nasceu no Rio de Janeiro em 20 de junho de 1802 e ali faleceu em 21 de junho de 1845 (VEIGA, 1898, p. 193; 1998, p. 580). Em 1818, veio para Minas Gerais, com seu irmão Lourenço Xavier da Veiga, fixaram domicílio em Campanha e se estabeleceram como livreiros (CASTRO, 2008, p. 68). Em 1830, fundou ali uma livraria (SOUZA, 2006, p. 81). Em 1831, juntamente com seu irmão Lourenço Xavier da Veiga e outros moradores da cidade, criou a Sociedade Philantrópica e uma filial da Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional. Nesse mesmo ano, iniciou a publicação da primeira folha periódica da localidade, a *Opinião Campanhense*, que circulou até 1837 (VEIGA, 1998, p. 580).

Exerceu a função de delegado do 11º Círculo Literário, com sede na vila de Campanha, entre 1835 e 1837 (SP PP 1/42, cx. 03, pac. 16; SP PP 1/42, cx.09, pac. 50). Foi deputado à Assembleia Legislativa Provincial de Minas Gerais na primeira legislatura (1835-1837) e na segunda legislatura (1838-

1839) e fez parte da Câmara dos deputados do Império na quinta legislatura (1843-1844). Foi presidente da província de Minas pela primeira vez entre 21 de março de 1838 e 22 de agosto de 1840, e novamente entre 18 de maio de 1842 e 23 de março de 1843 (REVISTA DO APM, fasc. II, p. 391, 1896; VEIGA, 1998, p. 580-581).

Bernardo Pereira de Vasconcelos nasceu em Vila Rica, atual cidade de Ouro Preto, em 27 de agosto de 1795 e faleceu no Rio de Janeiro em 1º de maio de 1850. Seguindo a tradição familiar, Bernardo Pereira de Vasconcelos partiu para Portugal em 1813 e graduou-se em Direito na Universidade de Coimbra, em 6 de julho do ano de 1819⁵. Depois de se formar, passou alguns meses em Lisboa para complementar sua formação, adquirindo outros conhecimentos jurídicos no escritório de advocacia de seus tios, o conselheiro de Estado Fernando Luiz de Souza Barradas Cardoso e Silva e o Dr. Bernardo de Souza Barradas (FARIA FILHO; SALES, 2002, p. 254-255).

Sua volta ao Brasil se deu em 1820, aos 25 anos de idade, quando foi nomeado juiz de fora de Guaratinguetá/SP. Tomou posse em 1º de janeiro de 1821 e no ano seguinte pediu exoneração por motivo de saúde, a qual lhe foi concedida em 15 de maio de 1822. Dois anos depois, após ter melhorado de saúde, requereu o cargo de ouvidor de Ouro Preto, que lhe foi negado. Foi nomeado desembargador da Relação do Maranhão, mas não exerceu o cargo. Solicitou sua nomeação para a cadeira de lógica existente em Ouro Preto⁶. Em 1824, iniciou sua carreira política, sendo eleito deputado por Minas Gerais à Assembleia Geral, só instalada em 1826 (VALADÃO, 1955, p. 178).

Em Ouro Preto, em 18 de julho de 1825, iniciou sua carreira jornalística com a publicação do jornal *O Universal* (VEIGA, 1898, p. 190). Nesse mesmo ano, tomou posse no Conselho Geral da Província e dele foi membro até sua extinção, em 1834 (REVISTA DO APM, fasc. II, p. 391-397, 1896). Vasconcellos exerceu o cargo de deputado-geral na primeira (1826-1829), segunda (1830-1833) e terceira (1834-1837) legislaturas (REVISTA DO APM, fasc. I, p. 28-31, 1896). Ocupou a cadeira de vice-presidente da província de Minas durante os anos de 1833 e 1834. Em 1838 foi nomeado senador do Império, cargo que exerceu até sua morte, em 1850. Em 1840, passou a

⁵ Veiga (1998, p. 463) aponta que Vasconcellos concluiu a formação universitária em 1818.

⁶ Durante a pesquisa não tivemos acesso a nenhum dado que nos permita dizer se essa solicitação foi ou não atendida.

compor o Conselho de Estado. Atuou, também, nos ministérios da Fazenda, em 1831-1832, e, concomitantemente, no da Justiça e do Império entre 1837 e 1839, e somente no Ministério do Império em 1840 (CARVALHO, 1999).

Fortunato Rafael Arcanjo da Fonseca⁷ nasceu, possivelmente, em Mariana, em 1784 (AHCMM/651/fl.66f-102v), e ali faleceu em janeiro de 1845 (AHCSM/1º/cod.097/Auto2017). Era advogado, [AHCMM, 333, fl.130v.] e tornou-se arrendatário dos ofícios de 2º Tabelião de Mariana em 1808 [(APM, CC, cx.44, 30224) (AHCMM/651/fl.66f-102v)], advogado [AHCMM, 333, fl.130v.] e tenente-coronel em 1819 (AHCMM/214/107v). Fortunato foi tesoureiro (1814), vereador em 1821 e presidente da Câmara Municipal de Mariana entre 1829 e 1832 e, novamente, entre 1835 e 1838 (AHCMM, 333, fl. 130v.).

Foi presidente e sócio-fundador da Sociedade Patriótica Marianense, criada em 1831 (O UNIVERSAL, n. 631, 1831). No ano seguinte, exerceu a função de juiz municipal e tomou assento, como suplente, no Conselho Geral da Província em 1832 (AHCMM/214/107v) (REVISTA DO APM, fasc. II, p. 393, 1896). Foi deputado da Assembleia Legislativa Provincial na 5ª legislatura (1844-1845) (REVISTA DO APM, fasc. I, p. 59, 1896).

Herculano Ferreira Penna nasceu na Fazenda da Grota Grande, atual município de Felício dos Santos, Minas Gerais, em 14 de janeiro de 1811 (PEREIRA, 2007, p.296) e faleceu no Rio de Janeiro em 27 de setembro de 1867 (VEIGA, 1998, p. 852). Exerceu o magistério público na escola modelo de ensino mútuo de Ouro Preto entre 1829 e 1832 (SP PP 1/42, cx.01, pac.29 e 47), quando assumiu o cargo de secretário do Conselho Geral da Província⁸ (O UNIVERSAL, n. 704, p. 4, 1832). Manteve-se no cargo com algumas interrupções até 1844 (VEIGA, 1998, p. 852).

Herculano foi redator do periódico *O Novo Argos*, editado em Ouro Preto entre 1829 e 1834 (VEIGA, 1898, p. 196), sócio-fundador da Sociedade Promotora da Instrução Pública de Ouro Preto e atuou como secretário da instituição (O UNIVERSAL, n. 576, 30 de jan. 1831). Tomou assento na Câmara dos Deputados na quarta legislatura (1842-1843) como substituto de Bernardo

⁷ Agradeço a Pedro Eduardo Andrade Carvalho que, gentilmente, me cedeu os dados sobre Fortunato Rafael Arcanjo da Fonseca, pesquisados nos arquivos históricos de Mariana.

⁸ Segundo Veiga (1998, p. 852), Herculano Ferreira Penna exerceu o magistério público entre 1829 e 1834 e em 1835 já era secretário do governo da província.

Pereira de Vasconcellos. Continuou a representar a província de Minas na quinta (1843-1844), sexta (1845-1847), oitava (1850-1852), nona (1853-1856) legislaturas (REVISTA DO APM, fasc. II, p. 391, 1896).

Segundo Veiga (1998), Herculano Ferreira Penna foi o brasileiro que durante o Império administrou o maior número de províncias. Em ordem cronológica, essa é a série das suas presidências: do Espírito Santo, em 1845; do Pará, entre 1846 e 1847; de Pernambuco, em 1848; do Maranhão, em 1849; do Amazonas, em 1853; de Minas Gerais, em 1856 (Herculano havia sido vice-presidente da província de Minas Gerais em 1842); da Bahia, em 1859 e 1860; de Mato Grosso, em 1862 (VEIGA, 1998, p. 853).

Em 1823, José Alcibiades Carneiro era morador de Itabira do Campo (atual Itabirito), onde exercia a função de professor público de Gramática Latina. Transferiu-se para Baependi, lá exerceu a função de professor e advogado. Em 1829, passou a lecionar aquela disciplina em São João del Rei, onde dedicou-se, também, à advocacia e integrou-se à política. Foi vereador da Câmara Municipal de São João del Rei de 1833 a 1835 e, em sessão da Câmara de 21 de maio de 1833, foi nomeado promotor público (JINZENJI, 2008, p. 90-94). Foi deputado provincial na primeira (1835-1837), na segunda (1838-1839) e imperial na terceira legislatura (1834-1837), e de 1838 a 1839 (REVISTA DO APM, Ano I, fasc. I, 1896). Editou o periódico *Mentor das Brasileiras*, por meio do qual implementou um verdadeiro projeto de educação política e moral de mulheres⁹, e colaborou como redator do *Astro de Minas* (JINZENJI, 2008, p. 93).

José Antônio Marinho nasceu em 1803, na freguesia de Brejo Salgado, atual Januária, no norte de Minas, próximo ao Rio São Francisco. Faleceu em 1853, na capital do Império. De origem humilde, filho de roceiros mulatos estudou graças a um padrinho rico que o matriculou no Seminário de Olinda¹⁰ e no Caraça, onde foi nomeado, em 1829, para reger a cadeira de Filosofia, dado seu bom desempenho nos estudos. Lecionou essa disciplina também em Congonhas, São João del Rei e Ouro Preto. Foi ordenado padre em Mariana, em 1829, por Dom José da Santíssima Trindade. Pouco depois da ordenação passou a exercer a função de advogado provisionado, mediante processo de

⁹ Para mais detalhes, ver JINZENJI (2008).

¹⁰ Marinho foi impedido de continuar seus estudos no Seminário de Olinda em razão de seu envolvimento com a Confederação do Equador (VALADÃO, 1855, p. 295).

habilitação. Entre 1832 e 1834 foi redator do *Jornal da Sociedade Promotora da Instrução Pública* de Ouro Preto (JORNAL DA SOCIEDADE PROMOTORA DA INSTRUÇÃO PÚBLICA, n. 27, p. 85, 1832). Na década de 1840, redigiu o periódico *O Americano*, no qual defendia a autonomia nacional e promovia o sentimento nacionalista (MOREIRA, 2006, p. 59-60)

Em 1834, ocupou o cargo de juiz de paz na capital da província e o cargo de vereança em São João del Rei (VALADÃO, 1955, p. 292-298). Foi deputado da assembleia provincial na primeira (1835-1837) e na segunda (1838-1839) legislatura (REVISTA DO APM, Ano I, fasc. I, 1896). Foi um dos líderes da Revolução Liberal de 1842. Frustrado o movimento, retirou-se da política e foi para o Rio de Janeiro, onde criou, em 1849, o Colégio Marinho, sendo ele diretor e professor, tendo alcançado grande prestígio (VALADÃO, 1955, p. 314, 320).

José Bento Leite Ferreira de Mello nasceu em Campanha, em 1785, e faleceu em Pouso Alegre, em 1844. Recebeu formação eclesiástica em São Paulo e foi ordenado padre em 1809, tornando-se pároco de Pouso Alegre. Padre Bento envolveu-se intensamente com a política. Na cidade natal, foi vereador. Compôs o colégio eleitoral responsável pela eleição dos deputados às Cortes de Lisboa e, em seguida, fez parte da primeira Junta do Governo Provisório da província de 1821-1823 (REVISTA DO APM, fasc. I, p. 102-113, 1896). Cumpriu mandato na primeira (1826-1829) e na segunda (1830-1833) legislatura da Câmara Legislativa do Império. Não cumpriu a terceira porque foi nomeado senador em 1834. Foi membro do Conselho Geral da Província entre 1830 e 1833 (REVISTA DO APM, fasc. II, p. 391, 1896).

Estabeleceu uma oficina tipográfica, em Pouso Alegre, em 1830 de onde saíram *Pregoeiro Constitucional* órgão da sua *Defensora*, primeiro jornal do sul de Minas editado durante 1831 e 1832 e o *Recompilador Mineiro* entre 1833 e 1836 e também a *Constituição de Pouso Alegre*. Promoveu a instrução primária e secundária, subvencionando professores de Francês e Latim a suas expensas (VALADÃO, 1955, p. 414-447).

José Pedro de Carvalho nasceu em Mariana, em 16 de julho de 1805, e faleceu no Rio de Janeiro, em 26 de julho de 1881 (VEIGA, 1998, p. 711). Em 1822 foi professor em Catas Altas Mato Dentro, termo de Mariana (CARVALHO, 2009, p. 155). Obteve provisão para advogar em Ouro Preto, por volta de 20 ou 21

anos, onde se associou à redação de *O Universal* (VEIGA, 1998, p. 711). Em 2 de março de 1831, José Pedro de Carvalho tornou-se proprietário da Tipografia do Universal (CMOP 1/10, cx. 01, pac. 48). A julgar que a informação de Xavier da Veiga (VEIGA, 1998, p. 189) esteja correta José Pedro de Carvalho colaborou na redação de *O Universal*, em 1826 ou 1827, primeiro e segundo anos de sua edição e pode ter compartilhado a tarefa com Bernardo de Vasconcellos. Foi membro fundador do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1839) e colaborador do jornal *O Parlamentar*, do Rio de Janeiro.

José Pedro de Carvalho ocupou importantes cargos políticos. Foi vereador (VEIGA, 1998, p.711) e fiscal da Câmara Municipal de Ouro Preto (VEIGA, 1998, p.711; O UNIVERSAL, n. 587, 27 abr. 1831). Fez parte do Conselho Geral da Província no segundo mandato (1830-1833) (REVISTA DO APM, fasc. II, 1896); membro da Assembleia Provincial na primeira (1835-1837), na segunda (1838-1839) e na quarta (1842-1843) legislatura; deputado à Assembleia Geral na terceira (1834-1837), na quarta (1838-1841), na de 1842 (dissolvida em 1º de maio), na sexta (1845-1847), na sétima (1848), como suplente na oitava (1850-1852) e na nona (1853-1856); exerceu a vice-presidência da província entre 1845 e 1847 e a presidência em 1848; foi nomeado senador do Império em 1857 (REVISTA DO APM, fasc. I, p. 2-97, 1896). José Pedro de Carvalho foi ministro da Fazenda por três vezes (1862, 1864, 1865-1866) e nomeado conselheiro de Estado pelo imperador em 1876, cargo em que permaneceu até sua morte (VEIGA, 1998, p. 711).

Manoel Ignácio de Mello e Souza (Barão de Pontal) nasceu em Valdez, Portugal, em 1781, e faleceu em Ponte Nova, Minas Gerais, em 20 de maio de 1859. Bacharelou-se em Direito pela Universidade de Coimbra e, em seguida, veio para o Brasil, fixou domicílio na cidade de Mariana, onde residia seu tio e protetor. Foi membro da Câmara Municipal em 1808 (CHAVES; PIRES; MAGALHÃES, 2008). Pouco depois, foi nomeado juiz de fora em Goiás Velho e exerceu esse cargo por alguns anos, até ser promovido a ouvidor da comarca de São João del Rei, sendo removido por acesso, entre 1826 e 1829, para a casa da Suplicação no Rio de Janeiro.

Em 1823, organizados os governos provinciais, foi eleito membro do Conselho do Governo de Minas (VEIGA, 1998, p. 506-507). Dois anos antes, havia sido eleito para compor a primeira Junta do Governo Provisório da província de

1821-1823 (REVISTA DO APM, fasc. I, p. 102, 113, 1896). Atuou no Conselho Geral da Província mineira de 1826 a 1833 (REVISTA DO APM, fasc. II, p. 391-393, 1896). Foi deputado à Assembleia Legislativa Provincial de Minas Gerais na primeira legislatura (1835-1837), na segunda legislatura (1838-1839) e na quarta legislatura (1842-1843). Foi membro da Câmara dos Deputados do Império de 1826 a 1829, presidente de província de 1831-1833. Em 26 de setembro de 1836, foi nomeado senador por Minas, pelo regente Feijó, tomando posse no mês seguinte, onde permaneceu até 1859, ano de sua morte (REVISTA DO APM, , fasc. I, p. 2-97, 1896).

Pedro Gomes Nogueira foi um importante político sabarense que ocupou o cargo de vereador na mesma vila durante mais de uma década (SANTOS, 2007). Foi eleitor paroquial da Primeira Junta do Governo Provisório (21 set. 1821-1923 maio 1822) de Minas Gerais (REVISTA DO APM, fasc. I, p. 97-117, 1896). Exerceu o cargo de juiz de fora e juiz de Direito (O VIGILANTE, n. 79, p. 2, 1833). Foi presidente e sócio-fundador da Sociedade Pacificadora, Philantrópica e Defensora da Liberdade e Constituição de Sabará e redator do jornal da entidade *O Vigilante*. Após o encerramento das atividades dessa sociedade, adquiriu sua tipografia, dando-lhe o nome de “Tipografia de Nogueira”. Político influente usava os debates da câmara sabarense para expressar suas ideias fortemente marcadas pelos pressupostos da Sociedade Pacificadora (SANTOS, 2007).

Teophilo Benedito Ottoni nasceu na Vila do Príncipe, atual cidade do Serro, em 1807, e morreu no Rio de Janeiro, em 17 de outubro de 1869. Realizou os estudos de primeiras letras e secundário no Serro e em 1826 seguiu para o Rio de Janeiro, onde se formou na Academia da Marinha, tornando-se guarda-marinha. Voltou à cidade natal em 1830, onde se estabeleceu como comerciante. Fundou uma tipografia e redigiu o periódico *Sentinella do Serro* até 1832 (VEIGA, 1998; CHAGAS, 1906, 1978).

Foi deputado provincial na primeira (1835-1837), na segunda (1838-1839) e na quarta legislatura (1842-1843), imperial na quarta legislatura (1838-1841) e senador de 1864 a 1869 (REVISTA DO APM, fasc. I, p. 2-97, 1896). Em meados do século XIX, empreendeu um audacioso projeto de colonização do Vale do Mucuri em Minas Gerais (DUARTE, 2002).

Luiz Maria da Silva Pinto nasceu em Ouro Preto¹¹, em 1773 (FRIEIRO, 1955, p. 394), e faleceu na mesma cidade, no dia 19 de dezembro de 1869 (VEIGA, 1998, p. 1.070). Luiz Maria da Silva Pinto dedicou-se intensamente à atividade tipográfica, publicando atos do governo e impressos pedagógicos¹². Silva Pinto produziu e publicou o primeiro *Dicionário da Língua Brasileira* e durante várias décadas foi o principal impressor de Ouro Preto (FRIEIRO, 1955, p. 392).

Foi membro da Sociedade Promotora da Instrução Pública de Ouro Preto (O UNIVERSAL, n. 576, 30 de mar. 1831). Ocupou o cargo de secretário do governo por mais de trinta anos (FRIEIRO, 1955, p. 394). Secretariou a segunda Junta do Governo Provisório de Minas Gerais em 1822. Foi membro do Conselho Geral da Província no terceiro mandato (1834). Exerceu o mandato de deputado provincial por dez anos consecutivos, da segunda (1838-1839) à sétima (1848-1849) legislatura (REVISTA DO APM, fasc. I, p. 55-60, 1896). Ocupou o cargo de delegado do primeiro círculo literário, com sede em Ouro Preto, em 1835 (SP PP 1/42, cx.02, SP PP 1/42, pac. 16; cx. 03, pac. 27). Fez parte da comissão responsável pelo mapeamento da província mineira na década de 1830 (VEIGA, 1998, p. 1.070; SP AL 1/1, cx. 01, pac. 84).

Conforme dissemos, a elaboração de biografias individuais é um procedimento que só tem sentido num trabalho como o nosso, inspirado na prosopografia, se elas puderem subsidiar um movimento posterior de comparação e de retomada de dados no sentido de demonstrar como os elementos nela encontrados são representativos da totalidade ou se configuram como exceção. De acordo com Bulst (2005, p. 55), essa especificidade da prosopografia lhe confere possibilidades cognitivas que a biografia não dispõe ou não pode dispor, porque na maioria dos grupos pesquisados prosopograficamente, faria pouco sentido destacar indivíduos e analisá-los biograficamente sem pensar

¹¹ Na folha de rosto do *Dicionário* produzido por Silva Pinto consta que ele era natural da província de Goiás (FRIEIRO, 1955, p. 396).

¹² Referimo-nos ao *Compendio explicativo sobre o methodo mútuo* (1828), publicado em 1828; a *Lista de Castigos Lancasterianos*, publicada em 1829 (INÁCIO, 2003); e, ainda, aos “compendios elementares para as Escollas do Ensino Mutuo, e individual” [...] um Dicionario portatil da Língua Nacional, e a Grammatica Latina, compendiada por um Mineiro” (SP PP 1/42 caixa 09 pacotilha 10). Eduardo Frieiro cita ainda os seguintes títulos: *Ortografia ou arte de escrever* (1829), *Aritmética ou Arte de contar* (1831), *Princípios da moral cristã* (1846) e *Gramática brasileira ou Arte de falar*, conforme as regras de Manuel Borges Carneiro (1847) (FRIEIRO, 1955, p. 392-393).

numa comparação posterior, a qual retira da biografia individual seu caráter único ou singular.

2.3 “Estreitão [se] os laços entre os Cidadãos, e são estes chamados a trabalhar a bem da Pátria”: o perfil coletivo dos sujeitos do movimento associativo mineiro

Com base nas microbiografias apresentadas, passamos a uma comparação entre os elementos do conjunto no sentido de elaborar-lhes um perfil coletivo. Num primeiro momento, buscamos explicitar as reflexões sobre as possíveis solidariedades de idade e efeitos de geração, origem social e formação escolar. Em seguida, explicitamos os traços comuns ao grupo no que se refere às ocupações e à carreira política. Por último, analisamos as formas, os espaços e as redes de sociabilidade comuns ao grupo. O objetivo é destacar o papel das câmaras municipais, do Conselho Geral da província, o jornal *O Universal* e, ainda, da Sociedade Literária, a livraria de Evaristo da Veiga e outras sociabilidades informais como laços de amizade e parentesco, convivências as mais diversas e suas possíveis relações com a configuração assumida pelo grupo.

2.3.1 Geração, origem social e formação escolar

Como dissemos, uma questão importante para elaborar o perfil coletivo do grupo é a geração. A noção de geração pode ser compreendida, conforme sugere Sirinelli (2003, p. 255), como estrato demográfico unido por um acontecimento fundador que, por isso mesmo, adquiriu existência autônoma. A repercussão do acontecimento fundador refere-se, por definição, à gestação dessa geração e aos seus primeiros anos de existência. Entretanto, essa geração extrai dessa gestação uma bagagem genética e desses primeiros anos uma memória coletiva, portanto, ao mesmo tempo o inato e o adquirido, que a marcam por toda a vida.

Gomes (1999, p. 79) apresenta-nos um conceito de geração bastante próximo daquele elaborado por Sirinelli. Ela afirma que trabalha

com o conceito de geração, não como um grupo de idade, mas como um grupo que constrói uma memória comum, referida a um ‘tempo’ e a ‘acontecimentos’ que conformaram uma certa maneira de experimentar, no caso, a vida intelectual (Grifos da autora).

Essas acepções do termo geração são similares e, por sua vez, parecem guardar uma estreita relação com a noção de comunidade de experiência com a qual opera Alonso (2002). A experiência compartilhada ou a comunidade de experiência “exclui um largo número de modos possíveis de pensar, de experiências, sentimentos e ações, e restringe o escopo de auto-expressão aberta para o indivíduo a certas possibilidades circunscritas”. (ALONSO, 2002, p.43) A comunidade de experiência produz uma unidade de geração que define um tipo particular de localização social que restringe a experiência social disponível para os indivíduos que a compõem. Desse modo, entre os contemporâneos, somente aqueles que vivenciam uma situação ao serem expostos aos sintomas sociais e intelectuais de um processo de desestabilização dinâmica compartilham um destino comum, ideias e conceitos, criam laços concretos entre si, configurando uma ação coletiva (ALONSO, 2002, p. 43).

A ideia de geração e a demarcação da Independência como seu acontecimento fundador, na perspectiva de Sirinelli (2003), ou como a experiência por ela compartilhada, nos termos de Alonso (2002), nos permitem entender melhor por que esse pequeno grupo de 13 indivíduos se engajou de maneira intensa no movimento associativo que eclodiu no período regencial. Essa geração é formada por sujeitos nascidos no século XVIII, como Manoel Ignácio, José Bento, Luiz Maria, Fortunato e Bernardo Vasconcellos, que já se encontravam ativos, política e/ou profissionalmente, na época da Independência¹³; e abrange, também, elementos mais jovens, como Herculano Penna, Alcebiades Carneiro, Bhering, Marinho, Ottoni, Bernardo da Veiga, José Pedro, cuja inserção política e profissional se deu após o rompimento dos vínculos coloniais.

A despeito das diferenças aludidas acima, a Independência e a necessidade de constituição do Estado brasileiro, dela decorrente, que produziram a unidade de geração. Foi o nascimento do Estado imperial brasileiro que influenciou sua

¹³ O nome de Manoel Ignácio, o de José Bento e o de Luiz Maria constam no termo de eleição da 1ª Junta do Governo Provisório de Minas Gerais (21 set. 1821-23 maio 1822). Manoel Ignácio e José Bento foram eleitos como membros da junta. Silva Pinto e Pedro Gomes se candidataram a deputado-secretário, mas não obtiveram assento. No processo de eleição da 2ª Junta (23 maio 1822-29 fev. 1824) Silva Pinto atuou como secretário. Pedro Gomes apareceu como eleitor paroquial pela comarca do Rio das Velhas, freguesia de Sabará, e novamente candidato a deputado-secretário, recebeu apenas 1 voto e Luiz Maria foi eleito com 125. José Bento se candidatou novamente, mas não foi eleito. Fortunato não participou das eleições como eleitor nem como candidato, mas já se encontrava em plena atividade política em Mariana como membro da Câmara municipal. A época da independência Vasconcellos já era desembargador.

experiência social, forjou seus comportamentos e conferiu certa identidade ao grupo. Essa unidade de geração circunscreve os indivíduos que, no período regencial, se envolveram na fundação de sociedades políticas, filantrópicas e literárias e fizeram delas um espaço de sociabilidade privilegiado de formulação de diagnósticos e de projetos individuais e coletivos.

Seus membros vivenciavam intensamente a experiência de constituição do Estado, seja como professor, redator de periódico, vereador, conselheiro ou presidente de província e deputado imperial. Em 1831, viram o despotismo de D. Pedro I, que ameaçou a constituição do Estado, pautada na adoção de um sistema monárquico constitucional representativo, ser substituído pela anarquia e a desordem que, por seu turno, também colocavam em risco a linha traçada para orientar a constituição do Estado imperial brasileiro. Essa é uma das razões possíveis para o intenso engajamento dos elementos do grupo pesquisado no movimento associativo nas Regências.

Concomitantemente, essa geração percebeu a ausência da figura do monarca e a instalação da Regência como oportunidades para imprimir ao Estado certas características que o adequavam aos seus interesses individuais e coletivos, tanto políticos quanto econômicos. Possivelmente, essa foi outra razão para que os políticos e letrados, cuja trajetória focalizamos aqui, se engajassem intensamente no movimento associativo nas Regências no sentido de conduzir o nascente Estado brasileiro na direção desejada¹⁴.

No que se refere à origem social, não dispomos de dados sobre todos os elementos do grupo selecionado, mas os que possuímos nos permitem dizer que se trata tanto de indivíduos oriundos de famílias de posse quanto de descendentes de famílias modestas. Bernardo Pereira de Vasconcelos pertencia a uma linhagem de administradores portugueses e, também, proprietários de terras. Era dono de lavras no interior de Minas e alugava escravos para a construção de obras públicas (SOUZA, 1942, p. 233). Seu pai, Diogo Pereira de Vasconcellos, português, foi advogado, procurador da Fazenda em Vila Rica, juiz criminal no Rio de Janeiro e representante comercial de Dona Joaquina do Pompeu, proprietária de quatro fazendas de gado em Pitangui (VALADÃO, 1974). Seu avô, José de Souza Barradas, era

¹⁴ A direção desejada pelos grupos reunidos em sociedade foi discutida no primeiro capítulo e o será novamente, com outro viés, no próximo.

advogado muito conceituado em Mariana (LEWKOWICZ, 1998, p. 94) e também membro do Senado da Câmara por três vezes entre 1801 e 1810 (CHAVES; PIRES; MAGALHÃES, 2008).

Temos apenas indícios de que Fortunato Rafael Arcanjo da Fonseca, Manoel Ignácio de Mello e Souza e Luiz Maria da Silva Pinto sejam descendentes de famílias abastadas como Vasconcellos. Entretanto, no período recortado pela pesquisa, já haviam acumulado certo patrimônio. Segundo Lewkowicz (1998, p. 94), Fortunato possuía uma das maiores fortunas da cidade de Mariana. Na relação nominal dos habitantes do distrito da Cidade de Mariana, datado de 1819, consta que Fortunato se encontrava lá “estabelecido com Cazas, chácara, escravos e lavras” (AHCMM, Códice 651, fl 70v.). Em 1845, ano de sua morte, “a soma dos bens do inventariado chegou a trinta contos” (LEWKOWICZ, 1992, p. 103).

Mello e Souza bacharelou-se em Direito pela Universidade de Coimbra. O acesso ao ensino superior é um indício de que ele pertencia a uma família de posses. Logo depois veio para o Brasil e estabeleceu-se em Mariana, onde já residia seu tio e também protetor (VEIGA, 1998, p. 507). Esse parece ser mais um sinal de pertencimento a uma família abastada. No início de 1831, ele já era um “proprietário riquíssimo da Província de Minas” (O UNIVERSAL, n. 570, 16 mar. 1831).

Silva Pinto também parece ter constituído algum patrimônio em Minas Gerais. Dono de tipografia desde o início da década 1820, foi arrolado na lista nominativa dos distritos mineiros (1838/1840) como proprietário de 11 escravos, fato que o fez ser considerado um homem de grandes posses (GONÇALVES, 2009). Na mesma lista nominativa de 1831, Antônio José Ribeiro Bhering é apontado como proprietário de apenas um escravo e classificado como proprietário de um pequeno plantel de escravos (GONÇALVES, 2009).

José Bento descendia, pelo lado paterno, de uma família ilustre da Vila de Guimarães, em Portugal, e, pelo lado materno, da família Prado, da cidade de São Paulo (VALADÃO, 1955, p. 415). Em Pouso Alegre era proprietário da Fazenda do Engenho e por meio do comércio com a Corte alcançou grande projeção econômica no sul de Minas (LENHARO, 1979, p. 107-132).

Teófilo Ottoni pertencia a uma família modesta e numerosa, que vivia do trabalho do pai Jorge Benedito Ottoni “misto de comerciante de comerciante e político que se desdobrava para sustentar, numa pobreza digna, a numerosa família” (SISSON, 1999; CARVALHO, S.D; CHAGAS, 1906, p. 6). A dedicação aos estudos poderia tê-lo, certamente, conduzido a Coimbra, entretanto isso era privilégio das classes abastadas. A opção foi fazer carreira na Marinha de Guerra, onde o estudo era gratuito e até se abonava aos estudantes um pequeno soldo (CHAGAS, 1906, p.13-16).

Bernardo Jacintho da Veiga era um dos quatro filhos do português Francisco Luís Saturnino da Veiga, inicialmente mestre-escola e depois um dos primeiros livreiros da Corte, instalado na Rua da Alfândega, n. 395. Aos 16 anos veio para Minas com o irmão Lourenço Xavier da Veiga e ali se estabeleceram como livreiros (CASTRO, 2008, p. 68). Embora modesta a profissão, garantiu-lhes o sustento (NETO, [s.d.], p. 3). Parece não ter acumulado grande fortuna, pois, quando ocupou pela primeira vez a presidência da província de Minas (1838) “começou o esgotamento dos limitados recursos pecuniários de que dispunha”, ao exercer novo mandato em 1842, “perdeu o resto de sua pequena fortuna, já desfalcada na anterior presidência” (VEIGA, 1998, p. 580).

Como dissemos, José Antonio Marinho era, segundo Alfredo Valadão, filho de pais humildes e faltos de recursos. Durante a realização de uma festa religiosa, na falta do ator encarregado do papel principal da apresentação teatral, ofereceu-se para substituí-lo alegando que sabia todo o papel por ter assistido aos ensaios. Depois de muita hesitação, foi aceito e saiu-se muito bem na representação. Diante do sucesso “moveu-se para auxiliá-lo um fazendeiro, seu padrinho, que lhe fornece os meios a fim de seguir para o Seminário de Olinda [...] e muito o recomenda ao respectivo prelado” (VALADÃO, 1955, p. 295).

No caso dos nascidos de famílias abastadas, a projeção parecia derivar, em primeiro lugar, do capital econômico dos ascendentes diretos, como os pais e os avós, no caso de Vasconcellos e José Bento, ou indiretos, como o tio, no caso de Mello e Souza. Foram os recursos familiares que lhes permitiram obter formação escolar superior. A ela estava, em boa parte, condicionado o acesso a

alguns cargos públicos de prestígio, como desembargador, por exemplo, ponto de partida importante para a projeção alcançada.

No caso dos sujeitos oriundos de famílias mais modestas, como amplamente demonstrado pela literatura (FAORO, 1976; GRAHAM, 1997; CARVALHO, 1996), o apadrinhamento é uma das formas de driblar as condições desfavoráveis, como no caso de Marinho. Em segundo lugar, e isso vale tanto para os que pertenciam a famílias abastadas como para os descendentes de famílias modestas, a projeção alcançada parece derivar de um capital simbólico representado, principalmente, pelas redes de relacionamentos, ou seja, as sociabilidades, em especial as informais¹⁵.

No que se refere à formação escolar não dispomos de informações sobre todos os membros do grupo, mas julgamos sua análise importante, mesmo que a façamos apenas para parte dele. Entre os que possuem formação superior, temos os bacharéis em Direito, formados em Coimbra: Manoel Ignácio de Mello e Souza e Bernardo Pereira de Vasconcellos. José Antonio Marinho, Antonio José Ribeiro Bhering e José Bento Leite Ferreira de Mello possuíam formação eclesiástica, recebida no Brasil. Teophilo Benedito Ottoni era guarda-marinha, formado na Academia da Marinha no Rio de Janeiro.

Para os demais membros do grupo, a definição da formação escolar é mais complexa. A nosso ver, Bernardo Jacintho da Veiga, Fortunato Raphael Arcanjo da Fonseca, Herculano Ferreira Penna, José Alcebiades Carneiro, José Pedro Dias de Carvalho, Luiz Maria da Silva Pinto e Pedro Gomes Nogueira não possuíam formação escolar específica tal como Mello e Souza, Vasconcellos, Marinho Bhering, José Bento e Ottoni. Se eles a possuíssem, possivelmente teríamos encontrado algum indício disso nas fontes consultadas. Num momento em que a posse de diploma era privilégio de um número muito restrito de pessoas, essa informação certamente não seria omitida.

Carvalho (1996), ao examinar as relações entre a formação escolar de elite imperial e a configuração assumida pelo Estado brasileiro na primeira metade do século XIX, defende a tese de que essa elite possuía uma unidade básica proporcionada por fatores de socialização e treinamento. A tríade educação

¹⁵ As sociabilidades informais serão objeto de discussão mais à frente.

superior, educação jurídica educação em Coimbra deu-lhe uma unidade ideológica e de treinamento fundamental para a consolidação política do sistema imperial. A ênfase do autor recaía sobre os bacharéis, cuja principal ocupação era a magistratura, mas analisa também o papel do clero e dos militares no processo de configuração do Estado Imperial. Carvalho chama atenção para as diferenças entre o comportamento político dos três grupos e as atribui às diferenças na formação recebida.

Ao tornar-se independente, o Brasil dispunha de uma elite ideologicamente homogênea, dada sua formação jurídica em Portugal, a seu treinamento no funcionalismo público ao isolamento ideológico em relação às doutrinas revolucionárias. Essa elite reproduziu-se em condições muito semelhantes após a Independência, ao concentrar a formação de seus futuros membros de duas escolas de Direito, ao fazê-los passar pela magistratura, ao circulá-los por vários cargos políticos. A ideia dos legisladores era a de formar não apenas juristas, mas também advogados, deputados, senadores diplomatas e os mais altos empregados do Estado (CARVALHO, 1996, p. 66-67). Nesse quadro, podemos incluir Manoel Ignácio de Mello e Souza e Bernardo Pereira de Vasconcellos, que obtiveram o título de bacharel em Direito na Universidade de Coimbra e cuja trajetória inclui a magistratura e a circulação por cargos políticos, o que confirma a tese de Carvalho (1996).

Além dos bacharéis, Carvalho (1996) analisa o caso dos clérigos. Segundo ele, o clero possuía formação e atuação profissional muito diversas das dos magistrados.

Em primeiro lugar, a situação do clero em relação ao Estado era ambígua. Se por efeito da união entre a Igreja e o Estado o padre era funcionário público, pago pelos cofres do governo geral, não deixava também de pertencer a uma burocracia paralela, uma organização que ao longo da história se empenhou em longas batalhas contra o mesmo Estado.

Em segundo lugar, a formação menos nacional e menos estadista diminuiu a coesão do grupo, bem como sua adesão ao projeto de constituição do Estado imperial. A coesão do grupo também era menor em razão da pouca possibilidade de ascensão na carreira.

Em terceiro lugar, a atuação dos padres era muito próxima da população, tornando-os líderes populares, em contraposição aos juizes encarregados da guarda da lei e que permaneciam pouco tempo em seus postos (CARVALHO, 1996, p. 165-167).

Ainda, segundo José Murilo de Carvalho (1996), o contraste na formação revela-se, também, no comportamento político dos clérigos. Influenciados pelos ideários das revoluções Francesa e Americana eles combatiam o absolutismo, defendiam a liberdade política e a democracia. Essas ideias não chegaram a Coimbra, mas adentraram com mais facilidade os seminários brasileiros. Os padres envolveram-se, praticamente, em todos os movimentos de rebelião de 1789 até 1842.

As reflexões de Carvalho sobre a formação e a atuação política dos clérigos caem como uma luva para Marinho e José Bento. Eles, inclusive, são apresentados pelo pesquisador como exemplos representativos do posicionamento político desse grupo. Marinho envolveu-se na Confederação do Equador (1824), atingindo o posto de alferes. Foi o líder da revolução liberal, de 1842, em Minas. José Bento foi um dos principais articuladores do Golpe de Estado de 1832, cujo objetivo principal era vencer a resistência do Senado à passagem das reformas descentralizadoras da Constituição.

Quanto ao padre Bhering, as relações entre a formação e a atuação política parecem ser um pouco mais complexas. Ao mesmo tempo em que é arrolado por Wlamir Silva (2002, p. 111) como membro da elite liberal-moderada mineira, ele também é apontado por Gonçalves (2006, p. 11) como um dos envolvidos na rebelião restauradora de 1833 que ficou conhecida como Sedição de Ouro Preto. Andrade ainda acrescenta que a Câmara Municipal de Mariana mostra majoritariamente a favor do movimento de Ouro Preto (ANDRADE, 1998, p. 134). Entre os vereadores estava Antônio José Ribeiro Bhering (CHAVES; MAGALHÃES; PIRES, 2008)

Ainda interrogando as relações entre a composição da burocracia estatal, a formação escolar de seus componentes e a configuração do Estado imperial, Carvalho (1996) analisa o grupo dos militares, permitindo-nos compreender os sujeitos por nós pesquisados. Segundo o autor, seguindo os moldes dos exércitos permanentes do antigo regime, o exército português recrutava os oficiais entre membros da nobreza e os soldados entre os camponeses. À época

da Independência a maioria dos oficiais portugueses no Brasil havia passado pelo Colégio dos Nobres, pela Academia da Marinha ou tinham sido cadetes. A primeira geração de oficiais brasileiros, da tropa de linha, também provinha da classe dominante, ao passo que os praças eram recrutados entre a população pobre do campo e da cidade. (CARVALHO, 1996, p. 171-172). Essas reflexões de Carvalho nos dão elementos para interrogar a formação de guarda-marinha de Teophilo Ottoni, obtida na Academia da Marinha no Rio de Janeiro.

De acordo com Carvalho (1996, p. 65), a educação militar no Império foi a que melhor continuou o espírito da reforma pombalina, oferecendo tanto formação profissional quanto técnica. O decreto de criação da Academia Militar fixava como objetivo a formação oficiais capazes, mas também engenheiros que pudessem construir estradas, pontes etc. A Academia deveria oferecer um curso completo de ciências matemáticas e de ciências de observação (física, química, mineralogia, metalurgia e história natural). A formação obtida por Ottoni na Academia da Marinha não parece diferir muito daquela oferecida pela Academia Militar, um indício disso é que, em 1829, ele lecionava Latim, Matemática Elementar e Geometria e estudava Astronomia e Cálculo Diferencial (CHAGAS, 1978, p. 23). Em vista disso, a formação escolar parece ter interferido menos no seu comportamento político do que as relações de convívio estabelecidas na Corte durante os estudos¹⁶.

No grupo pesquisado, temos ainda outros militares, entretanto, não de formação como Ottoni, mas, possivelmente, por concessão do monarca. Referimo-nos ao major Luiz Maria da Silva Pinto, ao coronel Pedro Gomes Nogueira e ao tenente-coronel Fortunato Raphael Arcanjo da Fonseca. De acordo com Silva (2005), os militares pertencem à chamada nobreza civil ou política. Diferentemente da nobreza natural, que se assenta na linhagem, a nobreza civil ou política se “consegue por graça ou mercê dos reis que a dão a quem merece” (SILVA, 2005, p. 16). Não podemos afirmar que Silva Pinto, Pedro Gomes e Fortunato não pertenciam à nobreza natural, mas a considerar o que afirma Silva (2005) podemos inferir que suas patentes militares foram obtidas como compensação pelos serviços prestados ao monarca. Desse ponto

¹⁶ Durante o tempo em que estive na Corte, Ottoni foi admitido ao convívio de Evaristo da Veiga, de Bernardo Vasconcellos, de Cipriano José Barata de Almeida e de Joaquim José Rodrigues Torres. A essa convivência faremos alusão nas próximas páginas, quando trataremos dos espaços e redes de sociabilidade.

de vista, elas não são relevantes para nossas reflexões sobre o papel da formação escolar na configuração do perfil do grupo.

Morel (2005, p. 176) observa que há um consenso historiográfico de que a Universidade de Coimbra funcionou como uma espécie de escola do poder para os primeiros grupos dirigentes do Brasil pós-Independência. Entretanto, chama a atenção para a importância de se questionar a existência de uma relação de causa-efeito, do tipo linear, de que os estudos em Coimbra conduziram naturalmente a lugar de destaque no exercício de poder político no Brasil, exercendo, assim, caráter homogeneizador na formação cultural e política.

O autor relativiza o papel homogeneizador da Universidade de Coimbra salientando as contradições internas da instituição, os aspectos extraescolares da formação, os locais de viagem, a atividade jornalística e as relações de mecenato e apadrinhamento. Ele demonstra como esses fatores podem interferir na formação cultural e política dos sujeitos. Nesse sentido, se as reflexões de Carvalho (1996) são importantes para a análise do grupo de sujeitos estudados, as observações de Morel (2005) nos advertem sobre o risco das simplificações e generalizações, possibilitando um olhar mais refinado sobre os fatores que interferem na trajetória política coletiva e individual dos elementos do grupo. Advertidos por Morel (2005) quanto à inadequação de uma relação direta entre formação escolar e comportamento político, passamos ao exame dos aspectos da formação extraescolar e das ocupações múltiplas e sua relação com o perfil assumido pelo grupo.

Não dispomos de dados que informem sobre a formação de José Pedro de Carvalho, Herculano Ferreira Penna, José Alcebiades Carneiro e Bernardo da Veiga. Por outro lado, a primeira informação levantada sobre eles, exceto sobre Bernardo da Veiga, refere-se ao exercício da docência. Em 1822, José Pedro Dias era professor em Catas Altas do Mato Dentro, termo de Mariana; em 1823, José Alcebiades Carneiro lecionava Gramática Latina em Baependi; e, em 1829, Herculano Ferreira Penna exercia o magistério público na escola modelo do ensino mútuo de Ouro Preto. No momento em que se inseriram na atividade docente, não havia possibilidade de formação escolar específica para desempenhar tal tarefa. Para exercer o magistério público, bastava ser

examinado quanto à matéria a ser lecionada (ROSA, 2001). Isso nos leva a pensar que logo que concluíram o ensino secundário passaram a lecionar.

Quanto a Herculano, que era professor de Primeiras Letras, tanto é possível que tenha terminado o secundário, como não. Por outro lado, teve de aprender a lecionar pelo método mútuo¹⁷. Aqueles que possuíam formação superior de caráter religioso, como Bhering e Marinho, também se ocuparam da docência. Os dois exemplos não são casos isolados, uma vez que em Minas Gerais, desde o período colonial, percebe-se a presença marcante de clérigos na docência. O fato relaciona-se, por um lado, e de forma mais contundente, com o lugar social que a religião e a Igreja Católica ocupavam não apenas em Minas, como no Brasil. Por outro lado, a escassez de pessoas com conhecimento e conduta moral para exercer a docência acabou por conduzir muitos padres ao magistério.

Ainda no âmbito da formação extraescolar e das ocupações múltiplas, temos a prática advocatícia, em forma autodidata, que para Alcebiades, José Pedro e Marinho foi concomitante à docência. Advogado provisionado era aquele não possuía o título de bacharel em Direito, mas obtinha do governo a autorização para exercer a advocacia. O autodidatismo não é raro no período colonial (VILALTA, 1997, p. 357-358) e parece persistir nas primeiras décadas do século XIX. Padre Marinho faz alusão direta a essa prática em discurso pronunciado na Assembleia Legislativa Geral, em 1838, quando foi desafiado para o debate por um colega. De acordo com ele, não teve “a honra de alisar os bancos das academias algumas poucas ideias que possuo em qualquer matéria, tenho-as bebido à força de trabalho em meu gabinete” (VALADÃO, 1955, p. 304).

Para além da formação escolar recebida, para vários elementos do grupo pesquisado, o ministério sacerdotal, o magistério, sobretudo o público, e a advocacia podem ter-lhes garantido prestígio e reconhecimento, abrindo-lhes as portas da carreira política.

Esperamos ter demonstrado que elementos como o autodidatismo, a formação extra-escolar e o fenômeno das ocupações múltiplas constituem outros fatores

¹⁷ É possível que tenha aprendido com José Carlos Marink, professor de ensino mútuo na escola da capital desde sua criação em 1826, com quem Herculano mantinha relações (O UNIVERSAL, n. 398, 1830).

que podem interferir na formação cultural e política dos sujeitos. Contudo, além desses elementos, faz-se necessário analisar o papel dos espaços, das formas e das redes de sociabilidade de modo dotar-nos de um olhar mais refinado sobre os fatores que interferem na trajetória política, coletiva e individual dos elementos do grupo. É sobre isso que passamos a discorrer nas próximas páginas.

2.3.2 Sociabilidades: espaços, formas e rede

A inserção dos sujeitos do grupo pesquisado em espaços de sociabilidades formais, tais como as câmaras municipais, o Conselho Geral da província, os jornais, as livrarias públicas; e informais, ou seja, nas convivências as mais diversas, tais como laços de amizade e de parentesco e profissionais, exerceu papel importante na constituição de certas sensibilidades ideológicas e culturais dos sujeitos.

A experiência social nesses agrupamentos produziu uma unidade de grupo que pôde ser apreendida pela identificação de uma unidade de temas e problemas, de repertório político-intelectual e de posturas. A inscrição dos membros do grupo nos espaços tanto quanto na rede de sociabilidade gera uma unidade de problemas compartilhados que têm relação tanto com o processo de constituição do Estado imperial quanto com as expectativas individuais. Além disso, e talvez o mais importante, o fato de que a percepção dos sujeitos nos espaços, nas formas e na rede de sociabilidade tenha nos levado a formular a proposição que constitui o mote do presente capítulo da tese, qual seja, o engajamento no movimento associativo durante as regências, em parte, resultou de experiências sociais anteriores.

De acordo com Sirinelli (2003, p. 248), o grupo de intelectuais organizou-se, principalmente, em torno de uma sensibilidade ideológica ou cultural comum e de afinidades mais difusas, mas igualmente determinantes que fundam uma vontade e um gosto de conviver. Essa sensibilidade e essas afinidades, denominadas “estruturas de sociabilidade”, são frequentemente definidas como rede de sociabilidades. Segundo o autor, elas são difíceis de apreender, mas o historiador não pode ignorá-las ou subestimá-las. As estruturas de sociabilidade variam conforme as épocas e os subgrupos intelectuais

estudados. Entre as estruturas mais elementares de sociabilidade Sirinelli (2003) indica a revista, os manifestos e os abaixo-assinados, que podem ser acrescidos dos salões.

A sociabilidade também pode ser entendida de outra maneira, na qual também se interpenetram o afetivo e o ideológico. As redes secretam microclimas à sombra dos quais a atividade e o comportamento dos intelectuais envolvidos frequentemente apresentam traços específicos. Desse modo, a palavra sociabilidade adquire dupla acepção: é ao mesmo tempo rede que se estrutura e microclima que caracteriza um microcosmo particular.

Podemos entender, então, as estruturas de sociabilidade como lugares de sociabilidade que se organizam em rede ou teia e que geram certo clima intelectual. No caso deste estudo, de forma análoga à da revista, aos manifestos, aos abaixo-assinados e aos salões, citados acima, as câmaras municipais, o Conselho Geral da província de Minas, os jornais e as livrarias são lugares de sociabilidade em que se inscreveram os indivíduos do grupo estudado. Nesse sentido, consideramos relevante remeter às experiências sociais vivenciadas nesses espaços diversos, buscando levantar seus aspectos mais diversificados e reconstituir ao máximo sua complexidade. Desse modo, é possível mapear a dinâmica de articulação dos vários grupos de pertencimento dos políticos mineiros, “reunidos em lugares de sociabilidade por eles legitimados, para o debate e a propagação de ideias indissociáveis de formas de intervenção na sociedade” (GOMES, 1999, p. 10).

2.3.2.1 As câmaras municipais

Ao longo do período colonial, as câmaras municipais desempenharam papel fundamental nas dinâmicas de governo do Império português. Autores como Bicalho (1998) e Sousa (2005) pesquisaram, respectivamente, a atuação da Câmara Municipal do Rio de Janeiro e a Câmara Municipal de Salvador no período colonial e demonstraram que elas foram essenciais ao governo dos territórios dominados. Segundo Bicalho (1998, p. 1), as câmaras municipais Ultramarinas foram

elementos de unidade e de continuidade entre o Reino e seus domínios, pilares da sociedade colonial portuguesa nos quatro cantos do mundo, foram igualmente órgãos fundamentais de representação dos interesses e das demandas dos colonos.

De acordo com Andrade (1998), durante o período colonial, o Senado da Câmara, órgão colegiado composto por juizes, vereadores e um procurador, era responsável pelo governo municipal. Eles eram eleitos anualmente por seus pares, homens bons da localidade, ou seja, proprietários comumente brancos. A jurisdição deles era bastante ampla, envolvendo funções administrativas, políticas, jurídicas e fiscais. Auxiliados por contratadores e funcionários assalariados, os oficiais camaristas cuidavam da aplicação e do cumprimento das leis gerais e das posturas municipais, do abastecimento de gêneros alimentícios, da higiene e saúde local, das obras e construções necessárias à população, da assistência social, da fiscalização e taxação de serviços e mercadorias, bem como da ordem e da segurança local (ANDRADE, 1998, p. 127).

Bicalho (1998) e Sousa (2005) concebem as câmaras municipais como expressão da autonomia administrativa, outorgada pela metrópole à colônia, assim como foro privilegiado de representação e expressão dos interesses locais¹⁸. Entretanto a partir do final do século XVII e início do XVIII, os amplos poderes de que dispunham as câmaras municipais Ultramarinas foram progressivamente cerceados por Portugal. A primeira medida nesse sentido foi a criação, nas principais cidades coloniais do Império, do cargo de juiz de fora, aumentando, dessa forma, o poder de interferência dos funcionários régios no governo local. Segundo Bicalho (1998, p. 8-10), o resultado desse processo foi, para além do enfraquecimento econômico, político e administrativo da Câmara, o fortalecimento da capacidade de intervenção dos funcionários régios – governadores, oficiais militares e provedores da Fazenda – no espaço urbano e o aumento de seu poder de governo sobre seus cidadãos.

Andrade (1998) relativiza o poder de mando dos funcionários régios em detrimento do das câmaras municipais. Segundo ele, a coroa estava atenta ao significado das câmaras municipais na conservação dos interesses metropolitanos, tanto que não admitirá a intromissão dos funcionários régios nos assuntos considerados municipais” (ANDRADE, 1998, p. 127). Afirma, ainda, que somente no final do século XVIII e início do XIX, com a desagregação da organização política colonial, é que as câmaras perderam muito de seu poder de governo. Assim, Andrade (1998) localiza a perda dos

¹⁸ Esse entendimento é partilhado por outros historiadores, tais como Wood (1977 *apud* ANDRADE, 1998), Prado Júnior (1980), Alencastro (1997), Andrade (1998), dentre outros.

poderes camarários um século depois do período demarcado por Bicalho (1998).

A despeito da controvérsia quanto ao momento em que a metrópole implantou um mecanismo para cercear os amplos poderes de que dispunha, o fato é que ainda assim as câmaras municipais permaneceram como instância importante da administração e *locus* fundamental das dinâmicas de governo, gozando de alto grau de autonomia. Isso é o que demonstram os trabalhos de Bicalho (1998) e Sousa (2005), já mencionados aqui, e de Gouvêa (1998). Desse modo, a participação dos elementos do grupo pesquisado na administração municipal é importante para a compreensão dos espaços e da rede de sociabilidade em que se inscreveram.

Alguns dos membros do grupo pesquisado ocuparam cargos de vereança quando as câmaras ainda conservavam amplos poderes administrativos, judiciários e tributários. Conforme mencionado, para Manoel Ignacio de Mello e Souza, Fortunato Rafael Arcanjo da Fonseca, José Bento Ferreira de Mello e, ao que tudo indica, Pedro Gomes Nogueira¹⁹, as experiências com a administração municipal ocorreram ainda no Brasil colônia; Mello e Souza foi vereador em Mariana em 1808; Fortunato foi tesoureiro da câmara daquela cidade em 1814 e vereador a partir de 1821; José Bento foi vereador em Campanha, por mais de uma vez, antes de 1821; e Pedro Gomes marcou presença na Câmara de Sabará. A julgar pelo que foi dito acima sobre as atribuições das câmaras municipais anteriormente à Independência, podemos considerar que esses sujeitos, ao ocuparem cargos de vereança, adquiriram uma experiência significativa no que se refere à administração pública.

A partir da Independência, torna-se premente a necessidade de organizar o Estado brasileiro e com ela a necessidade de afirmação do poder central em detrimento das autonomias locais. De acordo com Holanda (1985) o declínio²⁰

¹⁹ Para Pedro Gomes Nogueira, a experiência se estendeu até 1840.

²⁰ Andrade (1998) reavalia a assertiva daquele autor visto que o projeto da Constituição do Império, que viria a ser outorgada foi apresentado pelo imperador às câmaras municipais para que elas se posicionassem quanto ao texto constitucional. Segundo Andrade (1998, p. 128), “a formalidade do ato não diminui o significado do reconhecimento do Imperador, consagrando as câmaras municipais como representantes legítimos dos cidadãos brasileiros”. Ele defende que na carta constitucional a competência e o poder da câmara municipal de representar politicamente os interesses locais não sofreram restrições.

De acordo com Lopes (2003), no texto intitulado *Iluminismo e jusnaturalismo no ideário dos juristas da primeira metade do século XIX*, ao fazer com que “as câmaras ratificassem uma proposta de constituição D. Pedro as confirmava como estância política e de representação,

da importância das câmaras municipais vinha implícito na Constituição de 1824²¹. O artigo 167, do Capítulo II (Das Câmaras), do Título VII, que versa sobre a administração e a economia das províncias, definiu que “em todas as Cidades, e Villas ora existentes, e nas mais, que para o futuro se crearem haverá Camaras, ás quaes compete o Governo economico, e municipal das mesmas Cidades, e Villas”. Entretanto, os estudiosos são unânimes em afirmar que foi a Lei de 1º de outubro 1828 que esvaziou as câmaras municipais de seu poder (HOLANDA, 1985; ALENCASTRO, 1997; ANDRADE, 1998). Conforme o artigo 24 do Título II, que definiu as funções municipais “as câmaras são corporações meramente administrativas, e não exercerão jurisdição alguma contenciosa”²². Nesse sentido elas perderam o poder de atuação jurídica, que fazia parte de suas atribuições anteriores. Além disso, a lei ainda as subordinou ao presidente da província e ao governo central, na Corte.

Não há dúvida, portanto, de que as câmaras municipais foram subtraídas do poder de mando que detinham desde o período colonial. Ponderamos, entanto, a respeito do assunto e defendemos, como Dolhnikoff (2005; 1990), Lopes (2003) e Souza e Silva (2007), que a diminuição da autonomia local seja compreendida não como algo em si mesma, mas como parte de um projeto mais amplo, qual seja, o de constituição do Estado Nacional brasileiro. Tal constituição do Estado trazia como condição fundamental o estabelecimento de um poder central, e para isso era necessário diminuir a autonomia local. Contudo não estava no horizonte extinguir o poder das câmaras. Tratava-se, no processo de centralização política e administrativa, necessária à constituição de um aparato estatal, de definir as competências da esfera de poder central, provincial e municipal de modo que uma não interferisse na órbita de ação da outra.

enquanto negava à assembleia o papel fundamental do Estado. Ia contra a noção de democracia representativa que se forjava então, tendo como órgão maior a representação nacional, e voltava à forma tradicional de representação do Antigo Regime português, ou a uma delas ao menos, que era o contato do soberano com as câmaras e não com assembleias, que se imaginava investida do poder constituinte, como se dizia, e refazia o pacto político com ‘corpos intermediários’ vindos da tradição liberal. O gesto é também cheio de ambigüidades, pois resulta, em última instância, em submeter uma constituição que se imaginava liberal – e, pois, revolucionária quanto ao sistema anterior- a órgão de legitimação do poder antigo” (LOPES, 2003, p. 195).

²¹ Constituição (1824), Título 7º, “Da Administração e Economia das Províncias”, Capítulo II, “Das Câmaras”. Artigos 167, 168 e 169.

²² Lei de 1º de outubro 1828.

A despeito de todas essas mudanças, as câmaras seguiram como um importante lugar de sociabilidade que proporcionou importantes aprendizagens aos membros do grupo por nós pesquisado. De acordo com o artigo 66 do Título III (Posturas Policiaes) da Lei de 1º de outubro de 1828, as câmaras municipais “terão a seu cargo tudo quanto diz respeito á policia, e economia das povoações e seu termo”. As atribuições foram minuciosamente definidas em 12 parágrafos do artigo citado acima e também nos artigos 67, 68, 69, 70, 71. Uma síntese das atribuições das câmaras municipais nos é oferecida por Lopes (2003, p. 210), segundo o qual

as provisões sobre os assuntos de policia e economia diziam respeito ao espaço público e aos bens de uso comum (alinhamento, limpeza, desempachamento das ruas, cais e praças, conservação das muralhas feitas para a segurança dos edificios prisões públicas, chafarizes, poços, e assim por diante). A câmara também deliberava e policiava assuntos de higiene e saúde publica (cemitérios, matadouros, escoamento de águas, disposição de lixo, etc.); provia medidas de segurança nas edificações (edificios ruinosos, escavações, etc.); cuidava do sossego e da moral pública; tomava medida para que o gado e os animais nocivos causassem prejuizos aos habitantes. [...] regulação do comércio e das feiras no respectivo território. Inspeccionava ainda as escolas, as santas casas, as prisões (para se adequarem ao dispositivo constitucional que exigia cadeias humanas, limpas adequadas ao propósito de recuperar os presos) e os conventos.

Ainda de acordo com Lopes (2003, p. 210), as câmaras municipais teriam, afinal, duas características. Por um lado, seriam uma espécie de delegacia-geral da administração central, do governo, por meio da qual seria sentida a do Império. Por outro lado, gozaria de certa autonomia para gerir seus bens, autonomia limitada, visto que a alienação precisava ser autorizada pelo Conselho da província. Como podemos notar, as atribuições das câmaras são bastante amplas e diziam respeito, principalmente, ao ordenamento do espaço público, nos limites da municipalidade. Assim, as câmaras convertiam-se primeiramente “em administradoras dos próprios da cidade”²³ (LOPES, 2003, p. 209).

Fortunato Raphael Arcanjo da Fonseca e Pedro Gomes Nogueira vivenciaram as transformações pelas quais as câmaras municipais passaram de meados da década de 1810 até quase os anos finais do período regencial, respectivamente nas Câmaras de Mariana e Sabará. Já a experiência de administrar a cidade

²³Enquanto Fortunato e Pedro Gomes permaneceram atuando na política local, Manoel Ignácio de Mello e Souza e José Bento Leite Ferreira de Mello alçaram à política imperial e provincial.

conforme o que determinada a Lei de 1º de outubro de 1828 foi vivenciada por outra parte do grupo. Entre 1831 e 1833, José Ribeiro Bhering foi vereador em Mariana; José Pedro Dias de Carvalho, fiscal da câmara de Ouro Preto; e José Alcebiades Carneiro e José Antonio Marinho, vereadores em São João del Rei. Nesse movimento de administrar a cidade, os vereadores adquiriram certas habilidades necessárias para participar da administração provincial e até mesmo imperial.

Santos (2007), após pesquisar a atuação da câmara municipal de Sabará, entre 1832 e 1860, mostra de forma bastante perspicaz como os vereadores da “Fidelíssima Vila” lidaram com suas incumbências relativas à administração do município. O recorte temporal da pesquisa é posterior ao que queremos enfatizar, contudo o trabalho contribui de maneira significativa para problematizar as câmaras municipais como espaço de sociabilidade contribuindo, sobretudo, para a identificação dos temas e problemas que ocuparam os vereadores, assim como as posturas assumidas.

Ao longo do trabalho, Lopes (2007) demonstrou que os vereadores de Sabará se envolveram intensamente com os assuntos que, a partir da Lei de 1º de outubro de 1828, passaram a ser de sua alçada. As discussões e as decisões camarárias referem-se ao processo de demarcação dos limites do termo de Sabará; à manutenção da ordem e da tranquilidade pública, sobretudo nos conturbados anos iniciais da regência; à transposição do Rio Sabará, um dos que cortava a cidade e constantemente causava enchentes; à construção e conservação das estradas e das pontes, a fim de tornar mais ágil o trânsito de pessoas e o transporte de mercadorias; à mudança na rota e na periodicidade do serviço de correio, para evitar os prejuízos para a justiça, o comércio e a administração; à localização e precariedade das instalações da cadeia de Sabará e também do matadouro, cujas condições eram, respectivamente, inadequadas à sobrevivência dos presos e à saúde da população; à mudança de um hábito de sepultar os mortos no interior dos templos religiosos (SANTOS, 2007).

Entre os vereadores estava Pedro Gomes Nogueira, um dos indivíduos do grupo cuja trajetória buscamos acompanhar e que participou ativamente das discussões e decisões no âmbito da câmara municipal durante o tempo em que dela fez parte. O trabalho realizado por Santos (2007) nos dá uma ideia

das questões que passaram a ocupar os vereadores. Temos indícios de que a lide com essas questões também tenha sido comuns aos munícipes de outras localidades mineiras e que, por sua vez, são integrantes do grupo selecionado para nosso estudo.

A título de exemplo, temos a câmara de Mariana e Ouro Preto às voltas com as questões relativas à organização do serviço de correio. Em 1831, Bhering e Fortunato, quando se encontravam no exercício do cargo de vereadores na Câmara de Mariana, enviaram ao presidente da província, Manoel Ignácio de Mello e Souza, um ofício em que consta a escala dos dias para o envio de correspondência, assim como a distância entre alguns distritos do termo e a capital da província (SP PP 1/33, cx. 119, pac. 61). No mesmo ano, a Câmara de Ouro Preto, que tinha entre seus membros José Pedro de Carvalho, comunicava à presidência da província o modo como se organizava o serviço de correio entre a capital e a Corte, bem como entre a sede da administração provincial e outras localidades. Junto ao ofício encontra-se uma resolução da câmara e um conjunto de instruções para os agentes do correio (SP PP 1/33, cx. 157, pac. 12, 13 e 16).

A organização do serviço de correio é uma questão importante, e as Câmaras pareciam reforçar as reclamações da população que sofria com sua irregularidade e atraso. Diante do problema, alguns habitantes das localidades pareciam dispensar a mediação da câmara ou reforçar sua ação por meio de correspondências enviadas a jornais. É o que revela a correspondência publicada em *O Universal* (n. 388, 1830), em que um “negociante amigo da ordem”²⁴ reclama da falta de ordem e pontualidade na administração do correio do Serro.

Também em 1831, José Pedro de Carvalho, então fiscal da Câmara de Ouro Preto, expunha o estado das escolas de primeiras letras e da educação em geral, bem como o destino dos órfãos pobres entre os quais se incluíam os expostos e também das obras públicas realizadas no termo, conforme determinado pelos artigos 66 e 70 da Lei de 1º de outubro de 1828. De acordo com ele

²⁴ Vale lembrar que essa correspondência, como muitas outras recebidas e publicadas tanto em *O Universal* como em outros periódicos, poderiam não ter sido escritas pelos leitores, e, sim, pelos próprios redatores, que lançavam mão dessa estratégia para suscitar o debate sobre questões polêmicas naquele momento.

Existem nessa Cidade 5 Aulas Públicas e 6 particulares. A 1. d'aquellas, que é a de filosofia não tem um só alumno; o mesmo acontece à de Anatomia; a 3. de Grammatica Latina conta 15 alumnos; 103 a de Ensino Mútuo e 24 a de meninas (Mappas n. 1, 2 e 3). Das particulares 3 são freqüentadas por meninos sómente, cujo numero é de 16; uma por 19 meninas e as outras duas por 74 meninos e 22 meninas conjuctamente (Relações n. 4,5, 6, 7, 8 e 9). (O UNIVERSAL, n. 587, 1831).

Em seguida, José Pedro informa o estado das escolas do Arraial de São Bartolomeu, Cachoeira do Campo e Casa Branca, no distrito de Itabira, Congonhas, Ouro Branco e Itatiaia. Afirma que no mapa geral constam os nomes dos professores, suas residências, número de discípulos com todas as

[...] observações e mais circumstancias exigidas pelas Posturas e Resoluções da Câmara.. Sob o número 24 offereço o Mapa Geral dos Expostos, cujo n° é de 25 nesta Cidade, e dois nos Arraiais de fora, nelle se achão descriptos seus nomes, qualidade e sexos, idades, criadores, estado, e tratamento (O *Universal*, n. 587, 24 abr. 1831).

Por último, o fiscal da Câmara de Ouro Preto relaciona as obras públicas realizadas, tais como a abertura e a recuperação de estradas, calçamento de ruas, construção de muros de contenção de enxurradas, reparos no encanamento de chafarizes públicos, bem como o desentupimento de outros. Assim, o fiscal da câmara demonstra em seu relatório que a câmara cumpria várias das atribuições fixadas na Lei de 1º de outubro de 1828.

A dinâmica administrativa municipal permaneceu inalterada até 1834. Com a aprovação do Ato Adicional, foi dado o golpe final na autonomia local²⁵, que vinha sendo minada de longa data. Nas linhas acima, demonstramos como as câmaras municipais se configuram como espaços de sociabilidade importante para os membros do grupo pesquisado. Nas câmaras, nossos políticos e letrados lidaram com questões que lhe permitiram acumular a experiência sobre a administração pública municipal. Essas experiências seriam

²⁵ De acordo com Dolhnikoff (1990), as reformas constitucionais foram responsáveis por jogar a pá de cal na autonomia local e poder municipal, sem direito a retorno durante todo o período imperial. Após a reforma, as câmaras municipais ficaram submetidas ao Poder Legislativo provincial, corporificado nas assembleias legislativas provinciais. A partir de então, as assembleias passaram a fiscalizar as despesas e rendas municipais, legislar sobre impostos, criar e revogar posturas municipais, criar, nomear e suprir empregados da municipalidade. Outras reflexões sobre o processo de esvaziamento do poder local em benefício da centralização do poder, fundamental para a constituição do Estado brasileiro, podem ser encontradas nas seguintes obras: MATTOS (1994); CARVALHO (1996; 1998); JANCSÓ (2003).

fundamentais para que pudessem participar da administração pública no nível provincial e nacional.

A despeito da diminuição do poder das câmaras municipais ocorrido entre o final do século XVIII e meados da década de 1830, elas constituíram um importante *locus* de exercício do poder e de aprendizado político, um espaço de sociabilidade fundamental para os membros do grupo pesquisado. Para Fortunato, Mello e Souza, José Bento, e Pedro Gomes, as experiências com a administração municipal ocorreram quando as câmaras ainda dispunham de amplos poderes de governo. Já para Bhering e Alcebíades, elas se deram no início do período regencial. A reconstituição da atuação dos sujeitos supramencionados nas câmaras municipais, mesmo que de maneira fragmentária, é importante para interrogá-las como espaço de sociabilidade.

No período colonial, as câmaras municipais tiveram um papel fundamental nas dinâmicas de governo do Império português. Com a desagregação da política colonial no final do século XVIII e início do XIX e posteriormente com a Independência do Brasil em 1822 e a aprovação do Ato Adicional (1834), as câmaras municipais, gradativamente, perderam o poder de governo. Com o esvaziamento do poder das câmaras, alguns sujeitos do grupo pesquisado, que ocuparam cargo na vereança, parecem ter lançado mão da experiência acumulada em nível local para alçar voos mais ousados em direção ao Conselho Geral da Província. Posteriormente à Assembleia Legislativa Provincial e à Assembleia Geral do Império, alguns deles chegaram ao Senado e ao Conselho de Estado. Nesses outros espaços de sociabilidade, os interesses locais foram negociados e também se articularam aos interesses gerais mais adequados ao processo de constituição do Estado e da nação brasileira.

2.3.2.2- O Conselho Geral da Província

A Constituição do Estado brasileiro após a Independência impôs como condição essencial o estabelecimento de um poder central e o enfraquecimento da autonomia local. No processo de centralização política e administrativa, tratou-se de definir as competências da esfera de poder central, provincial e municipal, de modo que uma não interferisse na órbita de ação da outra. A criação dos conselhos provinciais insere-se nesse processo e teve início antes da outorga da Constituição, em 25 de março de 1824.

A criação do Conselho de Província deriva de três leis de origens diversas, que se complementam: a Lei de 20 de outubro de 1823, que instituiu os conselhos de governo das províncias, de autoria da Assembleia Constituinte e Legislativa das Províncias do Brasil; a Constituição Política do Império, outorgada em 1824, que previa a instalação dos conselhos gerais de província; e a Lei de 27 de agosto de 1828, expedida pela Assembleia Geral, com o regimento para o funcionamento dos conselhos gerais de província. Os conselhos gerais de província funcionaram até a criação das assembleias legislativas provinciais, decorrente da aprovação, em 1834, do Ato Adicional à Constituição de 1824. Diversos estudos apontam o Conselho como embrião do Poder Legislativo, que permitia às elites regionais participar do processo de organização do Estado imperial.

Conforme dissemos, com o esvaziamento do poder das câmaras, alguns sujeitos do grupo pesquisado, que eram vereadores, encaminharam sua trajetória política rumo ao Conselho de Província. Nesse outro espaço de sociabilidade, puderam participar da administração pública em nível provincial, representando os interesses locais e articulando-os aos interesses gerais mais adequados ao processo de constituição do Estado e da nação brasileira. Manoel Ignácio de Mello e Souza e Bernardo Pereira de Vasconcellos iniciaram essa experiência ainda na década de 1820, ou seja, nos primeiros anos de funcionamento do Conselho, mas lá permaneceram até sua extinção, em 1834. A eles se juntaram, na década de 1830, José Bento Leite Ferreira de Mello, José Pedro Dias de Carvalho, Antônio José Ribeiro Bhering, Fortunato Raphael Arcanjo da Fonseca e José Alcebiades Carneiro (REVISTA DO APM 1896, fasc. II, p. 391-397). É possível ainda que, assim como nas câmaras municipais, a participação nas dinâmicas de governo, via Conselho da província, tenha permitido uma fermentação intelectual com diversas derivações, entre elas a formação e a participação em sociedades políticas, literárias e filantrópicas no período regencial.

A Lei de 20 de outubro de 1823 aboliu as Juntas Provisórias de Governo (artigo 1º) e confiou o governo das províncias a um presidente e a um conselho (artigo 2º). O presidente seria o administrador da província, nomeado pelo imperador e amovível quando esse julgasse necessário (artigo 3º). O Conselho seria composto de seis membros (artigo 10) e o conselheiro mais votado ocuparia também o cargo de vice-presidente da província. O presidente do

Conselho trataria de todos os objetos que demandem exame e juízo administrativo (artigo 24 da Lei de 20 de outubro de 1823). As atribuições do Conselho foram definidas em 15 parágrafos. Embora extensa, optamos pela transcrição dos parágrafos, que traz elementos que orientarão a compreensão das reflexões que desenvolveremos posteriormente.

1º Fomentar a agricultura, o commercio, industria, artes, salubridade e comodidade geral.

2º Promover a educação da mocidade.

3º Vigiar sobre os estabelecimentos de caridade, prisões e casas de correção e trabalho.

4º Propor que se estabeleçam Câmaras, onde as deve haver.

5º Propor obras novas, e conserto das antigas, e arbitrios para isso, cuidando particularmente na abertura de melhores estradas e conservação das já existentes.

6º Dar parte ao governo dos abusos, que notar na arrecadação das rendas.

7º Formar censo e estatistica da provincia.

8º Dar parte á Assembleia das infrações das Leis, e sucessos extraordinários, que tiverem logar nas Provincias.

9º Promover as missões e cathequeses dos Indios, a colonização dos estrangeiros, a laboração das minas, e o estabelecimento de fabricas mineraes nas Provincias metalliferas.

10º Cuidar em promover o bom tratamento dos escravos, e propor arbitrios para facilitar a sua lenta emancipação.

11º Examinar annualmente as contas de receita e despesa dos Conselhos, depois de fiscalizadas pelo corregedor da respectiva comarca, e bem assim as contas do Presidente da Provincia..

12º Decidir temporariamente os conflitos de jurisdicção entre Autoridades. Mas se o conflito apparecer entre o Presidente e outra qualquer Autoridade, será decidido pela Relação do Districto.

13º Suspende Magistrados na conformidade do artigo 34.

14º Suspende o Commandante Militar do comando da Força Armada quando inste a causa publica.

15º Attender ás queixas que houverem contra os funcionários públicos, mormente contra a liberdade de imprensa, e segurança pessoal e remette-las ao Imperador, informadas com audiência das partes, presidindo o vice-presidente se as queixas forem contra o Presidente.

16º Determinar por fim as despesas extraordinárias, não sendo porem essas determinações postas em execução sem previa approvação do Imperador. Quanto as outras determinações do Conselho, serão obrigatórias, emquanto não forem regovadas, e se não oppozerem as Leis existentes (Artigo 24, Lei de 20 de outubro de 1823).

A lista de atribuições dos conselhos é longa, o que denota não apenas a importância atribuída a essa nova instância de governo no processo de organização do Estado brasileiro, mas também sua relevância como lugar de sociabilidade em que se configuraram projetos e propostas, individuais e coletivas, visando à ordenação geral da vida administrativa, econômica, social e cultural da província.

A Constituição de 1824 pouco alterou o que estava definido na Lei de 20 de outubro de 1823. O Capítulo V da Carta Magna tratou especificamente da organização e atribuições do Conselho, porém sem o detalhamento encontrado na anterior. Segundo Silva (2005, p. 52),

Da competência do Presidente, continuaram sendo ‘todos os objetos, que demandem exame e juízo administrativo’ - incluindo as determinações sobre o emprego da Força Armada ‘contra os inimigos internos’ e ‘fora do Distrito’ e as Ordenanças -, estando porém independente a administração da Justiça. Ao Conselho, competiria ‘propor, discutir e deliberar sobre os negócios mais interessantes das suas Províncias; formando projetos peculiares e acomodados às suas localidades e urgências’, discutindo ‘a portas abertas’ os ‘negócios que começarem nas Câmaras’ e remetendo suas ‘Resoluções [...] diretamente ao Poder Executivo, pelo intermédio do Presidente da Província’, para serem oportunamente enviadas pela respectiva Secretaria de Estado à Assembléia Geral, como ‘Projetos de Lei’, ou, quando a mesma não estiver reunida, recebendo direta resposta do Imperador.

De acordo com Sales (2005), o Conselho Geral da Província de Minas Gerais foi o primeiro a ser instalado no Brasil, tornando-se rapidamente cenário de intensos debates referentes a diversos assuntos de interesse da província²⁶. A chamada inicial para sua instalação deu-se em 6 de junho de 1825. Estavam presentes o presidente da província²⁷ e os conselheiros eleitos, Francisco Pereira der Santa Apolônia, Romualdo José Monteiro de Barros, Theotônio Alves de Oliveira Maciel e João José Lopes Mendes Ribeiro. Não compareceram, naquele dia, o desembargador Manoel Ignácio de Mello e Souza e João Batista Ferreira de Souza Coutinho. Provisoriamente, ocuparam

²⁶ Zeli Efigênia Sales realizou uma pesquisa sobre a relação entre o Conselho da Província e a instrução pública em Minas, ao fim da qual concluiu que ali se desenvolveu uma verdadeira política de instrução pública entre os anos de 1825 e 1835.

²⁷ A pesquisadora não menciona o nome do presidente da província na ocasião da instalação do Conselho Geral da Província, mas muito provavelmente tratava-se de José Teixeira da Fonseca Vasconcellos que, segundo informação, estava à frente da administração de Minas (REVISTA APM, 1896, I, fasc. I, p. 9).

aqueles lugares os suplentes Bernardo Pereira de Vasconcellos e Marcos Antonio Monteiro de Barros (SALES, 2005, p. 48).

Inicialmente, o Conselho parece não ter cumprido as funções que lhe foram atribuídas. Isso é o que nos parece revelar o conteúdo do jornal *O Universal* (n. 5, 1825), que teve mais de uma página ocupada pela carta de um leitor que questionava as atividades do conselho de governo. Segundo o leitor, o conselho não cuidava a contento dos assuntos que deveria, tais como estradas, civilização dos índios e instrução pública. Alguns dias depois, o mesmo leitor cobrava o Conselho da província quanto ao fato de não publicar, em *O Universal* (n. 9, 1825), os trabalhos realizados como fazia em o *Abelha do Itacolomy*.

Tanto Silva (2005, p. 53), quanto Sales (2005), enfatizam que durante o processo de crise do sistema colonial e a construção do novo Estado o Conselho de Governo de Minas tratou das questões do interesse da província. Dentre os assuntos tratados, sobressaíram as *realizações materiais* diretamente conectadas à prosperidade econômica e intelectual da província, apresentadas, desde então, como os ícones da *modernidade política*, da entrada na *civilização*, enfim, do definitivo rompimento com a situação colonial. O relatório do presidente da província, João José Lopes Mendes Ribeiro, nos oferece um panorama dos assuntos discutidos nas sessões do Conselho da província. Segundo, ele os objetos que exigiam mais providências do Conselho eram:

[...] rendas publicas, administração, justiça, estradas, pontes canaes, agricultura, industria e sobretudo instrucção publica, porque ella abrange tudo, são materias da mais altas monta e da maior urgência para averiguações, e para requerimentos para o Poder Legislativo e Executivo que hão de acerca das iniciativas do Conselho deliberar com sabedoria profunda (REVISTA DO APM, p. 98, 1912)²⁸.

Além dos assuntos apontados pelo presidente, já nos primeiros meses de trabalho, o Conselho da província manifestou grande preocupação com o

²⁸ De acordo com Silva (2005, p. 54), as temáticas apontadas pelo Presidente da Província em 1828 foram reprisadas nos relatórios seguintes, até 1831. Foram esses assuntos que predominaram nas discussões do conselho não apenas até 1831, como afirma Rosa (2005). Os relatórios dos presidentes de província comprovam sua permanência até a extinção do conselho em 1834. Os relatórios dos presidentes da Província de Minas comprovam também que essas temáticas continuaram a ser objeto de regulamentação da Assembleia Legislativa Provincial, que substituiu o Conselho Geral da Provincial, conforme determinação o Ato Adicional de 12 de agosto de 1834.

ordenamento social. Na sessão do dia 13 de agosto de 1825, os conselheiros elaboraram o Regulamento de Providencias Policiaes a respeito de Taverneiros e Escravos (O UNIVERSAL, n. 13, 1825). A versão final, publicada alguns dias depois em *O Universal*, determinou em 15 artigos diversas medidas para evitar o ajuntamento de escravos em tabernas tendo em vista prevenir as perturbações causadas por escravos bêbados e armados (O UNIVERSAL, n. 17, 1825). Contudo, o problema parece ter persistido. Isso é o que indica a correspondência, publicada quase dois anos depois, em *O Universal*, na qual um leitor cognominado *O sertanejo*, escrevendo de Minas Novas, denunciava o não cumprimento do *Regulamento* aprovado pelo Conselho em 15 de agosto de 1825. Segundo ele,

[...] eram continuos os deboxes dos escravos, os motins públicos, e nocturnos, o uso de facas porretes e outros instrumentos tanto aqui quanto nessa Imperial cidade [...] está a determinação do Ex. mo Conselho tão longe de ser executada [...] por que contra ella permanecem uzos, e costumes ruinosos, chegando a embriaguez dos escravos a tal ponto que cahem pelas tabernas, e pelas ruas, atação Cidadãos, famílias, e authoridades, e isto impunemente [...] (O UNIVERSAL, n. 238, 1827)

As medidas definidas pelo Conselho em 1825 tanto quanto a preocupação do leitor de *O Universal* em relação ao comportamento dos escravos revela o temor quanto ao risco de desestabilização da ordem pública, em especial por essa parcela da população. A elaboração de *Códigos de Posturas* e de *Posturas Policiaes* pelas câmaras de Ouro Preto²⁹, Mariana³⁰ e Sabará³¹ é outro indicio da preocupação com a segurança pública.

Esses documentos elaborados pelas câmaras municipais e submetidos ao crivo do Conselho da província revelam que a preocupação com a segurança pública não levava somente à regulamentação da conduta de escravos, mas também da população pobre e livre, chamada genericamente de *vadios*. Com relação a eles, nota-se a preocupação de enquadrá-los nos ideais do trabalho considerado a *origem natural da riqueza* (O UNIVERSAL, n. 82, 1826). Nesse sentido, as *Posturas Policiaes* proibiam de “pedir esmolas, quando se pode

²⁹ Código de Posturas da Câmara Municipal de Ouro Preto. Atas do Conselho Geral da Provincia de Minas Gerais, 1828, p. 19-20 (SILVA, 2005, p. 55, nota 114)

³⁰ *Posturas Policiaes da Câmara da Leal Cidade de Mariana*. Minas Gerais, Conselho Geral da Provincia. Ouro Preto: tipografia de Silva, 1829. Acervo do APM- OR 0013 (MOREIRA, 2008, p. 36)

³¹ Santos (2007, p. 71-86) aborda detalhadamente o processo de elaboração e implementação do Código de Posturas na Vila de Sabará.

com o trabalho adquirir meios de subsistência” (CÓDIGO..., *apud* SILVA, 2005, p. 56).

Previa-se, também, a criação, como foi proposto pela Câmara Municipal de Caeté, de casas de trabalho para pobres, visto que essa era uma das maneiras de “extirpar o veio da ociosidade, que tanto peza sobre as classes industriosas” (O UNIVERSAL, n. 319, 1829). As medidas chegavam mesmo a prever o confinamento e a separação dos *vadios* como revela o plano de construção de uma casa de correção de vadios e ociosos mencionado pelo Conselho Geral em 1828 (SILVA, 2005, p. 56).

Silva (2005) afirma que podemos perceber nas discussões do Conselho sobre as obras prioritárias, direta ou indiretamente relacionadas à prosperidade econômica e segurança pública da província mineira, um marcado intuito de separar os indivíduos probos, sobretudo os envolvidos com o comércio e a administração pública, dos vadios, criminosos e desordeiros. Aos primeiros buscava-se facilitar o trânsito e as atividades; aos segundos, reservava-se a reclusão e o controle.

Por meio dessa incursão pelo Conselho Geral da Província, esperamos ter demonstrado sua configuração como espaço de sociabilidade importante para alguns membros do grupo pesquisa. Vasconcellos e Mello e Souza tomaram assento no Conselho desde sua instalação, em 1825, até sua extinção, em 1834, ou seja, foram eles que se inseriram mais intensamente nesse espaço de sociabilidade. Embora para José Bento, José de Carvalho, Bhering, Fortunato, Marinho as experiências no Conselho tenham se dado por menos tempo e a partir de 1830, período posterior ao que buscamos enfatizar aqui, elas foram significativas na configuração da identidade do grupo pesquisado e de sensibilidades ideológicas e culturais comuns, sobretudo a partir dos temas e problemas ali discutidos e encaminhados.

Essa identidade, bem como a convivência no âmbito do Conselho, parece ter influenciado de alguma forma o engajamento dos sujeitos citados acima no movimento associativo mineiro. Trata-se de um movimento análogo ao que se deu nas câmaras municipais. Entretanto de maior alcance, visto que o Conselho Geral da Província reuniu sujeitos oriundos de diferentes localidades. Desse modo, as câmaras municipais e o Conselho, entendidos como lugares de sociabilidade, vão compondo uma rede. Essa rede se torna

mais complexa quando acrescentamos o jornal, outro lugar de sociabilidade em que os sujeitos se encontram e onde se reverberam os temas e os problemas discutidos e encaminhados nas câmaras e no Conselho. É aos jornais como espaço de sociabilidade que passamos a nos referir nas próximas páginas.

2.3.2.3 O jornal *O Universal*

Sirinelli (2003), ao se referir às estruturas de sociabilidade, aponta a revista como uma das mais elementares. As reflexões do autor sobre o assunto podem ser aplicadas à apreciação dos jornais como espaço de sociabilidade no período recortado por nossa pesquisa. Gomes (1999) partilha a mesma posição e afirma que as revistas são classicamente lugares de sociabilidade intelectual. Assim, podemos considerar que os jornais são “antes de tudo um lugar de fermentação intelectual e de relação afetiva, ao mesmo tempo viveiro e espaço de sociabilidade” (SIRINELLI, 2003, p. 249). São “lugares de articulação de pessoas e idéias que precisam de suportes materiais e simbólicos para fazer circular seus projetos, sem o que eles perdem o significado” (GOMES, 1999, p. 58)

Todos os indivíduos do grupo pesquisado envolveram-se na escrita de periódicos, direta ou indiretamente, seja antes de se engajarem no movimento associativo mineiro ou em decorrência dele. No segundo quartel do século XIX, o jornalismo era parte do processo de formação dos políticos mineiros. O momento que antecede a Independência do Brasil, num contexto marcado pelas mudanças significativas na estrutura política da Península Ibérica e de seus domínios na América, a instituição da liberdade de imprensa, pelo decreto de 21 de setembro de 1820, foi crucial para a emergência no Brasil de uma opinião pública e da configuração de uma esfera pública de poder. Assim, relacionar a centralidade do jornalismo na trajetória dos políticos pesquisados a esses dois fenômenos, característicos da modernidade política.

Além desses fatores que colocam o jornalismo como um dos elementos mais importantes da formação dos políticos do século XIX, há que se considerar, também, a implantação do Estado Nacional brasileiro tendo como referência as diversas vertentes do liberalismo e, conseqüentemente, a difusão da cultura política liberal no Brasil. A esse respeito, Rousselier afirma que

aos olhos de muitos liberais, frequentemente jornalistas de profissão, a imprensa é um real vetor de difusão [da cultura política liberal], o real modo da razão, ao mesmo tempo em que, um dos meios para reservar a expressão da opinião pública para uma minoria esclarecida da população. (ROUSSELIER, 1999, p. 77, tradução nossa).

Considerando que a cultura política liberal não é democrática, mas elitista, podemos concluir, com Morel (2005, p. 218), que o perfil dos redatores das décadas de 1820 e 1830 se converge num dos componentes básicos do

liberalismo tocado pelas Luzes: a legitimidade dos redatores ilustrados que se constituíam em agentes propagadores do esclarecimento em todas as direções. Os homens de letras se apresentam como cidadãos e escritores ativos, como construtores da opinião que almejavam conduzir a sociedade a algum tipo de progresso e de ordem nacional.

Assim, sob a égide do liberalismo, no processo de configuração de uma esfera pública de poder e da opinião pública, surpreendemos os sujeitos do grupo pesquisado às voltas com a publicação de periódicos. Entre os redatores de periódicos mineiros encontram-se todos os indivíduos do grupo pesquisado. Inicialmente, levantamos os nomes de Padre José Antônio Marinho, Bernardo Pereira de Vasconcelos, Padre Antônio José Ribeiro Bhering, Bernardo Jacinto da Veiga Padre, José Bento Leite Ferreira de Mello, Teófilo Benedito Ottoni, José Pedro Dias de Carvalho e Coronel Pedro Gomes Nogueira (VEIGA, 1898, p.183-194). No decorrer da pesquisa, soubemos que o padre Bhering foi também o redator da folha *União Fraternal*, vinculada à Sociedade Patriótica Marianense (O UNIVERSAL, n. 769, 2 jul. 1832). A *Estrella Mariannense* era redigida por Manoel Bernardo Acurcio Nunan³² (CARVALHO, 2009, p. 56) e José Alcebiades Carneiro redigiu, em São João del Rei, o *Mentor das Brasileiras* (JINZENJI, 2008, p. 89).

Identificar as folhas e os redatores é importante, mas mais relevante é pensar o que a redação do periódico implica em termos de debate de ideias; de organização e de construção de propostas; de adesões que promove; de laços afetivos que cria; das fidelidades que arrebanha e da influência que exerce; e das exclusões que opera pelas tomadas de posição e das cisões advindas. O jornal se configura como “lugar de sociabilidade” onde esses padres,

³² Manoel Bernardo Acurcio Nunan era, assim como o padre Antônio José Ribeiro Bhering, membro da Sociedade Patriótica Marianense presidida por Fortunato Rafael Arcaño da Fonseca.

professores e políticos mineiros se organizavam mais ou menos formalmente para construir e divulgar suas propostas.

Dentre outras, uma maneira interessante de apreender o jornal como espaço de sociabilidades é acessar sua própria materialidade, ou seja, suas páginas. Entretanto diante de uma quantidade tão grande de jornais, seria enveredar por uma análise por demais extensa e que foge de certo modo aos propósitos delineados aqui. Desse modo, faremos uma incursão pelas páginas de *O Universal*, considerando-o como um espaço de sociabilidade que se articula a outros como as câmaras municipais e Conselho Geral de Província, já tratados, mas também às livrarias públicas, associações e sociabilidades informais que abordaremos adiante.

O Universal começou a ser publicado no dia 18 de julho de 1825, em substituição ao periódico *Abelha do Itacolomy*³³, primeiro periódico impresso em Minas que entrou em circulação em 14 de janeiro de 1824 e saiu de cena dias antes do lançamento de *O Universal* (11 de julho de 1825). No seu primeiro número, foram declarados os objetivos da publicação:

Como o Companheiro do Conselho deve de acabar em breve, e os illustres redatores da Abelha não continuão por ora a publicar seu periódico, eu me vi na necessidade de escrever, para transmittir as noticias mais interessantes, que chegarem ao meu conhecimento. [...] Não terão lugar nelle outras correspondências, se não as que tratarem de objectos em geral, e não contiverem personalidades, porque meu fim é a illustração publica [...] Preferirei sempre a publicação das Leis, Decretos e Portarias, pois apesar de que estes objectos não agradem tanto, como devem, sua vulgarização, he da primeira necessidade, e todos os Cidadãos devem procurar tão importante conhecimento (O UNIVERSAL, n. 1, 1825).

Há uma intenção, declarada, de promover a “ilustração publica”, o que produz a ideia que o jornalista, um homem de letras, portador de uma missão ao mesmo tempo política e educativa, deveria servir-se da imprensa para propagar ideias dirigidas ao povo tendo em vista sua formação. A publicação também favoreceria a emergência da opinião pública e a configuração de uma esfera pública de poder, propiciando aos *cidadãos* o “importante conhecimento” de “leis, decretos e portarias”. No momento inicial da constituição do Estado brasileiro, tal conhecimento era fundamental para

³³ Segundo Veiga (1898, p. 188-189), “no decurso de 1824 publicou-se também em Ouro Preto, *O Complilador Mineiro*, editado na Typografia de Silva (Luiz Maria da Silva Pinto) que teve duração efêmera”.

colocar as pessoas a par desse processo, bem como inseri-las nele. As ações se davam no sentido da publicização da coisa pública.

O redator, esse homem de letras, que se apresentava como cidadão e escritor ativo, construtor da opinião, que almejava conduzir a sociedade a algum tipo de progresso e de ordem nacional numa dada direção, aparece nas páginas de *O Universal* de forma mais contundente alguns meses depois quando afirma que:

Instruir recreando [...]. Este desígnio conduz os trabalhos dos escritos periodicos [...] servindo-se ao mesmo tempo a moral, a politica, as artes, e a civilisação, sem custo das pessoas, que, buscando muitas vezes sómente o que as pode distrahir, encontrão solida instrucção, e as regras de virtuosa conducta [...] sempre será mais feliz, e mais illustrada a Nação, em que a leitura dos periodicos generalisar a instrucção publica, combatendo a ignorancia, os abusos, e os prejuizos, e consagrando á causa da rasão ás luzes, e os trabalhos dos homens instruidos. (O UNIVERSAL, n. 43, 1825)

Com a intenção de instruir recreando, de difundir as Luzes, de ilustrar a Nação publicando textos de conteúdo moral, político, artístico que promovessem a instrução pública combatendo a ignorância, os abusos e os prejuízos, o redator de *O Universal* converteu o jornal num espaço de sociabilidade no qual as pessoas se aliavam, se insultavam e se conheciam, manifestando-se publicamente.

Em *O Universal* de 11 de janeiro de 1826, um leitor autodenominado “O Crítico”, mostrava-se preocupado com a escassez e a carestia dos mantimentos e atribuía o fato à negligência dos almotacés que deveriam fiscalizar a distribuição de alimentos e não o fazia. Disso “procede não apparecer mantimentos nas ruas, e have-lo com abundancia nas tabernas onde elle se compra pelo mais alto preço”. Para resolver o problema, “O Crítico” sugere que o Conselho de Governo examine a possibilidade de criação de uma intendência, na qual a venda de alimentos fosse centralizada. E encerra dizendo ao redator “que em lugar de se entreter a copiar o Sermão Mariannense, que tão fastidioso tem sido aos seus leitores, se occupasse antes com estes e outros semelhantes objetos de utilidade pública” (O UNIVERSAL, n. 77, 11 jan. 1826).

No número seguinte, o redator respondeu ao seu corresponde cognominado “O Crítico” dizendo que havia muito tempo se reclamava o estabelecimento de

uma Intendência na capital da província, visto que elas já existem em outros lugares, como na Vila do Príncipe, no Arraial do Tejuco e em Minas Novas, e não na capital da província. Em seguida, passa a explicar o que é uma intendência e a expor as vantagens de seu estabelecimento (O UNIVERSAL, n. 78, 1826). Dois dias depois, o jornal publicou as diretrizes para a criação da intendência e afirmou que para a criação da Intendência não era preciso reunião do Conselho de Governo, o presidente da província pedia deliberar a respeito, mas era necessário que os conselheiros discutissem “seriamente sobre este objecto de publica utilidade” (O UNIVERSAL, n. 79, 1826).

Outro assunto que ocupou as páginas de *O Universal* foi o entrudo. No dia 1º de fevereiro de 1826, *O Universal* trazia em suas páginas uma matéria intitulada “Ao Conselho do Governo desta Provincia dirige o Redactor o seguinte Memorial”, que trazia numa proposta de regulamento para impedir que as pessoas brincassem de entrudo. De acordo com o articulista iam-se

aproximando os dias em que o povo desenfreado, e illudido por um divertimento barbaro e que tantas desordens tem causado, e há de causar ao publico, ajunta ás chusmas nos chafarizes a atirar água a quantos passão e outros com [ilegível] laranjas cheias de agoas insultão a toda qualidade de pessoas (O UNIVERSAL, n. 86, 1826).

Diante disso, ele sugere que o Conselho considere os males e os gravíssimos danos que resultam do abuso e do costume de se praticar o entrudo e propõe, em cinco artigos, as providências para extirpar a prática do entrudo, bem como prevê a aplicação de penas, que vão de prisão a multa, passando pelas chibatadas, em caso de desobediência. Ele encerra a matéria pedindo que o Conselho não apenas aprecie a proposta e se for aceita a faça extensiva a toda a província e roga que se faça “o que mais conveniente for para a tranqüilidade, o socego, paz, e boa harmonia entre todos os cidadãos, único objecto de meus desejos e fins do meu trabalho” (O UNIVERSAL, n. 86, 1826).

Os exemplos de manifestações a respeito dos assuntos de interesse público se multiplicam nas páginas de *O Universal*. Sem muito esforço, encontramos debates sobre as vantagens do estabelecimento de uma companhia para exploração e navegação do Rio Doce (O UNIVERSAL, n. 8, 1825), defesa de um “programa” de incentivo à colonização inglesa em Minas Gerais (O UNIVERSAL, n. 10, 1825), data de instalação do Conselho do Governo (O UNIVERSAL, n. 11, 1825), cobrança a respeito da realização de obras publicas

como construção de pontes, publicação de providências policiais a respeito de escravos e taberneiros (O UNIVERSAL, n. 13, 1825), a má conservação das estradas (O UNIVERSAL, n. 83, 1826), presença de atravessadores que eleva os preços dos mantimentos (O UNIVERSAL, n. 85, 1826), a existência de uma biblioteca pública em São João del Rei com mais de 2000 títulos (O UNIVERSAL, n. 43, 1827), relatos de exames de alunos e alunas de escolas públicas (O UNIVERSAL, n. 458, 26 jun. 1830).

Além de tudo isso, encontram-se muitas transcrições de atas das reuniões do Conselho Geral da Província com as discussões dos assuntos supracitados e também daqueles mencionados em páginas anteriores³⁴. As câmaras municipais também lançaram mão do jornal como espaço de sociabilidade.

A configuração de *O Universal*, como já dissemos, parece estar articulada à existência e ao funcionamento de outros espaços de sociabilidade, tais como as câmaras municipais e o Conselho de Governo, posteriormente Conselho Geral da Província. Boa parte do conteúdo encontrado em suas páginas refere-se às discussões atinentes às obras públicas, à organização do serviço de instrução, ao abastecimento, à manutenção da ordem e da segurança pública entre outros, que estavam acontecendo nas câmaras e no Conselho. Isso nos permite pensar que muitas das questões trazidas pelo jornal tinham seu ponto de origem nesses outros espaços de sociabilidades e encontravam no jornal mais um espaço de elaboração e publicização, ou seja, de fermentação intelectual.

2.3.2.4 A Sociedade Literária, as livrarias e os laços de amizade e parentesco

Podemos pensar que essa rede de sociabilidade pode ter sido composta por outros tantos elementos, formais e informais, além dos três que abordamos, tais como associações, livrarias e laços de amizade e parentesco. Disso temos apenas indícios, mas vale a pena abordar a questão, mesmo que de maneira exploratória.

Começemos pela Sociedade Literária, que funcionou em Ouro Preto entre 1823 e 1825. Segundo Moreira (2006), as referências a essa associação são poucas,

³⁴ O UNIVERSAL, n.116, 828; n.120, 1828; n.123, 1828; n. 421, 1830.

mas suficientes para percebermos que a Ilustração Pública figurava entre seus objetivos. Para contribuir na difusão das Luzes, a Sociedade Literária dedicava-se à formação de uma biblioteca interna. A Sociedade recebia também os números de *O Universal*. Um de seus sócios era Manoel José Barbosa, proprietário da Officina Patrícia de Barbosa e Cia (MOREIRA, 2006, p. 144-145).

Nessa oficina, era impresso *O Universal*, cuja redação é atribuída, no seu primeiro quinquênio, a Bernardo de Vasconcellos. Temos, assim, indícios de formação de uma rede de sociabilidades formais, do que são elementos a sociedade e o jornal; e informais, possíveis laços profissionais e/ou afetivos entre Vasconcellos e Barbosa.

O jornal servia de maneira diferente aos mesmos propósitos da Sociedade, ou seja, à ilustração pública e à difusão das Luzes. É possível, também, que os membros da Sociedade Literária se reunissem periodicamente, como era comum a associações criadas no período regencial, para a ler *O Universal* e discutir as notícias nacionais e internacionais trazidas por ele, bem como para debater assuntos relativos à organização do nascente Estado brasileiro e de questões a ele atinentes, como construção de estradas, ordenamento da população e instrução pública, que por sua vez eram reflexo e se refletiam nas câmaras municipais e no Conselho de Governo³⁵.

Com a extinção da Sociedade Literária, a própria oficina tipográfica de *O Universal* pode ter-se convertido em um local de encontro, de debate de ideias e de elaboração de propostas no qual se reuniam os letrados e políticos de outras localidades como a vizinha Mariana, por exemplo. O primeiro periódico publicado em Mariana foi a *Estrela Mariannense*, cujo primeiro número saiu do prelo em 30 de maio de 1830. Inicialmente, sua impressão foi realizada em Ouro Preto, na Tipografia Patrícia do Universal (MOREIRA, 2006, p. 100).

A folha era redigida por Manoel Bernardo Acúrcio Nunan, que viria a ser secretário da Câmara de Mariana (CARVALHO, 2009, p. 56) e membro da Sociedade Patriótica Mariannense, juntamente com Fortunato Rafael Arcanjo da Fonseca (SP PP 1/7 cx.01 pac. 11). O envio do conteúdo a ser impresso e o

³⁵ A respeito desses lugares de sociabilidade, que são as associações, bem como das práticas de leitura que abrigaram, assim como outros lugares menos formais como as boticas, vendas e tabernas ver as refinadas reflexões de Moreira (2006).

retorno do jornal, fosse pelas mãos de Nunan ou de um mensageiro, permitia não somente a criação de um circuito de informações entre as duas localidades, mas também a configuração de uma rede de sociabilidades.

As livrarias públicas também podem ser arroladas entre os lugares de sociabilidade importantes para o grupo pesquisado, em especial para Teophilo Ottoni, Bernardo Vasconcellos e Bernardo da Veiga. No tempo em que frequentou a Academia da Marinha, no Rio de Janeiro, Ottoni foi admitido no convívio de Evaristo da Veiga e Bernardo de Vasconcellos. Era frequentador assíduo da livraria de Evaristo da Veiga no Rio de Janeiro (CHAGAS, 1978, p. 23-25). Por volta de 1827, a livraria, de propriedade de Evaristo e seu irmão João Pedro, já despontava como um espaço de convivência política dos homens de letras. Lá se “reuniam muitas vezes os liberais do setor moderado antes e depois do 7 de Abril”. (SILVA NETO, [s.d.] p. 5).

Enquanto intermediário cultural, Evaristo da Veiga participava da criação de redes e, conseqüentemente, da constituição dos espaços públicos no Rio de Janeiro no início dos Oitocentos. Influindo na circulação de impressos portadores de idéias, interesses, palavras de ordem e propostas de organização e mobilização, a sua livraria era um dos espaços de convivência dos consumidores desse material impresso (SILVA NETO, [s.d.], p. 8).

Na livraria de Evaristo, as conversas se davam em torno da filosofia política, criada pelos povos de língua inglesa. Nela, Ottoni teve contato com os teóricos do liberalismo anglo-americano. A revolução americana, com seu federalismo, sua filosofia de liberdade, seu respeito à dignidade humana fez dele um de seus maiores apóstolos (CHAGAS, 1978, p.25-26).

Nessa mesma época, começou sua atividade como jornalista. Na Corte, a *Astreia*, periódico dirigidos por Antônio José de Amaral e José Joaquim Vieira Souto, publicou os artigos escritos sob o pseudônimo de “Jovem Pernambucano”. Na imprensa periódica da província mineira, colaborou intensamente escrevendo para o *Astro de Minas*, de São João del Rei, e para o *Eco do Serro*, de Diamantina (CHAGAS, 1978, p. 23-24). Por causa de perseguições decorrentes de seu engajamento político, Ottoni pediu baixa da Armada e, em 1830, voltou à cidade natal, disposto a abrir uma casa de comércio. Pôs-se a caminho da Vila do Príncipe (Serro) levando em lombo de besta uma tipografia de onde sairia o jornal *Sentinela do Serro*, o primeiro

daquele lugar (CHAGAS, 1978, p. 27-28). Ali também fundou a Sociedade Promotora do Bem Público (SP PP 1/7, cx. 01, pac. 04).

Alguns dados esparsos nos permitem inscrever Bernardo Jacintho da Veiga em redes de sociabilidades bem próximas de Teophilo Ottoni. De acordo com Castro (2008, p. 67), Bernardo Jacinto Veiga e Lourenço Xavier da Veiga saíram egressos do Rio de Janeiro, estabeleceram-se em Campanha em 1818 como livreiros. Em razão de sua atividade comercial, podemos supor que Bernardo da Veiga ia com frequência ao Rio de Janeiro, onde obtinha os impressos, chegados da Europa, que comercializava.

É bem possível que, em suas passagens pela Corte, Bernardo da Veiga tenha frequentado a livraria de seus irmãos e, à semelhança do que ocorreu com Evaristo, tenha lido e discutido os escritos de “Bentham, Benjamin Constant, Montesquieu, Paine, Ricardo, Say, de Sismonde, entre outros, além de obras científicas, jurídicas e de conhecimentos humanísticos” (SILVA NETO, [s.d.], p. 4-5). Bernardo da Veiga não possuía formação superior e possivelmente, como para o seu irmão Evaristo, “o balcão de sua(s) livraria (s) foi realmente para ele a sua cadeira em ciência política” (SILVA NETO, [s.d.], p. 4). A trama da rede de sociabilidades de Bernardo da Veiga se tornou ainda mais fechada quando levamos em conta o seu apadrinhamento pelo irmão Evaristo que lhe abriu espaço na vida pública indicando-o para cargos políticos (MOREL, 2005, p. 185).

As reflexões sobre os lugares de sociabilidade formal, como as câmaras municipais, o Conselho da província, mas especialmente o jornal, a Sociedade Literária e a livraria de Evaristo, fizeram emergir outro elemento que parece ser importante para elaborar o perfil do grupo. Chamamos atenção para o convívio com políticos mais experientes. Como explicitamos acima, esse convívio desempenha papel fundamental na trajetória do jovem Ottoni e Bernardo da Veiga. Contudo, sobre o primeiro temos elementos que permitem dizer que o despertar para a política se deu ainda na infância e no próprio seio familiar.

Ainda menino, Ottoni conheceu os meandros da política na Vila do Príncipe onde residia com sua família. Em 1813, aos 6 anos de idade, viu seu pai ser eleito para compor o Senado da Câmara e aos 7 acompanhava o cortejo do corpo da Câmara pelas ruas da vila (CHAGAS, 1978, p. 100). Em 1821,

chegava à Vila do Príncipe notícias das manifestações ocorridas na Corte a favor do reconhecimento da Constituição elaborada pelas Cortes de Lisboa e que seu tio, Eloi Ottoni, lá residente, declamara, diante de D. João VI, um audacioso soneto em que chamou os brasileiros de escravos. Na casa de Jorge Benedicto Ottoni, liberal exaltado, pai de Teophilo, o assunto era a atitude do insolente tio Elói falando diante do rei.

Na Vila do Príncipe, seu pai pregava na rua e em casa as ideias liberais. Em 1821, quando se realizaram as eleições dos deputados mineiros a Cortes de Lisboa, Teophilo Ottoni, aos 13 anos, declamou sobre a Constituição, a liberdade e a Independência. O tio Eloi foi eleito para nela participar e seu pai era um dos representantes da comarca do Serro Frio na junta eleitoral do 1º Governo Provisório de Minas e propôs que se retirasse o padrão de infâmia erguido trinta anos antes, em opróbrio a Tiradentes. De volta a Vila do Príncipe, Jorge Ottoni se engajou na luta pela Independência (CHAGAS, 1978, p. 10-12). Três anos depois, Teophilo partiu para a capital do Império com o objetivo de estudar e lá se inseriu em outros espaços, formas e redes de sociabilidade, como demonstramos acima. Esse complexo de sociabilidades influenciou diretamente sua trajetória política.

Não reunimos para os demais elementos do grupo tantos dados quanto foi possível para Ottoni. A tarefa permanece em aberto. Apesar disso, no caso deste trabalho damos-lhe por encerrada. Passamos no próximo capítulo a tratar da institucionalização e do funcionamento das sociedades políticas, literárias e filantrópicas criadas pelos elementos do grupo sobre cuja trajetória debruçamo-nos neste capítulo que se encerra.

Capítulo 3

“Uniformizar os sentimentos dos Cidadãos de cada lugar e faze-los tomar uma parte ativa nos negócios do Estado”: o movimento associativo mineiro

*Felicitemo-nos, Srs., e a nossa pátria por que chegada a época em que os Amigos da liberdade podem promovê-la independentemente dos caprichos mandônicos; sim essa **Sociedade** se forma por que o quereis, [...] Surgirá também algum gênio das trevas, algum abjeto absolutista, que incapaz de promover o bem, que não seja o individual, procure menoscabar vosso grande **projecto**, assacando-vos sinistras intenções, e insinuando-o como hostil aos interesses da bem entendida liberdade. [...] Tão puros sentimentos de amar a humanidade vos inspira o motivo, que acelerou a vossa presente **reunião**. [...] Seja coroada do mais feliz successo vosso **projecto** digno sem duvida de Mineiros! (O UNIVERSAL, n. 576, 1831, grifos nossos).*

O período regencial durante muito tempo foi representado na historiografia como um momento turbulento e instável, marcado pelo caos, pela desordem, pela anarquia, dentre outros adjetivos que guardam uma relação de sinonímia com os citados. Atualmente, o interesse por essa fase da história do Brasil tem crescido e os trabalhos demonstram, ao contrário do que se pensava, que as Regências não podem ser definidas como um momento de indefinição e instabilidade política. Os anos decorridos entre a abdicação de D. Pedro I e a declaração da maioridade de D. Pedro II têm sido considerados como um momento crucial da construção do Estado brasileiro, caracterizado pelos intensos debates/embates entre os diversos projetos¹ de construção do Estado e por lutas pela participação nas decisões políticas.

Nessa fase de debates/embates, os agrupamentos políticos existentes à época, quais sejam, os liberais moderados, os liberais exaltados e os conservadores, esgrimiram-se na disputa pelo poder, que não raras vezes comportou atos de violência física. Contudo, o que demarca bem essa fase é a luta simbólica em que cada grupo buscou tornar hegemônico seu projeto de Brasil. Tal luta não constituía uma novidade do período; ela vinha se desenrolando desde que o Brasil rompeu os laços com Portugal. Da luta travada entre as décadas de 1820 e 1830 os liberais moderados saíram vencedores. Foram os adeptos desse posicionamento político que assumiram o poder após a saída do nosso primeiro Imperador.

Não é sem razão que os primeiros anos do período regencial são conhecidos como a fase liberal das regências. Está amplamente demonstrado pela historiografia que os anos compreendidos entre a abdicação de D. Pedro I e o ano de 1837² caracterizam-se pela hegemonia do liberalismo moderado

¹ Basile (2006b) assinala a existência de três projetos políticos de Estado postos em ação, sobretudo, por meio da imprensa periódica, durante as regências. Grosso modo, o projeto de *Brasil Moderado* manifesto na defesa da divisão de poderes entre o rei e os representantes do povo (parlamento). O projeto de *Brasil Exaltado* elaborado pelos adeptos do Liberalismo Radical, vertente que na linha jacobinista, procurava conjugar os princípios do liberalismo clássico com os ideais democráticos, sem, no entanto abrir mão de práticas autoritárias. E o projeto de *Brasil Caramuru*. Os caramurus ou restaurados eram adeptos de uma terceira vertente do liberalismo, de matriz conservadora, que adotava postulados do liberalismo clássico como o constitucionalismo, a divisão dos poderes, representação, direitos de cidadania, sem prescindir de um Estado forte e reticente a reformas.

² Por volta de 1835, o liberal moderado já dava sinais de esgotamento e no grupo de sujeitos adeptos desse posicionamento político verificavam-se sérias dissensões em decorrência da adoção de uma postura mais conservadora por parte de seus membros. É exemplar o caso de Bernardo Pereira de Vasconcellos, exaustivamente citado na historiografia. Segundo ele

(CARVALHO, 1999; SILVA, 2002; MOREL, 2003a; JANCSÓ, 2003, CASTRO, 2004; DOLHNIKOFF, 2005). Um dos maiores desafios dos adeptos desse posicionamento político, como demonstramos no primeiro capítulo desta tese, foi fortalecer as instituições regenciais, manter a ordem e a tranquilidade pública ameaçada tanto pelos embates políticos quanto pelas possibilidades de levantes populares. Nessa empreitada, como também já o demonstramos, as associações públicas e a rede de periódicos a elas vinculada constituíram-se em instrumentos/armas de luta mobilizadas não apenas pelo grupo que havia chegado ao poder, mas também pelos exaltados e restauradores.

Contudo, parece-nos, que para além de estratégias de fortalecimento das instituições regenciais, de manutenção da ordem e da tranquilidade, as associações públicas, bem como os periódicos, foram, para os seus membros, espaço de aprendizado das dinâmicas de funcionamento do Estado, ou seja, de aprendizado da arte de governar. Constituíram-se, também, como espaço de elaboração de diagnósticos sociais tanto quanto de formulação e execução de projetos individuais e coletivos que mantiveram uma relação muito próxima com a constituição do Estado da nação brasileira.

Com base na afirmação de Velho (1997, p. 23) de que “tem-se um projeto quando há ação com algum objetivo predeterminado”, podemos definir, *grosso modo*, como projeto individual a projeção política e como projeto coletivo a formação do povo. Dito de outra forma, o prestígio político alcançado pelos políticos e letrados congregados nas associações deveu-se não exclusivamente, mas em grande medida, ao aprendizado político efetivado nas agremiações. Por seu turno, o projeto coletivo se consubstanciou na formulação e execução de projetos político-culturais entendidos como projetos educativos, que tinham como uma de suas metas a construção de um consenso com relação ao caminho a ser seguido na construção do Estado e da Nação brasileira. Essas premissas sobre o movimento associativo das Regências constituem o mote deste capítulo.

próprio afirmou: “[...] fui Liberal; então a liberdade era nova no país, estava nas aspirações de todos, mas não nas leis; o poder era tudo: fui liberal. Hoje, porém, é diverso o aspecto da sociedade; os princípios democráticos tudo ganharam, e muito comprometeram; a sociedade, que então corria risco pelo poder, corre agora risco pela desorganização e pela anarquia. Como então quis, quero hoje servi-la, quero salvá-la: e por isso sou regressista. Não sou trãnsfuga, não abandono a causa que defendo, no dia de seus perigos, de sua fraqueza; deixo-a no dia em que tão seguro é o seu triunfo que até o excesso a compromete. [...] Os perigos da sociedade variam; o vento das tempestades nem sempre é o mesmo: como há de o político, cego e imutável, servir no seu país?” (CARVALHO, 1999, p. 9).

Com base no pressuposto, demonstrado no capítulo anterior, de que a gênese das associações é anterior à sua regulamentação, o conteúdo deste capítulo versa sobre o que chamamos de dinâmica de funcionamento das associações. Inicialmente, de maneira sucinta, demonstramos que a instalação das Regências abriu espaço para a participação política dos membros do setor abastecedor mineiro e, dessa forma, funcionou para aquele grupo como uma estrutura de oportunidades políticas. Com base na ideia de que, no período regencial, as associações foram um Estado dentro do Estado, explicitamos os aprendizados políticos ali viabilizados por meio de uma analogia entre as regras de funcionamento das associações e as do Estado.

Passamos a examinar, a seguir, os projetos político-culturais entendidos como projetos educativo, formulados e executados pelas agremiações. Fizemos isso, primeiramente, mediante a análise de seus objetivos, previstos nos estatutos. Focalizamos o caráter multidimensional das agremiações mineiras demonstrando que seus projetos político-culturais, cuja dimensão política deixa-se notar pelo esforço de difusão da cultura política liberal, e a dimensão cultural, observada no empenho em levar as *Luzes* do saber a que não as possuía, foram capazes de amalgamar valores religiosos e seculares dando ao associativismo mineiro uma nuance específica. Depois, analisamos tanto sua dinâmica de funcionamento quanto a realização de seus projetos político-culturais, por meio da edição de jornais, da instalação da Biblioteca Pública de Ouro Preto, da promoção de festas pública e de espetáculos teatrais. Por fim, problematizamos as expressões “pedagogia civilizadora”, “pedagogia política” e “pedagogia liberal” utilizadas por Silva (2002) e Morel (2005) para referir-se à ação das associações.

3.1 “Debaixo das vistas de uma ilustrada Regência”: a estrutura de oportunidades políticas

Uma característica interessante do período regencial salientada por Lenharo (1979) é a ascensão social dos produtores mineiros, que atingiu seu cume nos primeiros anos da Regência, quando eles alcançaram significativo destaque no cenário político. Após cotejarmos os nomes citados pelo referido autor com aqueles envolvidos com o movimento associativo das Regências, encontramos nomes coincidentes, como José Bento Ferreira de Mello, Evaristo Ferreira da Veiga, Bernardo Jacinto da Veiga e Bernardo Pereira de Vasconcellos e Antônio Paulino Limpo de Abreu.

A hegemonia política alcançada pelo grupo da década de 1830 foi sendo forjada aos poucos. Segundo Lenharo (1979) iniciou-se com a transferência da família real para o Brasil em 1808. Após sua instalação no Rio de Janeiro, iniciou-se uma política de integração do centro sul do Brasil por meio do comércio de abastecimento, viabilizado por medidas de incentivo e financiamento da produção, pela abertura de estradas e distribuição de terras. No primeiro Reinado, o grupo de produtores mineiros ascendeu socialmente e penetrou na praça de comércio do Rio de Janeiro. Nesse momento definiram-se seus interesses políticos regionais, com o surto da imprensa, especialmente do sul de Minas, e com o aparecimento de seus primeiros líderes políticos. Quanto ao período regencial Lenharo (1979, p. 122) afirma:

A deposição [abdicação] do imperador abalou o poder concentrado do Estado imperial, *abrindo espaço para a projeção do setor abastecedor da classe proprietária que passou a ser co-responsável pela administração regencial*. Associando-se principalmente a políticos egressos da pequena burguesia urbana e do segmento militar, compuseram um grupo relativamente coeso, mas sem aprofundamento político partidário, designado genericamente de liberais moderados (Grifos nossos).

A assertiva do autor, em especial o trecho que destacamos, no qual ele afirma que a abdicação de D. Pedro I abriu espaço para a participação política dos membros do setor abastecedor mineiro, leva-nos a concluir que a Regência funcionou para aquele grupo como uma estrutura de oportunidades políticas, nos termos postos por Alonso (2002). Segundo a pesquisadora, as estruturas de oportunidades políticas são

[...] dimensões consistentes, mas não formais e permanentes, do ambiente político que fornece incentivo para as pessoas se engajarem em ações coletivas, por afetarem suas expectativas de sucesso ou de fracasso (ALONSO, 2002, p. 42).

Alonso, após investigar o movimento intelectual³ de 1870, estabeleceu uma relação entre a ampliação das estruturas de oportunidades políticas e o referido movimento, entendido como movimento social. Tais reflexões nos permitem pensar que a abdicação de D. Pedro I e, conseqüentemente, a instalação das Regências, constituiu-se como estruturas de oportunidades políticas para grupo de produtores mineiros. Tais estruturas são propícias à criação de associações públicas, entendidas como movimento social, que por sua vez são uma forma de expressar demandas específicas do grupo com ele envolvido.

É interessante notar que a projeção dos sujeitos ligados ao setor abastecedor coincide com a multiplicação das associações. Diante disso, a noção de estrutura de oportunidades políticas viabiliza a abordagem do movimento associativo das Regências como um movimento intelectual e social. Apreender esse movimento em sua complexidade significa dar inteligibilidade aos elementos aos quais eles recorreram para compreender a situação que vivenciam e para definir as linhas de ação mais eficazes.

3.2 “Outro Estado no Estado”: o movimento associativo mineiro e o aprendizado político

“Foi em realidade outro Estado no Estado”. Com essas palavras, José Inácio de Abreu e Lima, autor de *O Compêndio de História do Brasil*, publicado pela primeira vez em 1843 e reeditado em 1882, referiu-se à Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional do Rio de Janeiro (LIMA, 1882, p. 271). Tal ponto de vista é corroborado por Wernet (1978, p. 32) quando afirma, em relação à Sociedade dos Defensores da Liberdade e da Independência de São Paulo, que sua organização assemelhou-se à do Estado.

³ De acordo com Alonso (2002, p.41), “movimentos intelectuais são uma modalidade de movimento social. Por sua vez, movimentos sociais são uma das formas modernas de ação coletiva, que surgem com o enfraquecimento das formas tradicionais de expressar demandas, seja por sua ineficácia, seja pelo aumento da participação política”.

Tais declarações, separadas por mais de um século, são interessantes uma vez que nos instigam a interrogar as regras de funcionamento das associações, que, segundo Jean-Pierre Rioux (2003), é um dos caminhos para compreendê-las. Diante do exposto, podemos adentrar a dinâmica de funcionamento das associações e explicitar os aprendizados políticos ali viabilizados mediante uma analogia entre as regras de funcionamento das associações e do Estado. Vale lembrar, antes de iniciarmos a empreitada, que, segundo Pierre Rioux (2003, p. 108), “as associações [são] grupos sociais organizados segundo normas definidas por seus membros, [enquanto] [n]as instituições, as regras são pressupostas e não submetidas ao voluntariado da adesão”. Isso posto, para interrogar as regras de funcionamento recorreremos a um conjunto de documentos produzidos pelos membros das associações, quais sejam, os estatutos de algumas associações e doze atas de reuniões da Sociedade Promotora da Instrução Pública de Ouro Preto.

Entendemos os estatutos das associações como uma carta de intenções e/ou um guia para as ações dos políticos e letrados nelas reunidos. Por meio dos estatutos, as agremiações definem seus modos de constituição, as regras para admissão de sócios e para sua participação nos processos decisórios, as formas de manutenção e de administração, bem como os fins a que se destinavam. O estatuto é o que regulamenta a associação, visto que, conforme demonstramos no segundo capítulo, sua gênese é anterior à regulamentação. A elaboração do estatuto é o que demarca a existência formal da agremiação. O estatuto é também a identidade da sociedade e a expressão dos projetos político-culturais formulados nesse espaço de sociabilidade. Operando a analogia que nos propusemos a fazer, podemos dizer que o estatuto está para a associação como a Constituição está para o Estado.

Ao longo da pesquisa, foi possível reunir os estatutos de três sociedades mineiras: da Sociedade Promotora da Instrução Pública de Ouro Preto, da Sociedade Pacificadora, Philantrópica, Defensora da Liberdade e Constituição de Sabará e da Sociedade Philantrópica de Campanha. Tivemos acesso, também, aos estatutos da Sociedade dos Defensores da Liberdade e da Independência Nacional de São Paulo e da Sociedade Defensora da Liberdade e da Independência Nacional do Rio de Janeiro. A importância dos estatutos das agremiações das províncias vizinhas para esta pesquisa reside no fato de que boa parte das que foram criadas em Minas são sucursais da Defensora do

Rio, que por sua vez foi criada nos moldes da Sociedade dos Defensores de São Paulo. Além desses estatutos completos, localizamos, também, fragmentos de estatutos de outras agremiações mineiras, o que nos permitiu cotejá-los com os demais.

O nível de detalhamento desses documentos é bastante variado. O da Sociedade Promotora de Ouro Preto é o mais minucioso, mas consta em todos a denominação da sociedade, os fins a que se destinam e as regras do funcionamento interno. No movimento de organização interna das associações, podemos apreender o próprio processo de elaboração e aprovação dos estatutos como algo complexo similar à elaboração da Carta Magna do Estado, ou de outros códigos legais. Isso é o que denota o processo de elaboração dos estatutos da Promotora de Ouro Preto.

A Sociedade Promotora da Instrução Pública de Ouro Preto comunicou sua fundação ao governo da província mineira em 3 de abril de 1831 [(SP PP1/42, cx. 01, pac. 41– 27/3/1831)]. Na primeira sessão da Sociedade, realizada no dia 25 de março, Manoel Ignácio de Mello e Souza foi empossado como presidente. Francisco de Paula Santos e Herculano Ferreira Pena foram nomeados secretários, e Manoel Soares do Couto, Bernardo Pereira de Vasconcellos, Lucas Antonio de Souza Oliveira e Castro, Francisco de Assis d’Azeredo Coutinho e José Pedro Dias de Carvalho formaram uma comissão para formular os estatutos com base em uma versão preliminar elaborada por Manoel Soares do Couto. Formalmente, fixou-se para a instalação da Sociedade o dia 27 de março de 1831 (ATA da sessão de 25/3/1831, publicada em O UNIVERSAL, n. 576, 1831).

Junto ao ofício enviado à Presidência da Província, há uma cópia da versão preliminar dos estatutos. Essa versão⁴ compõe-se de 20 artigos distribuídos em 3 capítulos, intitulados, respectivamente, “Da sociedade e seus sócios”, “Da administração da Sociedade e Disposições geraes”. A segunda⁵ foi apresentada dois dias depois, ou seja, no dia 27 de março, e aprovada interinamente pelos membros da Sociedade (O UNIVERSAL, n. 576, 1831).

⁴Ver no ANEXO 2 as duas versões dos estatutos.

⁵ Entre os documentos levantados, não localizamos essa segunda versão, mas uma que consideramos, com base nos indícios reunidos, como uma terceira versão.

A terceira versão⁶ foi aprovada no dia 7 de agosto de 1831. Nela, a nomenclatura “capítulo” foi substituída por título e foi acrescido mais um, além dos três existentes⁷ na primeira versão, que trata da constituição do colégio eleitoral e suas atribuições. O novo título foi composto pelos artigos 7º e 17 da versão preliminar, pela ampliação do artigo 15 e pela adição de outros dois, um que fixou as atribuições do colégio (artigo 9º da segunda versão) e outro que definiu a dinâmica das reuniões do colégio (artigo 14 da segunda versão). O número de artigos passou de 20 para 30 (O UNIVERSAL, n. 634, 1831).

As coincidências entre o funcionamento das associações e as dinâmicas do Estado não se restringem à elaboração do estatuto pelos sócios de forma análoga à aprovação de códigos legais pelos membros do Poder Legislativo. Há coincidências entre os elementos básicos em que se apoiava o funcionamento do Estado e da associação, bem como no trâmite das decisões tomadas no âmbito de cada um. Com relação ao processo decisório, percebemos, por meio da leitura das atas de reuniões da Promotora, que este se dava de modo muito parecido, senão idêntico, ao modo como ocorria nas instâncias do poder legislativo, no âmbito do Estado.

As atas de reuniões da associação, publicadas no Jornal da Sociedade Promotora da Instrução Pública, têm o mesmo formato composicional das atas das reuniões do Conselho Geral da Província, publicadas em *O Universal*. As atas trazem a data da sessão e o nome de quem a presidiu. Em seguida, constam informações sobre a chamada, tal como o número de presentes e ausentes. Logo se passa aos assuntos em pauta naquela reunião descrevendo-se o encaminhamento dado. Quando havia votação de propostas, consta quem a apresentou, quantos votaram contra e a favor, se foram sugeridas emendas, quem as sugeriu, se a tramitação foi concluída ou ficou para uma próxima reunião. As atas de reunião nos permitem perceber, ainda, que, como no Conselho Geral da Província na Sociedade, era comum a formação de comissões para tratar de determinados assuntos considerados polêmicos ou muito importantes.

⁶ Optamos por essa versão dos estatutos por considerarmos que ela permite uma análise mais detalhada do projeto político-cultural formulado pela Sociedade.

⁷ Na terceira versão do estatuto, a redação dos artigos já existentes na versão preliminar foi mantida com redação similar.

As similaridades entre o funcionamento do Estado e das associações foram argutamente percebidas por Wernet (1978, p. 32), que, ao referir-se à Sociedade dos Defensores da Liberdade e Independência Nacional, afirmou:

Os sócios seriam o povo com direito de voto, o conselho deliberativo seria o parlamento, do qual se forma o governo da Sociedade formado pelo presidente, vice-presidente, secretário tesoureiro agentes e delegados.

Os elementos indicados por Wernet referem-se a três princípios constitucionais pelos quais se regeu o funcionamento do Estado brasileiro: regime eleitoral (censitário), o princípio da representatividade e a forma de governo.

Admitidas, nos estatutos, as diferenças entre as nomenclaturas utilizadas para designar os sócios, o conselho deliberativo e o governo das associações, seu funcionamento apoiava-se nesses três elementos básicos. No que se refere aos sócios, na Promotora poderiam ser “pessoas, não só da Província, como do Imperio, e ainda mesmo Extrangeiros”, quanto à Philantrópica seria “todo o Cidadão Brasileiro e Extrangeiro” e para o quadro da Pacificadora seriam admitidos “indevíduos, em quem a mesma achar os méritos necessários; com tanto que sejam Cidadãos Brasileiros, e estejam no gozo de seus Dir.tos”. A Pacificadora fazia distinção entre sócios efetivos, honorários e a Promotora, além desses, distinguia os eleitores nos termos dos artigos seguintes:

Art.4. Para ser Socio effectivo requer-se: 1. Que seja pessoa de reconhecida probidade: 2. Que tenha qualidades para ser Membro util da Sociedade: 3. Que contribua para as despesas da Sociedade no tempo, e com a quota, que se resolver.

Art.5. Para ser Socio honorario é preciso: 1. Que tenha prestado serviços à Sociedade: 2. Que por seus meritos se faça digno de ser a ella admittido. (O UNIVERSAL, n. 634, 1831).

A Pacificadora, do mesmo modo que a Promotora, definia como sócios honorários aqueles que “q^e.concorrerem com alguma prestação attendivel a beneficio da Sociedade”. E em ambas eles “não terão voto activo, nem passivo” (SP PP 1/7, cx 01, Pac. 03). Nos estatutos os sócios, tanto efetivos como honorários, equivaleriam aos cidadãos brasileiros, na Constituição. Os sócios efetivos eram aqueles que participavam dos processos decisórios internos à agremiação, assim como os eleitores participavam, indiretamente, do governo do Brasil. Tratava-se de pôr em funcionamento, na associação, um sistema de

governo representativo, como o que a Constituição previa para o Estado Brasileiro.

Segundo a Constituição, por meio de eleições primárias seria reunida “a massa dos Cidadãos activos em Assembléas Parochiaes”, que por sua vez escolheriam os Representantes da Nação e da Provincia, ou seja, os “Deputados e Senadores para a Assembléa Geral, e os Membros dos Conselhos Geraes das Províncias” (artigo 90). Analogamente, em eleição indireta, os sócios efetivos compunham o colégio eleitoral, que deveria “nomear os Membros, que devem compor a Administração da Sociedade” (artigos 8 e 9 do Estatuto da Sociedade Promotora da Instrucção Pública). Assim constituiu-se nos estatutos da Promotora e na Constituição uma relação de sinonímia entre sócios/eleitores primários, colégio eleitoral/assembleia paroquial e representantes da Nação e da Provincia/administração da sociedade.

A comissão responsável pela administração das sociedades, assim como os encaminhamentos atinentes à elaboração e execução de seus projetos político-culturais era denominada, para o caso da Promotora, de mesa administrativa, no da Philantrópica, diretório⁸ e no das Defensoras, Conselho⁹. No caso da primeira “o Governo Administrativo da *Sociedade* é comettido a um Presidente, e quatro Conselheiros, dos quaes dous serão Secretarios. Haverá dous Supplentes, para servir no impedimento, ou falta dos Proprietários” (dos ESTATUTOS da Sociedade Promotora da Instrucção, artigo 15. O UNIVERSAL, n. 634, 1831). Quanto à Pacificadora, ficava a cargo de “hum Presidente, hum Vice-Presidente, dous Secretários, hum Thesoureiro, hum Escrivão da Caixa” (SP PP 1/7, cx 01, Pac. 03). E na Philantropica haveria “um directorio composto de um Presidente, um secretário, quatro Agentes, e um thesoureiro” (SP PP 1/7, cx 01, Pac. 05). A administração das finanças das sociedades cabia ao tesoureiro, assim como as finanças do Brasil ficavam a cargo da Fazenda Nacional, conforme determinado nos artigos que compõem o capítulo III da Carta.

Uma diferença importante entre a Promotora em relação à Pacificadora e à Philantrópica era a existência do colégio eleitoral ao qual competia:

⁸ No caso da Pacificadora, não sabemos qual a denominação dessa comissão ou mesmo se ela existiu.

⁹ Esse conselho era formado por 24 membros eleitos entre os sócios da agremiação (ESTATUTO da Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional, artigo 3º *apud* GUIMARÃES, 1990, p. 256)

- §1.** Nomear os Membros, que devem compor a Administração da Sociedade.
- §2.** Fixar o numero dos Membros do mesmo Collegio dentro dos limites marcados no Art. antecedente.
- §3.** Aprovar, ou regeitar os Membros propostos pela Administração.
- §4.** Fixar o numero dos Empregados para o serviço da Bibliotheca, escripturação, e distribuição do Jornal da Sociedade, e marcar-lhes ordenados.
- §5.** Approvar, corrigir, ou reprovar os actos da Administração.
- §6.** Resolver sobre proposta da Administração * de qualquer dos Eleitores a revogação, ou alteração de qualquer d'estes Estatutos na forma do Art.28.
- §7.** Resolver sobre Proposta da Administração a exclusão de algum dos Eleitores, no caso, e pela forma determinada nos Arts. 11, 12 e 13.
- §8.** Fiscalizar a boa execução dos presentes Estatutos.
- §9.** Deliberar em geral sobre todos os negocios relativos á Sociedade, formando para isso regulamentos parciaes (artigo 9, Título II).

A similaridade entre a Constituição e os estatutos encontra-se até mesmo na possibilidade de ambos serem alterados. Assim como o artigo 174 da Constituição de 1824 determinava:

Se passados quatro annos, depois de jurada a Constituição do Brazil, se conhecer, que algum dos seus artigos merece reforma, se fará a proposição por escripto, a qual deve ter origem na Camara dos Deputados, e ser apoiada pela terça parte delles (Artigo 174, Título 8º da Constituição Política do Império do Brazil, 25 mar. 1824)

O artigo 29 do Estatuto da Promotora previa:

Estes Estatutos não poderão ser alterados, senão passado um anno, depois da sua aprovação, e se então se reconhecer a necessidade de alteração, ou reforma deverá ser vencida por dous terços de votos do Collegio Eleitoral na forma do Art. 9 §6 (artigo 29, Estatuto da *Sociedade Promotora da Instrucção Publica*- terceira versão).

De maneira análoga à Constituição, o Estatuto fixava um prazo mínimo antes do qual nenhuma alteração poderia ser feita, o qual, como se pôde ver, é de quatro annos para a Carta Magna e de um anno para o regulamento da Sociedade. A admissão de mudanças era prevista, contudo elas estavam condicionadas, tanto nos estatutos quanto na Constituição à constatação de que eram necessárias. Além disso, definia claramente quem poderia fazê-las:

na Sociedade, era atribuição do Colégio Eleitoral; no Estado brasileiro, da Câmara dos Deputados.

Assim como para os representantes da Nação (senadores, deputados e conselheiros de província), havia data marcada para a reunião dos sócios. Em Sabará a *Pacificadora* se reunia em “sessão ordinária no primeiro Domingo de cada mês as onze horas do dia na Casa para este fim destinada; e extraordinárias quando o exigir a necessidade” (artigo 3; SP PP 1/7, cx 01, pac. 03). As reuniões da Philantrópica eram mais esparsas, as ordinárias ocorriam “de seis em seis meses, no ultimo Domingo, ou Dia Santo, e as alem d’estas haverão as reuniões extraordinárias, que as circunstancias exigirem” (artigo 11, SP PP 1/7, cx 01, Pac. 05). O Colégio da Sociedade Promotora se reuniria pelo menos 12 vezes a cada ano. Sete sessões ocorreriam impreterivelmente nas datas abaixo relacionadas:

- Aniversário de juramento da constituição (25 de março),
- Aniversário da abdicação de D. Pedro I, ou “Regeneração do Brasil” como era designada nos estatutos (7 de abril),
- Aniversário da chegada de tal notícia a Ouro Preto (15 de abril),
- Aniversário da Instalação da Assembleia Geral (3 de maio),
- Aniversário da declaração da Independência (7 de setembro),
- Aniversário da elevação do Brasil á Categoria de Império (12 de outubro)
- Aniversário do nascimento do Imperador Constitucional D.Pedro 2 (2 de dezembro)

É interessante notar que da primeira versão dos estatutos, elaborada antes da abdicação de D. Pedro I, para a terceira, publicada meses após esse importante acontecimento político, há uma mudança nas datas previstas para as reuniões da Sociedade Promotora. Na primeira versão (SP PP 1/42, cx.01, pac. 41), constava o dia 9 de janeiro, que pensamos ser uma referência ao dia 9 de janeiro de 1822, quando D. Pedro I decidiu ficar no Brasil, contrariando

as ordens das Cortes Portuguesas que exigiam seu retorno a Portugal. Essa data não figura na terceira versão (O UNIVERSAL, n. 789, 1832)

Em contrapartida, foram definidas outras três, carregadas de conteúdo simbólico do ponto de vista político. Trata-se do dia 7 de abril, data em que D. Pedro I abdicou ao trono em favor de seu filho D. Pedro II, dando início ao períodos das regências. O dia 7 de setembro marca o rompimento definitivo dos laços coloniais. E o dia 2 de dezembro é referência ao nascimento do imperador constitucional Pedro II, figura na qual se concentravam as esperanças de construir um império, genuinamente brasileiro, pois no comando estaria o monarca nascido em terras brasileiras.

Entre os membros das agremiações havia políticos experimentados, como Manoel Ignacio de Mello e Souza, que iniciou sua trajetória política ainda na primeira década do século XIX, quando era membro da Câmara Municipal de Mariana. Contudo havia outros, como Herculano Ferreira Pena, que até se engajarem no movimento associativo não haviam ocupado nenhum cargo do Legislativo ou do Executivo no âmbito local, provincial ou imperial. Parece-nos que tanto para sujeitos relativamente experimentados como Mello e Souza ou inexperientes como Herculano esse espaço de sociabilidade específico, que é a associação, foi um importante microcosmo de aprendizado político e de experiência com as dinâmicas de funcionamento do Estado. Ou seja, a associação lhes possibilitou o aprendizado da arte de governar. Um indício disso é a projeção, tanto no âmbito provincial quanto imperial, alcançada por praticamente todos os políticos e letrados que foram membros de associações na década de 1830. Parece-nos, desse ponto de vista, que o projeto individual obteve sucesso.

Não desconsideramos, aqui, o que dissemos a respeito da utilização das engrenagens da Defensora do Rio e suas filiais, bem como das outras associações, para assegurar a vitória de alguns de seus membros nas eleições que se realizariam em 1833. Nossa proposição é de que o aprendizado político, que se deu no âmbito das associações, somado à utilização das associações como estratégia eleitoral, interferiu sobremaneira para que o grupo liberal moderado imprimisse ao Estado brasileiro, na década de 1830, a direção desejada. Dessa forma, os dois fatores somaram-se e garantiram o triunfo, mesmo que provisório, do projeto liberal moderado de Brasil. Desse ponto de

vista, o projeto individual, ou seja, a projeção política dos políticos e letrados mineiros oriundos do setor abastecedor, foi executado a contento.

3.3 “Nestas pequenas reuniões o homem aprende a desenvolver sua razão, a conhecer e defender os interesses do seu Paiz”: os objetivos das associações

A arregimentação de votos e o aprendizado político, viabilizado pela participação no movimento associativo, sozinhos não asseguraram a vitória do projeto de Brasil moderado. Um projeto coletivo de formação do povo, que vinha sendo posto em prática desde o início da década de 1820 e que, no âmbito das associações do período regencial, assumiu contornos nítidos de projetos político-culturais, ou projetos educativos, foi um elemento fundamental nesse processo. A elaboração desse projeto de formação tanto quanto sua execução tinham como um de seus objetivos a construção de um consenso com relação ao caminho a ser seguido na construção do Estado e da Nação brasileira, qual seja, o do liberalismo moderado.

Em Minas Gerais tal projeto de formação do povo assumiu contornos específicos que deram certas nuances ao associativismo mineiro. Os objetivos das associações, tais quais estão previstos nos estatutos, nos permitem acessar parcialmente tais projetos, que são multifacetados. Isso porque eles comportam uma dimensão política, visto que as sociedades e os jornais a elas vinculados foram mobilizados pelos grupos que disputavam o poder como importantes instrumentos-armas de luta, cuja eficácia pode ser percebida, sobretudo, pelo doutrinamento político que promoveram por meio da difusão da cultura política liberal. Entretanto, não se reduzem a isso.

As associações mineiras do período regencial possuem caráter multidimensional, que pode ser apreendido, inicialmente, pela identificação dos fins a que elas se destinavam. Os objetivos das agremiações constituíam um item fundamental dos seus estatutos. A Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional de São João del Rei tinha como principal finalidade:

Sustentar por todos os meios legais, a liberdade e Independência Nacional:

1º Desenvolvendo o auxílio da ação das autoridades públicas todas as vezes, que se faça preciso a bem da ordem e tranqüilidade pública.

2º Usando do direito de petição para as medidas, que não estiverem ao seu alcance, e ainda quando se julguem indispensáveis medidas maiores, reclamando as somente pelos meios legais (ESTATUTO da Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional de São João del Rei *apud* CAMPOS, 1998, p. 156-157)

Como se pode notar, o objetivo da Defensora de São João del Rei, analogamente ao da matriz da agremiação, sediada no Rio de Janeiro, e ao da Sociedade dos Defensores, de São Paulo, é definir no artigo 10 de seus estatutos sua finalidade: auxiliar as autoridades na manutenção da ordem e da tranquilidade pública, necessidade premente nos primeiros anos das Regências, como ficou demonstrado no primeiro capítulo.

Diante disso, podemos dizer, *grosso modo*, que o movimento associativo mineiro não se distingue daquele verificado nas províncias vizinhas. Contudo, o movimento associativo mineiro adquire nuances próprias quando identificamos, por exemplo, os fins da Sociedade Pacificadora, Philantropica, e Defensora da Liberdade e Constituição de Sabará:

Art. 14º Os fins da Sociedade são:

§ 1º Promover estabelecimentos de caridade, e Instrução Publica.

§ 2º Velar sobre a economia interior destes, e da Sociedade.

§ 3º Coadjurar a Segurança Nacional, e individual por conselhos, persuazoens, e representaçoens as Authoridades, ao Poder Executivo, e Legislativo, e pelas armas nas scilaçoens Políticas, insurreição intestina, e invasão inimiga (SP PP 1/7, cx. 01, pac. 03)

O conteúdo do § 3º do citado artigo é bastante similar ao dos artigos que definem os objetivos da Defensora do Rio, de São João del Rei e da Sociedade dos Defensores de São Paulo, com uma diferença: a Pacificadora, contrariamente ao que sugere esse primeiro termo de seu nome, propunha-se pegar nas armas, se preciso fosse, para “Coadjurar a Segurança Nacional”.

Outra nuance do associativismo mineiro pode ser identificada nos parágrafos antecedentes ao citado. A proposta de promover e velar pela economia interior dos estabelecimentos de caridade e de instrução pública nos permite notar a imbricação do princípio da caridade, assente em valores religiosos, expressos pela doação material e espiritual, com o da filantropia, caracterizada pela laicização do mandamento do amor ao próximo, banhada no caldo de cultura das *Luzes*, que tinha na instrução pública uma de suas vias de realização.

Desse modo, os fins da Pacificadora dão um matiz próprio ao associativismo mineiro, por comportar uma dimensão política, caritativa e filantrópica, amalgamando elementos e valores laicos e religiosos.

Ao contrário dos sabarenses, os campanhenses não somente deixaram de inspirar-se em valores, elementos e princípios religiosos, como no âmbito dos seculares, separaram de forma quase didática a dimensão política da filantrópica. Isso porque os sujeitos envolvidos com o movimento associativo em Campanha criaram a um só tempo uma sucursal da Defensora do Rio e uma Sociedade Philantrópica. Os fins da primeira já foram problematizados linhas acima; quanto à segunda, eles são os seguintes:

1º Adiantar a instrução do Paiz por meio de estabelecimento de aulas, emissão gratuita de periódicos e por todos os outros, que para o futuro estiverem ao alcance da Sociedade.

2º Socorrer a miséria e a indigência (Fins da sociedade, artigo 1; SP PP 1/7, cx 01, pac. 05)

O objetivo definido no artigo 1º é expressão da dimensão pedagógica da Philantrópica e aquele definido no artigo 2º expressa a dimensão beneficente, ambas definidas a partir do princípio da filantropia. Segundo Falcon (1986, p. 76), “beneficência significa fazer bem aos outros. É um dever dos favorecidos por Deus contribuir para aliviar a miséria dos desfavorecidos”. Para os filantropos campanhenses, a beneficência consubstanciou-se em alimentar os presos pobres da vila (SP PP1/7, cx. 02, pac. 20).

A pedagogia, vetor de difusão das *Luzes*, portanto elemento-chave do progresso da razão, tem na difusão das instituições educacionais uma de suas formas de realização (FALCON, 1986, p. 62-64), que se concretizaria pelo estabelecimento de aulas e distribuição gratuita de jornais. Da distribuição de periódicos não temos notícia. Quanto à expansão da instrução, a Sociedade elaborou um plano que previa o estabelecimento de aulas de Latim e Francês e a Instrução Feminina, visto que às mulheres era confiada a primeira educação (VALADÃO, 1942, p. 44).

Essa dimensão pedagógica identificada na Philantrópica de Campanha e na Pacificadora de Sabará esteve presente na Promotora de Ouro Preto, mas adquirir contornos mais amplos o que nos permitem falar em dimensão cultural e não apenas pedagógica. Vejamos abaixo.

Art.7. Esta Sociedade se encarrega:

1º De ter huma Biblioteca Publica, na qual poderão ler gratuitamente todas as pessoas, que quizerem, huma vez que guardem as regras policiaes estabelecidas pela Administração. A Biblioteca estará aberta todos os dia cinco horas pelo menos.

2º De promover o augmento da Biblioteca, e de quanto possa contribuir para a difusão das luzes, e consolidação da Monarchia Hereditária – Constitucional – Representativa¹⁰.

3º De fazer publicar um Jornal denominado = Jornal da Sociedade Promotora da Instrucção Publica =, que contenha noticias verídicas de todas as Províncias do Império, e principalmente o estado, e progresso da Instrucção Publica de Minas, as Estrangeiras, e as doutrinas mais adaptadas á conservação da Monarchia Constitucional (SP PP 1/42, cx. 01, pac. 41. O UNIVERSAL, n. 634, 1831).

Como se pode notar, a dimensão política se expressa na intenção de promover e consolidar o sistema constitucional. Contudo é difícil separá-la da dimensão cultural, relacionada à apropriação, pelos políticos e letrados reunidos na Promotora, do conceito de cultura difundida pelo Iluminismo. De acordo com Coche (2002) no contexto histórico do Iluminismo o termo cultura progressivamente passou a designar a formação e a educação, um estado de espírito cultivado pela instrução. Os pensadores do Iluminismo concebiam a cultura como um caráter distintivo da espécie humana.

A cultura, para eles, é a soma de saberes acumulados e transmitidos pela humanidade, considerada como totalidade ao longo da história [...] Cultura se inscrever então plenamente na ideologia do Iluminismo: a palavra é associada às idéias de progresso, evolução, de educação, de razão que estão no centro do pensamento da época (COCHE, 2002, p. 21).

Diante disso parece-nos que na criação da Biblioteca Pública de Ouro Preto, em 1831, e do *Jornal da Sociedade Promotora da Instrucção Pública*, em 1832 estão imbricadas a dimensão política e cultural do projeto educativo da Promotora. Os contornos desse projeto tornam-se mais nítidos quando a Promotora se comprometeu a “imprimir a Constituição do Imperio, e os Actos Legislativos mais importantes á Provincia, para os fazeres distribuir gratuitamente pela mocidade pobre, que frequentar as Escollas de primeiras Letras, e de Gramatica Latina” (artigo 28) e criou e sustentou às próprias

¹⁰ Na terceira versão dos estatutos, “Monarchia Hereditária – Constitucional – Representativa” e “Monarchia Constitucional” foram substituídas por Sistema Constitucional.

expensas aulas públicas¹¹, de Geografia, História e Francês, ministradas na Biblioteca Pública de Ouro Preto.

As associações mineiras, portanto, comportaram a dimensão política, cultural e filantrópica, essa última desdobrada em outras duas: a beneficente e a pedagógica. Com relação à pedagógica é preciso salientar que esta tem nas instituições escolares, por excelência, seu espaço de realização. Ou seja, realiza-se por meio do ensino e da aprendizagem no âmbito escolar. A constatação desse caráter multidimensional das sociedades mineiras, corrobora uma assertiva de Rioux (2003, p. 115) segundo a qual a associação é uma estrutura polivalente que se ajusta plenamente aos imperativos do seu tempo na ambivalência e na flexibilidade. O historiador prossegue afirmando que o fenômeno de sociabilidade é particularmente esclarecedor para a história política: nele se vê como um modelo de vida coletiva conflui com a política sem, no entanto, reduzir-se a ela.

As palavras de Rioux levam-nos a pensar que mesmo agremiações como a Sociedade Promotora do Bem Público, organizada na Vila do Príncipe (Serro) em 2 de fevereiro de 1832, a qual, conforme as palavras do próprio fundador, Theóphilo Ottoni, foi instalada com o objetivo de garantir a aprovação, pelo Senado, do projeto de reforma da Constituição de 1824 que já havia sido aprovada pela Câmara dos Deputados não comportavam somente um dimensão política.

Assim, podemos afirmar que o movimento associativo mineiro das Regências é multifacetado, e no âmbito das motivações políticas e filantrópicas encontram-se justapostas funções culturais, pedagógicas e beneficentes. A análise dos fins das sociedades dá um tom diferente ao movimento associativo mineiro, que se deixa ver, dentre outros aspectos, por amalgamar valores religiosos e seculares, produzindo um hibridismo na contextura do espaço público em Minas Gerais.

3.4 “O jornalismo vai ser augmentado na nossa Província”: a expansão da imprensa periódica

¹¹ Essas aulas serão objeto de discussão no próximo capítulo.

A expansão da imprensa periódica deriva tanto da constituição da esfera pública de poder quanto da difusão das *Luzes*. No Brasil, a multiplicação de folhas públicas acompanha e vincula-se às transformações dos espaços públicos, à modernização política e cultural das instituições, ao processo de Independência e de construção do Estado Nacional. A revolução liberal portuguesa e a lei de liberdade de imprensa impulsionaram fortemente, aqui e em Portugal, o desenvolvimento da imprensa periódica. A abdicação de Dom Pedro I significou uma explosão da palavra pública. Pela primeira vez desde a Independência, a discussão política exasperava-se. Os debates e embates entre moderados, exaltados e conservadores se desenrolaram, sobretudo por meio dos periódicos, que se ampliaram numericamente.

A publicação de jornais é um dos mais ou, talvez, o mais importante elemento da dinâmica de funcionamento das associações. Além disso, eles são também um instrumento eficiente para a divulgação e execução dos projetos educativos, das agremiações, entendidos como projetos político-culturais. Segundo Veiga (1989, p. 173), numa estatística publicada pelo jornal a *Aurora Fluminense*, em 1828, contavam-se

32 jornaes e periódicos políticos no Brazil (poucas eram nesse tempo as folhas neutras ou exclusivamente litterarias), numero que em dezembro de 1835, conforme outra notícia da mesma *Aurora*, subia a 54, além de diversos periódicos ou diários simplismente de annuncios e notícias, ou litterarios.

Esse fenômeno de explosão da palavra pública também ocorreu em Minas, conforme se observa no GRAF. 2 a seguir:

GRÁFICO 2 – Jornais publicados em Minas Gerais entre 1828 e 1840

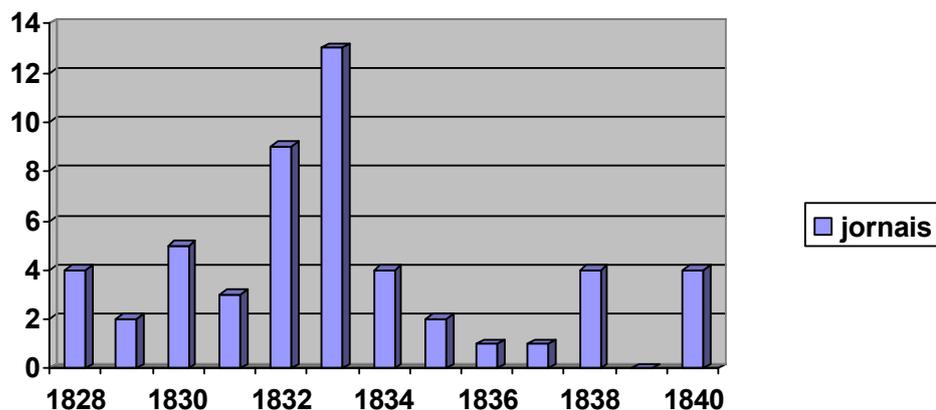


GRÁFICO 2 – Jornais publicados em Minas Gerais entre 1828 e 1840
Fonte: Xavier da Veiga. *A Imprensa em Minas Gerais*, 1889.

Essa expansão da imprensa periódica guarda relações muito estreitas com a multiplicação das sociedades públicas. Várias associações criaram o próprio periódico:

O jornalismo vai ser augmentado na nossa Provincia com mais quatro Periodicos. Em Marianna consta que está para sahir a luz um Jornal protegido por uma Sociedade de Patriotas, que se cotisarão para o fim de comprar uma Tipografia, e alli estabellecerem o seu Periodico. Na Campanha havia de apparecer no dia 25 de Março um novo Jornal politico. No Sabará brevemente se hade publicar o Jornal da Sociedade Filantropica, que a expensas de seus Membros mandou vir uma Tipografia da Corte, e já partio para quelle Villa. Em a nossa Cidade se diz que apparecerá tambem o Jornal da Sociedade Promotora da Instrucção Publica em o dia 25 de Março, anniversario da sua installação (O UNIVERSAL, n. 726, 21 mar. 1832)

O redator de *O Universal*, no trecho acima, refere-se à *União Fraternal*, periódico da *Sociedade Patriótica Marianense*, redigido por Antônio José Ribeiro Bhering (O UNIVERSAL, n. 769, 1832); à *Opinião Campanhense* portavoz da Sociedade Defensora da Liberdade e da Independência Nacional de Campanha, cujo redator era Bernardo Jacintho da Veiga (VEIGA, 1898, p.193); a *O Vigilante*, o órgão da Sociedade Pacificadora, Philantrópica e Defensora da Liberdade e da Constituição de Sabará, escrito por Pedro Gomes Nogueira (SANTOS, 2007, p.98); e ao *Jornal da Sociedade Promotora da Instrucção Pública*, vinculado à agremiação a que alude o título, cujo redator

principal foi José Antônio Marinho. (JORNAL DA SOCIEDADE PROMOTORA DA INSTRUÇÃO PÚBLICA, n. 27, 1832).

Além das folhas mencionadas acima, foi criada, também, a *Sentinela do Serro*, de Teófilo Ottoni, vinculada à Sociedade Promotora do Bem Público (OTTONI, 1930, p. 9); em Pouso Alegre, *O Pregoeiro Constitucional*, publicação ligada à Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional, que ficou a cargo de José Bento Leite Ferreira de Mello (PASCOAL 2007; VEIGA, 1898, p.192); e, em São João del Rei, *O Mentor das Brasileiras*, sob a responsabilidade de José Alcebiades Carneiro (JINZENJI, 2008, p. 89), o qual, ao que parece, esteve vinculado à Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional daquela vila (O MENTOR DAS BRASILEIRAS, p.755, 1831).

Além dos periódicos citados acima, no período regencial, conforme informações de Veiga (1889, 195-210), foram criados outros que não estiveram diretamente vinculados às associações, como se pode ver abaixo:

Arraial do Tejuco (Diamantina): *O Diamantino* (1832), *O Exorcista* (1833), *Tribuna do Serro* (1833).

Barbacena: *O Parahybuna* (1836) e *O Echo da Razão* (1840)

Caeté: *Cidadão Livre* (1832), *O Despertador Mineiro* (1833) e *O Relâmpago* (1833)

Mariana: *o Homem Social* (1831) e *o Guarda Nacional Marianense* (1834)

Ouro Preto: *Gazeta de Minas* (1831); *O Constitucional* (1832); *O Grito do Povo* (1833); *O Mineiro* (1833); *O Permanente* (1833); *O Tareco Militar* (1833); *O Guarda Nacional Mineiro* (1838); *O Correio de Minas* (1838); *O Unitário* (1838); e *o Monarchista Leal* (1840).

Pouso Alegre: *o Recompilador Mineiro* (1833)

Sabará: *O Athleta Sabarense* (1832); *A Miscelânea* (1834); *O Diabo Coxo* (1834); *O Espelho da Verdade* (1834); *O Estafeta* (1835); e *A Coruja* (1837).

São João del Rei: *O Constitucional Mineiro* (1832); *O Papagaio* (1833); *A Legalidade em Triumpho* (1833); *Oposição Constitucional* (1835); *O Monarchista* (1838); e *O Americano* (1840).

Vila do Príncipe (Serro) *Liberal do Serro* (1831) e o *Noticiador Serrano* (1833).

Essa ampliação do número de folhas periódicas coincide, como dissemos, com a multiplicação das associações pública como indica o GRAF. 3.

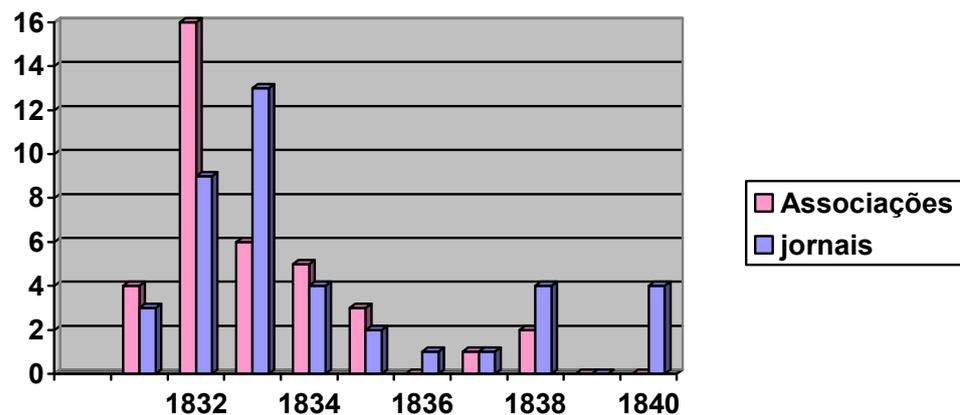


GRÁFICO 3 – Jornais e associações mineiras (1831 e 1840)
 Fontes: APM SP PP 1/7 caixas 01 e 02; APM, SP PP 1/18, cx. 196, pac. 22; O UNIVERSAL, 20 abr. 831; 4 abr. 1832; 26 nov. 1832; 11 mar. 1835; PASCHOAL, 2007; VEIGA, 1889.

Os jornais criados pelas sociedades e os demais, enumerados acima, vieram somar-se aos outros que iniciaram a publicação antes de 1830 e continuavam em circulação. Em Ouro Preto tínhamos *O Universal* (1825-1842), *O Telegrapho* (1829-1839), *O Novo Argos* (1829-1834) e o *Semanário Mercantil* (1830-1831), em São João del Rei, havia *O Astro de Minas* (1827-1839) e em Mariana era editada a *Estrella Marianense* (1830-1832) (VEIGA, 1898, p. 195-210).

O período mais conturbado das Regências, de 1831 a 1834, também coincide com a edição de um grande número de jornais. As publicações foram muito impulsionadas pelas disputas políticas do período. Segundo Silva (2002) há predominância de folhas liberal-moderadas, entre 1830 e 1834, período em que o grupo adepto dessa orientação política dominava a cena pública em Minas Gerais e buscava difundir uma cultura política liberal. Moreira (2004)

faz uma afirmativa semelhante, mas em relação à fase liberal das Regências, ou seja, de 1831 a 1837. Segundo ele, para esse período praticamente não encontramos folhas de caráter conservador e as folhas liberais exaltadas são ainda mais raras¹².

3.4.1 Aspectos tipográficos e materiais dos jornais

De maneira geral, os periódicos mineiros criados no período regencial tiveram uma existência efêmera (VEIGA, 1898, p. 169-249), que varia entre alguns meses e três anos. A exceção é a *Opinião Campanhense* publicado por quase cinco anos. No que se refere aos jornais criados pelas sociedades ou a elas vinculados, o quadro não é muito diferente, como se pode ver abaixo.

QUADRO 1

Jornais vinculados às associações mineiras

Jornal	Início da publicação	Término da publicação
<i>Jornal da Sociedade Promotora da Instrução Pública</i>	25 de março 1832	1834 ¹³
<i>Mentor das Brasileiras</i>	30 de novembro de 1829	1º de junho de 1832
<i>Opinião Campanhense</i>	7 de abril de 1832	5 de agosto de 1837
<i>O Vigilante</i>	1832	1835
<i>Pregoeiro Constitucional</i>	7 de setembro de 1830	1832
<i>Sentinela do Serro</i>	4 de setembro de 1830	1832

Fonte: O UNIVERSAL, n. 726, 21 mar. 1832; VEIGA, 1898, p. 159-208; JINZENJI, 2008, p. 16; CHAGAS, 1978, p. 28.

A periodicidade das publicações era bastante irregular. A esse respeito dispomos de dados sobre o *Jornal da Sociedade Promotora da Instrução Pública*, analisado por nós, e sobre *O Mentor das Brasileiras* investigado por Mônica Yumi Jinzenji (2008). Nos dois casos, a constatação é de uma

¹² Segundo Luciano Moreira, esse predomínio do liberalismo na sua vertente moderada influenciou diretamente na formação do acervo de jornais mineiros disponíveis, hoje, para as pesquisas. A coleção de jornais referente ao período regencial é resultado do jogo político aí processado. Na seleção do que deveria ser conservado, pela administração pública, é possível visualizar a afirmação de valores políticos e sociais oriundos daqueles que detinham o poder do Estado. Primeiramente os liberais moderados, no período de 1831 a 1837, e depois os conservadores de 1838 a 1840 (MOREIRA, 2004, p. 8).

¹³ Segundo Veiga (1898, p. 196), o *Jornal da Sociedade Promotora de Instrução Pública* teria circulado semanalmente, “durantes os anos de 1832 e 1833”. Diferentemente do que afirma o referido autor, encontram-se no acervo da Fundação Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro, exemplares publicados entre 22 de junho de 1832 (n. 8) e 29 de julho de 1834 (n. 62).

significativa irregularidade na publicação dos jornais. Vejamos abaixo o quadro das edições do *Jornal da Sociedade Promotora da Instrução Pública*.

QUADRO 2
Edições do *Jornal da Sociedade Promotora da Instrução Pública* de Ouro Preto

Nº da Ediçãoº	Data	Nº da Edição	Data
8	Sexta-feira, 22/06/1832	32	Quinta-feira, 21/01/1833
11	Quinta-feira, 12/07/1832	33	Quinta-feira, 31/01/1833
14	Sexta-feira, 07/09/1832	36	Quinta-feira, 23/02/1833
17	Quarta-feira, 12/09/1832	41	Sábado, 8/01/1834
18	Terça-feira, 18/09/1832	44	Sexta-feira, 04 ou 14/02/1834
19	Quinta-feira, 21/09/1832	46	Sábado, 5/04/1834
21	Sábado, 13/10/1832	17 (???)	Sábado, 12/04/1834
22	Sábado, [?]/10/1832	51	Sábado, 10/05/1834
24	Quinta-feira, 08/11/1832	52	Sábado, 17/05/1834
26	Sexta-feira, 4/12/1832	54	Sexta-feira, 30/05/1834
27	Sábado, 15/12/1832	54	Sexta-feira, 06/06/184
28	Sábado, 22/12/1832	[sic]	Sábado, 21/06/1834
29	Sábado, 5/01/1833	60	Sábado, 12/07/1834
30	Sexta-feira, 11/01/1833	61	Terça-feira, 22/07/1834
31	Sexta-feira, 18/01/1833	62	Terça-feira, 29/07/1834

Fonte: JORNAL DA SOCIEDADE PROMOTORA DA INSTRUÇÃO PÚBLICA 1832-1834.

Os exemplares remanescentes do *Jornal Sociedade Promotora da Instrução Pública* de Ouro Preto nos permitem constatar que ele foi publicado entre 1832 e 1834, um ano a mais do que afirma Veiga (1898). Ao examinarmos os exemplares, percebemos que não há uma regularidade na sua publicação – por exemplo, os nºs 17, 18 e 19 foram editados, respectivamente, nos dias 12 de setembro 1832, quarta-feira; 18 de setembro 1832, terça-feira; e 21 de setembro 1832, sexta-feira.

A falta de regularidade ou de pontualidade não era rara numa época em que várias etapas do ofício de produção de um periódico poderiam estar concentradas numa única pessoa. Além disso, faltavam pessoas habilitadas para tal tarefa (JINZENJI, 2008, p. 81). Sem falar nas dificuldades enfrentadas no processo de redação. A maioria das tipografias esteve às voltas com dificuldades advindas do pequeno número de funcionários. Em janeiro de 1842, *O Universal* não foi publicado pelo fato de um de seus compositores ter adoecido repentinamente. A quantidade reduzida de funcionários impedia, também, o aumento da periodicidade dos jornais. Em 1836, houve uma tentativa de publicar *O Universal* diariamente, mas a experiência durou apenas quatro dias (MOREIRA, 2004, p. 5). A escassez de mão de obra

motivava pedidos de dispensa do serviço militar para os funcionários de tipografias como o que foi feito por Manoel José Barbosa (VEIGA, 1898, p. 183).

A despeito da efemeridade das folhas tanto quanto da irregularidade de sua publicação, as associações, não somente mineiras, mas de todo o Império, se comunicavam por meio dos jornais. As correspondências trocadas entre elas, conforme previsto em estatuto¹⁴, eram publicadas nos jornais (JORNAL DA SOCIEDADE PROMOTORA DA INSTRUÇÃO PÚBLICA, n. 21, 13 out. 1832). A publicação de seus atos pela imprensa, também prevista em estatuto¹⁵, era uma estratégia importante para dar visibilidade às suas ações. A formação dessa rede de interlocução é perceptível, também, pela indicação dos locais de venda do periódico fora da localidade em que era editado, bem como pela circulação dos jornais. Encontramos uma dessas inscrições no periódico *Opinião Campanhense* (29 dez. 1832).

Subscreve-se para esta folha nas casas dos Snr João Pedro da Veiga e C. no Rio de Janeiro, Manoel Soares do Couto no Ouro Preto, Martiniano Severo de Barros e C. em São João d'Elrei, Francisco de Paula Pereira e Mello em Pouso Alegre, Joaquim Antônio Alves Alvim em S. Paulo, Antonio Clemente dos Santos em Guaratinguetá, e nesta villa na de Bernardo Jacinto da Veiga á 1\$600 rs por trimestre [...].

O circuito do impresso era o seguinte. Na capital da província encontrava-se Manoel Soares do Couto, membro da Sociedade Promotora da Instrução Pública. Em São João del Rei estava Martiniano Severo de Barros, juiz de paz e sócio da Defensora da Liberdade e Independência Nacional daquela localidade. No Rio de Janeiro, a *Opinião Campanhense* poderia ser adquirida na casa de João Pedro da Veiga, irmão de Bernardo Jacintho da Veiga, editor da folha e membro da Sociedade Defensora e da Sociedade Philantrópica de Campanha. Em Pouso Alegre, a folha era encontrada na casa de Paula Pereira e Mello, cuja coincidência de sobrenome e localidade pode indicar relações de parentesco com Jose Bento Leite Ferreira de Mello, editor do *Pregoeiro Constitucional* e membro da Sociedade Defensora da vila.

¹⁴ A Sociedade dos Defensores de São Paulo tanto quanto a Sociedade Defensora do Rio previam no n. 11 de seus estatutos que “a sociedade procurará corresponder-se, não só com outras sociedades da mesma natureza, que se estabelecerem em qualquer ponto da província ou fora dela, mas também com qualquer outras pessoas que possam informá-la dos sucessos ocorrentes” (WERNET, 1978, p. 33; GUIMARÃES, 1990, p. 258).

¹⁵ Referimo-nos ao artigo 19 dos Estatutos da Sociedade Pacificadora de Sabará, segundo o qual “Todas as Sessoens serão feitas publicamente, e todos os seus actos publicados pela Imprensa” (SP PP 1/7, cx 01, pac. 03).

Uma inscrição similar consta no jornal *O Mentor das Brasileiras*, editado em São João del Rei por José Alcebíades Carneiro, sócio fundador da *Defensora* local. Na capital do Império, *O Mentor* poderia ser adquirido na casa de Evaristo da Veiga, redator da *Aurora Fluminense*, membro da matriz da Sociedade Defensora e irmão de João Pedro da Veiga e Bernardo Jacintho da Veiga, mencionados acima. Em Ouro Preto, podia-se subscrever para a folha na Tipografia de *O Universal*, onde era editado, também, *Jornal da Sociedade Promotora da Instrução Pública*. Assim nos parece que se formou, no interior da província e fora dela, uma rede de correspondentes ligados a sociedades e a jornais que denota uma atuação conjunta das sociedades por meio dos jornais.

3.4.2 O conteúdo e a composição dos jornais¹⁶

Os Estatutos da *Sociedade Promotora da Instrução Pública* apontam-nos os assuntos que seus membros pretendiam que constituíssem o conteúdo do jornal. Estava prevista a publicação de “noticias veridicas de todas as Provincias do Império” sobre “o estado, e progressos da Instrução Publica de Minas” e também do exterior. Além de notícias sobre tal assunto, seriam publicadas “as doutrinas mais adaptadas á conservação do Sistema Constitucional¹⁷”.

É interessante notar o modo de enunciação ao qual recorrem os membros da Sociedade Promotora. No *Jornal*, eles se propõem a publicar não quaisquer notícias, mas notícias verídicas sobre a instrução pública, bem como aquelas que permitiriam manter o sistema constitucional. Podemos articular essa enunciação a certo lugar social, a Sociedade Promotora da Instrução Pública, que reunia em sua maioria membros da elite liberal moderada mineira, todos intensamente envolvidos com a organização da instrução pública. Promover a instrução pública significava, dentre outras coisas, informar o público sobre

¹⁶ Optamos por discutir o processo de composição dos jornais das sociedades com base na análise do *Jornal da Sociedade da Instrução Pública* de Ouro Preto. Movimento semelhante foi feito por Jinzenji (2008) para o periódico *O Mentor das Brasileiras*, considerado aqui como porta-voz da Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional de São João del Rei.

¹⁷ Como já dissemos, na primeira versão dos Estatutos consta “conservação da Monarquia Constitucional”.

seu estado e seus progressos e nesse processo produzir o lugar da instrução pública no processo de organização do Estado.

O levantamento da variedade dos gêneros textuais encontrados no *Jornal* tanto quanto seu conteúdo textual nos permite dizer que a Sociedade Promotora foi além do que pretendia. Assim como em outros jornais da época, não é possível perceber uma regularidade em termos de seções. Aliás, utilizar tal nomenclatura é incorrer em anacronismo, é mais adequado falar em esboço de uma “rotina” devido à recorrência de certos gêneros. No sentido de dar inteligibilidade a esse esboço de rotina, optamos por utilizar a nomenclatura “gênero” para designar os títulos dos textos que eram impressos em destaque e em letra maiúscula e figuram com certa assiduidade quando comparados à incidência de outros tantos textos sem títulos ou outros elementos textuais que não se permitem classificar. Após essa análise elaboramos o quadro abaixo na tentativa de explicitar essa rotina que os editores do jornal tentaram estabelecer e um panorama do conteúdo veiculado:

QUADRO 3
Incidência de gêneros textuais e conteúdos no *Jornal da Sociedade Promotora da Instrução Pública*¹⁸

Título	Descrição	Incidência
Anedota	História curta, fictícia ou não, de alguma situação do cotidiano com o objetivo de formação moral	9
Anúncios	A Sociedade Promotora da Instrução Pública e a Sociedade Federal de Pernambuco se dirigem aos sócios ou ao público em geral	4
Ao público	Carta do redator Padre Antônio Marinho justificando sua ausência	1
Artigos de ofício	Notícias sobre a atuação da Sociedade Promotora da Instrução Pública, nomeação de membros, reclamações sobre abusos de autoridades.	21
Comunicado	Texto de formação moral em que se defendem questões como o cuidado e valorização dos idosos	
Correspondência	Cartas de leitores dirigidas à redação	4
Editorial	Sobre agricultura e navegação em Minas	2
Instrução Pública	Notícias, reflexões e ações no sentido de educar e instruir a população sobre os mais diversos assuntos	27
Falas, pronunciamentos, ofícios e decretos	Ministério da Justiça, de autoridades políticas e eclesiásticas	5
Interior	Discursos políticos sobre os assuntos em debate naquele momento (reforma constitucional, eleição,	15

¹⁸ Esse quadro teve como modelo o que se encontra na tese de Jinzenji (2008, p. 97). Ele foi inicialmente elaborado como parte de um artigo que se encontra no prelo, redigido em conjunto com aquela pesquisadora e Marileide Lopes dos Santos que por sua vez elaborou um quadro com as “seções” que compunham o periódico *O Vigilante*.

	liberdade e independência do Brasil, liberalismo X conservadorismo, tranquilidade pública, importância dos jornais como meio de instrução, legislação de 1834 e deveres dos mestres e educadores)	
Máximas e pensamentos	Conteúdo de formação moral	5
Notícias estrangeiras	Notícias variadas de países estrangeiros em geral de conteúdo político	9
Notícias provinciais	Notícias políticas de diversas províncias do Império	14
Política	Notícias variadas sobre eleições, administração pública, Liberdade de imprensa, Situação política do Brasil etc.	12
Sociedade Promotora da Instrução Pública	Atas de seções da Sociedade Promotora da Instrução Pública de Ouro Preto	11
Variiedades	Conteúdo de formação moral e discussões sobrepolíticas	12

Fonte: JORNAL DA SOCIEDADE PROMOTORA DA INSTRUÇÃO PÚBLICA, 1832-1834.

É interessante notar que não somente o *Jornal da Promotora*, como também aqueles editados por outras sociedades, ou e elas vinculados, possuem um conteúdo textual, mas também um conteúdo simbólico. A análise do conteúdo textual/explicito nos textos é importante para recompor tanto a dinâmica de funcionamento das agremiações como os sentidos dos projetos político-culturais formulados e executados. Contudo, não menos importante é o conteúdo simbólico que nos permite desvelar os sentidos e significados por meio dos quais os políticos e letrados congregados nas associações ativamente produziram a realidade daquele tempo.

Podemos começar pelas datas em que as sociedades iniciaram a publicação de seus jornais, que assim como as datas marcadas para algumas das sessões da Sociedade Promotora da Instrução Pública, põem em circulação um conteúdo simbólico que consegue impor significações e além de legitimá-las. O lançamento do *Jornal da Sociedade Promotora da Instrução Pública* estava previsto para 25 de março de 1832. (O UNIVERSAL, n. 726, 21 mar. 1832). O *Pregoeiro Constitucional* iniciou sua publicação no dia 7 de setembro, não se sabe se em 1830 ou 1831. O primeiro número de *Opinião Campanhense* saiu em 7 de abril de 1832 (VEIGA, 1898, p. 192, 194). As datas escolhidas foram, respectivamente, o aniversário de juramento da Constituição, da Independência do Brasil e da abdicação do imperador D. Pedro I. Como se pode notar, as datas não são aleatórias, mas vinculavam-se aos acontecimentos políticos importantes cuja representação esses sujeitos buscavam instituir.

Outros elementos, e esses encontrados na própria materialidade dos jornais, portadores de um significativo conteúdo simbólico são os gêneros: epígrafes, máximas, variedades e anedotas. A epígrafe é uma característica tipográfica comum nos jornais da primeira metade do século XIX. Como nos informa a pesquisadora Silva (2007), é um recurso textual que tem caráter de síntese. Por meio dela, buscava-se antecipar o tema central a ser tratado e, também, explicitar uma postura política mais ampla. Vejamos abaixo as epígrafes dos jornais das associações mineiras.

Jornal da Sociedade Promotora da Instrução Pública

‘Igualdade, Liberdade, Justiça; eis d’ora em diante o nosso Código, e o nosso estandarte’ (VOLNEY, 1832 e 1833).

‘Conhecerão por tanto os Brasileiros

A fecunda em prodígios, Igualdade,

E o que são Garantias, e os Direitos,

Que a todos concedeo a Natureza’ (1834).

Opinião Campanhense

‘Hum povo não pode conservar uma forma de governo livre e a felicidade que resulta da liberdade, senão por uma adesão firme e constante às regras da justiça e da moderação’

Sentinella do Serro

‘O fim de toda associação pratica he a conservação dos direitos naturaes e imprescripteis do homem. Estes direitos são a Liberdade, a segurança, a propriedade e a resistência á oppressão’.

O Vigilante

‘Unis en faisceau vous serez invisibles, pris separement vou serez brisés comme des roseaux’ (VOLNEY, 1833)¹⁹.

‘Voilà les effets d’el union: Unis en faisceau vous serez invisibles, pris separement vou serez brisés comme des roseaux’ (VOLNEY, 1833)²⁰

O Mentor das Brasileiras

‘Rendez-vous estimables par votre sagesse, et vos moeur’.²¹

O Pregoeiro Constitucional

Outrages est d’um fou, flater est d’um esclare.

Il faui banir l’andace et non la liberté.

La balance á la main preser la verité

(BERNIS – Sur l’Independence)

¹⁹ “Unidos em feixe vocês serão invisíveis; tomados separadamente vocês serão quebrados como caniços.” (Tradução de SILVA, 2007, p. 44)

²⁰ “Eis os efeitos da união: unidos em feixe vocês serão invisíveis; tomados separadamente vocês serão quebrados como caniços.” (Tradução de SILVA, 2007, p. 44)

²¹ “Tornar as senhoras estimáveis pela sabedoria e bons costumes”. (Tradução do redator, O MENTOR DAS BRASILEIRAS, n. 32, p. 25, 7 jul. 1830)

Ao analisar a prática dos jornais da primeira metade do século XIX de adotar epígrafes francesas, traduzidas ou não, a historiadora Silva (2007, p. 46) chama atenção para a possibilidade de a língua funcionar como mediadora cultural, como promotora de ideias circulantes e em seu trabalho formula questões instigantes tais como: “Os conteúdos dessas epígrafes, por exemplo, são portadores de que ideias? E, sobretudo, como essas ideias sensibilizam aqueles que se apropriam delas? Em que essas ideias contidas nas epígrafes são consoantes com o momento em que são produzidas e apropriadas?”

Tais questões apontam caminhos para pensar a importância das epígrafes nos periódicos. Se considerarmos o momento histórico, o início das Regências e as palavras-chave *Liberdade, Igualdade e Justiça*, é possível perceber uma tentativa de demarcar os atributos de um novo tempo em relação ao passado que se buscava superar. Mudanças nas epígrafes, como a do *Jornal da Sociedade Promotora da Instrução Pública*, em 1834, têm relação, também, com as mudanças políticas que vinham acontecendo. Era aquele o ano de publicação do Ato Adicional, que reformou a Constituição de 1824, outorgada por D. Pedro I, considerado um déspota que beneficiava os portugueses em detrimento dos brasileiros. Vemos, portanto, que as epígrafes têm, também, a função precípua de instaurar os sentidos para os novos tempos.

Além das epígrafes, as máximas publicadas no *Jornal da Promotora* possuem um conteúdo simbólico, mas também textual que merece ser destacado, visto que nos permite perceber e compreender as maneiras de os sujeitos, congregados na Sociedade, constituírem o mundo, compreendê-lo e falar sobre ele. Vejamos alguns exemplos

Nunca devemos ter vergonha de confessar que erramos; é o mesmo que dizer que somos hoje mais prudentes do que ontem eramos.

(Da Aurora)²²

A máxima acima foi transcrita do periódico *Aurora Fluminense*, cujo principal redator era Evaristo Ferreira da Veiga. Ele foi um dos mais importantes líderes do grupo liberal moderado, membro dos mais ativos da Sociedade Defensora do Rio e um dos principais responsáveis por substituir a conotação revolucionária do termo “revolução” por outra menos radical. Essa conotação aludia ao sentido que o termo tem na astronomia, ou seja, de volta ao ponto

²² JORNAL DA SOCIEDADE PROMOTORA DA INSTRUÇÃO PÚBLICA, n. 20, p. 60, 4 out. 1832.

de partida, portanto menos radical, que foi relacionada à adoção de uma postura política moderada. Diante disso, ao afirmar que nunca “devemos ter vergonha de confessar que erramos” porque isso significa que “somos hoje mais prudentes do que hontem”, Evaristo da Veiga revela-nos uma ardilosa operação de legitimação da mudança de sentido do termo revolução.

Outro exemplo interessante é a *variedade* abaixo transcrita do jornal *Matutina Meiapontense*²³.

Assim como todas as produções da terra são criadas para uso dos homens, assim os mesmo homens são formados uns para os outros, devendo mutuamente se coadjuvarem. Cada um segundo o impulso da natureza deve entrar com o que poder no cofre da utilidade commum, e por um comercio recíproco de officios, e serviços empregar não só seus trabalhos, e industria, mas ainda seus bens, para que se estreitem cada vez mais os laços da humana Sociedade.

Assim como máxima, citada acima, transcrita da *Aurora Fluminense*, essa *variedade* da *Matutina Meiapontense* parece-nos legitimar não uma postura política, mas uma concepção hierarquizada de sociedade quando afirma que “cada um segundo o impulso da natureza deve entrar com o que poder no cofre da utilidade commum”. Temos indícios importantes de que os políticos e letrados partilhavam a mesma opinião expressa pelo redator da *Matutina*, que, por seu turno, é uma ideia cara ao liberalismo. Isso corrobora nossa hipótese, cuja plausibilidade aumenta sobremaneira ao sabermos que a *Matutina Meiapontense* foi editada na Vila de Meia Ponte (atual Pirenópolis) em Goiás, entre 1830 e 1834, e era vinculada ao grupo liberal moderado da localidade (ASSIS, 2007).

Encontramos, no *Jornal da Sociedade Promotora*, outro gênero textual que, como as *epígrafes*, as *máximas* e as *variedades*, é carregado de conteúdo simbólico, qual seja, a *anedota*.

Perguntava-se por que signaes um Extrangeiro, chegando a uma cidade reconhece se nela se despreza a educação. Platão respondeo: Se ali se necessita de médicos e de juizes (JORNAL DA SOCIEDADE PROMOTORA DA INSTRUCÇÃO PÚBLICA, n. 17, 1832).

O objetivo, tanto com o conteúdo textual da anedota quanto com o simbólico, é reforçar a representação da educação como meio de prevenir as doenças e a

23 JORNAL DA SOCIEDADE PROMOTORA DA INSTRUCÇÃO PÚBLICA, n. 24, 1832.

criminalidade, que há pelos menos uma década vinha sendo difundida não apenas em Minas, mas no Brasil.

O conteúdo textual e simbólico do *Jornal da Sociedade* revela a habilidade dos políticos e letrados congregado na agremiação em produzir sentidos e significados para a realidade mediante práticas discursivas e colocá-los em circulação por meio da imprensa periódica. Contudo, não menos denotativo de tal habilidade é o processo de composição do jornal, que nos revela complexas práticas de apropriação²⁴.

É comum encontrar transcrições de periódicos de diversas partes do Brasil e de países estrangeiros nos jornais da primeira metade do século XIX. Ao analisar o *Jornal da Sociedade Promotora da Instrução Pública*, contamos 16 diferentes periódicos de cujos trechos seu redator José Antônio Marinho se apropriou. O periódico mais citado é a *Aurora Fluminense*, com quatro ocorrências, seguido pelo *Diário de Pernambuco*, pelo *Correio Oficial*, pelo *Sete d’Abril* e pelo *Recompilador Mineiro*, esses dois últimos com duas ocorrências. Na lista abaixo constam outros periódicos cujo conteúdo foi transcrito pelo *Jornal da Sociedade*.

QUADRO 4
Jornais que tiveram trechos transcritos e publicados pelo *Jornal da Sociedade Promotora da Instrução Pública*

Nome do periódico	Local de publicação	Número de citações
<i>Aurora (Fluminense)</i>	Rio de Janeiro (RJ)	4
<i>Correio Oficial</i>	Rio de Janeiro ²⁵	2
<i>Diário da Administração Pública</i>	Pernambuco	1
<i>Diário de Pernambuco</i>	Recife (PE)	2
<i>Gazeta Mercantil</i>	Porto Alegre (RS) ²⁶	1

²⁴ Segundo Chartier (1990, p. 136), a noção de apropriação permite-nos “pensar as diferenças porque postula a invenção criadora no próprio cerne dos processos de recepção. Tal noção permite deslocar o olhar para a maneira contrastante como os grupos e indivíduos fazem uso dos motivos e das formas que partilham com os outros. Pensar dessa forma as apropriações culturais permite também que não se considerem totalmente eficazes e radicalmente aculturante os textos ou as palavras que pretendem moldar os pensamentos e as condutas. As práticas que deles se apoderam são sempre criadoras de usos ou de representações que não são de modo algum redutíveis à vontade dos produtores de discursos e de normas. O acto de leitura não pode de maneira nenhuma ser anulado no próprio texto, nem nos comportamentos vividos nas interdições e nos preceitos que pretendem regula-los. A aceitação das mensagens e dos modelos opera-se sempre através de ordenamentos, de desvios, de reempregos singulares que são o objeto fundamental da história cultural”.

²⁵ CATÁLOGO de periódicos raros. Disponível em: <http://catalogos.bn.br>. Acesso em: 20 de nov. 2009.

²⁶ CATÁLOGO de periódicos raros. Disponível em: <http://catalogos.bn.br>. Acesso em: 20 de nov. 2009.

<i>Jornal do Comércio</i>	Rio de Janeiro (RJ)	1
<i>Jornal dos conhecimentos uzuaes</i> ²⁷		1
<i>Matutina Meyapontense</i>	Goiás (GO) ²⁸	1
<i>O Continentino</i>	Porto Alegre (RS) ²⁹	1
<i>O Independente</i>	Rio de Janeiro (RJ)	1
<i>O Paulista</i> ³⁰	São Paulo (SP)	1
<i>O Propagador</i> ³¹	Vila do Rio Grande (RS).	1
<i>O Sete d'Abril</i>	Rio de Janeiro (RJ)	2
<i>Precursor Federal</i>	Salvador (BA) ³²	1
<i>Recompilador Mineiro</i>	Pouso Alegre (MG)	2 ³³
<i>Vigilante</i>	Sabarã (MG)	1

No conjunto de 16 periódicos, somente dois eram publicados em Minas. No período em que o *Jornal da Sociedade* foi publicado, entre 1832 e 1834, eram editados aqui outros 29 (VEIGA, 1898). Diante de tais dados e considerando a distância entre a capital da província e as demais localidades, podemos supor que era mais fácil a interlocução com os conterrâneos. Entretanto, a opção era pelos jornais da Corte. Tal escolha pode ser compreendida em decorrência do fato de que decisões importantes no tocante à definição dos rumos da construção do Estado brasileiro tinham lugar no Rio de Janeiro. A distância relativamente curta, aliada à presença de membros da elite política mineira na Corte, facilitaria a circulação, em Ouro Preto, dos periódicos oriundos de lá. Além disso, há que se considerar, também, a importância cultural da Corte.

E quanto aos jornais da província de São Pedro do Rio Grande do Sul, que ocupam o segundo lugar entre os mais citados? É possível que a transcrição de trechos de jornais daquela província se devesse à sua proximidade com países vizinhos, dada a possibilidade de acessar com mais facilidade as *notícias estrangeiras* que constituíam, inclusive, uma sessão do *Jornal da Sociedade*. Num primeiro momento, a hipótese foi confirmada pela localização,

²⁷ Encontramos uma referência a esse jornal na página 7 do *Jornal O Auxiliador da Indústria Nacional*. Disponível em: <http://books.google.com.br/books>. Acesso em 9 set. 2009.

²⁸ CATÁLOGO de periódicos raros. Disponível em: <http://catalogos.bn.br>. Acesso em: 20 de nov. 2009.

²⁹ CATÁLOGO de periódicos raros. Disponível em: <http://catalogos.bn.br>. Acesso em: 9 set. 2009.

³⁰ Inicialmente, acreditamos que se tratava de *O Paulista Oficial*, mas, segundo informação encontrada no catálogo *online* da Fundação Biblioteca Nacional, a publicação do referido periódico teve início em 23 de outubro de 1834 e o número do *Jornal da Promotora*, em que foi citado data de 12 de setembro de 1832. Por isso, acreditamos que se trata do periódico *O Paulista*, o primeiro jornal da província de São Paulo que circulou manuscrito em 1823 (PETROLI, 2007) e foi reeditado em 1832 (GUIMARÃES, 2004).

³¹ Klafke (2005).

³² CATÁLOGO de periódicos raros. Disponível em: <http://catalogos.bn.br>.

³³ Uma das citações traz como referência apenas *Recompilador*, o que dá margens a dúvidas sobre ser essa, ou não, uma transcrição do *Recompilador Mineiro*.

no *Jornal da Sociedade*, de uma notícia sobre Buenos Aires transcrita da *Gazeta Mercantil*.

Tal ideia, todavia, não se sustenta. Por um lado, porque os trechos extraídos de *O Propagador* e de *O Continentino*, ambos da província de São Pedro do Rio Grande do Sul, não davam notícias do que estava acontecendo fora do Brasil. Do primeiro foi transcrito um discurso sobre a importância da instrução (*Jornal da Sociedade Promotora da Instrução Pública*, n. 61, p. 1-3, 22 jul. 1834) e do segundo, um pequeno discurso sobre os deveres dos brasileiros para com sua pátria (*Jornal da Sociedade Promotora da Instrução Pública*, n. 21, p. 63, 13 out. 1832).

Raciocínio similar poderia ajudar-nos a pensar a inserção de trechos do *Diário de Pernambuco*. Ele era editado em província tão distante quanto a do Sul, porém não fazia divisa com nenhum país vizinho. Além disso, não trazia notícias desses, mas, sim, de países mais distantes como o Egito (*Jornal da Sociedade Promotora da Instrução Pública*, n. 41, p. 3, 14 fev. 1834). Novamente, diante de tais dados, o raciocínio não se sustenta e se torna ainda mais frágil quando constatamos que o *Correio Oficial* do Rio de Janeiro foi mobilizado duas vezes, ou seja, mais que o *Diário Pernambucano*, para dar notícias da França (*Jornal da Sociedade Promotora da Instrução Pública*, n. 41, p. 3, 14 fev. 1834) e da Espanha (*Jornal da Sociedade Promotora da Instrução Pública*, n. 41, p. 3, 14 fev. 1834).

Outra possibilidade seria pensar que a escolha de alguns jornais se deveu ao fato de que pertenciam ou eram utilizadas como principal veículo de comunicação de associações como a Promotora da Instrução Pública. A *Aurora Fluminense*, embora tenha sido criada em 1827, em 1831, com a criação da Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional no Rio de Janeiro, tornou-se sua porta-voz (GUIMARÃES, 1990). O *Programador* era mantido pela Sociedade Promotora da Indústria Rio-grandense (KLAFKE, 2005, p. 1) e *O Vigilante* pertencia à Sociedade Pacificadora de Sabará (VEIGA, 1898, p. 194). Mas como pensar o caso do jornal *O Continentino*, pertencente a uma sociedade secreta³⁴, visto que naquele momento o sigilo das associações era considerado crime previsto em lei³⁵? Diante de tudo o que foi dito,

³⁴ CATÁLOGO de periódicos raros disponível em: <http://catalogos.bn.br>. Acesso em: 9 set. 2009

³⁵ Lei de 20 de outubro de 1823 proibia a existência de sociedades secretas.

concluimos que a interlocução com periódicos de fora da província por meio da apropriação de seus trechos teve por objetivo produzir uma síntese do Brasil, um esboço de identidade nacional, que por sua vez pode ser considerada estratégia de construção da Nação brasileira.

Além dos trechos de periódicos, encontramos no *Jornal da Sociedade* trechos de dois livros: *Viagem de Anacharsis*, de Jean-Jacques Barthélémy, e *Entretenimentos de Phocion* [sobre a relação do moral com a política]. Ambos os trechos encontram-se na sessão “Variedades”. A obra *Viagem de Anacharsis* foi publicada na França em 1789. O jovem grego Anacharsis, que viveu 600 anos antes de Cristo, faz relatos dos costumes dos governos e antiguidades do país que supostamente visitou. Segundo Márcia Abreu (2008), a *Viagem de Anacharsis* é um dos títulos de obras ficcionais de Belas Letras que compõem o conjunto das mais remetidas ao Brasil entre 1808 e 1826. A obra *Entretenimentos de Phocion sobre a relação do moral com a política* foi traduzida do grego para o francês pelo abade de Mably e publicada no Brasil pela primeira vez em 1826³⁶.

O *Extracto das Viagens de Anacharsis* encontrado no *Jornal* é o seguinte: “Sapho dizia: Tal pessoa é distintta por sua figura; tal outras por suas virtudes. Uma parece bella ao primeiro golpe de vista; a outra parece mais bella ao segundo” (JORNAL DA SOCIEDADE PROMOTORA DA INSTRUCÇÃO PÚBLICA, n. 14, p. 44, 7 set. 1832). Já o trecho extraído da obra *Entretenimentos de Phocion* é mais longo. Mas o fundamental do trecho citado é a afirmação de que o “objeto da política é facilitar-nos a da justiça, da prudência e da coragem” (JORNAL DA SOCIEDADE PROMOTORA DA INSTRUCÇÃO PÚBLICA, n. 54, 1834).

Em Minas, desde meados da década de 1820, a imprensa foi mobilizada como estratégia de convencimento da população com o objetivo constituir a representatividade do projeto político liberal moderado e de difusão da cultura política liberal. No âmbito do associativismo do período regencial, a imprensa periódica constituiu uma das estratégias de realização dos projetos político-culturais formulados pelas agremiações, assumindo contornos de um projeto educativo cujo escopo era a formação do povo. Além disso, envolvendo seus

³⁶Biblioteca Digital de Literatura. Disponível em: http://www.literaturabrasileira.ufsc.br/Consulta/Catalogo_nav.php?obra=54530. Acesso: 10 set. 2009.

jornais e os demais existentes num complexo circuito do impresso, as associações tiveram papel fundamental na configuração de uma esfera pública de poder em Minas Gerais no período regencial.

3.5 “Oferecendo a todas as classes esse tesouro de conhecimentos úteis”: A Biblioteca Pública da Imperial Cidade do Ouro Preto

Outra estratégia de realização dos projetos político-culturais formulados pelas agremiações que também assumiu os contornos de um projeto educativo foi a criação de bibliotecas públicas. Contudo, parece-nos que menos que a formação do povo, as associações ensejavam a formação dos próprios membros. Eram espaços de sociabilidades estabelecidos, por um lado, pelo desejo de implantar no Brasil o modelo de civilização europeia e, por outro, pela necessidade de difundir a cultura política liberal mediante a ampliação do acesso à cultura escrita.

Na primeira metade do século XIX, tínhamos, no Brasil, uma ilha de letrados num mar de analfabetos, nas palavras de Carvalho (1996, p. 55). Tal situação foi consequência da condição colonial e pós-colonial e também reflexo do modelo elitista de alfabetização ibérico (MORAIS, 2002; VILLALTA, 1997). A despeito do reservado domínio das habilidades de leitura e escrita e da posse restrita de livros, na capitania de Minas Gerais a propriedade de livros disseminou-se mais que em outras capitanias, favorecida pela constituição de uma civilização urbana e de um expressivo setor de serviço (VILLALTA, 1997, p. 362). No entanto, Minas Gerais não dispunha de gabinetes de leitura nem de livrarias públicas, já bem entrado o primeiro reinado.

A vinda da família real para o Brasil, em 1808, foi decisiva no processo de expansão da cultura escrita nos trópicos. A produção e a comercialização de impressos, a preocupação com a criação de escolas e a abertura e o incentivo à criação de bibliotecas públicas e gabinetes de leitura são sinais da encarnação do modelo de civilização europeia, dado a ver pela reprodução dos costumes e da propagação das *Luzes* pela via da educação. A criação de bibliotecas públicas no Brasil, ainda na década de 1810, orientou-se pelos ideais civilizatório e iluminista.

A primeira biblioteca foi fundada, em 1811, pelo Conde de Arcos, no Estado da Bahia. Em 1814, foi criada, no Rio de Janeiro, a Biblioteca Real, com os livros da Biblioteca Real do Palácio da Ajuda, de Lisboa (ALMEIDA, 1989, 47). Segundo Christianni Moraes,

até a vinda da família real portuguesa, as bibliotecas que existiam eram as dos conventos e as de particulares. Durante o Segundo Reinado, começaram a ser inaugurados pelo interior do Brasil os liceus literários, geralmente abertos por sociedades beneficentes. É a partir desse momento que aparecem as figuras beneméritas, fazendeiros e barões 'amigos das letras'. Muitos desses 'homens de bem' tinham a intenção de transformar suas cidades em centros de cultura e progresso, fundavam bibliotecas (MORAIS, 2002, p. 59).

Nessas circunstâncias, foi criada a Livraria Pública de São João del Rei, primeira de Minas Gerais e terceira do Brasil, inaugurada em 1827. O projeto da biblioteca³⁷ foi gestado na rica e próspera vila de São João del Rei, sob a inspiração do político e intelectual liberal Batista Caetano de Almeida, que buscou na vila pessoas dispostas dar apoio ao seu empreendimento cultural contando com uma tipografia e com uma sociedade chamada Sociedade Phylopolytechnica.

Baptista Caetano de Almeida doou sua biblioteca particular, que contava com aproximadamente 800 volumes, para a formação inicial da Biblioteca Pública da vila e solicitou a isenção das taxas cobradas nos Registros, no intuito de adquirir outros livros. Em 19 de agosto de 1827, a Livraria Pública de São João del Rei foi inaugurada. Sua manutenção foi feita, inicialmente, por subscritores que, depois, a deixaram por conta de Batista Caetano. (MORAIS, 2002, p. 68-77; MOREIRA, 2006, p. 147-148). Silva (2002) afirma, em relação à "livraria" de São João del Rei, a dimensão civilizatória, apoiada numa concepção genérica de progresso. Essa era uma das importantes dimensões da biblioteca que buscava ampliar e publicizar a leitura.

Temos notícias da criação de outras duas bibliotecas públicas em Minas Gerais, na década de 1930, na efervescência política da abdicação; a Biblioteca Pública de Ouro Preto³⁸ e a de Mariana³⁹. A de Ouro Preto foi fundada pela Sociedade Promotora da Instrução Pública (O UNIVERSAL, n.

³⁷ Para manter a biblioteca, o projeto de criação previa a instituição da Sociedade Phylopolytechnica.

³⁸ A referida biblioteca foi criada pela Sociedade Promotora da Instrução Pública.

³⁹ Essa biblioteca foi fundada pela Sociedade Patriótica Mariannense.

576, 28 mar. 1831) e a de Mariana, pela Sociedade Patriótica Mariannense (SP PP 1/7 cx. 01 pac.19). Essa duas bibliotecas, assim como a de São João del Rei, foram mantidas por subscrições.

Annuncios

Hoje às 5 horas da tarde se hade abrir a Bibliotheca Pública da Imperial cidade do Ouro-preto na caza N. 11 da Rua do Ouvidor.

As pessoas que quizerem assistir á abertura são convidadas para comparecer na sobredita caza às horas indicadas (O UNIVERSAL, n. 575, 25 mar. 1831)

Assim era anunciada, e 25 de maio de 1831, na capital da província mineira, a inauguração da Biblioteca Pública de Ouro Preto, segunda de Minas Gerais e quarta do Brasil. “Nesse mesmo dia 25 ao anoitecer se abriu a Biblioteca Pública, como havia sido anunciado” (O UNIVERSAL, n. 576, 28 mar. 1831). A data não foi escolhida por acaso. Naquele dia, comemorou-se o sétimo aniversário da “Constituição Política do Império do Brasil”. A abertura da biblioteca foi produzida pelos políticos e letrados envolvidos no empreendimento como um evento social importante na cidade de Ouro Preto:

Houve um grande concurso de pessoas assistentes; e se bem que ela não oferece ainda todas aquelas vantagens, que a instrução pública pode colher de tão útil estabelecimento, esperamos, todavia que para o futuro chegue àquele grau de perfeição que se deseja (O UNIVERSAL, n. 576, 1831).

Na solenidade de abertura, o sócio fundador e secretário da Sociedade Promotora da Instrucção Pública, Francisco de Paula Santos, proferiu um discurso, marcadamente político, no qual enfatizou a alegria de viver em um Império livre do despotismo. Defendeu a difusão dos conhecimentos a todas as pessoas, mas de maneira hierarquizada, conforme a origem social e o talento de cada um,

oferecendo a todas as classes esse tesouro de conhecimento úteis, que aproveitarão ao Lavrador, ao Negociante, ao Militar, ao Médico, ao Artista e a todos industriosos, prestais um relevante serviço ao seu país; contribuindo ao desaparecimento desse monopólio, que a classe abastada exerce sobre à que falecem os meios de haver a necessária instrução. Possam nivelar se todos os talentos, como nivelados estão na presença da Lei todas as condições! (O UNIVERSAL, n. 576, 1831).

A Biblioteca Pública de Ouro Preto funcionava na casa n. 11 da Rua do Ouvidor e permanecia aberta cinco horas por dia. Nela, poderiam “ler gratuitamente todas as pessoas, que quiserem, uma vez que guardem as regras policiais estabelecidas pela Administração” (Estatuto da *SPIP*,⁴⁰ § 1º do artigo 5º) – (SPPP 1/42 cx 01 pac. 41. O UNIVERSAL, n. 634, 1831). No estabelecimento, encontravam-se à disposição da população de Ouro Preto, “além dos livros que nela existem, os periódicos dessa província, com mui poucas exceções, a maior parte dos do Rio de Janeiro, e alguns da outras províncias” (O UNIVERSAL, n. 576, 1831). A leitura poderia ser individual e silenciosa, mas havia, também, a possibilidade da leitura pública, coletiva e em voz alta, em especial de periódicos, conforme o anúncio publicado em *O Universal* (n. 583, 1831)

Se o correio chegar a tempo, haverá leitura dos Periodicos da Sociedade Promotora d’Instrução Publica em uma das Sallas do Palacio do Governo que S.Ex. se dignou prestar para esse fim, e são convidados todos os Cidadãos que ali quiserem concorrer para a leitura.

Tratava-se de oferecer à população da capital da província um lugar para uma leitura submetida a certos procedimentos, mas também de viabilizar o acesso da significativa parcela não leitora da população ao conteúdo dos jornais, bem como modelar esse acesso, construindo sentidos autorizados para os textos.

Não temos uma documentação concisa e coesa sobre o acervo da Biblioteca Pública de Ouro Preto, mas podemos afirmar que ele foi constituído por meio de compras, doações e empréstimos⁴¹. Em 30 de março a *Sociedade* levava ao conhecimento público o desejo de comprar ou tomar emprestada a *Tragédia de Brutos* (O UNIVERSAL, n. 576, 1831). Além da compra, as doações também promoveram a ampliação do acervo. No dia 11 de março de 1832, o sócio honorário Januário da Cunha Barbosa tomava,

A liberdade de oferecer 6 n^{os} do Parnazo Brasileiro até hoje por mim publicados, para que se depositem na Biblioteca da Sociedade, e peço licença para remetter, em ocasião oportuna, alguns livros que podem interessar á Instrução Pública dos

⁴⁰ Algumas vezes, designaremos a Sociedade Promotora da Instrução Publica de Ouro Preto pela sigla SPIP.

⁴¹ Sobre o acervo de periódicos, em especial o mais importante jornal mineiro *O Universal*, Moreira (2006) afirma que os exemplares cuidadosamente guardados pela Sociedade Literária, que existiu em Minas entre 1823 e 1825, foram repassados à Biblioteca Pública de Ouro Preto, em 1831.

talentosos mineiros (*Jornal da Sociedade Promotora da Instrução Pública*, n. 17, 1832).

Além de Januário da Cunha Barbosa, o renomado político e intelectual Batista Caetano de Almeida, que criou e sustentou a Livraria Pública de São João del Rei, também contribuiu para a formação do acervo da Biblioteca Pública de Ouro Preto doando 30 obras de diversos autores “inclusive 9 volumes da Enciclopédia Metódica (JORNAL DA SOCIEDADE PROMOTORA DA INSTRUÇÃO PÚBLICA, n. 18, 1832).

Em 6 de novembro de 1831, os sócios da Promotora tomavam conhecimento de “uma relação de diversos livros” oferecidos pelo sócio Rodrigo Pereira Soares de Albergaria (JORNAL DA SOCIEDADE PROMOTORA DA INSTRUÇÃO PÚBLICA, n. 24, 1832). Em 5 de fevereiro do ano seguinte, o Sr. Honório Hermeto também doou um *Tratado de Mecânica* (JORNAL DA SOCIEDADE PROMOTORA DA INSTRUÇÃO PÚBLICA, n. 28, 1832) à Biblioteca. Um ano após sua fundação, a Biblioteca ainda recebeu do Vigário José de Souza Lima “um tratado de Instrução das Minas em dous volumes” e do Sr. Ignácio Gomes Midões a “Origem dos Cultos em três volumes” (JORNAL DA SOCIEDADE PROMOTORA DA INSTRUÇÃO PÚBLICA, n. 30, 1833).

Entre 1832 e 1835, não encontramos notícias da Biblioteca Pública de Ouro Preto. Em 15 de dezembro de 1836, por efeito da publicação do Regulamento n. 9⁴², a Biblioteca Pública de Ouro Preto passou à responsabilidade o Estado, transformando-se formalmente em local de conservação da memória impressa da administração provincial.

Encontramos um ofício, datado de 13 de setembro de 1838, enviado por Manoel Soares do Couto e Joaquim Xavier Ferraz de Campos, que foram sócios da Promotora, extinta em 1837, no qual perguntam ao presidente da província, Bernardo Jacintho da Veiga, a quem deveriam ser entregues os livros cujo inventário, que os acompanharia, estava para ser concluído (SP PP1/42, cx. 11, pac. 78).

Na década seguinte, o presidente da Província, Quintiliano José da Silva, dava a seguinte notícia sobre o acervo da Biblioteca Pública de Ouro Preto em seu relatório:

⁴² MINAS GERAIS. Regulamento n. 9, Lei n. 49, de 15 de dezembro de 1836. *Leis Mineiras*. Ouro Preto: Tipografia do Universal, 1836.

Existe n'esta capital huma porção de livros, pertencentes à Biblioteca aqui fundada pela extinta *Sociedade Promotora da Instrução Pública*. Esta biblioteca depois de ter passado por diversas crises, teve afinal a mesma sorte da Sociedade que com tanto desvelo e patriotismo a tenha fundado. Tomando conta da Administração da Província, achei estes livros (entre os quaes se vêem muitas obras interessantes) atirados na Capella do Palácio do Governo, servindo de pasto às traças e estragando-se completamente.

Não querendo que elles se perdessem de todo mandei-os transferir para a casa do cidadão Bernardo Xavier Pinto de Souza que se obrigou gratuitamente de te-los em boa guarda, conserva-los e mesmo franquear sua leitura com as devidas cautelas, a quem os procurasse (Falla dirigida á Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes, pelo presidente da provincia Quintiliano José da Silva, 1846).

O último registro histórico sobre o acervo da Biblioteca Pública de Ouro Preto que encontramos nos foi oferecido por Xavier da Veiga (1896), que informou que os volumes de jornais enviados ao Arquivo Público Mineiro, na ocasião da formação de seu acervo, foram recolhidos da Biblioteca da antiga capital da província. Assim, a Biblioteca Pública de Ouro Preto, fundada pela Sociedade Promotora da Instrução Pública, contribuiu para a formação do acervo do Arquivo Público Mineiro, criado em 1895, que conservou a versão manuscrita e impressa dos “actos contitucionaes, legislativos e governativos concernentes ao Estado e às antigas Província e Capitania, mas também outros títulos históricos de nossa existência [...] (VEIGA, 1996).

3.6 “Cidadãos animados pelo verdadeiro bem da Pátria e desejosos de manifestarem o público regozijo”: as festas cívicas e os espetáculos teatrais no contexto do movimento associativo

Em Minas Gerais, no Setecentos, a urbanização precoce e a riqueza propiciada pela mineração, bem como a formação de uma elite burocrática e proprietária, levaram à configuração de um ambiente de fruição artística e intelectual, alimentado, também, pela Igreja Católica. Nas vilas mineiras, manifestações artísticas, como o teatro, a música, a poesia e a dança, eram relativamente comuns e se davam sob a influência do Estado e da Igreja. Essas manifestações culturais tinham papel importante nas sociabilidades urbanas.

No Oitocentos, Minas manteve o costume de festejar, mas às festas religiosas e profanas vieram somar-se às políticas. A transferência do aparato estatal

português para o Brasil e a ruptura com o estatuto colonial deram às festas novos contornos. Segundo Chamon (2002, p. 31),

tanto no período joanino como depois da Independência em 1822, as festas cívicas mineiras procuraram despertar a população para as novidades que surgiam no cenário político e social, estimulando a formação de um espírito público entre seus habitantes.

As festas cívicas eram momentos de efusão que buscavam tirar o povo da ignorância e fazê-lo interessar-se nos destinos do Brasil (CHAMON, 2002, p. 33). Durante a realização das festas, era comum a apresentação de espetáculos teatrais, que, como as festas, eram considerados uma importante estratégia de formação do povo. O caráter educativo do teatro era reconhecido já no século XVIII, por isso ele logrou incentivo oficial:

Em 1771, El-Rei recomendava, em alvará, o estabelecimento de teatros público, pois deles resulta a todas as nações grande esplendor, já eram a escola onde os povos aprendem as máximas sãs da política, da moral, do amor da pátria, do valor, do zelo e da fidelidade tão necessária ao serviço dos soberanos. Por tudo isso, os teatros não se afiguravam apenas como permitidos, mas também necessários (DUARTE, 1995, p. 108-109).

De acordo com Duarte (1995), os estímulos à formação de um espírito cívico e às comemorações patrióticas ou de reverência à família imperial são as matrizes dos espetáculos teatrais.

A dimensão educativa das festas e dos espetáculos teatrais não passou despercebida aos políticos e letrados que se congregaram nas associações mineiras do período regencial. Não os encontramos, nominalmente, envolvidos com a realização de festas ou de espetáculos teatrais, somente sabemos que no âmbito da Sociedade Promotora da Instrução Pública formou-se uma comissão encarregada de dar mais impulso ao teatro. Contudo temos fortes indícios de que seus membros, ou sujeitos a eles ligados, ocupando cargos públicos como os de juiz de paz e vereadores estiveram às voltas com a realização de festas públicas e espetáculos teatrais. Além disso, os jornais vinculados às sociedades divulgaram intensivamente esses eventos. Assim, parece-nos que as festas e os espetáculos teatrais foram, como a Biblioteca de Ouro Preto e os jornais, estratégias importantes para a execução dos projetos político-culturais formulados pelas agremiações.

As festas já foram objeto de discussão tangencial no primeiro capítulo desta tese, mas seu caráter formador não foi abordado. Nosso objetivo, aqui, é explorar a dimensão educativa das festas e dos espetáculos teatrais, a partir da premissa de que essas manifestações são maneiras de colocar em prática os projetos político-culturais elaborados no interior das associações.

Basile (2006a, p. 497), após pesquisar as festas cívicas realizadas na Corte entre 1831 e 1840, afirmou que, nesse ínterim, os liberais moderados, detentores do poder, cientes da importância estratégica das ruas na disputa política, fizeram um tipo de uso do espaço público diferente do privilegiado pelos rivais, isto é, dos liberais exaltados e restauradores. Em vez de apelarem para ações contestatórias, mobilizaram o fervor patriótico da população em manifestações cívicas que periodicamente celebravam eventos marcantes da história recente do Brasil independente. Desse modo buscavam, controlar um espaço – as ruas – já ocupado pelos *exaltados* e disputado pelos *caramurus*, aproveitando a tradição herdada do período colonial de festejar aniversários, casamentos e ascensões da realeza.

Para tanto, uma das medidas fundamentais foi a aprovação, pela Câmara dos Deputados, do novo calendário cívico nacional da Regência, adequado à era que se iniciava:

Saía o 12 de Outubro (nascimento e Aclamação de dom Pedro I, como imperador do Brasil) e entrava o 2 de Dezembro (natalício de Pedro II) e o 7 de Abril (Abdicação), mantendo-se o 25 de Março (juramento da Constituição), o 7 de Setembro (convencionado, desde 1823, como data da Independência), o 9 de Janeiro (dia do Fico) e o 3 de Maio (instalação da Assembléia Nacional Legislativa), fixados em 1826 (BASILE, 2006a, p. 497).

Podemos dizer que essas eram as “festas que a Regência manda guardar”, numa clara alusão e apropriação do título do trabalho de Oliveira (1989). Num movimento similar ao que fizeram os republicanos, os liberais moderados, procuraram, por meio do calendário instaurado por decreto, romper com o tempo passado e construir um novo universo simbólico capaz de conferir legitimidade ao novo Império brasileiro.

Segundo Basile (2006a), na Corte, as datas mais comemoradas ou concorridas foram as duas recém-instituídas e aquelas duas primeiras preservadas. Sua principal promotora foi a Sociedade Defensora da Liberdade e Independência

Nacional. Verificamos, em Minas Gerais, um movimento similar. Sem dúvida, as celebrações que mais se destacaram ao longo desta pesquisa foram aquelas que tiveram lugar por ocasião da saída de D. Pedro I do trono, possivelmente pela visibilidade que os moderados mineiros quiseram dar a esse acontecimento. Contudo todas as datas das de festividades nacionais foram celebradas na província mineira, e as notícias sobre elas ocuparam muitas páginas de *O Universal*, onde se encontram minuciosamente descritas.

Embora correndo o risco de incorrer em redundância, parece-nos interessante transcrever um desses relatos, repleto de elementos que orientarão a análise aqui ensejada. Vejamos, a seguir, notícias do festejo pela Abdicação de D. Pedro I, em Catas Altas.

Este pequeno Arraial [Catas Altas da Noruega] onde atéqui se não tinham celebrado **festas Nacionaes**, não quis deixar de tomar parte nos rigosijos publicos pelo fausto motivo da Regeneração do Brasil. Os dias 1, 2 e 3 do corrente forão destinados por alguns Patriotas para solemnizarem o triunfo da Nação Brasileira. Na noite do 1. as cazas todas do Arraial se **iluminarão**, e a **Musica** correo as ruas, cantando o hymno Nacional aqui composto; derão-se repetidos **Vivas á Soberana Nação, a Pedro II., á Regência, aos Deputados Liberaes de quem se esperão as reformas indispensaveis na Constituição**, ao Presidente, e Comandante das Armas da Provincia, e á briosa Tropa Fluminense: nos semblantes de todos reinava a alegria; no segundo dia repetio-se a **iluminação**, e o enthusiasmo cresceo muito alem do que se esperava. No dia 3 houve **missa solemne, te deum** e duas **orações**, a 1. pelo Vigário Reverendo da Freguesia e a 2. pelo Padre Justiniano da Cunha Pereira. A noite houve outra vez **iluminação**, muitos **fogos do ar** e às 8 horas começou a representação de um **Espetáculo** que durou até as três horas da madrugada seguinte. No dia 3 o S. M. Antonio Pedro de Azevedo Dantas offereceo em sua casa um **grande refresco**, já no dia antecedente houvera outro dado pelo cidadão Pereira. O **Juiz de Paz** senhor Luiz Nunes Carvalho tinha mandado formar dois arcos triunfantes guarnecidos de café e fumo, com cujas folhas também os cidadãos haviam ornado os seus peitos, e chapeos. **O mais notável em todo o festejo foi não se cometer uma só desordem todos esses dias, cousas raras em festas da Roça** (O UNIVERSAL, n. 595, 16 maio 1831, grifos nossos).

Desse relato, assim como dos demais encontrados em *O Universal*, podemos extrair quatro ideias básicas para a análise que nos propusemos fazer: o ritual, os sujeitos envolvidos, os elementos celebrados e as representações que se buscou instituir.

No que toca ao ritual, podemos dizer, concordando com Basile (2006a, p. 497-498), que era predeterminado e geralmente comum a todas as festas públicas e se estendia ao longo do dia. O relato da festa de comemoração do aniversário da Constituição, em Sabará, dá-nos uma ideia bastante clara do ritual da festa:

[...] Às 10 horas da manhã se reunirão na Igreja de Santa Rita todos os Cidadãos da Villa, e muitas senhoras fazendo um conjunto o mais brilhante, e respeitável. Serião 11 quando o Reverendo Vigário da Igreja deo começo a **Missa Solemne** na Divina Presença do Senhor Sacramento; depois da qual, **subindo ao púlpito** o Reverendo Francisco Andronico Ribeiro, de tal forma teceo o verdadeiro panegirico à Constituição Política do Império, que completamente desempenhou o assumpto a que se propôz, merecendo geral aplauso.

[...] Com o **Hymno Te-deum** se rendeo ao Omnipotente Deos das misericórdias accões de Graças pela enchente de bens, com que a sua Divina ao tem enriquecido este nascente Império.

[...] Logo ao escurecer toda a Villa se **iluminou** com riqueza de **sinos**; os **fogos** não cessarão, e uma **banda** da mais excellente se poz em marcha por todas as ruas, acompanhada de muitos cidadãos, que áporfia querião destinguir-se na demonstração do seu contentamento, por tão plausível motivo [...] (O UNIVERSAL, n. 579, 8 abr. 1831)

Com pequenas variações na ordem, o ritual compunha-se da iluminação das casas, ruas, igrejas e prédios públicos; banda de música, repique de sinos, fogos e salva de tiros; missa solene, *Te Deum*, orações, discursos e proclamações; e, por fim, os comes e bebes, que variavam entre um lauto jantar e um modesto refresco. Um verdadeiro espetáculo que penetrava a alma e o coração por meio dos olhos, ouvidos e boca. E amalgamava tanto a linguagem quanto as práticas políticas e religiosas num mesmo evento. Ao patriotismo, cujas manifestações efusivas se davam pela apropriação da retórica religiosa, juntavam-se ditames da religião católica, que deixavam claro o credo adotado oficialmente pelo Estado brasileiro.

Quanto aos sujeitos envolvidos, as celebrações reuniam as autoridades eclesiásticas, militares e civis e a população da localidade, enfim “os verdadeiros amigos da Constituição”, como se pode ver no relato da comemoração do aniversário de nascimento de Pedro II, na capital da província:

O dia 2 de Dezembro, Anniversario do Natalicio de S. M. O Imperador foi aqui solememente festejado á custa dos

verdadeiros **amigos da Constituição**, e do Throno do Sr. D. Pedro 2º. As 11 horas da manhã postou-se na Praça em grande parada o **Batalhão** de G. M. Permanentes: ás 11, e meia S. Ex. o **Sr. Presidente** se dirigio com grande numero de **Cidadãos** para a Capella dos Terceiros do Carmo aonde de celebrou um solemne Te-Deum, findo o qual voltou S. Ex., com os Cidadãos á Praça, e ahi repetio o **Comandante dos Permanentes** o sr. Elisiario os seguintes Vivas à Soberana Nação Brasileira, à Constituição do Imperio, a S. M. o Imperador o Sr. D. Pedro 2º, à Assembléa Geral Legislativa, ao Exm. Presidente, e aos Mineiros. Depois dos vivas seguirão-se as continencias do estillo, e o Batalhão se recolheo aos seus Quartéis [...] (O UNIVERSAL, n. 962, 4 dez. 1833).

Dentre esses sujeitos, destacavam-se as autoridades civis: presidente da província, vereadores, deputados-gerais, professores, mas, principalmente, dos juizes de paz. Quase sempre eram eles que proferiam os discursos, embora os párocos também se pronunciassem. Esses últimos, não raras vezes ocupavam cargos públicos e concentraram numa mesma figura a autoridade civil e eclesiástica. Era esse o caso do padre José Antônio Marinho, membro da Sociedade Promotora de Ouro Preto e professor público de Filosofia, que, segundo *O Universal* (n. 597, 20 maio 1831), na festa pela abdicação realizada no Arraial de Ouro Branco

Depois das onze celebrou-se Missa solemne, e **pregou o Lente de Filosofia do Collegio de Mattosinhos**, e foi tal a comoção, que excitou no auditorio o seu **eloquente discurso**, em que pintou o quadro do Brasil desde a sua independencia, que se lia nos semblantes dos assistentes os diversos movimentos de odio, e rancor contra o passado governo, e de consolação, e esperança pelo novo estado de coisas.

Contudo quem se destacava mesmo eram os juizes de paz. Eram eles que quase sempre organizavam as festas, ofereciam os jantares e refrescos e faziam os discursos mais eivados dos elementos mobilizados na construção da representação negativa do primeiro reinado e positiva das Regências:

Estão para sempre quebrados os ferros, que um Governo inimigo do Brasil tentou lançar em nossos pulsos, caio o trahidor gabinete, que arteiramente procurava escrevisar-nos, o sr. D. Pedro II. está sobre o Throno do Brasil, e um Governo Nacional em seu nome começa a fazer-nos ditosos. Desapareceo, qual o fumo, esse abismo, que o Brasil já via com susto, a Patria está livre, e uma só gota de sangue não cahio no nosso abençoado sollo. Auzentou-se para longe de nós a origem dos nossos males, e o Brasil começa a pertencer aos Brasileiros. Ellevado por vossa escolha ao cargo de Juiz de Paz, eu seria indigno da vossa confiança, se demorasse por mais tempo dar um publico testemunho do meu Brasileirismo. Agora resta, que nos unamos, que se perdoem passadas

preocupações, que se não suscitem dissensões, que podem perturbar-nos no regaço da maior ventura: união, obediência as Authoridades, é o que vos recomenda o vosso Juiz de Paz. – Viva a Soberana Nação Brasileira! Viva a S. M. I. e C. o sr. D. Pedro II.! Viva a Assembléa Legislativa! Viva a Regencia do Imperio! Viva a união dos Brasileiros! Vivão as Authoridades constituídas! (O UNIVERSAL, n. 597, 1831).

Como se poder notar, nesses discursos também são colocados com muita veemência os elementos celebrados. Podemos dizer que, com pequenas variações, o conjunto compõe-se dos elementos básicos que orientaram a construção do Estado e da Nação não somente ao longo do período regencial, mas também no momento posterior e, em alguma medida, no anterior: Constituição, monarquia, sistema representativo e soberania nacional.

A Constituição era considerada como sinônimo e garantia da liberdade e da independência conquistada em 1822; a figura de D. Pedro II reafirmava a opção por um Estado monárquico; a assembleia legislativa viabilizaria a prática do sistema representativo, que a um só tempo era o instrumento que limitaria o poder do rei e dos ministros e a arma contra o absolutismo, o governo despótico e arbitrário. A soberania nacional indicava a Nação, representada pelos ocupantes de cargos eletivos, como origem do poder político, em lugar do monarca e do povo, como desejavam, respectivamente, os restauradores e os exaltados.

A ideia de representação ou representatividade política era cara aos liberais brasileiros que, inspirados em Benjamin Constant, a defendiam desde a década de 1820. O desrespeito a tal princípio foi uma das principais razões da oposição que sofreu D. Pedro I. Tamanha era a importância do sistema representativo na construção do Estado brasileiro que em 1826 o dia 3 de maio, data da instalação da Assembleia Nacional Legislativa, foi fixado no calendário oficial como dia de festividades cívicas, que não deixou de ser celebrado em Minas (O UNIVERSAL, n. 445, 1830).

No que tange à representação, buscou-se garantir a incorporação, pela população, de que havia um consenso com relação ao caminho escolhido para a construção do Estado. Daí a importância de se destacar que nas festas reinaram a ordem e a tranquilidade, assim como demonstrar toda pompa e circunstância com que se realizavam as festividades nacionais.

No que se refere às representações que se buscou instituir os espetáculos teatrais tinham papel fundamental. Essa, possivelmente, foi uma das razões que levou a Sociedade Promotora da Instrução Pública a designar uma comissão para

dar mais impulso ao theatro, que jaz quase em total abandono, e sobre o parecer de uma comissão que havia sido encarregada de tratar desse objecto, que se resolveo incumbi-la de fazer ajustes com o actual Empresário sobre a compra de objetos que lhe pertencem, afim de se poder por em movimento essa Escholla de Instrução que bem dirigida pôde ser muito proveitosa, e util à Sociedade (O UNIVERSAL, n. 705, 1832)

Tal iniciativa estava imbuída de uma crença de que o teatro – aqui entendido como peça e o espaço físico –, era uma escola da moral pública, dos bons costumes e do amor à pátria. Assim, não é sem motivo que a alusão a ele seja frequente nos discursos sobre a formação do povo, como podemos perceber no excerto seguinte retirado de *O Universal* (n. 558, 1831):

Os Teatros são o lugar de mais descente entretenimento, são mesmo uma Escola de moral pública que convém freqüentar, por que neles a imaginação exerce sobre nós todos o seu poderio, e mais depressa fazemos o que toca os nossos sentidos, e faz neles profunda impressão sobre aquilo que cogitamos e reflexionamos; mas para isso é necessário que eles sejam bem dirigidos, que haja escolha nas peças, que se represente com dignidade e decência, pois de outra sorte em lugar de serem úteis à Sociedade tornam-se uma Escola de desmoralização que importa mais abandonar do que freqüentar.

Diante de tal eficácia, os liberais moderados mineiros não deixaram de lançar mão dos espetáculos teatrais como estratégia para a realização dos projetos político-culturais formulados nas associações. Mesmo que não estivessem nominalmente envolvidos na realização de espetáculos teatrais, seus membros não deixaram de promovê-los, por meio de práticas discursivas, que tiveram lugar, sobretudo, nos jornais ligados às agremiações. Exemplo disso foi o que fez José Alcebiades Carneiro, que no periódico *O Mentor das Brasileiras* (n. 48, out. 1830) publicou a seguinte notícia.

Uma companhia de jovens representaram [sic] no dia 23 de corrente a grande peça do ANEL DE FERRO, que pretendia se fazer no dia 19, dia do Augusto nome de S.M.I, esta peça foi muito aplaudida pelo público não só pelo bom desempenho, como por ser constitucional; o teatro (quando nele se representam atos dessa natureza) é a melhor escola dos bons

costumes e civilização dos povos; ali exalta a virtude, se abatem os vícios, e o povo aprende a conhecer as intrigas das Cortes para se vigiarem contra elas.

As apresentações teatrais tinham lugar nos festejos, e com eles compunham uma sinfonia afinada na construção de representações sobre a confiança na direção que os liberais moderados imprimiram ao Estado. Isso é que nos indica o relato posto em circulação por *O Universal* (n. 962, 1833), noticiando sobre a comemoração do aniversário de nascimento de D. Pedro I em Ouro Preto:

À noite houve Espectaculo no Theatro, onde se representou o Drama Constitucional – O Despotismo- de composição Mineira. Seguiu-se o Barbeiro de Sevilla, e acabou o Espectaculo pela representação do Entremez denominado – o Galego.

Em todos estes actos reinou sempre a mais perfeita união, e este dia não foi perturbado por incidente algum, apesar de que não faltarão devotos espalhadores de novidades que pretenderão desviar muita gente do Theatro por meio de ameaças de algum movimento nesse lugar.

Parece-nos que as ideias expostas acima são suficientes para demonstrar que as festas e os espetáculos teatrais dizem, como a Biblioteca de Ouro Preto e os jornais, tanto da dinâmica de funcionamento quanto das estratégias de execução dos projetos político-culturais formulados pelas agremiações.

Esse conjunto de elementos pelos efeitos produzidos tem sido chamado, na historiografia recente, de “pedagogia civilizadora”, “pedagogia política” e/ou “pedagogia liberal” (SILVA, 2002, MOREL, 2005; BASILE, 2006a).

Silva (2002) defende a tese de que entre 1830 e 1834, em Minas Gerais, a construção da hegemonia liberal moderada assumiu os contornos de uma pedagogia política liberal cujos vetores de difusão são a imprensa, as festas, o teatro, as livrarias, as escolas, as associações e os juizes de paz. Morel (2005, p. 280) segue a mesma direção quando afirma que a ação de algumas associações criadas no Rio de Janeiro tinha o objetivo de incorporar progressivamente os setores mais pobres da população à civilização e à modernidade, ao que chama de “pedagogia civilizadora”. Basile (2000, p. 505), por sua vez, referindo se aos espetáculos teatrais representados na Corte no período regencial, afirma que “devendo ser o teatro uma escola de moral e de

virtudes, dotada de papel civilizador, as peças então encenadas revestiam-se de uma acentuada pedagogia política”.

Parece-nos que as expressões “pedagogia política liberal” e “pedagogia civilizadora”, utilizadas respectivamente por Silva (2002) e Morel (2005), são variações da expressão “pedagogia política” cunhada por Guerra (1992) na obra *Modernidad e independencia: ensayos sobre las revoluciones hispánicas*. No capítulo intitulado “La pedagogia política de la prensa revolucionaria”, o historiador espanhol defende e demonstra que a extraordinária rapidez e a coerência com que as Cortes de Cadiz levaram a cabo a destruição do Antigo Regime por meio de uma pedagogia política cujo principal vetor foi difusão a imprensa periódica e cujo objetivo foi transmitir as novas ideias políticas e provocar a mutação ideológica da modernidade.

Grosso modo, a pedagogia política consiste num plano claro e tenazmente seguido para transformar a mentalidade dos leitores pela multiplicação crescente de artigos explicitamente políticos para estabelecer princípios, dissipar erros e destruir preocupações. A didática consiste em não defender diretamente os princípios essenciais, mas fazê-los aparecer como evidentes por meio de artigos relacionados às circunstâncias. Um dos meios de pôr em prática essa didática é transformar o sentido usual das palavras, levando-as por meio de sucessivas mudanças de conotação a um significado moderno (GUERRA, 1992, p. 230-235).

Com base nessas informações, não temos dúvida da similaridade entre o empreendimento dos liberais espanhóis e dos liberais moderados brasileiros, mineiros em especial. Isso explica a apropriação da expressão pelos historiadores brasileiros supramencionados, tanto quanto sua adequação ao contexto brasileiro. No entanto, destacamos a impropriedade de se colocar a questão em termos de pedagogia. Na verdade, trata-se de educação no sentido mais amplo do termo, entendida como formação/desenvolvimento da pessoa humana, numa perspectiva próxima daquela defendida por Kant (2004), cujos quatro aspectos imprescindíveis são: a disciplina, a cultura, a civilidade e a moralidade.

Narodowski (2001) contribui para a plausibilidade da nossa hipótese, ao sugerir que o termo “pedagogia” refere-se ao ensino e à aprendizagem no âmbito escolar. Segundo ele, a pedagogia, como produção discursiva destinada

a reger e explicar a produção de conhecimento no âmbito educativo-escolar, [...] obtém na infância seu pretexto irrefutável de intervenção para educar e reeducar na escola, para participar da formação dos seres humanos e dos grupos sociais (NARODOWSKI, 2001, p. 21).

Das observações do autor extraímos dois elementos essenciais: a de que a pedagogia tem a escola como lugar, por excelência, de sua realização e que a criança é o sujeito de sua ação. Assim, não é adequado colocar a formação do povo em termos de pedagogia. Trata-se de formação humana ou de educação em sentido amplo, apoiada na incorporação da disciplina, na difusão da instrução e no desenvolvimento da civilidade e da moralidade, visto que não tem na escola como sua única estratégia de ação, tampouco exclusivamente as crianças como o alvo dessa ação. É essa formação humana ou educação em sentido amplo, emanada dos projetos político-culturais formulados e executados pelas associações mineiras do período regencial, e/ou pelos políticos e letrados nelas congregados, o objeto das análises desenvolvidas no próximo capítulo.

Capítulo 4 – “Grande numero de cidadãos amigos dos progressos da Instrução Pública e dos progressos de seu país”: a educação, a instrução e a escolarização no movimento associativo mineiro

[...] *Senhores. – Em todos os Paizes ha certas épocas, em que os elementos sociaes conspirão para o progresso das luzes, e melhoramento da especie humana; e posto que a ignorancia, e fanatismo, cujo poderio tem seu principio destructivo na illustração do entendimento, lhes oponha os mais valentes obstaculos, o espirito humano os não consente; antes da mais intensa repressão que soffrem, lhes resulta sempre um incremento mais vigente. Sim, srs., a ignorancia, inimiga irreconciliavel da Razão, jámais deixa de interpôr os meios de acanhar as instituições, que attentão para o desenvolvimento das faculdades intellectivas, para o aperfeiçoamento da moral, e para o apoio das publicas Liberdades (O UNIVERSAL, n. 580, 1831).*

Neste capítulo, abordamos os projetos político-culturais formulados e executados pelas associações mineiras do período regencial e/ou pelos políticos e letrados nelas congregados, com o objetivo de demonstrar como eles se constituíram como um projeto educativo no sentido mais amplo do termo, educação que comporta as ações de disciplinar, instruir, civilizar e moralizar. Iniciamos o trabalho demonstrando que no segundo quartel do século XIX os políticos e letrados mineiros, congregados ou não em sociedades, operaram com a concepção kantiana de educação cujos quatro pilares são: a disciplina, a instrução, a civilidade e a moralidade. Em seguida, examinamos o sentido dos termos “civilização”, “ilustração”, “educação” e da expressão “instrução pública”, explicitando o diálogo que estabelecem com o seu entorno.

Feito isso, focalizamos o modo como o *Jornal da Sociedade Promotora da Instrução Pública* foi utilizado para educar a população mineira e em que aspectos. Além disso, demonstramos como, por meio de seu periódico, a agremiação instituiu representações sobre educação e escolarização em Minas Gerais. Posteriormente, abordamos o processo de escolarização, demonstrando que este se configurou tanto como projeto de Estado quanto como projeto individual dos políticos e letrados envolvidos no movimento associativo. Para finalizar, focalizamos o financiamento particular da instrução pública em Minas pela Sociedade Promotora.

A tarefa de identificar as referências com as quais os políticos e letrados mineiros operavam para produzir seus diagnósticos e projetos, tanto individuais como coletivos, é complexa. Primeiro, porque trabalhamos com a ideia de que os projetos coletivos das associações materializaram-se em projetos educativos, entendidos como projetos político-culturais, definidos com base na sua relação com dois fenômenos que estão entrelaçados e são complementares, contudo distintos: a difusão das Luzes e a configuração de uma esfera pública de poder.

No âmbito da difusão das *Luzes*, tratava-se de buscar meios de diminuir o “abismo que separava os espíritos bem-pensantes, moralmente bem formados e socialmente bem-educados, da plebe ignorante, supersticiosa, inclinada aos maus costumes e mal-educada” (FALCON, 1986, p. 62-63), sem colocar em risco as hierarquias sociais. No que se refere à configuração de uma esfera pública de poder, buscou-se incorporar a população à modernidade política e

promover sua adesão aos princípios e aos valores em que se apoiava a construção do Estado e da nação brasileira, naquele momento.

A segunda razão da dificuldade de se identificarem as referências com as quais operam os políticos e letrados mineiros se desdobra em duas: 1) o nível de erudição que o pesquisador precisa ter para identificar os “teóricos” e/ou “as teorias” em que se apoiaram aqueles sujeitos para tornarem inteligíveis certas situações e para definirem suas linhas de ação, 2) o fato de que nem sempre a interlocução com os “teóricos” e/ou “as teorias” é clara e que muitas vezes as ideias chegam a esses políticos e letrados por meio de sucessivas apropriações cuja identificação é muito difícil. Apesar das dificuldades, aceitamos o desafio.

4.1 “A instrução faz sábios; mas só a educação moral faz cidadãos”

Há alguns anos temos buscado explicitar o sentido da educação na sociedade mineira no segundo quartel do século XIX. Nesse movimento, a seguinte afirmativa tem nos chamado atenção:

Os homens pois só são escravos, porque não têm desenvolvido as suas faculdades, nem aprendido a regular-lhes o seu uso; e só são livres, porque as tem desenvolvido e regulado. É verdade o dizer-lhe literalmente, que ***eles nunca sofrem outra opressão senão a da sua própria ignorância, e maus costumes;*** assim como é verdade que *ele só tem tanto liberdade quanto permitam a sua instrução, e a bondade de seus hábitos* (O UNIVERSAL, n. 2.060, 1835).

Em tal excerto, parece-nos clara uma relação de subordinação da liberdade à instrução e moralidade dos sujeitos. Considerando que a liberdade era um dos valores sociais mais alardeados não apenas em Minas, mas no Brasil, no período recortado pela pesquisa, a instrução e a formação moral adquirem uma importância capital na análise dos projetos político-culturais formulados e executados pelas associações mineiras. Contudo, a formação moral parece desfrutar mais prestígio do que a instrução, o que nos remete às reflexões de Immanuel Kant sobre o papel da educação na formação humana.

Kant (1724-1804) foi um dos grandes pensadores do Iluminismo, mais especificamente do Idealismo alemão. Em suas reflexões sobre a filosofia prática, o tema da educação encontra-se muito presente. Segundo ele “o homem é a única criatura que precisa ser educada [...] O homem não pode tornar-se verdadeiro homem senão pela educação. Ele é aquilo que a educação dele faz” (KANT, 2004, p.11-15). Tal ideia é bastante cara não apenas a Kant, mas aos iluministas de modo geral, para os quais a educação era o instrumento ideal de difusão das Luzes (FALCON, 1986).

A concepção de educação expressa por Kant na obra *Sobre a pedagogia* (1803), contudo, constitui uma referência importante com a qual operaram os políticos e letrados mineiros, e aí não apenas aqueles que se congregaram nas associações entre 1831 e 1840, implicados no processo de institucionalização da escola e na organização de um “sistema de ensino” no Brasil a partir da Independência. De acordo com Kant (2004, p. 25-26),

na educação, o homem deve, portanto:

- 1) Ser **disciplinado**. Disciplinar quer dizer: procurar impedir que a animalidade prejudique o caráter humano, tanto no indivíduo quanto na sociedade. Portanto a disciplina consiste em domar a selvageria.
- 2) Tornar-se **culto**. A cultura abrange a **instrução** e vários conhecimentos. A cultura é a criação da habilidade e está é a posse de uma capacidade condizente com todos os fins que almejamos [...]. Algumas formas de habilidade são úteis em todos os casos, por exemplo, o ler e o escrever; outras são boas só em relação a certos fins, por exemplo, a música para nos tornar queridos. A habilidade é de certo modo infinita, graças aos muitos fins.
- 3) A educação deve também cuidar para que o homem se torne **prudente**, que ele permaneça em seu lugar na sociedade e que seja querido e tenha influencia. A essa espécie de cultura pertence aquela chamada propriamente de **civilidade**. Esta requer certos modos corteses, gentileza e a prudência de nos servirmos dos outros homens para os nossos fins.
- 4) Deve, por fim, cuidar da **moralização**. Na verdade, não basta que o homem seja capaz de toda sorte de fins; convém também que ele consiga a disposição de escolher apenas os bons fins. Bons são aqueles fins aprovados necessariamente por todos e que podem ser, ao mesmo tempo, fins de cada um.

Na perspectiva kantiana, a educação deveria disciplinar, instruir, civilizar e moralizar os sujeitos. Ela se divide em educação física e prática. A educação

física compreende os cuidados com a vida corporal. A educação prática¹ ou moral, que ocupa lugar fundamental nas reflexões kantianas sobre educação, é aquela que se refere à construção do homem, para que possa viver como um ser livre. A formação moral é fundada sobre os princípios que o próprio homem deve reconhecer. Assim, desde cedo é preciso inculcar nas crianças a ideia do que é bom ou mal, lançando os fundamentos da formação do caráter. E o caráter consiste no hábito de agir segundo certas máximas, que em princípio são as da escola, e mais tarde as da humanidade. Para formar um bom caráter, é preciso, antes, domar as paixões (KANT, 2004).

Os quatro pilares em que se funda a concepção de educação em Kant (2004), ou seja, a disciplina, a instrução, a civilização e a moralização, serviram de baliza no processo de organização do serviço de instrução pública no Brasil. Eles podem ser identificados já na primeira lei que buscou organizar a instrução elementar. A Lei de 15 de outubro de 1827, em seu artigo 6º, definiu o que os professores deveriam ensinar. Ao determinar a leitura, a escrita, as quatro operações aritméticas, a prática de quebrados, decimais e proporções, bem como as noções mais gerais da geometria prática, podemos dizer que contemplou a parte da educação relativa à instrução. A moralização foi consubstanciada tanto na determinação de que se ensinassem os princípios da moral cristã e da doutrina da religião católica apostólica e romana quanto na recomendação de que se privilegiasse a Constituição do Império nas aulas de Leitura e Escrita. A disciplina foi observada quando, no artigo 5º, determinou-se a adoção do método mútuo² nas escolas das capitais de província, assim como das cidades, vilas e lugares mais populosos.

A dimensão civilizadora é mais difícil de ser apreendida na legislação de ensino, mas pode ser percebida nos contornos que a instrução pública assumiu com a difusão de certas representações sobre a educação e da adoção de práticas nelas apoiadas. Uma dessas representações é aquela segundo a qual “em toda parte, aonde o povo vive submerso na ignorância, se observa a brutalidade, grosseria e barbaridade” (O UNIVERSAL, n. 1, 1825). Nesse

¹ Segundo Kant (2004, p. 34-35), “chama-se prático tudo o que se refere à liberdade”.

² O método de ensino mútuo, dada, dentre outros aspectos, a definição rígida e codificada do comportamento dos alunos tanto quanto das atividades de ensino, por meio da voz, do apito, das sinetas e dos gestos com as mãos, é considerado um agente disciplinador da prática pedagógica, que visava, dentre outros objetivos, formar trabalhadores dóceis e disciplinados. Para mais detalhes sobre essa questão ver: FOUCAULT, 2002, p. 117-161, e ENGUITA, 1989, p.161-216. Para mais informações sobre o método mútuo como proposta de organização do ensino escolar ver: BASTOS; FARIA FILHO, 1999, e INÁCIO, 2003.

sentido, em meio à dúvida se era útil ou não educar o povo os políticos e letrados mineiros se esmeraram em construir e reforçar a seguinte representação da educação.

[...] Voltemos à tese: é ou não útil instruir o povo? Nós repetimos-sim-porque o aperfeiçoamento da razão humana condiz ao **regramento das paixões**, e estas são mais temíveis em espíritos mais incultos do que naqueles em que a educação penetrou: a **ignorância é acompanhada da anarquia e da demagogia**, quando por outra parte se tem observado que os hábitos de reflexão são inseparáveis do gosto da leitura, ajudam e favorecem o espírito de ordem e bom procedimento nos que a ela se dedicam.

È entre os autômatos, que vegetam como animais nas últimas classes da sociedade que se acham os agitadores e os desordeiros (O UNIVERSAL, n. 73, 1841, grifos nossos).

A ideia segundo a qual “a ignorância é acompanhada da anarquia, a de que é entre os autômatos, que vegetam como animais nas últimas classes da sociedade, que se acham os agitadores e os desordeiros” e a defesa da instrução como uma forma de “aperfeiçoamento da razão humana que condiz como regramento das paixões” são muito próximas das formulações kantianas quanto ao papel da educação na formação humana, em especial, suas dimensões disciplinadora e civilizadora que, respectivamente, “impede(m) o homem de desviar-se do seu destino, de desviar-se da humanidade, através de suas inclinações animais”, e o levam a “adquirir certos modos corteses e gentis” no trato com as pessoas (KANT, 2004, p. 12, 26). Os elementos expostos acima parecem-nos suficientes para sustentarmos a hipótese de que Immanuel Kant é uma das referências com que operam os mineiros.

Além disso, defendemos que a crença no princípio kantiano segundo o qual a “educação é o caminho para o aperfeiçoamento da humanidade, uma vez que o grande segredo da perfeição da natureza se esconde no próprio problema da educação” (KANT, 2004, p. 16) é, possivelmente, o elemento mais importante para entendermos o lugar de destaque que a educação assumiu tanto nos projetos individuais quanto nos projetos coletivos dos políticos e letrados mineiros que se envolveram no movimento associativo das Regências. Disso nos dá prova o seguinte excerto extraído de um artigo intitulado “Moral-Social-Deveres dos mestres e educadores”, veiculado pelo *Jornal da Sociedade Promotora*, de Ouro Preto:

A instrução é sem duvida o fim do educador; mas todavia não deve nunca se desenvolver sem ser sancionada pela moral. A instrução faz sábios; mas só a educação moral faz cidadãos (JORNAL DA SOCIEDADE PROMOTORA DA INSTRUÇÃO PÚBLICA, n. 62, 1834).

A partir da Independência do Brasil, é possível perceber que os dirigentes imperiais, provinciais e municipais passaram a se preocupar cada vez mais com a educação, a civilização, a ilustração e a instrução do heterogêneo povo brasileiro e considerar essas ações como pré-requisitos para construção do Estado e da nação. Diante disso, uma possibilidade de enfrentamento é pensar que a ação de educar, civilizar, ilustrar e instruir o povo comporta um desejo, manifesto pelos dirigentes, de “dominar e moldar o desenvolvimento intelectual e cultural do povo na direção de objetivos predeterminados” (THOMPSON, 2002). Passamos, então, a examinar o sentido de termos correlatos como “civilização” “ilustração” “Luzes”. “educação” e da expressão “instrução pública” buscando explicitar outros interlocutores desses sujeitos e qual o diálogo que estabelecem com o seu entorno.

4.2 “O progresso da civilização anda a par da obediência legal”

O caráter civilizatório da educação em Minas, no século XIX, tem sido, quase sempre, abordado à luz das proposições de Elias (1994) e de Revel (1991). Para Elias (1994a, 1994b), a configuração de um padrão de comportamento humano civilizado está relacionada com a organização do Estado a partir do século XVI e com gradativa monopolização dos impostos e da força física por esse Estado que se estruturava. O comportamento civilizado estaria ligado ao controle do das emoções e dos gestos e a partir do século XVIII, passou a referir-se a um padrão universal de moral e costumes (ELIAS, 1994a, 1994b).

Revel (1991), num trabalho bem mais sucinto, demonstra, por meio da análise do que ele chama de “manuais de civilidade”, um intenso esforço de codificação e controle dos comportamentos humanos. Tal controle e codificação realizaram-se pelo seu submetimento às normas de civilidade, isto é, a exigências do comércio social. O fundamental para a discussão que desejamos iniciar é essa definição do que sejam comportamentos aceitáveis e seus contrários.

Segundo Veiga (2002a), o comportamento social aceitável, ou seja, a civilidade, por ser entendida como controle de emoções e formação disciplinada. O processo civilizador esteve relacionado à economia das pulsões, cuja moderação se faz por meio do desenvolvimento dos sentimentos de vergonha, repugnância e embaraço.

Falcon (1986) trata a palavra “civilização” e o termo correlato “cultura” como dois dos grandes temas e valores iluministas. Para os iluministas, civilização é uma realidade e um ideal que tem na ideia de progresso seu substrato. A maior parte das importantes reflexões produzidas no Setecentos versa sobre o tema. No universo mental das *Luzes*, o termo “civilização” comporta uma dupla acepção: ela é um valor em si mesmo, uma espécie de qualidade que faz ou deve fazer parte da própria maneira de ser do homem em sociedade; é também uma tomada de consciência da realidade de existência do homem na sua dimensão horizontal, ou seja, relaciona-se à ideia de evolução social que permite designar algumas sociedades, ou povos, como primitivas e outras como civilizados:

Civilização significa também a possibilidade de civilizar. Daí, no plano dos costumes e da educação, as ambigüidades existentes no século XVIII entre civilização, civilizar e palavras como civilidade, polícia e policiado, significando a primeira polidez ou cortesia, enquanto a segunda e a terceira designando os costumes e a as instituições de um povo ou de um país, numa gradação ou hierarquia de sentido em relação à civilização. Enfim, no Iluminismo, civilização afirmou-se mais e mais como o conceito que designa o movimento coletivo da realidade humana na sua passagem do estado da natureza ao estado da cultura (FALCON, 1986, p. 60-61).

Nas fontes documentais consultadas, o termo “civilização” e o correlato “ilustração” referem-se à incorporação do controle das emoções, do comedimento dos gestos e da fala, bem como o monopólio legítimo da força física pelo Estado. Contudo, o que nos chamou atenção no período pesquisado foi a conotação política dos termos, entendendo por política o comportamento ou posicionamento político, mais especificamente afeito ao liberalismo moderado:

Se considerarmos agora, Srs., a vantagens que nos trouxe essa justa, e necessária **revolução** [refere-se à abdicação de D. Pedro I] não nos é possível deixar de ver o quanto **ella veio fazer avançar a nossa civilisação**, retardada até esse

momento pelos entraves que nos punha a mão paralisadora do despotismo (JORNAL DA SOCIEDADE PROMOTORA DA INSTRUÇÃO PÚBLICA, n. 17, 1834).

Podemos identificar civilização, também, como obediência à lei e as autoridades constituídas. Essa é a percepção de um morador do Serro em relação à prisão do juiz de paz de Itabira. O referido juiz foi preso pelo Comandante da Guarda Nacional e conduzido à cadeia do Serro, sede da comarca. Diante da arbitrariedade, visto que a prisão se efetuou sem requisição ou mandado do juiz criminal, os habitantes dessa localidade que “zelão pela Independência e divizão dos poderes políticos e buscão manter as garantias de liberdade e segurança individual onde quer que sejam atacadas” requereram do ouvidor uma ordem de soltura do juiz. O morador se disse impressionado tanto com a rapidez na expedição e na execução de um *habeas corpus* em favor do juiz de paz de Itabira quanto com a obediência e o respeito da Guarda em relação à determinação. E completa: “Essa scena foi rematada por espontaneos gritos de Viva a Constituição! Viva a Regência! Viva a Assembléa Geral!” (O UNIVERSAL, n. 634, 1831). O morador parece utilizar o termo civilização para designar a evolução das instituições, nesse caso aquelas que compõem o Poder Judiciário, que caminham em direção a um ideal.

A concepção de civilização apresentada pelo morador do Serro guarda relação com a ideia de que a revolução do 7 de abril é um sinal de civilização, visto que jogou por terra o despotismo de D. Pedro I. Podemos fazer uma analogia entre o destronamento do Imperador e o *habeas corpus*: ambos sinalizam a marcha da civilização visto que, respectivamente, resguardam o povo do despotismo e pessoa contra a aplicação arbitrária da justiça, garantindo a ambos o direito à liberdade. Assim a civilização pode ser relacionada ao exercício do direito à liberdade. A ideia parece-nos ainda mais procedente diante da observação de um viajante que, após presenciar os preparativos para o festejo ao Triunfo da Liberdade do Brasil (a abdicação) no Arraial de São José do Rio Grande da Paraopeba, afirmou: “É incrível a rapidez com que marcha a civilização no Brasil!” (O UNIVERSAL, n. 595, 1831). No excerto abaixo encontramos uma concepção similar, porém o termo utilizado é “ilustração” e não civilização. Vejamos:

Em todos os Paizes ha certas épocas, em que os elementos sociaes conspirão para o **progresso das luzes**, e melhoramento da especie humana; e posto que **a ignorancia, e fanatismo, cujo poderio tem seu principio destructivo na**

ilustração do entendimento, lhes oponha os mais valentes obstáculos, o espírito humano os não consente; antes da mais intensa repressão que soffrem, lhes resulta sempre um incremento mais vigente. Sim, srs., **a ignorância, inimiga irreconciliavel da Razão, jámais deixa de interpôr os meios de acanhar as instituições, que attenção para o desenvolvimento das faculdades intellectivas, para o aperfeiçoamento da moral, e para o apoio das publicas Liberdades** (O UNIVERSAL, n.580, 1831, grifos nossos).

O termo “civilização” e o correlato “ilustração” parecem, de fato, relacionar-se ao exercício da liberdade. É que demonstra um excerto do *Jornal da Sociedade Promotora da Instrução Pública* (n. 44, 1834) segundo o qual “o Brasil tem tido mais augmento, mais civilização, mais riqueza no curto espaço de doze annos de Liberdade Constitucional, do que nos trezentos annos da escravidão Européia”. Diante disso, podemos concluir que, no período recortado pela pesquisa, civilização e ilustração significam “o aperfeiçoamento do homem tanto nas suas relações para com a Sociedade, como nas suas próprias idéas, no seu ser moral” (JORNAL DA SOCIEDADE PROMOTORA DA INSTRUÇÃO PÚBLICA, n. 17, 1834). Daí uma crença incondicional na ideia de que

nenhuma Sociedade, srs., pode bem aproveitar a cada um dos entês, que a compõe, se a moral Publica se não aperfeiçoa; nenhuma Sociedade pode fazer-se celebre sem a illustração (O UNIVERSAL, n. 580, 1831).

O grande desafio, portanto, é “como levar às classes de uma sociedade os conhecimentos que lhe são mais proveitosos?” (O UNIVERSAL, n. 580, 1831). A resposta possível parece-nos ser: implementando um projeto político-cultural de grande alcance cujas estratégias fundamentais sejam a imprensa, mais especificamente o jornal, e as instituições de ensino formal.

4.3 “Espalhar as luzes, e consolidar o sistema Monarquico Representativo”: a imprensa e o projeto político-cultural da Sociedade Promotora da Instrução Pública

No período regencial, especialmente na primeira fase (1831-1837), tendo em vista a disputa entre o grupo dos liberais exaltados, dos liberais moderados e dos restauradores pela direção do Estado brasileiro, o impresso se tornou uma importante arma de combate. Foi uma guerra que se processou arduamente durante os anos das Regências e teve como um dos espaços e arma de luta a

imprensa periódica. Nesse contexto de luta política, “o impresso não trazia a notícia, mas produzia o evento. O jornal possuía uma retórica que levaria à ação de fato. Sua função era *esclarecer* e não *noticiar*” (LUSTOSA, 2000, grifos nossos). Assim, podemos pensar a imprensa, em especial o jornal, como arma de luta política e como meio de instrução pública, como sugere Bernardo Vasconcellos (CARVALHO, 1999)³.

No *Jornal da Sociedade Promotora da Instrução Pública* encontramos fragmentos importantes para recompor parte da luta política que se desenrolou nos primeiros anos da Regência e apreender uma das principais estratégias de ação: a instrução do “povo”. Trata-se de discursos políticos sobre os assuntos em debate naquele momento, tais como a reforma constitucional, eleições, liberdade e independência do Brasil, liberalismo X conservadorismo, tranquilidade pública, importância dos jornais como meio de instrução, verdadeiras batalhas de natureza verbal cujo principal objetivo persuadir as pessoas a aderir às concepções do grupo reunido na associação. Contudo, a instrução do povo não se reduz ao doutrinamento político, ela contempla, como sugerimos há pouco, a difusão de outros conhecimentos, considerados proveitosos pelos membros da agremiação.

Cumprindo essa dupla função, encontramos no *Jornal da Sociedade Promotora da Instrução Pública* dois catecismos: um *Catecismo de Agricultura* e um *Catecismo Federal*. Trata-se de um gênero textual muito marcado pela oralidade e que possui eficácia pedagógica considerável. De acordo com Hébrard (2002, p. 43-44), o catecismo é um modelo de relação com a escrita que se desenvolveu nas pequenas escolas francesas a partir do século XVI e que permitiu num mundo no qual as igrejas estavam divididas e os dogmas eram objeto de guerras sem piedade, fixar na mente do cristão a letra da doutrina e fazê-lo memorizá-la exatamente. Nesse sentido, os grandes reformadores protestantes, e depois os bispos católicos, escreveram catecismo. A eficiência dessa fórmula, que hoje chamamos gênero textual, constitui um dos motivos de sua utilização no jornal para “propagar os conhecimentos úteis” sobre o federalismo e a agricultura.

³ O papel do impresso na constituição da vida política tem sido intensamente pesquisado nos últimos anos com uma significativa produção que analisa o caso da França (CHATIER, MARTIN, 1982; CHATIER, 1998; DUTRA, MOLLIÉ, 2006) e o caso do Brasil (LUSTOSA, 2000; NEVES, 2003; NEVES, MOREL, FERREIRA, 2006; DUTRA, MOLLIÉ, 2006).

O objetivo com a publicação do *Cathecismo Federal* foi instruir a população mineira sobre o que seria um Estado federado, ou seja, em que consistia a proposta federalista. É o que nos revela o conteúdo do texto introdutório que antecede o *Cathecismo*:

Observando, que na nossa Província, apesar da progressiva illustração, que experimenta, alguns indivíduos ainda ignorão, ou ao mesmo não formam uma idéia exacta do Systema Federativo; julgamos concorrer para a Instrucção Pública, apresentando aos nosso leitores o seguinte *Cathecismo Federal* ou o *Conductor do Povo*, que foi publicado em Pernambuco por um membro da Sociedade Federal, o Sr. João Barboza Carneiro (JORNAL DA SOCIEDADE PROMOTORA DA INSTRUCÇÃO PÚBLICA, n. 19, 1832).

O catecismo federal está dividido em duas partes. Na primeira, encontram-se as perguntas e as respostas atinentes ao conceito de federação:

Para que serve. Entre quem se pode effectivar. Para que fins. Quais são os Estados que existem federados. O que é o Systema Unitário. O que é o Systema Federal. Em que paizes é applicada. Porque meios se deve estabelecer (JORNAL DA SOCIEDADE PROMOTORA DA INSTRUCÇÃO PÚBLICA, n. 19, 1832).

A segunda parte aborda

quaes as vantagens da Federação. Em que deve consistir a união das províncias. Quando teremos Federação. Porque não devemos te-la antes de 1834. O que poderá acontecer se a Lei da Reforma não for promulgada. Qual deve ser por hora nossa conducta. (JORNAL DA SOCIEDADE PROMOTORA DA INSTRUCÇÃO PÚBLICA, n. 19, 1832).

Do conteúdo do *Cathecismo Federal*, podemos depreender a intenção da *Sociedade Promotora da Instrucção Pública* de educar os mineiros para a descentralização política que seria implantada dois anos depois, por meio do Ato Adicional, à Constituição de 1824. Essa intenção está declarada nas palavras da introdução transcrita acima, que nos levam a supor, também, que o catecismo tinha ainda a função de acalmar os ânimos dos mais ansiosos pelas reformas descentralizadoras quando define o tempo próprio para as mudanças. Vejamos no trecho abaixo:

Int.. Quando teremos federação no Brasil?

Resp. No anno de 1834, impreterivelmente.

Int.. E não podemos obter-la antes?

Resp.Não: esse é o tempo próprio e por justas razões devemos crer que não seja ultrapassado.

Int.. Que motivos tendes para afirmar assim?

Resp. O ter passado em 3ª discussão na Câmara dos Deputados o Projecto de reforma á Constituição do Império, na qual se tratará da Federação das Províncias.

Int.. E porque não poderá ser isso antes do anno de 34?

Resp. porque na mesma Constituição, Art. 176 está determinado o seguinte [...]. Ora á vista do referido, bem vedes que para marcharmos em ordem, e segundo a Constituição, devemos esperar que na sessão do presente anno de 32 se promulgue a Lei [...]

Int.. Visto isto, o que devemos fazer agora?

Resp.Esperemos pelas sábias instrucções da nossa Augusta Assembléa em cujo illustrado liberalismo devemos confiar. (JORNAL DA SOCIEDADE PROMOTORA DA INSTRUÇÃO PÚBLICA, n. 19, 1832).

Além do *Catecismo Federal*, publicado em apenas no número 19 do *Jornal da Sociedade Promotora da Instrução Pública* encontramos um longo e detalhado *Catecismo de Agricultura*, cujas lições podem ser encontradas em mais de 12 números do *Jornal*. Não possuímos todos, o que nos impede de precisar quando se iniciou tal publicação, mas no n. 14, de 7 de setembro de 1832, encontramos a “Lição XI”, o que indica que a publicação havia iniciado em número anterior.

O texto do *Catecismo de Agricultura* foi organizado em capítulos, os quais foram divididos em lições, organizadas em sequências de perguntas e respostas, característica dos catecismos. O capítulo I, cujo título desconhecemos, compõe-se de 17 lições e termina no n. 17, datado de 18 de setembro de 1832 (p. 42); o segundo, intitulado “Da germinação”, inicia-se na 18ª lição (p. 51) e se prolonga até a 25ª (p. 66); o terceiro, “Da vegetação”, tem início na mesma página em que termina o anterior e totaliza nove lições (da 26 à 30); o capítulo 4 trata “Dos agentes da germinação e da vegetação” e compõe-se de dez lições: começa pela lição 35, na p. 95 e termina na 45 da p. 103; no número seguinte (32), inicia-se a publicação da lições do capítulo 5, intitulado “Dos alimentos das plantas”, cuja falta no acervo nos impede de determinar o número de lições; o capítulo 6 recebeu o título “Dos órgãos

principaes que servem à nutrição das plantas”, cujas lições encontradas são a 56 e a 57, publicadas no n. 36, último em que encontramos trechos do *Cathecismo de Agricultura*.

As lições de agricultura ministradas pelo *Jornal da Sociedade Promotora da Instrução Pública* foram além da publicação do *Cathecismo*. O incentivo e o aperfeiçoamento da atividade agrícola parecem ter sido a razão para a publicação dos artigos intitulados “Agricultura, Memória sobre a Cochonilha no Brasil e Methodo de endurecer e cebo e graxa para delle se fabricarem excellentes vellas” e da matéria sobre a cultura e o fabrico do chá. A leitura do artigo “Agricultura” nos permite identificar a razão do empenho em publicar textos relacionados à agricultura e demais ofícios – por exemplo, a fabricação de velas. Nele encontramos uma veemente defesa do cultivo da terra como fonte de riqueza e de desenvolvimento da província e do império.

É a agricultura a riqueza verdadeira, real, e primeira de um Estado. Os Povos que só se applicão ao Comercio, d'elle gozão os fructos mas a arvore pertence às Nações dadas à Agricultura. A riqueza de uma Nação, que não tem a sua origem na agricultura, é artificial, e precária; esta na dependencia dos povos estrangeiros, que podem aniquila-la a cada momento [...]. A história nos mostra , que em todos os tempos as Nações, que mais florecerão forão as que mais cultivaram suas terras (JORNAL DA SOCIEDADE PROMOTORA DA INSTRUÇÃO PÚBLICA, n. 24, 1832).

Meneses (2000) afirma que a agricultura de abastecimento alimentar é uma atividade intrínseca a todo processo civilizatório e esteve em estreita conexão com a atividade mineradora desde os primórdios da colonização do território mineiro. O autor afirma que as pesquisas recentes têm resultado em uma reavaliação da tese segundo a qual em Minas Gerais, na primeira metade do século XVIII, enquanto a produção aurífera se desenvolvia e atingia seu auge, a agricultura tinha importância reduzida, e as atividades agropastoris, pobres e inexpressivas, estariam voltadas para o autoconsumo. As investigações têm mostrado que as atividades agropastoris estiveram presentes de forma expressiva ao longo de todo o século XVIII. Desse modo,

para a melhor compreensão da sociedade mineira setecentista e do processo colonial, tornou-se fundamental reconhecer a importância da agricultura, vista desde então como um setor produtivo que abarcou expressivo contingente populacional de todas as qualidades e condições, contribuindo para a

formação de grupos com interesses definidos, como peso específico no conjunto das forças que atuaram naquela sociedade (MENESES, 2007, p. 322)

Com a crise da atividade minerária, o que se observou foi a diversificação da economia mineira. As atividades agropastoris foram constantes durante todo o século XVIII, com a produção de gêneros básicos para o consumo das unidades produtivas e para o mercado interno e externo à capitania, constituindo-se a base da economia mineira, sobretudo a partir do declínio da mineração (MENEZES, 2007, p. 332).

De acordo com Alcir Lenharo (1979), a vinda da família real para o Brasil fez aumentar sobremaneira a demanda⁴ por gêneros de primeira necessidade na capital do Império. E Minas, de modo especial o centro sul mineiro, ocupou lugar de destaque no abastecimento da Corte. Assim, a seleção das matérias do jornal denota a natureza das preocupações dos redatores, voltados para instrução do povo e, no âmbito dos interesses econômicos, para o aperfeiçoamento⁵ da atividade agrícola.

Ainda na perspectiva da utilização da imprensa como meio de instrução pública, mais especificamente de civilização dos costumes, o *Jornal da Sociedade Promotora* publicou o “Parecer da Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro sobre o Cholera Morbus”. As condições de infraestrutura e os costumes da população brasileira no século XIX eram fonte de preocupação para os políticos e letrados, por serem consideradas inadequadas. A população brasileira sofria as consequências dos precários hábitos de higiene e da falta

⁴ Esse aumento de demanda por gêneros alimentícios de diferentes modos contribui, durante o primeiro reinado, para a ascensão social dos produtores mineiros e para sua penetração na Praça do Rio de Janeiro. Nesse momento, definem-se os interesses políticos regionais e aparecem seus primeiros líderes políticos, que após a abdicação passaram a ter atuação mais significativa na capital do Império. Entre as lideranças políticas regionais, cujos vínculos com interesses econômicos estavam voltados para o setor de abastecimento, Lenharo (1979) demonstra que os sujeitos estavam envolvidos com o movimento associativo, tais como José Bento Ferreira de Mello e Evaristo da Veiga.

⁵ No bojo dessa preocupação com o aperfeiçoamento da agricultura, percebemos que a publicação de textos sobre o assunto se articula a outras ações em escala provincial. Uma delas é aprovação, pelo Conselho Geral da Província em 27 de janeiro de 1831, do projeto apresentado por Antônio Jose Ribeiro Bhering, que previa a premiação dos lavradores mineiros que utilizassem o arado no cultivo das terras, com medalhas de ouro e prata (VEIGA, 1998, p. 174). A outra foi a criação de uma cadeira de agricultura em Minas pelo Conselho Geral da Província, em 3 de fevereiro do mesmo ano (VEIGA, 1998, p. 193)

de saneamento e na década de 1830 encontrava-se ameaçada por epidemias – como a de cólera – que poderiam vir da Ásia e da Europa.

Diante disso, em 8 de novembro de 1832, o periódico passou a publicar trechos do referido parecer encontrados em seis edições do acervo consultado. Tratava-se de

anunciar os resultados práticos, e os preceitos geraes, que devem servir de guia ás authoridades públicas, e aos cidadãos em particular nas circumstancias actuaes, e no caso, não provável, da invasão da moléstia (JORNAL DA SOCIEDADE PROMOTORA DA INSTRUÇÃO PÚBLICA, n. 24, 1832).

O texto está dividido em duas sessões intituladas, respectivamente: “Hygiene Publica, ou Conselhos ás Authoridades no caso de ameaça ou invasão do Cholera-morbus” e “Hygiene Privada, ou Conselhos aos cidadãos em caso de ameaça ou invasão do Cholera-morbus” (JORNAL DA SOCIEDADE PROMOTORA DA INSTRUÇÃO PÚBLICA, n. 24, 25, 26⁶, 27, 28 e 29).

A primeira occupar-se-há da policia sanitaria, ou meios, que a Administração deve empregar nos casos de ameaça, ou invasão do cholera-morbus. Na segunda cada cidadão em particular encontrará, conselhos úteis, para prevenir, ou remediar os effeitos desta terrível enfermidade (JORNAL DA SOCIEDADE PROMOTORA DA INSTRUÇÃO PÚBLICA, n. 24, 1832).

Para evitar que a epidemia entrasse no Brasil, a Sociedade de Medicina aconselhava o governo a vigiar os navios oriundos de lugares já infestados pela doença e garantir a salubridade das cidades (JORNAL DA SOCIEDADE PROMOTORA DA INSTRUÇÃO PÚBLICA, n. 24, 1832). Para prevenir o contágio das pessoas sãs pelas doenças recomendava-se

ter o espírito distrahido e corajoso; meios fáceis de subsistencia; aceio do corpo; e uma habitação são e espaçosa”, aos já contaminados deveriam ser assistidos por médicos e por pessoas pacientes e caridosas, ter contato com um ar seco e puro e na convalescença a habitar em lugar elevado, e de rica vegetação; e mais estricta dieta (JORNAL DA SOCIEDADE PROMOTORA DA INSTRUÇÃO PÚBLICA, n.26, 1832).

O governo deveria ser eficiente na execução das medidas policiais sem, contudo, causar mais pânico que a própria presença da doença. Nos jornais deveria mandar publicar “os curativos felizes e efficacia de certos remédios” e

⁶ Esse número não consta no acervo consultado. A inscrição “continuação da pág. 78 do número 25” indica a publicação do segundo trecho do parecer da Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro.

notícias da declinação da epidemia. Animar o espírito público dando exemplo de visitas a hospitais e ambulâncias; agenciar contribuições pecuniárias para o socorro de indigentes, doentes ou não, prevenindo o desenvolvimento da moléstia; “fazer sahir da Cidade uma grande parte de escravos, que ahi superabunda, e de gente ociosa, e miseravel”. As ações relativas aos escravos caberiam mais aos proprietários a quem interessava sua conservação (JORNAL DA SOCIEDADE PROMOTORA DA INSTRUÇÃO PÚBLICA, n. 26, 1832).

A matéria trouxe outros numerosos conselhos relativos à prevenção da infecção; à triagem, internação e alta de doentes; à desinfecção de ambientes, móveis e roupas; e à localização de cemitérios, como se pode ver na transcrição a seguir.

A experiência tem mostrado, que as reuniões numerosas, as grandes assembléias tem por effeito aggravar a marcha da epidemia [...]

[...] Logo que um individuo for atacado do cholera-morbus, deve ser visitado, e socorrido com prontidão; ou conduzido á ambulancia, não podendo tratar-se em sua casa, e melhor ainda, se a estação o permittir, levado a barracas, ou tendas, armadas para esse fim em lugar espaçoso, e secco, para ahi ser immediatamente tratado [...]

Não devem estar muitos doentes em um mesmo quarto; e nenhum n'um quarto, onde muita gente assista. Logo que o doente entrar em convalescencia, deve ser transportado para estabelecimentos apropriados a este fim, e ahi se conservarem algum tempo antes de serem restituídos á sua família.

A casa em que morreu algum *choleric*, a cama, a roupa, e traste, que servirão durante a sua moléstia, devem ser purificados com fumações de cholero, lavados em varrella etc.

[...] Aqui cumpre à Sociedade lembrar ainda a necessidade de cemitérios *extra muros*. Nem esta Sociedade deve cançar-se de bradar altamente contra o bárbaro costume das sepulturas dentro das Igrejas, e cemiterios no meio da Cidade: costume este, que nos deixa muito atraz da civilização moderna [...] (JORNAL DA SOCIEDADE PROMOTORA DA INSTRUÇÃO PÚBLICA, n. 26, 1832).

A edição seguinte do *Jornal da Sociedade Promotora* trazia a público os conselhos dirigidos aos indivíduos com foco na prevenção da moléstia que, segundo o parecer, acomete principalmente “as pessoas indigentes, enfraquecidas por excessos, ou enfermidades”. Para prevenir a doença eram

recomendadas distrações, exercícios e trabalhos moderados. Devia-se, também,

evitar emoções fortes, como a cólera, o terror, e os prazeres vivos; habitar em cazas espaçozas, arejadas, altas e enxutas; entreter o corpo, e vestidos com aceio; ser comedido na meza, evitando as substancias pezadas, frias, indigestas, e licores fortes; evitar cuidadosamente a suppressão da transpiração, o resfriamento, a exposição á humidade, á chuva, e ás intemperies do ar, principalmente às da noite; conservar habitualmente o ventre, e pés agasalhados; usar de fricções secas, ou aromáticas sobre a pelle (JORNAL DA SOCIEDADE PROMOTORA DA INSTRUÇÃO PÚBLICA, n. 27, 1832).

Além das recomendações acima, nesse número do *Jornal* encontram-se dicas de higiene pessoal e doméstica e de nutrição. No tocante aos primeiros, recomendava-se “ter maior cuidado na limpeza das habitações, evitando, quando for possível, a aglomeração de muitas pessoas na mesma casa, e principalmente de escravos”; desfazer-se de animais inúteis e manter as criações num espaço ventilado e mais amplo possível; limpar áreas, quintais, canos, galinheiros, latrinas e senzalas e desinfetá-los frequentemente com água e cloro; não manter penicos nos quartos e esvaziar as tinas de excrementos e águas usadas pelo menos de três em três dias. Tomar de vez em quando banhos gerais e mudar vestidos com frequência (JORNAL DA SOCIEDADE PROMOTORA DA INSTRUÇÃO PÚBLICA, n. 27, 1832).

No que se refere à nutrição, recomendava-se o consumo de alimentos com destaque para os proteicos, tais como carnes de vaca, de carneiro, de aves e peixe frescos; ovos, e ainda o pão de trigo legumes não aquosos frescos considerados “um excellente preservativo” e “base geral de uma alimentação salubre” em contraposição à carne e peixe salgados; à pastelaria, aos legumes aquosos e frutos não sazoados. Recomendava-se, ainda, “evitar bebidas frias estando em suor”. Aconselhava-se o uso do vinho de boa qualidade tomado com moderação durante a comida, misturado à água. Contudo, alertava-se para o risco da embriaguez por vinho e licores que “produzem quasi inevitavelmente o cholera-morbus” (JORNAL DA SOCIEDADE PROMOTORA DA INSTRUÇÃO PÚBLICA, n. 27, 1832).

Os sintomas e o tratamento do *Cholera morbus*, bem como as formas de tratamento, foram publicados na edição n. 28 do dia 22 de dezembro de 1832. A edição n. 29 trouxe o último trecho do Parecer da Sociedade de Medicina da

Corte, no qual se destaca que este tinha como principal fim apontar os meios de prevenir a doença, mas, não sendo isso possível, a possibilidade de cura encontrava-se no tratamento médico, que é descrito em seguida. Os membros da Sociedade de Medicina concluíam o parecer produzindo a legitimidade da medicina pela condenação da confiança das pessoas nos “charlatães e curandeiros”. E lembram ao governo que

as medidas geraes de policia sanitaria, aqui apontadas, não são unicamente reclamadas pela ameaça do *Cholera-morbus*, que nos possa vir da Eurpa, e de que com toda probabilidade seremos conservados; mas principalmente pela necessidade, que temos de melhorar nossa Hygiene publica, e de extingui os germes da moléstia endêmica, que deteriorão, e estragão a nossa população; e de prevenir em fim o desenvolvimento espontaneo de alguma epidemia funesta, como desgraçadamente temos experimentado com as febres de Magé e Macacu. Em summa a Sociedade recommenda a todos os cidadãos a leitura, e reflexão do Relatório da Comissão de Salubridade Geral da mesma Sociedade, a qual nada deixa a dezejjar sobre esta materia (JORNAL DA SOCIEDADE PROMOTORA DA INSTRUÇÃO PÚBLICA, n. 29, 1833).

O risco do contágio pelo *Cholera morbus* se configurou, então, como pretexto para uma série de recomendações que visavam controlar certas atitudes individuais, como a embriaguez, e públicas, como o sepultamento nos interiores das igrejas, as quais a medicina intentava abolir.

4.4 “Espancando-se a ignorancia dos povos”: a escolarização e as associações mineiras

Desde a Independência, no movimento de construção do Estado nacional, os intelectuais mobilizaram intensamente a instrução por considerá-la uma estratégia fundamental para a empreitada em que se envolveram. Essa representação da instrução, construída a partir de meados da década de 1820 não constitui uma novidade na historiografia da educação brasileira. Frequentemente aludimos à ideia de que

a instrução possibilitaria arregimentar o povo para um projeto de país independente, criando também as condições para uma participação controlada na definição dos destinos do país. Na verdade, buscava-se constituir, entre nós as condições de possibilidade de governabilidade, ou seja, as condições não

apenas para a existência de um Estado independente, mas também, dotar este Estado de condições de governo.

Dentre essas condições, uma das mais fundamentais seria, sem dúvida, dotar o Estado de mecanismo de atuação sobre a população. Nessa perspectiva, a instrução como um mecanismo de governo permitiria não apenas indicar os melhores caminhos a serem trilhados por um povo livre, mas também evitaria que esse mesmo povo se desviasse do caminho traçado [...] (FARIA FILHO, 2000a, p. 137).

Na produção da área de história da educação temos utilizado a palavra “instrução” acompanhada do adjetivo “pública”, como sinônima de educação escolar. Esse de fato parece ser um dos sentidos atribuído ao termo pelos sujeitos que estiveram engajados organização da instrução pública em Minas Gerais na primeira metade do século XIX, como iremos demonstrar mais à frente. Entretanto, tal sentido não parece ser o único. Bernardo Pereira de Vasconcelos, um dos mais importantes políticos brasileiros da primeira metade do século XIX e membro da Sociedade Promotora da Instrução Pública de Ouro Preto, em sua *Carta aos eleitores da província de Minas Gerais*, publicada em 1827, no capítulo destinado à instrução pública, abordou as leis sobre as escolas públicas e sobre a liberdade de imprensa.

Legislando sobre a instrução publica, o principal cuidado da Assembléia Geral foi a vulgarização quanto fosse possível; é deste modo que se poderão nivelar pouco mais ou menos as faculdades morais dos brasileiros e que se aniquilará essa dependência real que as luzes de uma classe exerciam sobre a cega ignorância da totalidade, dependência que tanto contribuía para a consolidação do cetro de ferro que por três séculos nos oprimiu.

Um dos mais proficuos meios de disseminar a instrução pelos membros de uma sociedade é a liberdade de imprensa; a experiência das nações cultas demonstra com evidencia esta verdade. Como poderia uma nação chegar ao conhecimento do bom ou mau procedimento de seus servidores, se não houvesse liberdade de o publicar pela imprensa? [...] Demais, é pela imprensa que se propagam os conhecimentos úteis. Eis a razão por que me pareceu que em um só capítulo devia tratar das leis sobre escolas públicas e das que respeitam aos abusos da liberdade de imprensa (CARVALHO, 1999, p.116-117).

Examinado o conteúdo desse trecho da *Carta*, concluímos que de diferentes modos as escolas e a imprensa são compreendidas por Bernardo Vasconcellos como meios de efetivar a instrução pública. Tal conclusão permite, por um lado, que tenhamos uma compreensão mais alargada do que seja a instrução

pública, compreendendo-a como educação no sentido de formação humana, numa perspectiva muito próxima à da kantiana, discutida páginas atrás. Por outro lado, impele-nos a desvendar esse outro sentido que lhe confere Vasconcellos. Diante dessas possibilidades descortinadas, passamos a examinar de que modo, ao tomar posição no plano da ação política e buscar responder por meio de produção de discursos e ações às questões concretas com as quais se defrontavam naquele momento, os sujeitos envolvidos com o movimento associativo mineiro participavam do processo escolarização na província mineira.

Uma das acepções que a expressão a “instrução pública” comporta é a de educação escolar. Compreendida dessa forma, seu sentido se aproxima de um dos sentidos conferido por Faria Filho (2002, 2007) ao termo escolarização. Segundo o pesquisador,

escolarização pretende designar o estabelecimento de processos e políticas concernentes à organização de uma rede, ou redes, de instituições, mais ou menos formais, responsáveis seja pelo ensino elementar da leitura, da escrita, do cálculo e, no mais das vezes, da moral e da religião, seja pelo atendimento em níveis posteriores e mais aprofundados. (FARIA FILHO, 2007, p. 194).

Se considerarmos as escolas públicas como essas instituições mais ou menos formais a que alude Faria Filho (2007), temos uma acepção de instrução pública que pode ser entendida como a organização de uma rede, ou redes, de escolas públicas responsáveis pelo ensino elementar da leitura, da escrita, do cálculo e, no mais das vezes, da moral e da religião. Passamos a lidar com o processo de escolarização e suas relações com os sujeitos envolvidos com movimento associativo mineiro no período das regências.

4. 4. 1 A dimensão escolar da instrução pública e associações mineiras

As duas primeiras décadas do século XIX foram marcadas pela existência de uma rede escolar precária e diminuta, sendo o processo educativo escolar conduzido por sujeitos não habilitados para tal tarefa, inclusive porque não havia como obter formação específica para a tarefa de ensinar. O quadro foi agravado pela falta de espaços e de materiais especificamente produzidos para

o emprego no processo educativo e a não definição dos conteúdos a serem ministrados (INÁCIO, 2003, p. 38).

Em 1827, Bernardo Pereira de Vasconcelos era um dos membros do Conselho Geral da Província e exercia o primeiro mandato (1825-1829) ao lado de Manoel Ignacio de Mello e Souza. Em sessão de 15 de fevereiro de 1827, expôs ao Conselho do Governo Provincial a situação da instrução pública na província mineira avaliada como insatisfatória. Havia um número reduzido de escolas públicas, funcionando de forma pouco regulamentada, o que não lhes permitia responder à demanda de contribuir ou, mesmo, de ser a base para o progresso cultural e material do Império. A produção da escola como instituição responsável pela formação do povo estimulou as decisões legislativas sobre a organização e da regulamentação do ensino de Primeiras Letras público e particular.

No sentido de superar aquele quadro precário, Bernardo Vasconcellos atuou intensamente no âmbito provincial e imperial, levando as experiências realizadas no Conselho Geral da Província para a Câmara dos Deputados do Império. Nessa instância do Poder Legislativo, ele exerceu o mandato em companhia de Manoel Ignacio de Mello e Souza, companheiro de Conselho, e também de José Bento Leite Ferreira de Mello, que partilharam com ele certa sensibilidade em relação à escolarização. Em sua *Carta aos eleitores da província de Minas Gerais*, publicada em 1827, afirmava:

Legislando sobre a instrução publica, o principal cuidado da Assembléia Geral foi a vulgarização quanto fosse possível; é deste modo que se poderão nivelar pouco mais ou menos as faculdades morais dos brasileiros e que se aniquilará essa dependência real que as luzes de uma classe exerciam sobre a cega ignorância da totalidade, dependência que tanto contribuía para a consolidação do cetro de ferro que por três séculos nos oprimiu (CARVALHO, 1999, p. 116).

No âmbito provincial, entre 1827 e 1830, por ação do Conselho Geral, o estado da instrução pública em Minas Gerais obteve algum progresso, sobretudo pelo aumento da frequência escolar. Em 1831, quando tem início o movimento associativo mineiro, Manoel Ignacio de Mello e Souza, membro da Promotora, dirigia a província. Segundo ele a instrução pública obteve progresso visto que

a esse assunto “o Conselho de Governo tem prestado a maior circunspeção”
(*Revista do Arquivo Público Mineiro*, 1912)

De fato, o Conselho Geral da Província se mostrava muito solícito quanto à expansão da escolarização. No dia 26 de janeiro de 1832, o Conselho Geral da Província aprovou o seguinte projeto apresentado pelo conselheiro Manoel Soares do Couto, membros da Sociedade Promotora da Instrução Pública, Antônio José Ribeiro Bhering e Bernardo Antônio Monteiro, ambos membros da Patriótica Mariannense:

O Conselho Geral da província de Minas Gerais, atendendo à representações das Câmaras de Queluz, São João del Rei, Campanha e Baependi e bem assim a da Sociedade Pacificadora da vila de Sabará, resolve:

Art. 1º Ficam criadas na província de Minas Gerais as seguintes cadeiras:

§ 1. Na vila de São João del Rei, de Filosofia Racional e Moral e de Retórica.

§ 2. Na vila de Campanha, de Filosofia e Francês.

§ 3. Na vila de Sabará, de Filosofia.

§ 4. Na vila de Baependi e Queluz, de Gramática Latina.

Art. 2º Os professores ou lentes destas cadeiras reger-se-ão pelas leis e regulamentos em vigor.

Paço do Conselho Geral, 26 de janeiro de 1832. M. Soares do Couto, A. J. R. Bhering. B. A. Monteiro (VEIGA, 1998, 171).

Os sujeitos envolvidos com o movimento associativo em Minas não trabalharam a favor da escolarização somente no âmbito do Poder Legislativo provincial e imperial, no qual empreendiam ações voltadas para a expansão do serviço de instrução, mas também no âmbito municipal. Na Câmara de Ouro Preto, deparamos com Antônio Ribeiro Fernandes Forbes, Manoel Soares do Couto e José Pedro de Carvalho, da Sociedade Promotora da Instrução Pública; na de Diamantina, surpreendemos João Pires Cardoso, então presidente, Bento d'Araújo Abreu e Joaquim Gomes de Carvalho, ambos membros da Sociedade dos Amigos da Beneficência do Tejuco (SP PP 1/7 cx. 02 pac. 17); e na de Mariana encontramos o padre José Ribeiro Bhering e Fortunato Rafael Arcanjo da Fonseca, que viriam a ser membros da Sociedade Patriótica Marianense (SP PP 1/7 cx. 01 pac. 11), envolvidos com questões relativas à escolarização da população até mesmo antes do período recortado pela pesquisa.

Em 1831, os vereadores de Ouro Preto, dentre eles Manoel Soares do Couto e José Pedro de Carvalho, e o então presidente da casa Antônio Ribeiro Fernandes Forbes, ambos membros da Promotora, enviavam ao Presidente da Província, também sócio da agremiação, informações detalhadas sobre o estado da instrução pública no termo de Ouro Preto, acompanhadas de exames de alunos e mapas de escola (SP PP 1/33, cx. 157, pac. 07, 11, 23, 33)

Em 1832, os membros da Câmara Municipal do Arraial do Tejuco, atual Diamantina, e, como dissemos, dentre eles vários membros da Sociedade dos Amigos da Beneficência, tiveram participação num importante episódio relacionado à expansão do serviço de instrução pública na província mineira. Trata-se do provimento material da escola de ensino mútuo daquela localidade, estudado por nós anteriormente (INÁCIO, 2003). Tal escola foi criada por determinação do Conselho Geral da Província em 27 de março de 1828, em consequência da Lei de 15 de outubro de 1827, conforme mencionamos aqui. Joaquim Zacharias Pacheco foi examinado pelos conselheiros da província no dia 24 de março (O UNIVERSAL, n. 120, 18 de abr. 1828) e transferido da escola de ensino mútuo de Ouro Preto para a do Tejuco conforme portaria do Conselho Geral da Província datada de 12 de março de 1830 (SP PP 1/42, cx. 01. pac. 30).

Ao chegar a Diamantina, o professor encontrou a casa que deveria abrigar a escola ocupada pelo administrador-geral dos diamantes. Enquanto não se providenciava outro imóvel apropriado para a instalação da escola, o mestre de Primeiras Letras permanecia ensinando na própria casa. Ele também não recebeu do governo os utensílios necessários ao funcionamento da escola tais como papel, penas, tinta, lousas, lápis, livros e traslados. Assim, ele adquiriu os objetos com o próprio dinheiro e depois receber da província. Enquanto improvisava para manter aberta a aula de ensino mútuo, durante sete anos Joaquim Jacharias enviou 14 ofícios para a Presidência da Província, entre 11 de abril de 1830 e 10 de junho de 1837, quando foi atendido seu pedido de reforma da casa, recebimento dos móveis e objetos escolares (INÁCIO, 2003, p.142-150).

No trabalho anterior (INÁCIO, 2003), afirmamos que a insistência do professor foi recompensada positivamente. Contudo os dados reunidos nesta pesquisa nos permitem dizer que as conquistas do professor não são frutos somente de

sua insistência. Em 8 de junho de 1832, os vereadores enviaram um ofício à Presidência da Província pedindo esclarecimentos sobre os diversos ofícios enviados pelo professor de ensino mútuo e providências a respeito da casa para a escola e dos utensílios, que ainda não tinham sido atendidos (SP PP 1/33, cx. 70, pac. 42). Alguns dias depois, em 23 de junho, Zacharias Pacheco recebeu um ofício da Presidência da Província ordenando que fossem feitos “os reparos da casa que servia de Quartel Militar para que esta pudesse abrigar a escola e determinou o pagamento dos ordenados atrasados” (INÁCIO, 2003, p. 144 – SP PP 1/42, cx. 01, pac. 52). Assim, podemos acrescentar que nessa verdadeira queda de braço travada com o governo da província a ajuda da Câmara foi fundamental para algumas conquistas do professor Joaquim Zacharias Pacheco obteve.

Ainda no que se refere ao importante papel das câmaras no processo de escolarização e a participação nominal de alguns intelectuais envolvidos no movimento associativo mineiro das regências, é exemplar caso de Mariana. Em março de 1829, Fortunato Rafael Arcanjo da Fonseca foi indicado para ocupar uma cadeira na Câmara Municipal de Mariana (SP PP 1/33, cx. 119, pac. 09). No final desse mesmo ano, juntamente com os colegas da casa, solicitou ao Presidente da Província, João Jozé Lopes Mendes Ribeiro, a criação de escolas de Primeiras Letras nos distritos de São Sebastião e Antônio Pereira no termo de Mariana (SP PP 1/33, cx. 119, pac. 24). No início do ano seguinte, 1830, a Câmara de Mariana, cujo presidente era Fortunato, encaminhou ao conselheiro e secretário do Conselho Geral da Província, Manoel José Monteiro de Barros, pedidos de criação de escolas de Primeiras Letras nos distritos de São Caetano, Xopotó e São José. Tais pedidos foram acompanhados de abaixo-assinados e da relação de fogos e números de filhos presentes em cada um (SP PP 1/33, cx. 119, pac. 12). No final desse mesmo ano de 1830, a Câmara de Mariana solicitou a criação de escolas de Primeiras Letras nos distritos de Barra do Bacalhau e Guarapiranga (SP PP 1/33, cx. 119, pac. 40)

Nos anos seguintes, a Câmara parece não ter se ocupado tanto na criação de cadeiras de primeiras letras, mas com seu provimento, com o prédio em que se abrigava e com a frequência. Em janeiro de 1831, a Câmara atuou como intermediária entre o professor do distrito de Pomba, que solicitava permissão para transferir a escola “para o antigo edifício usado na catequese dos índios,”

e o Presidente da Província José Manoel de Almeida (SP PP 1/33, cx. 119, pac. 44). Em 1832, a preocupação era com o provimento da cadeira de Primeiras Letras destinada ao sexo feminino. A Câmara propunha “para Professora de meninas nesta Cidade a D. Francisca de Paula Higina da Silva natural dessa Imperial cidade e residente à annos na Parochia do Inficcionado”. A proposta foi acompanhada do atestado do vigário da paróquia, com o objetivo de comprovar a idoneidade da candidata (SP PP 1/33, cx. 120, pac. 18). Em 1833, Fortunato já não era mais vereador, mas a Câmara Municipal de Mariana tinha entre seus membros o padre Jose Ribeiro Bhering que, juntamente com os demais membros daquela instância do Legislativo, enviava à Presidência da Província o ofício do juiz de paz de Ponte Nova sobre o estado da cadeira de Primeiras Letras daquela localidade (SP PP 1/33, cx. 120, pac. 35)

Conforme dissemos, alguns dos intelectuais que se envolveram no movimento associativo das regências empreenderam, também, ações mais capilares voltadas para a escolarização – é o caso da docência e da fiscalização do ensino público. Encontramos figuras importantes, como Herculano Ferreira Penna, padre Antonio José Ribeiro Bhering e padre José Antonio Marinho, exercendo a função de professor do ensino elementar e secundário e outras, como Luiz Maria da Silva Pinto, Bernardo Jacintho da Veiga e Rafael Arcanjo da Fonseca Fortunato, ocupando o cargo de delegado⁷ de circulo literário, criado pela Lei n. 13, de 29 de março de 1835.

Herculano Ferreira Penna foi professor da escola de ensino mútuo da capital da província, considerada por nós, em trabalho anterior (INÁCIO, 2003, p. 134-142), como uma escola-modelo. A escola de ensino mútuo de Ouro Preto foi criada em 1826. Herculano assumiu o cargo de professor público de primeiras letras, naquela escola, em 1830, quando o padre Joaquim Zacharias foi transferido para a escola de ensino mútuo criada no Arraial do Tejuco (SP PP 1/42, cx.01, pac. 29). Aos 19 anos, Herculano assumiu aquela que era senão a mais importante, uma das mais importantes aulas públicas da

⁷ Para mais informações sobre a criação do cargo de delegado literário, bem como sobre sua relação com a organização e expansão do serviço de instrução pública ver: VEIGA; VIANA, 2006; VIANA, 2009. As funções dos delegados literários, bem como a atuação de Luiz Maria da Silva Pinto, Bernardo Jacintho da Veiga e Rafael Arcanjo da Fonseca Fortunato nesse cargo foram suficientemente analisadas por Inácio (2003), Viana (2006) e Viana e Inácio (2007), razão pela qual julgamos dispensável fazê-la aqui.

provincia. A posse da cadeira foi noticiada em *O Universal* (n. 418, 1830) nos seguintes termos:

Segunda-feira desta semana tomou conta da Aula de 1^{as} Letras desta cidade o Sr. Herculano Ferreira Pena que recitou por essa occasião um discurso em que desenvolveo as vantagens do Ensino Mutuo, e que nos pareceu muito bem trabalhado. O Sr. Presidente da Provincia com o Sr. Conselheiro Lopes Mendes, e grande número de Cidadãos concorrerão a este acto que teve lugar às 4 horas da tarde. Parece-nos que o novo Professor desempenhará as obrigações do Magisterio com plena satisfação dos nossos Concidadãos, porque quem tem talento, aptidão, e sincero dezejo de se prestar á educação da Mocidade. Nos esperamos que elle restabeça o crédito do Ensino pelo methodo de Lancaster, que infelizmente entre nos não goza daquelle credito que merece nos paizes civilizados da Europa.

Herculano parece ter atendido às expectativas manifestadas pelo redator de *O Universal*, ou pelo menos a parte delas. Assim que assumiu a função de professor público de primeiras letras, no sentido de zelar pelo bom funcionamento da escola de ensino mútuo da capital, Herculano, em officio enviado ao presidente da provincia, solicitou ao governo que fossem feitos alguns reparos no imóvel que abrigava a escola. Solicitou, também, o envio de diversos materiais, necessários ao bom andamento dos trabalhos, tais como bancos, tabelas, pena, papel, tinta, instrumentos para aplicação dos castigos lancasterianos e compêndios para “que se premeiem os alumnos, que mais se distinguirem pela sua aplicação, e boa conduta” (SP PP 1/42, cx. 01, pac. 29).

O professor parece ter desempenhado bem a tarefa docente e estabelecido ou “restabelecido o crédito do Ensino pelo methodo de Lancaster”. É o que parece demonstrar os mapas da escola, que em julho de 1830 era frequentada por 63 meninos e em novembro do ano seguinte contava com 106 alunos (SP IP 3/2, cx. 01, pac. 06 e 04). Trata-se de um aumento de quase 50%. Sua atuação como professor da escola de ensino mútuo lhe rendeu elogios públicos, feitos pelo juiz de paz da freguesia do Ouro Preto, Joaquim José da Silva Brandão, segundo o qual Herculano desempenhava “exactamente as obrigações do Magistério” (SP PP 1/42, cx 01, pac. 04); e também pelos membros da comissão que avaliou o estado das escolas públicas e privadas do termo de Ouro Preto, que faziam uma alusão direta ao aumento da frequência à escola-modelo da capital da provincia:

Herculano Ferreira [...] no desempenho de suas obrigações merece todo elogio, p^r. q^e. as preenche todas com m^{ta}. exactidão; e gera de todo o conceito público. O crescim^{to}. notável de alumnos de um p^a. outro 3^{me}. é a prova m^s. evid^e. do seu cuidado na educação da mocid^e (SP PP 1/42, cx.01, pac. 42).

Herculano Ferreira Penna foi professor da escola de ensino mútuo da capital por quase dois anos e dela se retirou por ter sido “nomeado pelo Exmo. Presidente da Província para Official da Secretaria do Conselho Geral em 29 de Novembro” de 1831 (O UNIVERSAL, n. 704, 1832). Em ofício enviado ao governo em 24 de fevereiro, Herculano afirmava que não desejava atuar no novo cargo e “exercer cumulativamente o emprego do Professor do Ensino Mutuo”. Entretanto ele parece não ter abandonado a docência logo que foi nomeado para secretário do Conselho Geral da Província. É o que indica o trecho abaixo, transcrito do ofício supramencionado.

[...] Tenho sinceros desejos de prestar á Pátria todos aquelles serviços, que forem compatíveis com as minhas debeis forças, e por isso devo declarar a V. Ex^a que em quanto não houver n’esta capital um Professor, que habilite os Oppositores, que tem de ser examinados no proximo Concurso, se for necessário que eu m^e incumba d’esta tarefa, da melhor vontade o farei [...] (SP PP 1/42, cx. 01, pac. 44)

Herculano acumulou a função de professor e de secretário do governo, visto que o reverendo Manoel Joaquim de Saraiva, que deveria tê-lo substituído, não o fez por causa de problemas de saúde (O UNIVERSAL, n. 704, 1832). Ele somente se desincumbiu da tarefa quando a cadeira passou a ser ocupada por Luiz Fortunato de Souza Carvalho, em 27 de março de 1832 (SP PP 1/42, cx. 01, pac. 47).

O padre Antônio José Ribeiro Bhering, assim como Herculano, também foi professor, mas do ensino secundário. Ele iniciou a carreira docente em 1828, no Seminário de Mariana, onde lecionou Filosofia Racional e Moral (O UNIVERSAL, n. 68, 1827,). Do Seminário ele foi demitido em 1829 por “ensinar doutrinas contrarias à religião e à constituição” (O UNIVERSAL, n. 398, 1830).

Após sua demissão Padre Bhering passou a lecionar ensinar filosofia e francês na capital da província (O UNIVERSAL, n. 364, 1829). As lições seriam ministradas na sua residência e para a abertura foram “convida [dos] a todos os amantes da Literatura”. Para a ocasião estava prevista a recitação de “um

discurso filosófico demonstrativo das vantagens da Filosofia” (O UNIVERSAL, n. 382, 1829,).

A aula foi aberta com pompa e circunstância no dia 1º de janeiro de 1830. Na solenidade estavam “presentes os Srs. Conselheiros da Província, membros da Câmara Municipal e mais cidadãos” (O UNIVERSAL, n. 419, 1830) e, conforme anunciado, o padre Bhering recitou um longo discurso que ocupou quase três páginas inteiras de *O Universal* (n. 419, 1830), do qual transcrevemos um pequeno trecho, que nos dá uma ideia da importância da Filosofia na composição do elenco de disciplinas que compunham o ensino secundário.

[...] A Filosofia, Srs, ilustra a nossa Razão, ensinando-lhes as máximas, que mais concorrem para o exacto desempenho das nossas obrigações Religiosas e sociaes: Ella é o poderosos instrumento, com que desmoronamos todas as barreiras levantadas pelo erro, e ignorancia, e aplanamos o caminho da verdade: [...]

Na conclusão do discurso, Bhering conclamava os alunos à aplicação na aula de Filosofia e ao aproveitamento das lições.

Ao contrário do que imaginamos inicialmente, o fato de Bhering ter sido demitido do Seminário de Mariana não significou seu afastamento da docência naquela cidade. Ele acumulou o cargo de professor de Filosofia e Francês em Ouro Preto e o de professor de Retórica na vizinha Mariana. Isso é o que indica o anúncio abaixo, encontrado em *O Universal* (n. 460, p. 4, 30 de jun. 1830):

Antonio José Ribeiro Bhering, Professor de Rethorica da Cidade de Marianna confirmado por S. M. I. pretende na tarde de sexta feira 2 do corrente pelas 3 horas, e meia na Aula do Ensino Mutuo examinar em Logica os seus Alumnos; para o que convida á todos os amantes das Sciencias. Elle espera que os seus discipulos desenvolvendo os principios Logicos mostrem ao publico, que não tem sido frustrados seus esforços literarios. O Padre Bhering roga incarecidamente á todos os Cidadãos, queirão honrar um acto, que pela vez primeira tem lugar na Capital das Minas.

Em anúncio publicado posteriormente, encontramos outros indícios de que Bhering acumulou a função de professor em Ouro Preto e em Mariana e ainda de que o ingresso na docência na capital da província se deu em razão da sua expulsão do Seminário de Mariana e dos problemas dela decorrentes. Ele afirmou que estava provido na cadeira de retórica de Mariana como professor público e que se comprometeu a lecionar Filosofia e Francês por causa do “convite da Sociedade Filantropica do Ouro Preto”. Bhering aproveitou “para

pagar o tributo de gratidão á todos os srs. da Sociedade Filantrópica, que tão benigna e generosamente o acolherão quando perseguido pelos inimigos da Luz, e da Liberdade” (O UNIVERSAL, n. 506, 1830). O conteúdo do texto indica que o fato de “ensinar doutrinas contrárias à religião e à constituição” no Seminário não lhe rendeu somente a demissão, mas também perseguições. Indica, também uma forte relação entre a Sociedade Filantrópica, que acreditamos ser a Sociedade Promotora da Instrução Pública de Ouro Preto, e o Estado.

Tal percepção se deve ao fato de que, como o próprio Bhering afirmou, estava ensinando Filosofia e Francês na capital da província a pedido da Sociedade. Entretanto, a presença de conselheiros da província e de membros da Câmara de Ouro Preto e ainda a pompa com que foi aberta essa aula que, a nosso ver, é própria da abertura de aulas públicas mantidas pelo governo, revela uma relação muito estreita entre uma organização da sociedade civil, o Estado e o processo de escolarização da população mineira.

Tivemos impressões parecidas ao acompanhar parte da trajetória docente de outro padre mineiro, José Antônio Marinho. No dia 18 de novembro de 1831, encontramos em *O Universal* (n. 672, 1831) o seguinte anúncio:

O Padre José Antonio Marinho annuncia, que continua a dar lições de Logica na Salla da Biblioteca: todas as pessoas, que quizerem matricular-se podem comparecer no mesmo lugar, das nove horas té as onze, ou no Ouro-Preto em as Cazas de morada do annunciante, e isto até o dia seis de Janeiro do futuro anno, quando principiarà o curso ordinário.

Conforme consta no anúncio, as aulas de lógica eram ministradas pelo padre Marinho, na sala da Biblioteca, que acreditamos ser a Biblioteca Pública de Ouro Preto criada pela Sociedade Promotora da Instrução Pública. Não reunimos elementos que nos permitam dizer se essa era uma aula pública mantida pelo governo ou pela Sociedade. Por um lado, a existência de aulas⁸ de Geografia, História e Francês, ministradas na Biblioteca Pública de Ouro Preto, nos leva a crer que aquela como esta podem ter sido criadas e mantidas pela Sociedade Promotora da Instrução Pública. Por outro lado, o fato de Marinho se autodenominar “lente de filosofia”, declarar-se “Proffessor de Filosofia nesta Cidade” [Ouro Preto] (O UNIVERSAL, n. 940, 1833) e anunciar

⁸ Está aula será objeto de discussão no próximo tópico: 4.4.2 O financiamento particular da instrução pública em Minas desse capítulo.

que o exame público de seus alunos seria realizado na casa da Câmara (O UNIVERSAL, n. 752, 1832), são sinais uma imbricação entre o Estado, uma organização da sociedade civil e a escolarização da população mineira.

4.4.2 O financiamento particular da instrução pública em Minas

Como dissemos, em Minas Gerais, logo após a Independência, no momento de fundação do Estado brasileiro, intensificou-se a preocupação com o pequeno número de escolas públicas existente. Vários intelectuais de destaque no período defendiam o financiamento público da instrução e a obrigação do Estado em oferecê-la. Tal financiamento permitiria alugar casas para abrigar escolas e provê-las materialmente, introduzir novos métodos de ensino, pagar os professores, montar escolas normais para formá-los, etc. No entanto, ao mesmo tempo, os conselheiros ou os presidentes de província faziam referência aos altos gastos com instrução pública, que, a despeito de tal investimento, não se desenvolvia a contento.

Imbuída de uma tarefa pedagógica, filantrópica e civilizadora, a Sociedade Promotora da Instrução Pública, além de discutir os assuntos relativos à instrução, empreendeu diversas ações para auxiliar seu desenvolvimento na província mineira. Essas ações encontram-se descritas, principalmente, nas seções intituladas “Artigos d’officio”, que trazem as transcrições das atas das reuniões da sociedade. Trata-se da criação de aulas de Francês, Geografia e História, ministradas na Biblioteca Pública e de frequência gratuita; de solicitação de materiais para ministrar essas aulas aos sócios; da subscrição para “imprimir e espalhar pelos Alumnos das Escolas primárias da Província, a Constituição do Império, Regimentos dos Conselhos Geraes e de Governo, Câmaras Municipais, e Lei da Liberdade de Imprensa”. Essas ações se constituíram como uma forma de financiamento particular da instrução pública.

No período estudado, no bojo de uma cultura política liberal em gestação, a questão da escolarização e do seu financiamento ganhou força. Ora, como sabemos, no Brasil, tal cultura política reuniu uma série de circunstâncias que tornaram a sua elaboração muito mais complicada. O passado colonial, a escravidão, a existência do poder moderador, as grandes diferenças e

desigualdades entre as províncias, dentre outros fatores, foram desafios interpostos às práticas de apropriação desenvolvidas pelos “liberais” brasileiros do período.

A organização da educação e a defesa do financiamento público da escolarização da infância e da juventude, entre o início das décadas de 1820 e 1840 parecem ter sido condicionadas pela combinação entre as condições culturais, econômicas e políticas herdadas da condição colonial e a relação relativamente autônoma de uma elite local e regional orientada pela cultura política liberal. Dessa relação decorreram intensos debates sobre a necessidade de estender o ensino dos rudimentos do ler, escrever e contar, bem como dos princípios da moral cristã e da Constituição do Império, às camadas pobres da população, sem aumentar demais os gastos com essa área da administração pública. Isso se aliava a uma concepção de ensino público diferenciado, conforme as distintas classes sociais.

Da relação entre liberalismo e educação derivam cinco questões importantes para a discussão a que propusemos aqui. A primeira refere-se à aceitação e mesmo à defesa da intervenção estatal na educação, considerada como um direito e mesmo um dever do Estado e uma atividade de interesse geral. A segunda diz respeito às formas de intervenção, que deveriam se concretizar, por um lado, pela criação e manutenção de escolas por parte do Estado e, por outro, pela elaboração de uma legislação específica para a área. A terceira é atinente ao fato de que a ação educativa do Estado concentra-se essencialmente no ensino elementar, ao qual se deve limitar a obrigatoriedade escolar. A quarta concerne a uma concepção de educação cuja função principal é a legitimação da ordem social e econômica. A quinta e última, reporta à permanência de uma ideia inerente ao ideário liberal, mesmo após seu declínio, a meritocracia, ou seja, a ênfase no sucesso individual determinado pelo esforço e trabalho de cada um (HORTA, 1983).

No intuito de instruir a população ouro-pretana, a Sociedade decidiu oferecer gratuitamente, na Biblioteca Pública, aulas de Francês, Geografia e História, abertas a todas as pessoas que quisessem aproveitar as lições do professor. Na nossa proposição, as ações que serão analisadas a partir desse momento constituem um processo de subvenção particular da educação pública.

O ordenado do professor seria pago com os valores doados pelos sócios, Antônio Ribeiro Fernandes Forbes, Manoel Soares do Couto, Francisco de Paula Santos e José Ignacio do Couto Moreno. A aula teria início nos primeiros dias de março na sala da Biblioteca Pública, e o secretario da Sociedade solicitou aos interessados que se manifestassem dias antes do início dos trabalhos (O UNIVERSAL, n. 715, 1832).

Na reunião de 29 de janeiro de 1832, o presidente Manoel Soares do Couto comunicou aos membros do colégio da Sociedade Promotora da Instrução Pública que já havia convidado “o cidadão João Ribeiro para ensinar Francez, Geografia e História, e que este se achava prompto, restando unicamente marcar-se o vencimento de 400\$000 rs que exige o mesmo professor” (JORNAL DA SOCIEDADE PROMOTORA DA INSTRUCÇÃO PÚBLICA, n. 26, p. 84, 4 dez. 1832). Houve uma ligeira discordância entre alguns sócios eleitores. Alguns sugeriram somente a instalação da aula de Francês e outros defenderam a abertura daquela juntamente com a de Geografia e História, conforme o que já se havia resolvido. Em meio à polêmica, o Sr. Jardim fez a seguinte sugestão:

Que se pessão emprestados ao nosso digno Sócio, Director da extinta Sociedade Literária os Globos, Mappas, e quaes quer Livros acerca de Geographia, que por ventura houverem para se saber o curso de Geographia e Historia, que tem estabelecido a Sociedade Promotora da Instrução Pública (JORNAL DA SOCIEDADE PROMOTORA DA INSTRUCÇÃO PÚBLICA, n. 26, 1832).

No dia 5 de fevereiro, o secretário da Sociedade, Herculano Ferreira Penna, recebeu o ofício abaixo de José Maria Manso:

Illm. Sr. Herculano Ferreira Penna.- Não podendo por incomodo comparecer hoje para a Sessão, rogo V.S. haja de o fazer presente ao Collegio, desculpando-me esta falta, como involuntária.

Lembrado do que se ponderou na ultima Sessão, sobre a falta de Cartas Geográficas para o uso na Aula, que nossa Sociedade se propoz a crear; dezejando eu concorrer com o que me é possivel para um tão interessante Estabelecimento, offereço as cinco Cartas, que pelo portador, lhe remeto, rogando à Sociedade haja de aceitar esta minha pequena offerta, como um testemunho dos meus bons dezejos.

Aproveito esta occasião para reiterar os protestos de maior estima, e consideração com que sou de V. S. Amigo, respeitador, e criado – José Maria Manso d. Costa Reis.

Ouro Preto 5 de fevereiro de 1832 (Jornal da Sociedade Promotora da Instrução Pública, n. 21, 1832).

No mesmo dia, o sócio Antônio Ribeiro Forbes enviou ofício ao secretário da Sociedade Promotora da Instrução Pública disponibilizando parte do dinheiro necessário ao pagamento do professor:

Illm. Sr. Herculano Ferreira Penna. Dezejando eu, que quanto antes se estabeleça nesta Cidade, Aula de Francez, Geografia e História, afim de que os Jovens Ouro-pretanos colhão os conhecimentos Scientificos que tanto lhes dezejo, manifestei na Sessão de 29 mez p.p, que no caso, de que a Administração da Sociedade, fizesse o esforço de contratar um hábil Professor que abrisse o Curso em Março do corrente anno; eu offerecia para ajuda do ordenado do 1º anno a quantia de cem mil reis, cuja offerta (ainda que não correspondente aos meus dezejos) rogo à Illustre Administração haja de aceitar, certificando-a achar-se prompta a dita quantia a entregar á ordem da dita Administração no caso de se abrir a dita Aula em março do corrente anno.

Deus Guarde a V.S. muitos annos. Ouro Preto 5 de Fevereiro de 1832 – Sou com toda consideração, de V.S., Amigo amante Vereador – Antônio Ribeiro Fernandes Forbes (JORNAL DA SOCIEDADE PROMOTORA DA INSTRUÇÃO PÚBLICA, n. 18, 1832).

Ainda no dia 5 de fevereiro, houve uma reunião da Sociedade, presidida por José Pedro de Carvalho. Na ocasião, levaram ao conhecimento dos demais membros as doações feitas por José Ribeiro Fernando Forbes e José Maria Manso, cujos ofícios foram transcritos acima; a doação, pelo sócio eleitor Luiz Morets Sohn, de um mapa da América do Sul e de um globo; e a de um livro intitulado *Tratado de Mecânica*, pelo Sr. Honório Hermeto (JORNAL DA SOCIEDADE PROMOTORA DA INSTRUÇÃO PÚBLICA, n. 28, 1832).

Na sessão extraordinária de 4 de março de 1832, retomou-se a polêmica sobre as aulas que seriam oferecidas na Biblioteca Pública de Ouro Preto. O presidente Manoel Ignácio de Mello e Souza ressaltou que era preciso definir se seriam mesmo oferecidas aulas de Francês, Geografia e História. Os membros da Sociedade sugeriram que a administração renegociasse com o professor João Ribeiro para que ele ministrasse somente as lições de Geografia e História (JORNAL DA SOCIEDADE PROMOTORA DA INSTRUÇÃO PÚBLICA, n. 29, 1833).

No se refere à aula de Francês, os membros da Promotora da Instrução Pública demoraram um pouco mais para chegar a um consenso. Sua abertura foi anunciada no seu jornal no dia 21 de junho de 1834, ou seja, aproximadamente um ano e meio depois da provável instalação das aulas de Geografia e História. Assim foi noticiado o acontecimento:

Teve lugar no dia 16 do corrente as quatro horas da tarde a abertura da Aula de Francez nesta Cidade. Assistimos este primeiro acto, e conhecendo nos mui de perto o sr. Capitão Análio Pralon, cujas maneiras affáveis, e delicadas tem penhorado a benevolencia de todos que com elle tractão não podemos deixar de augurar um feliz resultado do objecto, a que o mesmo se propõe, estamos bem convencidos que o Sr. Pralon, a quem [palavra ilegível] assiste perfeito conhecimento da sua língua materna, e bastante erudição, desempenhará cabalmente todas as funções do Magistério, tornando a mocidade Ouro-pretana perita em uma língua hoje a mais necessária. E por desejar que os nossos Jovens ou mesmo os Pais de Família se queirão aproveitar das liçoens do Sr, Capitão Pralon [...] (JORNAL DA SOCIEDADE PROMOTORA DA INSTRUÇÃO PÚBLICA, n. [ilegível], 1834).

Conforme se depreende do que foi dito acima, o processo de instalação das aulas de Geografia, História e Francês foi relativamente longo, mas, ao fim e ao cabo, elas foram instaladas, o que representa um empreendimento importante no que tange à instrução em Ouro Preto na década de 1830. Vale destacar, ainda, tendo em conta a discussão que nos propusemos a fazer, que se trata de um movimento de expansão do ensino público por meio do financiamento particular.

Além de manter uma biblioteca e nela aulas gratuitas de Geografia, História e Francês, bem como de editar um jornal cujo objetivo era educar a população em todos os sentidos, numa nítida iniciativa de financiamento privado da educação pública, a Sociedade também auxiliou as escolas públicas sob responsabilidade do Estado. Já no ano de sua criação, o membro efetivo da mesa administrativa, Manoel Soares do Couto, remeteu à Câmara Municipal de Ouro Preto 50 exemplares do folheto *Sciencia do bom homem Ricardo*, “utilíssima à mocidade brasileira”, para serem distribuídos pelas escolas de Primeiras Letras da cidade [(CMOP 1/10, cx. 01, pac. 52) (1831)]. A Sociedade enviou, também, “nove coleções de tabelas da Constituição Política do Império” para o mesmo fim [(CMOP 1/10, cx. 01, pac. 59) (1832)]. A doação de folhetos e tabelas pode parecer algo sem importância, se ignorarmos o fato de que

muitas escolas não funcionavam por falta desses materiais, sobretudo as tabelas do método mútuo, que eram muito caras. Conforme a ata da sessão de 5 de fevereiro de 1832, a Sociedade também socorreu a aula pública do ensino mútuo com a doação de compêndios, conforme indica o excerto abaixo:

O Sr. Secretário Herculano fez o seguinte requerimento. – Requeiro, que a administração seja authorizada a officiar ao Sócio Honorário novamente eleito o Sr. Candido Baptista de Oliveira, rogando-lhe, que conclua os compêndios de Arithmetica, Álgebra, e Geometria elementar para uso das Aulas do Ensino Mútuo, por quanto a Sociedade está convencida da utilidade que desta obra resultará ao Publico (JORNAL DA SOCIEDADE PROMOTORA DA INSTRUÇÃO PÚBLICA, n. 28, p. 9.522, dez. 1832).

O auxílio particular às escolas públicas é patente pelas próprias palavras de Herculano Ferreira Penna, como se pode notar pelo trecho destacado acima. O subsídio privado à instrução pública se deu, também, pelo socorro material aos alunos pobres. José Felicíssimo, secretário da Sociedade, propôs que se destinasse parte dos recursos para assistir os alunos pobres, que frequentavam a aula pública de Primeiras Letras da cidade, com papel, pena, tinta e lápis, desde que essa despesa não prejudicasse seus cofres. Tendo em vista que se tratava de uma verba exígua, a comissão especial, encarregada da aprovação da proposta, determinou que se tivesse o cuidado de doar o material somente quando necessário e esclareceu que esse não seria oferecido constantemente (O UNIVERSAL, n. 81, 1837).

Ainda no sentido de coadjuvar no desenvolvimento da instrução pública, a Sociedade Promotora da Instrução Pública enviou uma “carta dirigida aos Srs. Representantes da província de Minas Gerais” pedindo-lhes a destinação de recursos do orçamento provincial para a compra daqueles materiais para alunos pobres (O UNIVERSAL, n. 1.146, 18 fev. 1835) e foi atendida (Lei nº 80, de 1837; O UNIVERSAL n. 59, 26 jun. 1837).

Entre os documentos enviados às câmaras municipais e à presidência da província encontram-se dezenas de pedidos de material para alunos. Os governos provincial e municipal, algumas vezes, atendiam aos pedidos; outras vezes, não, alegando que não havia uma cota do orçamento destinada a esse tipo de despesa.

No intuito de resolver o problema, a Sociedade enviou uma “carta dirigida aos Srs. Representantes da província de Minas Gerais”, pedindo a aprovação de medidas orçamentárias em favor da instrução pública. Trata-se de uma longa carta em que se busca convencer os deputados da assembleia provincial da importância de tal medida. Nela, lê-se o seguinte:

A Sociedade Promotora julga desnecessário indicar-vos as precisões da Província; mas, para ser conseqüente com os fins de sua instituição, não pode deixar de invocar o vosso patriotismo em favor da Instrução Pública, que é sem dúvida a primeira necessidade dos governos livres. Vós conheceis as faltas que emperram o andamento da civilização removi-as: fazei que todos os mineiros se habilitem para conhecerem, e executarem seus direitos como Cidadãos de um Estado livre, Soberano; e ao mesmo tempo para saberem a linha de conduta, que seus deveres lhe marcam. De vossa sabedoria que se esperam grandes melhoramentos neste importante ramo da administração pública, e a Sociedade Promotora concorda com seus concidadãos nesta doce esperança, vos augura as bênçãos, e louvores da Província agradecida [...].

Possais vós, Srs., terminar vossa carreira cobertos de glória, como haveis começado rodeados de aplausos! Assim o espera, e deseja a Sociedade Promotora da Instrução Pública estabelecida nesta cidade.

O supremo arbítrio das Nações vos ilumine, como à Província é mister (O UNIVERSAL, n. 1146, 1835).

O presidente da província, Antonio da Costa Pinto, partilhava a mesma opinião dos membros da Sociedade. Em fala dirigida à Assembleia Legislativa, ele pediu que se reservasse uma cota do orçamento provincial para compra de material de consumo para os alunos pobres. Segundo ele,

[...] a Constituição garante a instrução primária gratuita a todos os cidadãos esta salutar disposição a respeito de meninos pobres será quase ilusória se o Governo não for autorizado a despende alguma quantia como o fornecimento de papel, exemplares, compêndios e outros objetos de pouco valor, que lhe são indispensáveis. Que importa, que estes desgraçados freqüentem as Escolas, se lhe falecem todos os meios para conseguirem a instrução primária? (O UNIVERSAL, n. ???, 6 fev. 1837)

A pressão surtiu efeito. A Assembleia incluiu no orçamento os recursos destinados à compra de material para alunos pobres. No § 2º do artigo 1º da Lei nº 80, de 1837, determinou-se que as despesas com a instrução compreendessem as aulas de estudos intermediários, as escolas de 1º e 2º

graus e os “objetos nelas indispensáveis para o ensino dos meninos pobres” (O UNIVERSAL, n. 10, 1837).

Percebe-se, pois, no conjunto dos argumentos arrolados e discutidos, que o financiamento particular à educação pública era realizado não como forma de suplantar a presença do Estado nessa área, mas com o objetivo de fortalecer sua presença na cena social. E, por outro lado, é realizado como garantia de configuração desse Estado de acordo como os moldes propostos pelas elites intelectuais e políticas mineiras, tendo à frente os liberais.

No plano ideológico, a ausência do Estado no financiamento da instrução pública é, assim, entendido como algo que deve ser superado. A imposição da obrigatoriedade escolar por meio da legislação de 1835 é um sinal disso. No entanto, as circunstâncias colocavam grandes obstáculos à realização de tal intento. O entendimento de tais obstáculos e as ações empreendidas pelas elites brasileiras para superá-los ou para reafirmá-los constituem uma dimensão importante para uma história cultural e social da escolarização brasileira, pois nos remetem continuamente aos modelos de Estado em jogo nas disputas políticas e culturais e suas relações com a instituição escolar.

4.4.3 As representações de escolarização no *Jornal da Sociedade Promotora da Instrução Pública*

Nesse momento, o que nos orienta é o desejo de explicitar as representações de instrução pública, na sua vertente de escolarização encontradas no *Jornal da Sociedade Promotora da Instrução Pública*. Nesse movimento, é fundamental atentarmos para as classificações, divisões e delimitações que organizam a apreensão do mundo social como categorias fundamentais de percepção e apreensão do real. Além disso, não podemos desconsiderar o fato de que “as representações do mundo social são sempre determinadas pelo interesse do grupo que as forjam e devem ser sempre colocadas num campo de concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e dominação” (CHARTIER, 1990, p. 19). A proposta é pensar como

as representações do mundo social que, à revelia dos atores sociais, traduzem suas posições e interesses objetivamente confrontados e que paralelamente, descrevem a sociedade tal

como pensam que ela é ou como gostariam que fosse (CHARTIER, 1990, p. 19).

O jornal editado por uma associação autodenominada “Promotora da Instrução Pública” não poderia deixar de publicar matérias sobre instrução, afinal, o principal objetivo da criação do jornal era publicar “notícias verídicas de todas as províncias do Império e principalmente o estado, e progresso da Instrução Pública de Minas, as Estrangeiras” (ESTATUTO da Sociedade Promotora da Instrução Pública, artigo 7º § 3º; SP PP1/42 cx.01, pac.41-Primeira versão; O UNIVERSAL n. 634, 1831, versão definitiva). Dada a relevância e a predominância do assunto no periódico da Sociedade, é importante a elaboração de um quadro demonstrativo das notícias relativas à educação e à instrução encontrados no acervo consultado para realização da pesquisa. Vejamos, abaixo, o que se configurou:

QUADRO 3

Publicações relativas à educação e à instrução encontradas no *Jornal da Sociedade Promotora da Instrução Pública* de Ouro Preto

Edição	Data	Assunto ou título da matéria ou artigo
14	Sexta-feira, 07/09/1832	<ul style="list-style-type: none"> • Projecto de Estatutos – Para os Liceos de Instrucção Litteraria Elementar da Província de Minas (continuação da pag. 74 do nº 5, vol 1)
17	Quarta-feira, 12/09/1832	<ul style="list-style-type: none"> • Projecto de Estatutos – Para os Liceos de Instrucção Litteraria Elementar da Província de Minas
18	Terça-feira, 18/09/1832	<ul style="list-style-type: none"> • Projecto de Estatutos – Para os Liceos de Instrucção Litteraria Elementar da Província de Minas
20	Quinta-feira, 04/10/1832	<ul style="list-style-type: none"> • Lista dos estudantes Alumnos do Collegio de N. S. Mãi dos Homens, que nos exames geraes feitos nos dias 9 até 18 de julho de 1832 obtiverão Prêmios, Attestados e aprovação • Projecto de Estatutos – Para os Liceos de Instrucção Litteraria Elementar da Província de Minas
21	Sábado, 13/10/1832	<ul style="list-style-type: none"> • Lista dos estudantes, que nos Exames do Collegio de Matozinhos de 1832 vencerão, ou Ellogios, ou simples aprovação.
26	Sexta-feira, 4/12/1832	<ul style="list-style-type: none"> • Seção <i>Interior</i> – Discurso sobre espécie de educação intelectual adotada as diferentes

		classes
27	Sábado, 15/12/1832	<ul style="list-style-type: none"> Seção <i>Interior</i> – Discurso sobre espécie de educação intelectual adotada as diferentes classes
29	Sábado, 5/01/1833	<ul style="list-style-type: none"> Decreto Imperial – Dispõe sobre a criação, em MG, um curso de estudos mineralógicos e mudanças na cadeira de geometria e Desenho já existentes
30	Sexta-feira, 11/01/1833	<ul style="list-style-type: none"> Projecto de Estatutos – Para os Liceos de Instrucção Litteraria Elementar da Província de Minas
33	Quinta-feira, 31/01/1833	<ul style="list-style-type: none"> Sessão <i>Sr. Redactor</i> – Solicitação de professor para a escola jacuhy feita ao CGP pelo <i>Machadeano Constitucional</i>
[sic]	Sábado, 21/06/1834	<ul style="list-style-type: none"> Discurso sobre a necessidade de ilustração de todas as classes sociais
62	Terça-feira, 29/07/1834	<ul style="list-style-type: none"> Sessão <i>Interior</i>: Moral Social – Deveres dos Mestres e Educadores

Fonte: JORNAL DA SOCIEDADE PROMOTORA DA INSTRUÇÃO PÚBLICA, 1832-1834.

Começamos pelo texto encontrado na seção “Interior”, que chamamos de “Discurso sobre espécie de educação intelectual adotada as diferentes classes”⁹, transcrito *Do Independente*. O redator do artigo, que utiliza o pseudônimo *Um escritor*, afirma que o primeiro embaraço que se coloca ao “espírito de quem se occupa de estabelecer os principios sobre um ensino público Nacional é sobre qual deve ser a espécie de educação intelectual adotada as diferentes classes e condições de indivíduos numa Sociedade” (JORNAL DA SOCIEDADE PROMOTORA DA INSTRUÇÃO PÚBLICA, n. 26, p. 814 dez. 1832). A questão posta na introdução do artigo é logo respondida quando o articulista afirma:

⁹ Esse texto é parte de outro que foi publicado em nove edições de *O Universal* sob título de *Carta de Americus*: idéas elementares sobre hum systema de educação nacional, que circulou entre 10 de fevereiro de 1826 e 3 de março de 1826. *Americus* é o pseudônimo de José Joaquim Ferreira de Moura que redigiu “Cartas Políticas”, publicadas no periódico *O padre Amaro* (Disponível em: <http://www.unicamp.br/iel/memoria/crono/educac4.html>. Acesso em: 20 mar.2009). *Padre Amaro* foi o nome de um célebre periódico que se publicou em Londres, em língua portuguesa, de 1820 a 1830, cujo redator principal foi o ilustre madeirense Joaquim José Ferreira de Freitas, que também é conhecido pelo nome de Padre Amaro (Disponível em: <http://www.ceha-madeira.net/elucidario/a/ama3.html>. Acesso em: 20 mar.2009)

ha um genero de instrucção, a que todos devem possuir, e que ha outra, que só compete a certos individuos, os que são destinados ao trabalho do campo, ou á manipulação de Officinas não carecem ser instruidos no mesmo grão como os que se destinam ao governo do Estado, ou a arte Militar. Mas ate um certo ponto, consideravel grão de illustração pôde estender-se a todas as classes (JORNAL DA SOCIEDADE PROMOTORA DA INSTRUÇÃO PÚBLICA, n. 26, 4 dez. 1832).

Posta a necessidade de diferenciar a instrucção destinada à cada classe social, mantendo uma base comum a todas e que “os grãos de intelligencia devem ser proporcionados á condição social do individuo”, o articulista passa a discorrer sobre como devem ser a escola popular, a escola média e a superior. As classes trabalhadoras, segundo o articulista, devem gastar anos na aprendizagem de ofício e o mesmo tempo não pode ser despendido com a aprendizagem escolar. Nesse sentido, é

necessario circunscrever a sua cultura tão sómente á ler, escrever, contar, ao Cathecismo da religião, e a huma cartilha universal onde se compreenda uma colleção de verdades populares relativas à moral, á analyse da Constituição do Estado, á historia natural; como uma exposição succinta e clara de certos phenomenos da natureza relativos à luz, ao calor, o ar, á agoa e aos meteoros (JORNAL DA SOCIEDADE PROMOTORA DA INSTRUÇÃO PÚBLICA, n. 26, 1832).

Essa escola elementar, chamada “primeira escolla popular”, devia ser frequentada por todos os individuos da sociedade. Dessa escola elementar “deve-se passar a uma segunda escola, que se pode chamar de escola média”, destinada à camada média da população. E depois, a uma terceira escola ou escola superior, destinada aos “que se dedicão ás profissões scientificas da theologia, jurisprudência, política, arte militar, medicina, e philosophia natural”. Segundo o redator do artigo, a classe média era a mais numerosa da sociedade e nela estaria “a força da comunidade”, de modo que *Um escritor* assim a definia,

nella se contem a maior porção da industria, é nella que se encontra sempre o genio, que inventa, e a mão, que executa; o emprehendedor, que projecta, e o agente, que realisa. Os lavradores, os fabricantes, os artistas, os que descobrem novos processos, e os que aprefeiçoão os já descobertos, os que dilatão a sphaera dos conhecimentos humanos; os que pensão e obrão pelo resto de individuos de sua raça: todos esses pertencem a classe, e raras vezes se encontrão ou na do baixo povo, ou na da orgulhosa nobreza- Portanto á educação dessa classe se deverá dar mais atenção, e cuidado ainda, do que dos individuos, que se dedicão ás profissões scientificas, e

políticas (JORNAL DA SOCIEDADE PROMOTORA DA INSTRUÇÃO PÚBLICA, n. 26, 1832).

A importância conferida à classe média na constituição da sociedade fez com que o redator dedicasse a maior parte de seu artigo à configuração da escola a ela destinada, escola que traria “os mais sérios e sublimes resultados” “que deve dar alumnos á todas as artes úteis e ao Commercio”. Essa escola ensinaria Língua Portuguesa e Estrangeira, Ciências, Geografia, História, Ética, Moralidade e Política. O articulista não dá detalhes sobre o que seriam essas ideias a respeito de comércio, indústria, agricultura, elementos do governo e legislação, mas explica o “programa” das demais disciplinas do currículo.

No que se refere à língua materna, o foco seria a gramática, mas somente os conteúdos necessários à compreensão “da construção do discurso, e acostumando-se á conhecer as bellas da lingua por meio de extractos elegantes dos melhores poetas, e mais guapos prosadores” (JORNAL DA SOCIEDADE PROMOTORA DA INSTRUÇÃO PÚBLICA, n. 26, 1832). Quanto à língua estrangeira, a opção é pela francesa, “que entre as modernas [é] a que maior utilidade presta” (JORNAL DA SOCIEDADE PROMOTORA DA INSTRUÇÃO PÚBLICA, n. 27, 1832).

Para o ensino de Ciências, deveria ser utilizado um “epítome” composto por “uma collecção de máximas” e que se explicassem “de um modo curto e claro o systema solar, as leis do movimento, da atracção, e da gravidade”. A Geografia, a História, a Ética, a Moralidade e a Política seriam ensinadas por meio de “cathecismos”. O de Geografia deveria ser “simples, curto e de fácil percepção”. O ensino de História se daria por meio de “um cathecismo de chronologia, e outro de historia geral”. Esses catecismos deveriam contemplar os

governos da Grécia, e a sua mytologia, as quatro grandes monarchias, as perseguições do Christianismo-depois a invenção da imprensa, da polvora, do astrolabio; a reforma de Luthero; a passagem da Índia pelo Cabo da Boa Esperança, o descobrimento da America; a revolução de França; alfim todos os grandes acontecimentos, e importantes achados nas artes, e sciencias (JORNAL DA SOCIEDADE PROMOTORA DA INSTRUÇÃO PÚBLICA, n. 26, 1832).

O catecismo de ética e moralidade deveria transmitir aos jovens, logo no princípio, as “justas idéias [que] de seus deveres resulta o grande estrago da moral publica”. O catecismo político deveria contemplar

a Constituição do Estado; os direitos, que ella aliança, e as obrigações, que impõe ao Cidadão- a importancia das leis a utilidade de sua observancia e os danos de sua violação- a necessidade dos tributos- os princípios, porque se regula o uso da moeda, o valor das cousas, a subida e a baixa dos salários, e finalmente as ideias mais geraes relativas ao commercio, agricultura e a industria [...] também os elementos do Governo, e as primeiras idéias de legislação (JORNAL DA SOCIEDADE PROMOTORA DA INSTRUÇÃO PÚBLICA, n. 26, 1832).

O programa das disciplinas nos parece muito vasto, mas segundo o autor do artigo somente se assustaria aquele que não “reflectir, que cada um d’estes quadros deve ser mui resumido”. Além disso, a adoção do método de Lancaster, ou seja, o método de ensino mútuo, facilitaria a aprendizagem, que seria propiciada também pelo uso “dos catecismos como recurso didático, visto que eles deveriam apresentar na mesma proporção doutrina suficiente, concisão, e clareza”. A dificuldade consistia em encontrar esses catecismos. O articulista critica os gastos feitos em outras áreas enquanto se poupava nos investimentos com educação, advertindo que “tudo quanto se poupar nesse objeto é economia mais absurda ainda que a do [sic] que a si próprio nega o pão de cada dia” (JORNAL DA SOCIEDADE PROMOTORA DA INSTRUÇÃO PÚBLICA, n. 27, 1832).

Quanto à terceira escola ou escola superior, o articulista afirma que se destina à formação de teólogos, de magistrados, de políticos, militares, médicos e filósofos, e que nela se deve continuar a estudar em compêndios mais extensos, “a história, e a chronologia geral, o grego e o latim, os elementos da geometria e da álgebra”.

O outro artigo que contempla uma discussão mais ampla sobre instrução, transcrito do periódico *Programador*, começa defendendo a ideia de que a necessidade de ilustração naquele momento era

Sentida por todas as classes, invocada em todos os lugares, em que se discutem os interesses sociais. Desde a Assembléia dos Legisladores até o balcão do vendedor, ao passeio, e a praça publica, se houve repetir a cada momento que é uma

necessidade do seculo, e um meio indispensavel de chegar aos fins sociais, *o instruir os homens, e diffundir as luzes*; mas o sentido, e as idéas comprehendidas no enunciado dessa necessidade, quando se deve até o limites, e objetos dessa instrucção reclamada, não so defferem, mas até são opposta, de individuo para invididuo, de lugar para lugar (JORNAL DA SOCIEDADE PROMOTORA DA INSTRUÇÃO PÚBLICA, n. 67, 1834).

Em seguida, o articulista passa a analisar diferentes concepções de instrução, ponderando sobre sua dimensão política. Segundo ele, para o filósofo “só chama instrucção a abnegação de todos os princípios da religião, e da moral”; já “os espíritos exagerados, nutridos exclusivamente dos princípios mais abstractos da sciencia social”, que tudo atribuem às formas de governos e “fazendo depender o maior gráo de felicidade social da mais ampla medida de liberdade civil e política, fazem consentir essa instrucção exclusivamente na theoria dos direitos, que inspira a resistência a opressão, e a guerra ao despotismo” (JORNAL DA SOCIEDADE PROMOTORA DA INSTRUÇÃO PÚBLICA, n. 61, 1834).

Para o articulista, como se pode depreender dos trechos transcritos acima, ambas as concepções são inadequadas, pelo fato de serem extremadas. Enquanto a primeira defende a destituição do caráter moral e religioso da instrução, a segunda prima pelo desconhecimento dos direitos que leva à violação desses mesmos direitos e à “anarquia mais aturada e mais horrível” (JORNAL DA SOCIEDADE PROMOTORA DA INSTRUÇÃO PÚBLICA, n. 61, 1834). Para o redator do artigo o “filantropo escrutador” tinha

[...] da instrucção popular uma noção verdadeira, e ao mesmo tempo mais ampla em seu objecto, e mais certa de seus resultados: elle comprehende na necessidade da instrucção simultaneamente a doutrina dos direitos, e dos deveres, que são correlativos e inseparaveis, e ambos essenciaes para a felicidade geral; alcançando também essa massa de conhecimentos úteis, que ensinão ao homem a multiplicar a acção e os productos de suas faculdades segundo sua posição social, e tirar da natureza por auxilio da arte, toda a utilidade e vantagens, que ella offerece (JORNAL DA SOCIEDADE PROMOTORA DA INSTRUÇÃO PÚBLICA, n. 61, 1834).

Com base nessas diferenças quanto ao que vem a ser a instrução popular, o autor passa a explicar, minuciosa e longamente, o que seria essa doutrina dos direitos e deveres, no âmbito público e privado. Encerra o artigo afirmando que “só então se terá alcançado esse gráo de Illustração tão geral e tão

justamente reclamado”, do que resultaria “um verdadeiro estado de civilização, e moralização e o desenvolvimento da prosperidade e da grandesa nacional”. Se assim não fosse, inútil seria a busca do bem-estar individual e público.

Além das propostas analisadas antes, encontramos, também, um longo *Projecto de Estatutos – Para os Liceos de Instrucção Litteraria Elementar da Província de Minas*, que consideramos um completo plano de organização da educação escolar. Encontramos cinco partes¹⁰ do plano nos quais se definem as disciplinas a serem lecionadas, os objetivos gerais e os específicos de cada uma delas e o melhor método para ensiná-las. Segundo o *Projecto de Estatutos*, no Liceu Central da Província, estabelecido na cidade de Mariana, seriam ministradas aulas de Primeiras Letras, Gramática Portuguesa e Latina, Francês, Inglês, Matemática Elementar, Lógica e Teologia.

No “plano literário”, a aula de Primeiras Letras figura em primeiro lugar. O objetivo era ensinar a ler, a escrever, a contar e a doutrina cristã católica. Os conteúdos da leitura e da escrita seriam: o alfabeto, manuscrito e impresso, em diferentes tipos de letras; as letras consoantes e vogais; as sílabas de duas, três e mais letras; as palavras formadas a partir delas. No que se refere especificamente à leitura, os alunos aprenderiam a pronúncia de palavras “conforme a mais pura prosódia”, e, no tocante à escrita a à acentuação, a pontuação e a ortografia deveriam receber atenção especial. No que se refere a contar, os alunos estudariam o sistema de numeração, as quatro operações aritméticas e seus reversos ou “prova das 4 espécies”. A doutrina cristã católica seria ensinada por meio de um catecismo, contendo as verdades fundamentais da religião que deveriam ser memorizadas pelos alunos.

Para que esse ensino não incorresse no erro de difundir superstições, erros e falsa crença, o *Projecto de Estatutos* sugeria ao Conselho Geral da Província que trabalhasse na redação de um catecismo “feito por homens de sã instrucção em matérias thelogicas, o qual, depois de escrupulosamente examinado será exclusivamente affecto áquelle ensino” (JORNAL DA

¹⁰ A inscrição “continuação da pág. 74 do nº5 Vol. 1º” indica que a parte que consta do n. 14, datada de 7 de setembro de 1832, que traz o conteúdo do primeiro capítulo, foi antecedida das discussões preliminares sobre o *Projecto de Estatutos – Para os Liceos de Instrucção Litteraria Elementar da Província de Minas*. O fato de o texto iniciar-se pelo § 10 também é outro indicio disso.

SOCIEDADE PROMOTORA DA INSTRUÇÃO PÚBLICA, n.14, 1832). O material destinado ao ensino da leitura e da escrita também deveria ser cuidado:

Os quadros, livros, modelos [sic] para a escripta, e leitura destinados para o uso destas escolas, alem de conterem doutrinas as mais claras, e accomodadas á certeza dos conhecimentos de alunos de idades tenras, e serem escriptos na mais pura, e correta linguagem, devem conter máximas, ou exemplos próprios para inspirar á mocidade a boa moral, o amor da patria; os sentimentos de elevação, e dignidade, que enobrecendo a alma do cidadão, são o melhor escudo contra os vicios, contra o desleixo, e abjeção, que desgraçadamente acompanhão tantas vezes os homens, maiormente no meio da escacez dos bens da fortuna (JORNAL DA SOCIEDADE PROMOTORA DA INSTRUÇÃO PÚBLICA, n. 18, 1832).

Como se pode perceber, o ensino de Primeiras Letras tinha forte caráter de formação moral.

A gramática da língua portuguesa e latina deveria contemplar a morfologia, etimologia, verbos e sintaxe. No ensino da morfologia, o professor deveria ensinar as duas línguas simultaneamente, indicando aos alunos “o que nellas há de commum, e o que as distingue, e caracteriza; fazendo lhe notar aquellas palavras do idioma Nacional, cuja filiação, ou sequer derivação vem claramente do idioma Latino”. Conforme o *Projecto de Estatutos*,

seguindo esse methodo com o escrupulo, que a importancia da matéria exige, há toda a probabilidade de que a mocidade, findo o tempo empregado no estudo destas disciplinas, apparecera falando, e sobretudo escrevendo a sua língua com o menor numero de vicios, do que geralmente se observa (JORNAL DA SOCIEDADE PROMOTORA DA INSTRUÇÃO PÚBLICA, n. 18, 1832).

O professor deveria, ainda, “exercitar frequentemente seus discípulos na escripta das conjugações inteiras dos verbos irregulares”. Depois, os exercitará “por escripto de diversas passagens de authores classicos Latinos, escolhendo entre estas as que mais instructivas poderem ser, ou como fatos históricos ou como máximas moraes, e políticas” (JORNAL DA SOCIEDADE PROMOTORA DA INSTRUÇÃO PÚBLICA, n. 18, 1832).

O ensino das línguas estrangeiras contemplaria o estudo de suas gramáticas, passando rapidamente às traduções, de modo que os “discípulos saião peritos

o mais possível na tradução oral, ou por escripto de cada uma dessas línguas estrangeiras para a nacional, e reciprocamente”. Na sequência viria, a conversação, cujo audacioso objetivo era ensinar “o melhor modo de ler, e pronunciar os vocábulos, e frases daquellas línguas” e, ainda, “adestrar os mesmos discípulos [...] a expressarem seus pensamentos nas duas línguas” (JORNAL DA SOCIEDADE PROMOTORA DA INSTRUÇÃO PÚBLICA, n. 20, 1832).

O professor de Matemática Elementar se aprofundaria nos cálculos aritméticos, cujos estudos se iniciaram na aula de Primeiras Letras, e introduziria os algébricos. Deveria focalizar a solução de problemas por meio de fórmulas. O ensino da geometria deveria iniciar-se pela plana, passando à trigonometria, “no que apontará os mais fáceis methodos gráficos de traçar diferentes figuras, que são de uso mais frequente na vida civil, e rural”, como as unidades e instrumentos de medida (JORNAL DA SOCIEDADE PROMOTORA DA INSTRUÇÃO PÚBLICA, n. 20, 1832).

Quanto à Lógica, o methodo de instrução deverá reduzir-se em summa a ensinar qual seja a origem mais plausível das ideas humanas, sua distinção, e classificação, o diferente modo de combinar, para da sua combinação deduzir os mais transcendentos conhecimentos”. As doutrinas metafísicas, a ética e o direito natural também seriam conteúdos dessa disciplina (*Jornal da Sociedade Promotora da Instrução Pública*, n. 30, 1833).

A Teologia completa o elenco de disciplinas propostas para o liceu mineiro, mas seu estudo estava reservado àqueles “alumnos que por sua vocação se destinarem ao estudo Ecclesiastico” e ensinada por um “hábil professor Ecclesiatico, que reuna aos sãos, e profundos conhecimentos da Theologia especulativa, e pratica; exemplar morigeração, reconhecido patriotismo, e não equivoca adhesão aos bem entendidos princípios políticos que servem de base á Constituição do Império”. O curso de teologia teria duração de dois anos sucessivos (JORNAL DA SOCIEDADE PROMOTORA DA INSTRUÇÃO PÚBLICA, n. 14, 1832).

Das análises das matérias e artigos sobre educação publicados no *Jornal da Promotora*, depreende-se que esse era um ramo dos mais importantes para os

membros da Sociedade. Contudo, não havia unanimidade quanto à crença no valor positivo da educação e da instrução, a legitimidade desses processos, bem como da escola, como a instância na qual, por excelência, eles deveriam ocorrer. Tudo isso estava em construção.

Nesse sentido, uma boa estratégia para construir um consenso era dar visibilidade aos processos educativos escolares, o que ocorria, principalmente, por meio dos exames escolares¹¹. Desse expediente, lançaram mãos os membros da Sociedade Promotora da Instrução Pública quando publicaram duas listas de alunos aprovados e premiados no Colégio de Nossa Senhora Mãe dos Homens e no Colégio de Matozinhos.

As listas foram publicadas nos números 20 e 21, respectivamente, datados de 4 e 13 de outubro de 1832. Os nomes dos aprovados no Colégio Mãe dos Homens vinham abaixo dos nomes das disciplinas cursadas (quais sejam, Filosofia Racional, Filosofia Moral, Retórica e Gramática Latina), precedidos do estado de origem. Os nomes dos aprovados no Colégio de Matozinhos são dispostos abaixo das disciplinas em que foram examinados (Lógica, Geometria, Gramática Latina, Gramática Francesa, Música, Primeiras Letras), seguidos de inscrições como *aprovado*, *elogios* e *grandes elogios*.

Nesse movimento de construção de representações sobre a civilização, educação, ilustração e instrução, delineou-se, também, o perfil dos agentes dessas ações, quais sejam “mestres e educadores”. Nesse sentido, o *Jornal da Sociedade Promotora Pública* trouxe no n. 62, editado em 29 de julho de 1834, na seção “Interior”, o artigo intitulado “Moral Social – deveres dos mestres e educadores”. Trata-se de uma transcrição de *E. Boulmy*. Conforme o artigo, “a ocupação do mestre não é um officio, é um sacerdócio”, “não há vida privada para o mestre” e “deve considerar-se um pai de família”, um “pastor de homens”, “responsável pela saúde moral e física dos entes, que lhe são confiados”.

O sucesso da empreitada do mestre depende de fatores como a ordem e a distribuição exata do tempo, a disciplina, o local, o vestuário dos alunos, a prática docente, a aplicação de castigos e a distribuição de recompensas.

¹¹ Ver INÁCIO, 2005.

Segundo o artigo, a distribuição exata do tempo na realização das tarefas escolares e a ordem sem a qual “não podem haver progressos nem a educação he possível”, eram dois fatores muito bem conjugados em todos os métodos de ensino, “mas tem uma applicação mais direta no ensino mútuo”, visto que nesse método aplica-se “a máxima: cada cousa em seu lugar, e um lugar para cada cousa”. O local “deve ser perfeitamente limpo”, bem como as roupas dos alunos, que deviam ser não apenas limpas, mas também bem cuidadas.

São pequenos detalhes, poderão dizer; mas não há algum a que o mestre activo (e a actividade é um dos requisitos mais necessários às suas funcções) não deva dar tanta importância, como aos outros que parecem mais essenciais, nada desprezar que seja útil, é o meio mais seguro para o educador concencioso; é mais uma garantia, de que não ha de faltar aos seus deveres em coisas mais importantes (JORNAL DA SOCIEDADE PROMOTORA DA INSTRUÇÃO PÚBLICA, n. 62, p. 1, 29 jul. 1834).

No que se refere à prática docente, o articulista afirma que “na escola, em que o ensino é mal dirigido, e em que os discípulos não são constantemente accupados, a disciplina soffre, a instrucção é vagarosa, e a educação moral sem força”. Tendo em vista a inquietude própria dos alunos, o mestre deve diversificar as atividades para que “nunca sintão a monotonia do trabalho” e, quando ainda assim eles se fadigarem com as tarefas o “educador hábil sabe[rá] fechar os olhos às puerilidades perdoaveis” e os repreenderá com severidade, porém de modo doce. Mas o fará devido ao comportamento, evitando “reprehender o discipulo por não ter alcançado o sentido de uma lição”. Para desenvolver sua inteligência, era “precizo exercita-lhes ao mesmo tempo o entendimento e a memoria, mas principalmente o entendimento” (JORNAL DA SOCIEDADE PROMOTORA DA INSTRUÇÃO PÚBLICA, n. 62, p.2, 29 jul. 1834).

Os que cumprirem seus deveres deveriam ser recompensados e os que não o fizessem deveriam ser castigados, dispensando-se os castigos corporais e humilhantes. “O barrete d’asno, genuflexões, e a palmatória, devem desaparecer de nossas escolas, pois que a gonilha e a marca [de prêmio] já foram sabiamente riscadas do nosso código”, em substituição àqueles, “as recompensas dadas aos estudiosos, e discretos são punições para os outros” (JORNAL DA SOCIEDADE PROMOTORA DA INSTRUÇÃO PÚBLICA, n. 62, 1834). O mestre deveria ainda cuidar de sua reputação e “evitar lugares que

costumão ser freqüentados por gente ociosa”, considerando que ele dá o exemplo. Todo esse cuidado na definição do perfil dos mestres deve-se à crença de que “a instrucção é sem duvida o fim do educador; mas todavia não deve nunca se desenvolver sem ser sancionada pela moral. [Visto que] a instrucção faz sábios; mas só a educação moral faz cidadãos” (JORNAL DA SOCIEDADE PROMOTORA DA INSTRUÇÃO PÚBLICA, n. 62, 1834).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo da pesquisa, a relação entre política e educação, em Minas Gerais, apreendida com base no fenômeno associativo que teve lugar na província entre 1831 e 1840, revelou-se um tanto complexa. Reunimos, ao longo de cinco anos de trabalho, dados que nos permitem dizer que o movimento associativo guarda relação não apenas com a organização do serviço de instrução pública na província mineira, mas com fenômenos políticos e culturais mais amplos, como o Projeto Iluminista e a configuração de uma esfera pública de poder.

Portanto podemos apontar como principal contribuição de nosso trabalho sobre a relação entre política e educação a aproximação entre essas duas atividades humanas essenciais para a compreensão da (con)formação cultural de uma sociedade. Essa aproximação se deu pela constatação de que intervir na organização da instrução pública significava intervir no processo de constituição do Estado imperial brasileiro e de difusão das *Luzes* na América portuguesa. Essa intervenção, em grande medida, deu-se influenciando as decisões do poder estatal, a respeito do assunto, por meio do apelo a um público pensante.

Isso reforça, primeiro, a ideia de que, de modo crescente, as práticas discursivas e as ações dos sujeitos interessados em organizar a instrução elementar, no século XIX, produziram e asseguraram o lugar da escola na socialização das novas gerações; segundo a ideia de que o fenômeno da escolarização no Brasil do Oitocentos, ou seja, a estruturação do ensino público, sobretudo o de primeiras letras, esteve articulada à construção do Estado Nacional, à necessidade de educar e instruir o povo para garantir a ordem social (INÁCIO, 2003). Contudo a constatação de que a educação do povo, viabilizada pelas ações das sociedades políticas, literárias e filantrópicas, no período regencial (1831-1840), dialogam com o movimento filosófico das *Luzes* e com a

configuração de uma esfera pública de poder, nos permite um significativo refinamento do olhar lançado sobre a educação brasileira no Oitocentos. Esse refinamento nos oferece elementos para reconhecer sua configuração como parte das transformações engendradas pela modernidade, em especial, a política e a pedagógica, no mundo ocidental.

O processo de formação do Estado Nacional brasileiro, nos moldes da formação do Estado moderno europeu, teve início com a proclamação da Independência. Entre 1822 e 1850 deu-se não apenas a constituição, mas a consolidação do Estado imperial e de sua elite política. Nesse ínterim o Estado brasileiro seguiu sendo uma Monarquia Constitucional Representativa, arranjo institucional definido em 1824, e sua constituição e estruturação se deram nesses parâmetros. Nos anos das regências, decorridos entre 1831 e 1840, o Brasil experimentou a descentralização política e administrativa que em grande medida atendeu aos interesses das elites locais que a um só tempo passaram a contar com uma significativa autonomia para administrar suas províncias e, por meio de suas representações na Câmara dos Deputados, puderam participar do governo central.

Em meio um quadro de tensões políticas, econômicas e sociais que vinham se configurando desde que D. Pedro I dissolveu a Assembleia Constituinte, em 1823, a elite dirigente, em especial os liberais moderados, que assumiram o poder após a retirada do primeiro imperador, experimentaram o medo da desordem e o risco da subversão da ordem social estabelecida. Para fazer frente a essas ameaças produziram, por meio de suas práticas políticas e discursivas, uma importante inflexão no sentido do termo “revolução”, que perdeu sua conotação radical e passou a significar volta ao ponto de partida. Um dos caminhos foi adotar os preceitos constitucionais como norteadores das ações a serem empreendidas.

Aos liberais moderados, implicados no governo do Estado ao longo das regências, coube fundamentalmente, restaurar e revigorar os fundamentos que serviram de alicerce para o Estado independente, quais sejam, a defesa da propriedade privada, que pressupôs a manutenção do trabalho escravo; a liberdade de comércio; o respeito aos preceitos constitucionais; a

representatividade; e a centralização administrativa. Para tanto lançaram mão do associativismo.

Congregados em associações políticas e públicas, espaços de sociabilidades que tendiam à maior laicização se comparados às associações religiosas do século XVIII, os moderados potencializaram as ações que visavam conduzir a formação do Estado imperial na direção que desejavam, evitando que revolução política se convertesse em revolução social. Além disso, buscaram difundir a ideia de que havia um consenso com relação ao caminho a ser seguido na construção do Estado e da Nação brasileira. Era preciso evitar os dois extremos: o liberalismo exaltado de nuances democráticas, cujo risco principal era a subversão das hierarquias sociais estabelecidas, e a restauração, que significava a volta do déspota Dom Pedro I.

Assim configurou-se em Minas Gerais, em consonância com o que ocorria em outras províncias, sobretudo as da região centro-sul do Brasil, uma rede de associações formada por 38 agremiações espalhadas por todo o território mineiro. Esse surto associativo deu-se nos primeiros anos das Regências, ou seja, na sua fase liberal, em grande medida proporcionado pela criação de filiais da Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional do Rio de Janeiro. A principal preocupação referia-se à preservação da ordem e à criação de mecanismos capazes de dar sustentação ao governo regencial, considerado fraco, visto que despojado de todo o prestígio da Realeza.

Os sujeitos congregados nas associações intensificaram a difusão da ideia de que a adequada liberdade era aquela que não feria os princípios consagrados na legislação. O enquadramento das ações dos indivíduos nos limites da legalidade era um atributo fundamental no processo de estruturação do Estado Nacional brasileiro. Também as reformas propostas e empreendidas em 1834 ficaram nos limites fixados pela Constituição. Isso foi propiciado pelo fato de que aos poucos as associações políticas, em especial as sucursais da Defensora do Rio, assumiram os contornos de entidades político-partidárias e transformaram-se numa máquina de arregimentar votos que garantiu a preponderância do grupo liberal moderado na legislatura 1834 a 1837 (3ª legislatura), eleita em 1833.

Ao focalizarmos o movimento associativo mineiro, alguns homens foram se destacando, ao longo da pesquisa, como líderes do movimento associativo

mineiro das Regências. Diante disso, decidimos acompanhar, mesmo que apoiados não em dados, mas em indícios, a trajetória de Antonio José Ribeiro Bhering, Bernardo Jacintho da Veiga, Bernardo Pereira de Vasconcellos, Fortunato Rafael Arcanjo da Fonseca, Herculano Ferreira Penna, José Alcebiades Carneiro, José Antonio Marinho, José Bento Ferreira de Mello, José Pedro Dias de Carvalho, Luiz Maria da Silva Pinto, Manoel Ignácio de Mello e Souza, Pedro Gomes Nogueira e Teophilo Benedicto Ottoni.

Para tal tarefa adotamos um enfoque micro-histórico e recorremos às formulações teórico-metodológicas da prosopografia. Embora a prosopografia venha sendo aplicada ao estudo de grupos extensos e pressuponha a reunião de uma grande quantidade de dados sobre os sujeitos, feita mediante o exame de vasta documentação, cujo tratamento está condicionado à utilização de sofisticadas técnicas de processamento de dados, recorreremos a ela para estudar esse pequeno grupo de treze indivíduos. Assim o fizemos por acreditarmos que o conceito de prosopografia, o modo de operar com ela, suas finalidades e o produto final esperado não tornavam sua utilização incompatível com o estudo de um grupo reduzido como o que havíamos selecionado.

Obtivemos um resultado satisfatório. A combinação do enfoque micro-histórico com o método prosopográfico permitiu-nos demonstrar e analisar os fatores que influenciaram o engajamento daqueles políticos e letrados, mencionados acima, no movimento associativo das Regências na província de Minas. Com base na microbiografia dos sujeitos, elaboramos seu perfil coletivo apoiando-nos em questões essenciais para pensar suas trajetórias individuais, tais como geração, origem familiar, formação escolar, carreira profissional, carreira política; e, por fim, tratamos dos espaços, das formas e das redes de sociabilidades dos membros do grupo. Analisamos o modo como esses elementos se combinaram e contribuíram para a formulação de seus diagnósticos e projetos individuais e coletivos que se delinearão num espaço de sociabilidades específico – as associações.

Parece-nos ter sido possível demonstrar, mesmo que parcialmente, que o engajamento daquele pequeno grupo de políticos e letrados no movimento associativo em grande medida esteve relacionado tanto com as sensibilidades ideológicas e culturais constituídas com base na formação escolar dos sujeitos, da geração, de laços de amizade e de parentesco, quanto com os

encontros e laços constituídos em outros espaços de sociabilidade tais como câmaras municipais, o Conselho Geral da província, o jornal *O Universal* e, ainda, a Sociedade Literária de Ouro Preto (1823), a livraria de Evaristo da Veiga, no Rio de Janeiro.

A realização parcial dos nossos objetivos tem relação com a natureza oficial das fontes consultadas para a realização do trabalho. Ou seja, documentos tais como atas das câmaras municipais, do Conselho Geral da província, de reuniões das sociedades não são os mais adequados para apreender os espaços, as formas e as redes das sociabilidades desses sujeitos. São ainda menos adequadas para perceber as sociabilidades informais, tais como laços de amizade, de parentesco e as convivências as mais diversas como vizinhança.

Parece-nos que para a realização de um programa de análise das condições da experiência social, buscando levantar seus aspectos mais diversificados e reconstituir ao máximo sua complexidade, seja melhor recorrer a fontes de natureza biográfica. Tal constatação se deve ao fato de que nos foi possível reunir mais dados e indícios sobre a infância, juventude, vida familiar e socialização política de Teophilo Ottoni. Isso nos permitiu identificar um complexo de sociabilidades (espaços, formas e redes) que pode ter influenciado sua trajetória política. Tal operação não foi possível com os demais elementos do grupo dada a escassez e/ou ausência de dados biográficos.

A despeito das dificuldades acima apontadas, foi possível, mesmo que parcialmente, demonstrar que o engajamento daquele pequeno grupo de políticos e letrados no movimento associativo nas Regências resultou das sensibilidades ideológicas e culturais forjadas ao longo de sua trajetória pessoal e de sua inserção nas câmaras municipais, no Conselho Geral da província e nos jornais considerados como lugares de “fermentação intelectual e de estabelecimento de relações afetivas” (SIRINELLI, 2003, p. 249).

Portadores de certa experiência social e política, os membros do pequeno grupo pesquisado reuniram-se em associações políticas, literárias e filantrópicas, adeptas do liberalismo moderado, no intuito de tornar hegemônico seu projeto de Brasil, fortalecendo as instituições regenciais, conservando a hierarquia social, mantendo a ordem e a tranquilidade pública ameaçada tanto pelos embates políticos quanto pelas possibilidades de

levantes populares. Não podemos dizer se de forma deliberada ou não, para além de instrumentos/armas de luta política, as associações públicas, bem como os periódicos, foram espaço de aprendizado das dinâmicas de funcionamento do Estado para os seus membros, ou seja, de aprendizado da arte de governar. Constituíram-se, ainda, em espaço de formulação de diagnósticos sociais tanto quanto de projetos individuais e coletivos que mantiveram uma relação muito próxima com a constituição do Estado da nação brasileira.

Pressupondo que a gênese das associações é anterior à sua regulamentação, efetuamos uma análise da dinâmica de funcionamento das associações e demonstramos que a instalação das Regências abriu espaço para a participação política dos membros do setor abastecedor mineiro, funcionando para o grupo como uma estrutura de oportunidades políticas. Com base na ideia de que as associações foram um Estado dentro do Estado, ou seja, mediante uma analogia entre as regras de funcionamento das associações e as do Estado, identificamos os aprendizados políticos que ali se deram.

As agremiações mineiras possuíam caráter multidimensional, amalgamaram valores religiosos e seculares, bem como implementaram projetos político-culturais, compreendidos como projetos educativos que possuíam uma dimensão política percebida pelo empenho na difusão da cultura política liberal e uma dimensão cultural observada no empenho em levar as *Luzes* do saber a quem não as possuía. A implementação dos projetos concretizou-se por meio da edição de jornais, da instalação da Biblioteca Pública de Ouro Preto, da promoção de festas pública e de espetáculos teatrais.

Os projetos político-culturais formulados e executados pelas associações mineiras do período regencial e/ou pelos políticos e letrados nelas congregados tiveram como escopo promover a educação do povo e prepará-lo para participar, mesmo que de forma restrita e em limites bem definidos, da constituição do Estado e da nação brasileira. Iniciamos o trabalho demonstrando que no segundo quartel do século XIX os políticos e letrados mineiros, em especial aqueles congregados nas associações, operaram com a uma concepção de educação próxima da kantiana, cujos quatro pilares são: a disciplina, a instrução, a civilidade e a moralidade.

Em seguida, examinamos o sentido dos termos “civilização”, “ilustração”, “educação” e da expressão “instrução pública”, explicitando o diálogo que estabelecem com o seu entorno.

Feito isso, focalizamos o modo como o *Jornal da Sociedade Promotora da Instrução Pública* foi utilizado para educar a população mineira e em que aspectos. Além disso, demonstramos como, por meio de seu periódico, a agremiação instituiu representações sobre educação e escolarização em Minas Gerais. Posteriormente, abordamos o processo de escolarização, demonstrando que este se configurou tanto como projeto de Estado quanto como projeto individual dos políticos e letrados envolvidos no movimento associativo. Para finalizar, focalizamos o financiamento particular da instrução pública em Minas pela Sociedade Promotora.

Podemos colocar a dimensão política e pedagógica dos projetos político-culturais das associações como sinônimo de formação do povo. Trata-se de formação humana ou de educação em sentido amplo, apoiada na incorporação da disciplina, na difusão da instrução e no desenvolvimento da civilidade e da moralidade, que não tem na escola como sua única estratégia de ação, tampouco exclusivamente as crianças como o alvo dessa ação. Essa formação humana ou educação em sentido amplo, emanada dos projetos político-culturais formulados e executados pelas associações mineiras do período regencial, e/ou pelos políticos e letrados nelas congregados tinha o objetivo de civilizar e ilustrar as pessoas. Tais ações referem-se à difusão dos conhecimentos acumulados pela humanidade — por exemplo, sobre saúde e agricultura —, ao controle das emoções e ao comedimento dos gestos e da fala. Os termos “civilização” e “ilustração” também se referem ao monopólio legítimo da força física pelo Estado imperial e possuem uma conotação política, entendendo por política o comportamento ou posicionamento político, mais especificamente aquele afeito ao liberalismo moderado.

As sociedades também empreenderam ações de instrução pública compreendendo-a como educação no sentido de formação humana, numa perspectiva próxima da kantiana, à qual nos referimos acima. Por outro lado, o termo “instrução” comporta também o sentido de escolarização, isto é, de educação escolar. Ao tomar posição no plano da

ação política, de forma capilar ou ampla, exercendo a docência e a fiscalização das escolas públicas e/ou ocupando cargo no Legislativo e no Executivo, os sujeitos envolvidos com o movimento associativo mineiro buscaram responder, por meio de produção de discursos e ações, a questões concretas com as quais se defrontavam, dentre as quais a organização do serviço de instrução e a escolarização da população pobre o livre.

No que se refere especificamente à escolarização, imbuída de uma tarefa pedagógica, filantrópica e civilizadora, a Sociedade Promotora da Instrução Pública instituiu aulas de Francês, Geografia e História, ministradas na Biblioteca Pública e de frequência gratuita, e subsidiou escolas públicas estatais mandando imprimir e distribuir, entre os alunos das escolas de primeiras letras da província, folhetos e tabelas com a Constituição do Império, com os Regimentos dos Conselhos Gerais e de Governo da província, e das Câmaras Municipais, bem como da Lei da Liberdade de Imprensa. Isso, para nós, constituiu uma forma de financiamento particular da instrução pública.

Além de promover a instrução pública e subsidiar a educação pública estatal, a Sociedade Promotora publicou e discutiu, na sua folha periódica, assuntos atinentes à escolarização, como o “Projecto de Estatutos para os Liceos de Instrucção Litteraria Elementar da Província de Minas”. Dessa forma, a Sociedade instituiu e fez circular representações de instrução pública.

Diante de tudo o que foi exposto podemos concluir, envoltos no caldo de cultura produzido pela difusão do Iluminismo e pela configuração de uma esfera pública de poder, que os políticos e letrados mineiros, dotados de sensibilidades ideológicas e culturais constituídas em sua ambiência política, social, cultural e econômica, perceberam e utilizaram as associações como espaço de formulação e execução de projetos individuais e coletivos que estiveram relacionados com a Constituição do Estado da Nação brasileira. Nesse movimento de execução de projetos individuais e coletivos, os políticos e letrados mineiros produziram a educação, fundamentalmente, como um problema/questão de Estado. Desse lugar central a educação não saiu mais e dessa crença no poder da escola somos herdeiros.

REFERÊNCIAS

ABREU, Márcia. Livros ao mar circulação de obras de Belas Letras entre Lisboa e Rio de Janeiro ao tempo da transferência da corte para o Brasil. *Tempo. Revista do Departamento de História da UFF*, v. 12, p. 74-97, 2008.

ADORNO, Sérgio. *Os aprendizes do poder*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

AGULHON, Maurice. *Penitents et francs-maçons de l'ancienne Provence: essai sur la sociabilité meridionale*. Nouv. ed. Paris: Fayard, 1984.

AGULHON, Maurice. *Le cercle dans la France bourgeoise (1810-1848)*. Paris: Armand Colin, 1977.

AGULHON, Maurice. Sociabilités. In: _____. *Histoire vagabonde: ethnologia e politique dans la France contemporaine*. Paris: Gallimard, 1988

AGULHON, Maurice. As sociedades de pensamento. In: VOVELLE, Michelle (Org.). *França revolucionária (1709-1799)*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

ALENCASTRO, Luiz Felipe. Vida privada e ordem privada no Império. In: NOVAIS, Fernando; ALENCASTRO, Luiz F. (Org.). *História da vida privada no Brasil – Império: a corte e a modernidade nacional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, v. 2, p.12-93.

ALMEIDA, José Ricardo. *História da instrução pública no Brasil: 1500 a 1889*. São Paulo: Educ, 1989.

ALONSO, Ângela. *Idéias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

ASSIS, Wilson Rocha. Os moderados e as representações de Goiás n'A Matutina Meiapontense (1830 – 1834). Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal de Goiás, 2007.

ÁVILA, Afonso. Sob o signo de Caldéon: o teatro em Minas Gerais nos séculos XVIII e XIX. In: _____. *O lúdico e as projeções do Barroco II*. São Paulo: Perspectiva, 1994, p. 302.

AZEVEDO, Moreira. *História pátria: o Brasil de 1831 a 1840*. Rio de Janeiro: Garnier, 1884.

AZEVEDO, Moreira. Sociedades fundadas no Brasil desde os tempos coloniais até o começo do atual reinado. *Revista do IHGB*, v. 48, n. 2, 1885.

BAKHTIN, M. M; GALVÃO, Maria Ermantina. *Estética da criação verbal*. São Paulo: 2003. 476 p.

BARATA, Alexandre Mansur. Sociabilidade maçônica e independência do Brasil (1820-1822). In: JANCSÓ, István (Org.). *Independência: historia e historiografia*. São Paulo: Hucitec, 2005, v. 1, p. 677-706.

BARATA, Alexandre Mansur. *Maçonaria, sociabilidade ilustrada e independência do Brasil, 1790-1822*. Juiz de Fora, MG: Ed. UFJF; São Paulo: Annablume, 2006. 338p.

BASILE, Marcelo Otávio Neri de Campos. *Anarquistas, rusguentos e demagogos: os liberais exaltados e a formação da esfera pública na corte imperial do RJ*. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IFCS/UFRJ), 2000.

BASILE, Marcelo Otávio Neri de Campos. Festas cívicas na Corte regencial. *Varia História*, Belo Horizonte, vol. 22, nº 36: p.494-516, Jul/Dez 2006a.

BASILE, Marcello Otávio Neri de Campos. Projetos políticos e nações imaginadas na imprensa da Corte (1831-1837). In: Eliana Regina de Freitas Dutra e Jean-Yves Mollier. (Org.). *Política, nação e edição: o lugar dos impressos na construção da vida política*. São Paulo: Annablume, 2006b, p. 595-620.

BASTOS, Maria Helena Câmara; FARIA FILHO, Luciano Mendes de (org). *A escola elementar no século XIX: o método monitorial/mútuo*. Passo Fundo: Ediupf, 1999.

BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean François (Org.). *Para uma história cultural*. Lisboa: Estampa, 1998, p. 345-363.

BICALHO, Maria Fernanda As câmaras municipais no império português: o exemplo do Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de História*, v. 18, n. 36, São Paulo, 1998. Disponível em: www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102. Acesso: 14 mar. 2010.

BOBBIO, Norberto; Política. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1986, p.954-962.

BORDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.

BOSCHI, Caio Cesar. *Os leigos e o poder: irmandades leigas e política colonizadora em Minas Gerais*. São Paulo: Ática, 1986. 254p

BOSCHI, Caio Cesar. Irmandades, religiosidade, sociabilidades. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos. (Org.). *História de Minas Gerais: as minas setecentistas*. Belo Horizonte: Autêntica/Companhia do Tempo, 2007. v. 2, p. 59-75.

BOTO, Carlota. *A escola do homem novo: entre o Iluminismo e a Revolução Francesa*. São Paulo: UNESP, 1996.

BULST, Neithard. *Sobre o objeto e o método da prosopografia*. *Politeia*, Vitória da Conquista, v. 5, n. 1, 2007, p. 47-67, jan./abr., Disponível em: <http://www.uesb.br/POLITEIA/v5/artigo01.pdf>. Acesso: 14 mar. 2010.

CAMPOS, Maria Augusta de Amaral Campos. *A marcha da civilização: as vilas oitocentistas de São João del Rei e São José do Rio das Mortes (1810/1844)*. 1998. 230f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, Belo Horizonte, 1998.

CAPELATO, Maria Helena R. *A imprensa e a história do Brasil* São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CARDOSO, Teresa Maria Rolo Fachada Levy. *As luzes da educação: fundamentos, raízes históricas e práticas de aulas régias no Rio de Janeiro (1759-1834)*. Bragança Paulista: Editora da Universidade de São Francisco, 2002.

CARNIELLI, Beatrice Laura. O dispêndio com a instrução elementar no Império. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, v. 81, n. 197, p. 23-39, jan./abr. 2000.

CARRATO, José Ferreira. *Igreja, Iluminismo e escolas mineiras coloniais*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968.

CARVALHO, José Murilo. *A construção da ordem: teatro das sombras*. Rio de Janeiro: Editora da Universidade Federal do Rio de Janeiro; Relume Dumará, 1996.

CARVALHO, José Murilo (Org.). *Bernardo Pereira de Vasconcelos*. São Paulo: Editora 34, 1999.

CARVALHO, José Murilo. *Pontos e bordados: escritos de história e política*. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

CARVALHO, Pedro Eduardo Andrade. *Minas de Babel: ortografias e práticas sociopolíticas na região do termo de Mariana entre 1813-1853*. 204 f. Monografia (Bacharelado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), Mariana, 2009.

CASTRO. Paulo Pereira, *Experiência Republicana, 1831-1840*. In: Sergio Burque de Holanda. *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo II (Brasil Monárquico). vol.4 (Dispersão e unidade) 8 ed. Rio de Janeiro: Bertrnad, 2004, p.19-84.

CASTRO, Pérola Maria Goldfeder e. *Imprensa, história e separatismo: o movimento separatista de 1892 através das páginas do monitor sul-mineiro*. *Revista Eletrônica Cadernos de História*, v. VI, ano 3, n. 2, dez. 2008. Disponível em: www.ichs.ufop.br/cadernosdehistoria. Acesso em: 16 fev. 2010.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

CHAMON, Carla Simone. *Festejos imperiais: festas cívicas em Minas Gerais (1815-1845)*. Bragança Paulista: Editora da Universidade de São Francisco, 2002.

CHARLE, Christophe. *Como anda a história social das elites e da burguesia? Tentativa de balanço crítico da historiografia contemporânea*. In: HEINZ, Flavio M. *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

CHARTIER, Roger. *As Utilizações do Objecto Impresso*. Algés (Portugal): Difel, 1998.

CHARTIER, Roger. *História hoje: dúvidas, desafios, propostas*. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, 1994.

CHARTIER, Roger. *O mundo como representação*. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 11, n. 5, p.173-191, 1991.

CHARTIER, Roger & MARTIN, Henri-Jean (org). *Histoire de l'édition française*. Paris: Fayard, 1982.

CHAVES, Cláudia Maria das Graças; MAGALHÃES, Sônia Maria de; PIRES, Maria do Carmo (Org.). *Casas de vereança de Mariana: 300 anos da Câmara Municipal de Mariana*. Ouro Preto: Editora da UFOP, 2008.

CHIZZOTTI, Antônio. A Constituinte de 1823 e a Educação. *In: FÁVERO, Osmar (Org.). A educação nas constituintes brasileiras 1823-1988*. 2. ed. Campinas: Editora Autores Associados, 2001, p. 31-53.

COE, Agostinho Júnior Holanda. Medicina, caridade e poder: a misericórdia e os serviços assistenciais no século XIX em São Luis. *In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA. IV. Anais ... 2009, Maringá: Disponível em: www.pph.uem.br/cih/anais/trabalhos/436.pdf*. Acesso em: 23 jan. 2010.

COSTA, João Cruz. *Contribuição à história das idéias no Brasil*. 2. ed. Rio Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

COUTINHO, Sérgio Ricardo. O episcopado e a recepção do Concílio Vaticano II em Goiás: microhistoria e método biográfico. *Fragmentos de Cultura*, v. 16, n. 7/8, p. 577-591, jul./ago. 2006.

CRUZ, Teresa Cristina de Carvalho. As irmandades religiosas de africanos e afrodescentes. *PerCursos*, Florianópolis, v. 8, n. 1, p. 03-17, jan. /jun. 2007

CUCHE, Denys. *A noção de cultura nas ciências sociais*. 2. ed. Bauru: EDUSC, 2002.

CURY, Carlos Roberto Jamil. A educação como desafio na ordem jurídica. *In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive (Org.). 500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p. 95-234.

DOLHNIKOFF, Miriam. Elites regionais e a construção do estado nacional. *In: JANCSÓ, István (Org.). Brasil: formação do estado e da nação*. São Paulo: Hucitec, 2003. p. 431- 468.

DUARTE, Regina Horta. *Noites circenses: espetáculo de circos e teatros em Minas Gerais no século XIX*. Campinas: Editora da Unicamp, 1995.

DUTRA, Eliane. História e culturas políticas: definições, usos, genealogia. *Varia História*, n. 28, p. 13-37, dez. 2002.

DUTRA, Eliane; MOLLIER, Jean-Yves. *Política, nação e edição: o lugar dos impressos na construção da vida política – Brasil, Europa e Américas nos séculos XVIII-XX*. São Paulo: Annablume, 2006. 621p.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: uma história dos costumes*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994a, v. 1.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: formação do Estado e civilização*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994b, v. 2.

ENGUITA, Mariano Fernandez.. *A face oculta da escola: educação e trabalho no capitalismo*. Porto Alegre: 1989.

ENGUITA, Mariano Fernandez. *Trabalho, escola e ideologia: Marx e a crítica da educação*. Porto Alegre: 1993.

FALCON, Francisco Jose Calazans. *História cultural: uma visão sobre a sociedade e a cultura*. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

FALCON, Francisco Jose Calazans. *Iluminismo*. São Paulo: Ática, 1986.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder*. 3. ed. Porto Alegre: Globo, 1976.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Escolarização, cultura e práticas escolares no Brasil: elementos teóricos metodológicos de um programa de pesquisa. In: LOPES, Alice Casimiro; MACEDO, Elizabeth (Org.). *Disciplina e integração curricular: história e políticas*. Rio de Janeiro: DP& A, 2002, p.13-35.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Escolarização e cultura escolar no Brasil: reflexões em torno de alguns pressupostos e desafios. In: BENCOSTTA, Marcus Levy (org.). *Culturas escolares, saberes e práticas educativas: itinerários históricos*. São Paulo: Cortez, 2007, p. 193-211.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Estado, cultura e escolarização em Minas Gerais no século XIX. In: VIDAL, Diana Gonçalves; SOUZA, Maria Cecília Cortez C. de (Org.) *A memória e sombra: A escola brasileira entre o império e a república*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999, p.117-135.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. O processo de escolarização em Minas Gerais: questões teórico-metodológicas e perspectivas de análise. In: VEIGA, Cynthia Greive; FONSECA, Thais Nívia de Lima (Org.). *História, historiografia da educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003, p. 77-95.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de; CHAMON, C. S.; ROSA, Walquíria Miranda (Org.). *Educação elementar*. Minas Gerais na primeira metade do século XIX. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006, v. 1. 145 p.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de; RESENDE, Fernanda Mendes *et al.* Fontes para a história da educação em Minas Gerais no século XIX. *Educação em Foco*, Juiz de Fora, v. 4, n. 1, p.73-89, mar./ago. 1990.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de; SALES, Zeli Efigênia Santos de. Escolarização da infância brasileira a contribuição do bacharel Bernardo Pereira de Vasconcelos. In: FREITAS, Marcos Cezar; KUHLMANN Jr., Moysés (Orgs.). *Os intelectuais na história da infância*. São Paulo: Cortez, 2002. p. 245-265.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de; SOUZA, Laurena Cristina Belo de. O jornal como fonte para a história da educação: Um estudo sobre jornais mineiros do século XIX. In: CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO. II. *Atas...* São Paulo, 2000, p. 144-151.

FAVERO, Osmar (Org.). *A educação nas Constituintes brasileiras (1823-1988)*. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2001.

FAZOLI FILHO, Arnaldo. *O período regencial*. São Paulo: Ática, 1990.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: história da violência nas prisões*. 26. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

FRAGO, Antônio Viñao. Historia de la educación e historia cultural: posibilidades, problemas, cuestiones. *Revista Brasileira de Educação*, n. 0, p. 63-82, 1995.

FREIEIRO, Eduardo. Um velho dicionário impresso em Minas Gerais. In: _____. Páginas de críticas e outros escritos. Belo Horizonte: Itatiaia, 1955. p. 390-397.

FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento urbano*. 9. ed. Rio de Janeiro: Record, 1996.

FRIEIRO, Eduardo. *O diabo na livraria do cônego*. Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: Edusc, 1881.

FURSTERNAU, Vera Mari. *Jornais e leitores: uma polêmica apaixonada na cidade do Rio de Janeiro*. 2000. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IFCS/UFRJ), Rio de Janeiro, 2000.

GEREMEK, Bronislaw. *A piedade e a força: história da miséria e da caridade na Europa*. Lisboa: Terramar, 1995. 306p.

GOMES, Ângela de Castro. *Essa gente do Rio... modernismo e racionalismo*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1999.

GOMES, Ângela de Castro. História, historiografia e cultura política no Brasil: algumas reflexões. In: SOIHET, Rachel; BICALHO, Maria Fernanda Baptista; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva (Org.). *Culturas políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história*. Rio de Janeiro: Mauad, 2005, p. 21-43.

GOMES, Daniela Gonçalves. As ordens terceiras em Minas Gerais: suas interações e solidariedades no período ultramontano (1844-1875). *Revista Brasileira de História das Religiões – ANPUH*, Maringá (PR) v. 1, n. 3, 2009.

GONÇALVES, Andréa Lisly. A "oligarquia tenebrosa": um perfil sócio-econômico dos caramurus mineiros (1831-1838). In: SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA. XII. *Anais...* 2006, Diamantina, Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR. v. XII. p. 1-24. Disponível em <http://ideas.repec.org/s/cdp/diam06.html>. Acesso 2 dez. 2009.

GONTIJO, Rebeca. História, cultura, política e sociabilidade intelectual. In: SOIHET, Rachel; BICALHO, Maria Fernanda Baptista; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva (Org.). *Culturas políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história*. Rio de Janeiro: Mauad, 2005, p. 259-283.

GRAHAM, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: UFRJ. 1997, p. 57.

GRIBAUDI, Maurizio. (1987), *Itinéraires ouvriers: espaces sociaux à Turin au début du XX^{ème} siècle*. Paris, Éditions de l'École des Hautes Études en Sciences Sociales.

GUERRA, François-Xavier. *Modernidad e independencia: ensayos sobre las revoluciones hispanicas*. Madrid: MAPFRE, 1992. 406 p.

GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. *Em nome da ordem e da moderação: a trajetória da sociedade defensora da liberdade e da independência nacional no Rio de Janeiro (1831-1835)*. 1990. 278 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto

de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IFCS/UFRJ), Rio de Janeiro, 1990.

GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal; PRADO, Maria Emília. *Liberalismos no Brasil imperial: conceitos, pré... e práticas*. Rio de Janeiro: Revan/UERJ, 2001.

GUIMARÃES, Valéria. Acervos públicos: a conservação da memória da Imprensa Paulista. *Revista PJ: BR Jornalismo Brasileiro*, n. 4, 2º sem. 2004. Disponível em: http://www.eca.usp.br/pjbr/arquivos/documento4_b.htm. Acesso: 9 set. 2009.

HABERMAS, Jurgen. *Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2005. 397p.

HAMILTON, David. Notas de lugar nenhum: sobre os primórdios da escolarização moderna. *Revista Brasileira de História da Educação*. Campinas, n.1, p. 45-73, jan./jun. 2001.

HÉBRARD, Jean. Três figuras de jovens leitores: alfabetização e escolarização do ponto de vista da história cultural. In: ABREU, Márcia (Org.) *Leitura, história e história da leitura*. 1ª reimpressão Campinas, SP: Mercado das Letras: Associação de Leitura do Brasil; São Paulo: Fapesp, 2002, p.33-77.

HEINZ, Flavio M. *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: FGV, 2006. 224 p.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. “A herança colonial — sua desagregação”. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de.(dir.) *História Geral da Civilização Brasileira*. S. Paulo: Difel, 1985.

HORTA, José Silvério Baía. Planejamento educacional. In: MENDES, Dumerval Trigueiro (Coord.). *Filosofia da educação brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.

HUNT, Lynn. *A nova história cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

IGLESIAS, Francisco. Minas Gerais. In: HOLANDA, Sérgio Buarque. *O Brasil monárquico: dispersão e unidade*. Rio de Janeiro: Difel, 1964, v. 2, t. 2, p. 364-412.

IGLESIAS, Francisco. *Trajetória política do Brasil (1500-1964)*. 7ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

INÁCIO, Marcilaine Soares. *O processo de escolarização e o ensino de primeiras letras em Minas Gerais (1825-1852)*. 2003, 221f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação da UFMG, Belo Horizonte, 2003.

INÁCIO, Marcilaine Soares. O ensino de primeiras letras e a avaliação da aprendizagem em Minas Gerais no século XIX (1825-1852). *Paidéia*, Belo Horizonte, v. 3, p. 71-86, 2005.

JANCSÓ, István (Org.). *Brasil: formação do estado e da nação*. São Paulo: Hucitec, 2003.

JINZENJI, Mônica Yumi. *Cultura impressa e educação da mulher*. lições de política e moral no periódico mineiro – o mentor das brasileiras (1829-1832). 2008. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, 2008.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. *Revista Brasileira de História da Educação*. Campinas, n. 1, p. 9-43, jan./jun. 2001.

JULLIARD, Jacques. A política. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (Org.). *História: novas abordagens*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

KANT, Immanuel. *Sobre a pedagogia*. 4. ed. rev. São Paulo: UNIMEP, 2004.

KLAFKE, Alvaro Antonio. O império na província: "o propagador da indústria rio-grandense (1833-1834)". In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA. XXIII. *Anais...* 2005, Londrina, 2005.

LALOUETTE, Jacqueline Do exemplo à série: história da prosopografia. In: HEINZ, Flavio M. *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (Org.). *História: novas abordagens*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (Org.). *História: novos objetos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação*: abastecimento da corte na formação política do Brasil (1808-1842). São Paulo: Símbolo, 1979.

LEVI, Giovanni *A herança imaterial*: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000

LEWKOWICZ, I. Espaço urbano, família e domicílio (Mariana no início do século XIX). In: _____. *Termo de Mariana: história e documentação*. Mariana: Universidade Federal de Ouro Preto, 1998, v. 1, p. 87-97.

LIBBY, Douglas Cole. *Transformações e trabalho em uma econômica escravista- MG no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1988

LOPES, Eliane Marta Teixeira. História: ler, ver, ouvir, e contar... o outro. In: COMPLETAR. *Anais de pesquisa da Faculdade de Educação/UFMG*. Belo Horizonte, 1997. p. 292-303.

LOPES, José Reinaldo de Lima. Iluminismo e Jusnaturalismo no ideário dos juristas da primeira metade do século XIX. In: JACSÓ, Stván. *Brasil: formação do estado e da nação*. São Paulo: Hucitec, Ed. Unijuí, Fapesp, 2003.

LUSTOSA, Isabel. *Insultos impressos: a guerra dos jornalistas na independência (1821-1823)*. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

MADER, Maria Elisa Noronha de Sá. Ordem e civilização: a idéia de nação nos textos do Visconde do Uruguai. In: SOIHET, Rachel; BICALHO, Maria Fernanda Baptista; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva (Org.). *Culturas políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história*. Rio de Janeiro: Mauad, 2005, p. 177-197.

MARTINS, Maria Fernanda Vieira. *A velha arte de governar: um estudo sobre política e elites a partir do Conselho de Estado (1842-1889)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007. 436 p.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. *Tempos de Saquarema*. Rio de Janeiro: Acces, 1994.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. Textos, leitores e formação do povo: escrita e leitura na construção do Estado Imperial Brasileiro. In: CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO. 1º. *Atas...* Porto: Fundação Colouste Gulbenkian, 1998, v. I, p. 559-569.

MENESES, José Newton Coelho. A terra de quem lavra e semeia: alimento e cotidiano em Minas Colonial. In: Maria Efigênia Lage de Resende; Luiz Carlos Villalta. (Org.). *História de Minas Gerais. As Minas Setecentistas..* 1 ed. Belo Horizonte: Companhia do Tempo; Autêntica, 2007, v. 1, p. 337-358.

MENESES, José Newton Coelho. Introdução. Economia: diversificação, dinâmica evolutiva e mercado interno.. In: Maria Efigênia Lage de Resende; Luiz Carlos Villalta. (Org.). *História de Minas Gerais. As Minas Setecentistas..* 1 ed. Belo Horizonte: Companhia do Tempo; Autêntica, 2007, v. 1, p. 273-277

MENESES, José Newton Coelho. O Continente Rústico. Abastecimento alimentar nas Minas Gerais setecentistas. 1. ed. Diamantina - MG: Maria Fumaça Editora, 2000. v. 1. 263 p.

MOACYR, Primitivo. *A instrução e o império*: subsídios para a história da educação no Brasil (1823-1853). São Paulo: Cia Editora Nacional, 1936, v. 1. (Coleção Brasileira).

MOACYR, Primitivo. *A instrução e as províncias*: subsídios para a história da educação no Brasil (1834-1889). São Paulo: Cia Editora Nacional, 1939, v. 1 e 2. (Coleção Brasileira).

MOACYR, Primitivo. *A instrução e as províncias*: subsídios para a história da educação no Brasil (1834-1889). São Paulo: Cia Editora Nacional, 1940, v. 3. (Coleção Brasileira).

MORAIS, Christianni Cardoso. *Para o aumento da instrução da mocidade da nossa pátria*: estratégias de difusão do letramento na Vila de São João Del Rey (1824-1831). 2002. 198f. Dissertação (Mestrado em educação) – Faculdade de Educação da UFMG, Belo Horizonte, 2002.

MOREIRA, Luciano Silva. A formação do acervo de jornais publicados no período regencial sob a guarda da Hemeroteca Pública Assis Chateaubriand. In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA. XIV. Anpuh/MG, 2004, Juiz de Fora.

MOREIRA, Luciano Silva. *Imprensa e política*. 2006. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

MOREL, Marco. *O período das Regências* (1831-1840). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003a.

MOREL, Marco. *Palavra, imagem e poder*: o surgimento da imprensa no Brasil no século XIX. Rio de Janeiro: DP&A, 2003b.

MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos*: imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade Imperial (1820-1840). São Paulo: Hucitec, 2005.

MORLEY, Helena. *Minha vida de menina*. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. O conceito de cultura política. In: ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH/MG. X. Anais... Mariana, 1996, p. 83-91.

MOURÃO, Paulo Krüger Corrêa. *O ensino em Minas Gerais no tempo do império*. Belo Horizonte: Centro Regional de Pesquisas Educacionais, 1959.

NARODOWSKI, Mariano. *Infância e poder: conformação da pedagogia moderna*. Bragança Paulista: Editora da Universidade de São Francisco, 2001.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. *Corcundas e constitucionais: a cultura política da Independência (1820-1822)*. Rio de Janeiro: Revan/Faperj, 2003.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das; MOREL, Marco; FERREIRA, Tania Maria Bessone da C. *História e imprensa: representações culturais e práticas de poder*. Rio de Janeiro: DP&A: FAPERJ, 2006.

NOGUEROI, Luis Paulo Ferreira. *Sabará e Porto Alegre na formação do mercado nacional no século XIX*. 2003. 261f. Tese (Doutorado em Economia Aplicada) – Instituto de Economia da UNICAMP, Campinas, 2003.

NUNES, Clarice; CARVALHO, Marta Maria Chagas. Historiografia da educação e fontes. Porto Alegre, *Cadernos da Anped*, n. 5, p. 7-64, 1993.

OLIVEIRA, Anderson. José Machado de. Os Bispos e os Leigos: Reforma Católica e Irmandades no Rio de Janeiro Imperial. *Locus*, Juiz de Fora, v. 8, n. 2, p. 71-81, 2002.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. As Festas que a República Manda Guardar. *studos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n.4, 1989, p.172-189.

ORLANDI. Eni Puccinelli. Vão surgindo os sentidos. In: _____ (Org.) *Discurso fundador: a formação do país e a construção da identidade nacional*. Campinas: Ponte, 1993.

OTTONI, Teófilo. *Circular dedicada aos Senhores Eleitores de Minas Gerais (1860)*. São Paulo: Irmãos Ferraz, 1930.

PASCOAL, Isaiás José Bento Leite Ferreira de Melo, padre e político o Liberalismo moderado no extremo sul de Minas Gerais. Belo Horizonte, *Varia História*, v. 23, n. 37, p. 208-222, jan./jun. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/vh/v23n37/v23n37a12.pdf>. Acesso: 27 nov. 2009.

PAULA, João Antônio. *Raízes da modernidade em Minas Gerais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

PEREIRA, Célio Hugo Alves. *Efemérides do Arraial do Tejuco a Diamantina*. Belo Horizonte: Edições C.L.A, 2007.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História e história cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

PETROLLI, Valdenizio. O paulista: o primeiro jornal da província. In: CONGRESSO NACIONAL DE HISTÓRIA DA MÍDIA. V. *Anais...* Facasper e Ciec, São Paulo, 2007. Disponível em: <http://www.rp-bahia.com.br/biblioteca/hist-midia2005/resumos/R0089-1.pdf>. Acesso: 9 set. 2009.

REIS FILHO, Daniel Aarão. Intelectuais e política nas fronteiras entre reforma e revolução. In: _____. *Intelectuais, história e política: séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: 7 letras, 2000.

RÉMOND, René. *Por uma história política*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2003.

REVEL, Jacques. Os usos da civilidade. In: CHARTIER, Roger (Org.). *História da vida privada: da Renascença ao Século das Luzes*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p. 169-209.

REVEL, Jacques. Microanálise e construção do social. In: REVEL, Jacques (Org.). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1998, p. 34-38.

REZENDE, Francisco de Paula Pereira. *Minhas recordações*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988.

RIOUX, Jean-Pierre. A associação em política. In: RÉMOND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/Ed.FGV, 2003. p. 99-139.

ROSA, Walquíria Miranda. *Instrução pública e profissão docente em Minas Gerais (1825-1852)*. 2001.174f. Dissertação (Mestrado em educação) – Faculdade de Educação da UFMG. Belo Horizonte, 2001.

RODRIGUES, José Carlos. *Idéias filosóficas e políticas em Minas Gerais no século XIX*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSC, 1986.

RODRIGUES, José Honório. *A independência: revolução e contra-revolução*. Rio de Janeiro Francisco Alves, 1975, v. 1.

ROSANVALLON, Pierre. Por uma história conceitual do político. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v.15, n. 30, 1995.

ROUSSELIER, Nicolas. La culture politique libérale. In: BERSTEIN, Serge. *Les cultures politiques en France*. Paris: Éditions du Seuil, [s.d.], p. 69-112.

SILVA, Ana Rosa Clocllet da. De comunidades a nação. Regionalização do poder, localismos e construções identitárias em Minas Gerais (1821-1831). *Almanack Braziliense*. São Paulo, n.2, p.43-63, 2005a.

SILVA, Ana Rosa Clocllet da. Identidades políticas e a emergência do novo Estado Nacional: o caso mineiro. In: JANCSÓ, István (Org.). *Independência do Brasil: história e historiografia*. São Paulo: Hucitec, 2005b, v. 2, p. 515-555.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Ser nobre na colônia*. São Paulo: UNESP, 2005. 341p.

SILVA NETO, Pedro Galdino da. Entre a tribuna e o jornal, Evaristo da Veiga e o nobre ofício de livreiro. In: SEMINÁRIO BRASILEIRO LIVRO E HISTÓRIA EDITORIAL II. *Anais...* 2009. Disponível: www.livroehistoriaeditorial.pro.br/segundoseminario. Acesso: 14 mar. 2010.

SILVA, Rita Cristina Lima Lages e. *O ensino de francês na instrução pública em Minas Gerais entre (1831-1855)*. 141f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais. (FaE/UFMG), Belo Horizonte, 2007.

SOUZA, Vera Lúcia do Lago. *Athenas do Sul de Minas: entre a memória e a história da educação: práticas e representações das elites de Campanha – 1870/1930*. 255 f. Dissertação (Mestrado em Educação) Faculdade de Educação- Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006

SALES, Zeli Efigênia Santos de. *O conselho geral da província e a política de instrução pública em Minas Gerais (1825-1835)*. 2005. 131f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação da UFMG, Belo Horizonte, 2005.

SILVA, José Luis Werneck. *Isso é o que me parece a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (1827-1904) na formação social brasileira: a conjuntura de 1871 até 1877*. 1979. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, 1979.

SILVA, Wlamir. A moderação e o caramurismo: a construção da identidade restauradora pelos liberais mineiros no período regencial. In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH/MG. XIV. Juiz de Fora, 2004.

SILVA, Wlamir. *Liberais e povo: a construção da hegemonia liberal-moderada na província de Minas Gerais*. 2002. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/Ed.FGV, 2003, p. 234-241.

SOBRINHO, Antônio Caio. *História da educação em São João del-Rei*. São João del-Rei: Funrei, 2000.

SODRÉ, Nelson Werneck. *Síntese da história da cultura brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970, v. 78. (Retratos do Brasil)

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

SOIHET, Rachel; BICALHO, Maria Fernanda Baptista; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva (Org.). *Culturas políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história*. Rio de Janeiro: Mauad, 2005.

SANTOS, Marileide Lopes dos. *Educação, assistência e sociabilidade: o governo dos pobres em Sabará (1832-1860)*. 2007. 198f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação da UFMG, Belo Horizonte, 2007

SOUSA, Avanete Pereira. O Senado da Câmara da Bahia e a crise do Antigo Sistema Colonial. In: CONGRESSO INTERNACIONAL ESPAÇO ATLÂNTICO DE ANTIGO REGIME: PODERES E SOCIEDADES. *Actas...* 2005. Disponível em: http://cvc.instituto-camoes.pt/ear/coloquio/comunicacoes/avanete_pereira_sousa.pdf. Acesso: 20 fev. 2010.

SOUZA, Iara Lins C. *Pátria coroada*. São Paulo: Unesp, 1999.

SOUZA, Laura de Mello e. *Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII*. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

SOUSA, Otávio Tarquínio de. *Bernardo Pereira de Vasconcellos e seu tempo*. Rio de Janeiro: Jose Olympio, 1937. (Documentos brasileiros, 3)

SOUZA, Vera Lúcia do Lago. *Athenas do Sul de Minas: entre a memória e a história da educação: práticas e representações das elites de Campanha (1870/1930)*. 2006. 255 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, 2006.

SUCCUPIRA, Newton. O Ato adicional de 1834 e a descentralização da educação. In: FAVERO, Osmar (Org.). *A educação nas Constituintes brasileiras 1823-1988*. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2001. p. 55-67.

THOMPSON, Edward. Palmer. Educação e experiência. In: THOMPSON, Edward. Palmer. *Os Românticos*. Editora Civilização Brasileira, 2002, p.13-47.

THOMPSON, E. P. *Senhores e caçadores*. Trad. Denise Battmam. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

TORRES, João Camilo de. *História de Minas Gerais*. 3. ed. Belo Horizonte: Lemi/Brasília: INL, 1980, v. 2.

URICOECHEA, Fernando. *O minotauro imperial: a burocratização do Estado Imperial brasileiro*. Editora Difel: São Paulo, 1978.

VALADÃO, Alfredo. Campanha da Princesa: vida cultura (parte I). *Revista Tribunais*. São Paulo, v. III, 1942, 288p.

VALADÃO, Alfredo. *Vultos nacionais*. 2. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1974.

VELLASCO, Ivan de Andrade. *As seduções da ordem: violência, criminalidade e administração da justiça Minas Gerais, século 19*. Bauru, São Paulo: Edusc/Apocs, 2004. 328 p.

VARELA, Julia; ALVAREZ-URIA, Fernando. A maquinaria escolar. *Teoria & Educação*, Porto Alegre, n. 6, p. 68-69, 1992.

VASCONCELLOS, Bernardo Pereira de. *Manifesto político e exposição de princípios*. Brasília: Universidade Federal de Brasília, 1984.

VASCONCELLOS, Salomão. *Bernardo Pereira de Vasconcellos*. Belo Horizonte: [s.n.], 1953.

VEIGA, Cynthia Greive. História política e história da educação. In: VEIGA, Cynthia Greive; FONSECA, Thais Nívia de Lima e (Org.). *História e historiografia da educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003, p. 13-47.

VEIGA, Cynthia Greive. A escolarização como projeto de civilização. *Revista Brasileira de Educação*, n. 21, p. 90-103, set./out./nov./dez. 2002a.

VEIGA, Cynthia Greive. A institucionalização das cadeiras de instrução elementar em Minas Gerais no século XIX e a produção da profissão docente. *In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO. II. Anais...* Natal, 2002b.

VEIGA, Cynthia Greive. A instrução pública como regra de governamentalidade: o caso da escolarização em Minas Gerais no século XIX. *In: CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO. III. Anais...* Coimbra, 2000.

VEIGA, José Pedro Xavier da. Palavras preliminares. *Revista do Arquivo Público mineiro*, ano I, fasc. I, Belo Horizonte, Imprensa Oficial, p. iii e iv, jan./mar. 1896.

VELHO, Gilberto. *Individualismo e cultura: notas para uma antropologia das sociedades complexas*. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

VIANA, Fabiana da Silva. *Relação entre governo, escola e família no processo de institucionalização da instrução pública elementares em Minas Gerais (1820-1840)*. 2006. 138f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação da UFMG, Belo Horizonte, 2006.

VIANA Fabiana da Silva; INÁCIO, Marcilaine Soares. Intelectuais, Estado e educação no século XIX: criando sentidos, instituindo práticas e representações sobre a escolarização em MG (1825-1850). *In: VIII Encontro de Pesquisa em Educação da Região Sudeste, 2007, Vitória-ES. Anais do VIII Encontro de Pesquisa em Educação da Região Sudeste, 2007.*

VICENT Guy; LAHIRE, Bernard; THIN, Daniel. Sobre a história e teoria da forma escolar. *Educação em Revista*, n. 33, p. 7-48, 2001.

VILLALTA, L. C. O que se fala e o que se lê: língua, instrução e leitura. *In: SOUZA, Laura de Mello e. (Org.). História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, v. 1, p. 331-385.

VILLALTA, L. C. Educação pública e educação privada. *In: GONÇALVES, Andréa Lisly. (Org.). Termo de Mariana: história e documentação*. Belo Horizonte; Mariana: BDMG, Editora da UFOP, 1998, v. 1, p. 189-196.

VILLAR, Pierre. Nação. *In: LE GOFF, Jacques; CHARTIER, Roger; REVEL, Jacques (Org.). A nova história*. Coimbra: Almedina, 1990.

WERNET, Augustin. *Sociedades políticas (1831-1832)*. São Paulo: Cultrix, 1978.

WILLIAMS. Raymond. *Marxismo e literatura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

XAVIER, Maria Elizabete Sampaio Prado. *Poder político e educação de elite*. São Paulo: Cortez; Autores Associados, 1980.

FONTES

Fontes online

ALVARÁ de 30 de março de 1818. Cartas De Lei, Alvarás, Decretos E Cartas Régias 1818. Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/legislacao/publicacoes/doimperio/colecao1.html/> Acesso em: 3 mar. 2009.

BRASIL. *Lei de 20 de outubro de 1823*. Revoga o Alvará de 30 de março de 1818 sobre sociedades secretas. 1823. Disponível em: www2.camara.gov.br/legislacao/publicacoes/doimperio/colecao1.html. Acesso em: 10 out. 2005.

BRASIL. Constituição (1824). Constituição Política do Império, 1824. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao24.htm. Acesso em: 09 abr. 2009.

BRASIL. Lei de 1º de outubro 1828. Disponível em: www.camara.gov.br. Acesso: 4 fev. 2010.

MINAS GERAIS. *Relatórios de presidente de província*. 1828- 1852. APM. Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil>. Acesso: 12 dez. 2009

ORDENAÇÕES filipinas livro V, título 6, § 5 a 9. Disponível em: www.ci.uc.pt/ihti/proj/filipinas/ordenacoes.htm. Acesso em: 3 mar. 2009.

SISSON, S. A. *Galeria dos brasileiros ilustres*. Brasília: Senado Federal, Secretaria Especial de Editoração e Publicação, vol I e II, 1999. Disponível em: http://pt.wikisource.org/wiki/Galeria_dos_Brasileiros_Ilustres/Te%C3%B3filo_Benedito_Otoni Acesso: 21/04/2010

Fontes impressas

ATO Adicional de 12 de agosto de 1834. In: DANTAS JUNIOR, J.da O. *As constituições do Brasil*. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1937.

AZEVEDO, Manuel Duarte Moreira de. Sociedades Fundadas no Brasil Desde os Tempos Coloniaes até o Começo do Actual Reinado. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro. 1885, t. XLVIII, parte primeira, p. 265-322.

BLUTEAU, Rapheal (padre). *Vocabulário portuguez & Latino*. Coimbra: Colégio das Artes, 1712/1727.

CÓDIGO de Posturas da Câmara Municipal de Ouro Preto *apud* SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Ser nobre na colônia*. São Paulo: UNESP, 2005.

CONSTITUIÇÃO política do Império do Brasil. In: DANTAS JUNIOR, J. da O. *As constituições do Brasil*. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1937.

CHAGAS, Paulo Pinheiro. *Teófilo Ottoni: ministro do povo*. 3. ed. rev. e aum. Belo Horizonte: Itatiaia; Brasília:INL, 1978.

LIMA, José Inácio de Abreu e. *O Compêndio de História do Brasil*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1882.

MINAS GERAIS. Regulamento. n. 9, Lei n. 49, de 15 de dezembro de 1836. *Leis Mineiras*. Ouro Preto: Tipografia do Universal, 1836.

MINAS GERAIS. Relatórios dos Presidentes da Província ao Conselho Geral (1828-1833). In: *Revista do Arquivo Público Mineiro, Belo Horizonte*, vol. XVIII, 1912, p. 97-113.

MONTESQUIEU, Charles de Secondat. *Do espírito das leis*. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1979. 539p.

ORGANIZAÇÃO da “Sociedade Philopolitechnica” em São João Del Rei. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, ano IV, p. 815-842, 1899.

OTONI, Teófilo Benedito. *Circulares aos eleitores de senadores da Província de Minas Gerais*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1916.

VEIGA, José Pedro Xavier da. A imprensa em Minas Gerais. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte: Imprensa Oficial, Ano III, p. 169-250, 1898.

VEIGA, José Pedro Xavier da. *Ephemérides Mineiras (1664-1897)*. Belo Horizonte: Centro de Estudos Históricos Culturais, Fundação João Pinheiro, 1998.

VEIGA, José Pedro Xavier da. Primeiras Administrações em Minas Gerais. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, Imprensa Oficial, ano I, fasc. I, p. 97-117, 1896.

VEIGA, José Pedro Xavier da. Representantes de Minas Gerais eleitos entre 1821-1896. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, Imprensa Oficial, Ano I, fasc. I, p. 2-97, 1896.

VEIGA, José Pedro Xavier da. Primeiras Administrações em Minas Gerais Conselho Geral da Província. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, ano I, fasc. II, p. 391-397, 1896.

Jornais

AURORA FLUMINENSE, n. 276, 1829 *apud* GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. Republicanos ou federalista. História hoje balanço e perspectiva. In: ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH. IV. *Anais...* Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Anpuh, 1990. p. 204.

CORREIO DE MINAS. Ouro Preto. 1838-1844. Hemeroteca Pública Hemeroteca Pública Assis Chateaubriand.

ESTRELA MARIANNENSE. Ouro Preto/Mariana. 1830-1832. Fundação Biblioteca Nacional.

JORNAL DA SOCIEDADE PROMOTORA DA INSTRUÇÃO PÚBLICA. Ouro Preto, n. 8, 22 jun.1832.

JORNAL DA SOCIEDADE PROMOTORA DA INSTRUÇÃO PÚBLICA. Ouro Preto, n.14, 07 set.1832

JORNAL DA SOCIEDADE PROMOTORA DA INSTRUÇÃO PÚBLICA. Ouro Preto, n. 17, 16 set. 1832.

JORNAL DA SOCIEDADE PROMOTORA DA INSTRUÇÃO PÚBLICA. Ouro Preto, n. 18, 18 set. 1832.

JORNAL DA SOCIEDADE PROMOTORA DA INSTRUÇÃO PÚBLICA. Ouro Preto, n. 19, 22 jun. 1832.

JORNAL DA SOCIEDADE PROMOTORA DA INSTRUÇÃO PÚBLICA. Ouro Preto, n. 20, 04 out. 1832.

JORNAL DA SOCIEDADE PROMOTORA DA INSTRUÇÃO PÚBLICA. Ouro Preto, n. 21, 13 out. 1832

JORNAL DA SOCIEDADE PROMOTORA DA INSTRUÇÃO PÚBLICA. Ouro Preto, n. 24, 08 nov. 1832.

JORNAL DA SOCIEDADE PROMOTORA DA INSTRUÇÃO PÚBLICA. Ouro Preto, n. 26, 4 dez. 1832

JORNAL DA SOCIEDADE PROMOTORA DA INSTRUÇÃO PÚBLICA. Ouro Preto, n. 27, 15 dez. 1832.

JORNAL DA SOCIEDADE PROMOTORA DA INSTRUÇÃO PÚBLICA. Ouro Preto, n. 28, 22 dez. 1832

JORNAL DA SOCIEDADE PROMOTORA DA INSTRUÇÃO PÚBLICA. Ouro Preto, n. 29, 5 jan. 1833

JORNAL DA SOCIEDADE PROMOTORA DA INSTRUÇÃO PÚBLICA. Ouro Preto, n. 30, 11 jan. 1833.

JORNAL DA SOCIEDADE PROMOTORA DA INSTRUÇÃO PÚBLICA. Ouro Preto, n. 41, 14 fev. 1834.

JORNAL DA SOCIEDADE PROMOTORA DA INSTRUÇÃO PÚBLICA. Ouro Preto, n. 54, 06 jun. 1834.

JORNAL DA SOCIEDADE PROMOTORA DA INSTRUÇÃO PÚBLICA. Ouro Preto, n. [ilegível], 21 jun. 1834

JORNAL DA SOCIEDADE PROMOTORA DA INSTRUÇÃO PÚBLICA. Ouro Preto, n. 61, 22 jul. 1834

JORNAL DA SOCIEDADE PROMOTORA DA INSTRUÇÃO PÚBLICA. Ouro Preto, n. 62, 29 jul. 1834.

JORNAL DA SOCIEDADE PROMOTORA DA INSTRUÇÃO PÚBLICA. Ouro Preto, n. 67, 22 jul. 1834

O ASTRO DE MINAS. São João del Rei, n. 669, 18 mar. 1832

O MENTOR DAS BRASILEIRAS. São João del Rei, n. 32, 07 set. 1830

O MENTOR DAS BRASILEIRAS. São João del Rei, n. 48, out. 1830

O MENTOR DAS BRASILEIRAS. São João del Rei, 7 out. 1831.

O MENTOR DAS BRASILEIRAS. São João del Rei, n. 69, 8 abr. 1831.

OPINIÃO CAMPANHENSE. Campanha, 29 dez. 1832.

O REPUBLICO. Rio de Janeiro, n. 59, 28 abr. 1831 apud GUIMARÃES, 1990, p. 18

O UNIVERSAL. Ouro Preto. 1825-1842. Disponível em:
<http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/jornais>. Acesso: 4 mar. 2009.

- O UNIVERSAL. Ouro Preto, n.1, 18 jul. 1825.
- O UNIVERSAL. Ouro Preto, n.5, 20 jul. 1825.
- O UNIVERSAL. Ouro Preto, n.9, 5 ago. 1825.
- O UNIVERSAL. Ouro Preto, n.8, 3 ago. 1825.
- O UNIVERSAL. Ouro Preto, n.10, 8 ago. 1825.
- O UNIVERSAL. Ouro Preto, n.11, 10 ago. 1825.
- O UNIVERSAL. Ouro Preto, n.13, 15 ago. 1825.
- O UNIVERSAL. Ouro Preto, n.16, 9 abr. 1828.
- O UNIVERSAL. Ouro Preto, n.17, 24 ago. 1825.
- O UNIVERSAL. Ouro Preto, n.43, 21 out. 1825.
- O UNIVERSAL. Ouro Preto, n.43, 22 out. 1827.
- O UNIVERSAL. Ouro Preto, n.68, 9 dez. 1827.
- O UNIVERSAL. Ouro Preto, n.77, 11 jan. 1826.
- O UNIVERSAL. Ouro Preto, n.78, 13 jan. 1826.
- O UNIVERSAL. Ouro Preto, n.79, 16 jan. 1826.
- O UNIVERSAL. Ouro Preto, n.82, 23 jan. 1826.
- O UNIVERSAL. Ouro Preto, n.83, 25 jan. 1826.
- O UNIVERSAL. Ouro Preto, n.85, 30 jan. 1826.
- O UNIVERSAL. Ouro Preto, n.86, 1º fev. 1826.
- O UNIVERSAL. Ouro Preto, n.107, 1 ago. 1838
- O UNIVERSAL. Ouro Preto, n.120, 18 abr. 1828.
- O UNIVERSAL. Ouro Preto, n.123, 25 abr. 1828.
- O UNIVERSAL. Ouro Preto, n.238, 22 jan. 1827.
- O UNIVERSAL. Ouro Preto, n.280, 30 abr. 1827.
- O UNIVERSAL. Ouro Preto, n.319, 29 jul. 1829.
- O UNIVERSAL. Ouro Preto, n.364, 11 nov. 1829.
- O UNIVERSAL. Ouro Preto, n. 382, 4 dez. 1829
- O UNIVERSAL. Ouro Preto, n.388, 8 jan. 1830.
- O UNIVERSAL. Ouro Preto, n.398, 1º fev. 1830.
- O UNIVERSAL. Ouro Preto, n. 419, 22 mar. 1830
- O UNIVERSAL. Ouro Preto, n.421, 26 abr. 1830.
- O UNIVERSAL. Ouro Preto, n.445, 26 mai. 1830
- O UNIVERSAL. Ouro Preto, n.458, 26 jun. 1830.
- O UNIVERSAL. Ouro Preto, n.460, 30 jun. 1830

O UNIVERSAL. Ouro Preto, n. 506, 18 out. 1830
O UNIVERSAL. Ouro Preto, n.558, 16 fev. 1831
O UNIVERSAL. Ouro Preto, n.561, 23 fev. 1831.
O UNIVERSAL. Ouro Preto, n.575, 25 mar. 1831
O UNIVERSAL. Ouro Preto, n.576, 28 mar.1831
O UNIVERSAL. Ouro Preto, n.579, 08 abr. 1831
O UNIVERSAL. Ouro Preto, n. 580, 11 abr. 1831
O UNIVERSAL. Ouro Preto, n.582, 15 abr. 1831.
O UNIVERSAL. Ouro Preto, n.583, 18 abr. 1831
O UNIVERSAL. Ouro Preto, n.584, 20 abr. 1831.
O UNIVERSAL. Ouro Preto, n.585, 22 abr. 1831;
O UNIVERSAL. Ouro Preto, n.587, 24 ab. 1831.
O UNIVERSAL. Ouro Preto, n.589, 2 maio 1831.
O UNIVERSAL. Ouro Preto, n.590, 4 maio 1831.
O UNIVERSAL. Ouro Preto, n.594, 13 mai. 1831
O UNIVERSAL. Ouro Preto, n.595, 16 maio 1831.
O UNIVERSAL. Ouro Preto, n.597, 20 maio 1831.
O UNIVERSAL. Ouro Preto, n.617, 8 jul. 1831.
O UNIVERSAL. Ouro Preto, n.631, 10 ago. 1831.
O UNIVERSAL. Ouro Preto, n.634, 17 ago. 1831
O UNIVERSAL. Ouro Preto, n.645, 12 set. 1831.
O UNIVERSAL. Ouro Preto, n.646, 14 set. 1831.
O UNIVERSAL. Ouro Preto, n.661, 19 out. 1831.
O UNIVERSAL. Ouro Preto, n.669, 18 mar. 1832.
O UNIVERSAL. Ouro Preto, n.671, 11 nov. 1831.
O UNIVERSAL. Ouro Preto, n. 672, 18 nov. 1831
O UNIVERSAL. Ouro Preto, n.691, 30 dez. 1831.
O UNIVERSAL. Ouro Preto, n.704, 30 jan. 1832.
O UNIVERSAL. Ouro Preto, n.705, 1º fev. 1832.
O UNIVERSAL. Ouro Preto, n. 715, 24 fev. 1832
O UNIVERSAL. Ouro Preto, n.721, 9 mar. 1832.
O UNIVERSAL. Ouro Preto, n.726, 21 mar. 1832
O UNIVERSAL. Ouro Preto, n.728, 26 mar. 1832.
O UNIVERSAL. Ouro Preto, n.729, 28 mar. 1832.
O UNIVERSAL. Ouro Preto, n.732, 4 abr.1832.
O UNIVERSAL. Ouro Preto, n.769, 02 jul. 1832

O UNIVERSAL. Ouro Preto, n. 752, 23 mai. 1832
O UNIVERSAL. Ouro Preto, n.789, 17 ago. 1832.
O UNIVERSAL. Ouro Preto, n.797, 5 set. 1832.
O UNIVERSAL. Ouro Preto, n. 822, 02 nov. 1832.
O UNIVERSAL. Ouro Preto, n.832, 26 nov. 1832.
O UNIVERSAL. Ouro Preto, n. 940, 11 out. 1833
O UNIVERSAL. Ouro Preto, n.962, 4 dez. 1833.
O UNIVERSAL. Ouro Preto, n. 1.146, 18 fev. 1835
O UNIVERSAL. Ouro Preto, n.1154, 11 mar.1835
O UNIVERSAL. Ouro Preto, n.1180, 11 mar. 1835.
O UNIVERSAL. Ouro Preto, n. 2.060, 23 nov.1835
O UNIVERSAL. Ouro Preto, n. 2, 6 fev. 1837
O UNIVERSAL. Ouro Preto, n. 10, 24 fev., 1837
O UNIVERSAL. Ouro Preto, n. 59, 26 jun. 1837
O UNIVERSAL. Ouro Preto, n.81, 17 ago. 1837
O UNIVERSAL. Ouro Preto, n. 73, 16 jul. 1841

O VIGILANTE. Sabará, n. 79, p. 2, 6 fev. 1833.

FONTES MANUSCRITAS

ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO

MINAS GERAIS. Instrução Pública. Lei n.13 de 28 de março de 1835. *Livro das Leis Mineiras*. APM.

MINAS GERAIS. Instrução Pública. Regulamento n. 3 da Lei nº13 de 28 de março de 1835. *Livro das Leis Mineiras*. APM.

MINAS GERAIS. Instrução Pública. Lei n. 311 de 8 de abril de 1835. *Livro das Leis Mineiras*. APM.

MINAS GERAIS. Despeza Provincial. Lei n. 80 de 1837. *Livro das Leis Mineiras*. APM.

Presidência da Província

MINAS GERAIS. Instrução Pública. *Correspondências recebidas pela presidência da Província (1823-1852)* SP PP 1/42, caixas 1-14.

MINAS GERAIS. Sociedades Políticas, Literárias e Musicais. *Correspondências recebidas pela presidência da Província (1823-1852)* SP PP 1/7, caixas 1-2.

Câmaras Municipais

Câmara Municipal de Ouro Preto (CMOP).

CMOP 1/10, cx. 01

ARQUIVOS MUNICIPAIS

Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Mariana (AHCMM)

AHCMM/651/fl.66f-102v.

AHCMM, 333, fl.130v.

AHCMM/651/fl.66f-102v.

AHCMM, 333, fl.130v.

AHCMM/214/107v.

AHCMM, 333, fl. 130v.

AHCMM, Códice 651, fl 70v.

Casa Setecentista – Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Mariana.

ATAS da Câmara. MISCELANIA., livro: 709

AHCSM/1º/cod.097/Auto2017.

ANEXOS

Anexo 1

Associações criadas na província de Minas Gerais no período regencial (1831 e 1838)

DENOMINAÇÃO	LOCAL	ANO DE CRIAÇÃO
Sociedade Promotora da Instrução Pública	Ouro Preto	1831
Sociedade Pacificadora, Philantropica, e Defensora da Liberdade e Constituição	Sabará	1831
Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional de	Prados	1831
Sociedade Mineralológica (<i>O universal</i> 20/04/1831)	Mariana	1831
Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional	Pouso Alegre	1831
Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional	Três Pontas	1832
Sociedade Promotora do Bem Público	Vila do Príncipe	1832
Sociedade Philantropica do Curato da Igreja Nova da Boa Vista	Campanha	1832
Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional	São João del Rey	1832
Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional	Campanha	1832
Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional	Arraial de S. José e Dores de Alfenas	1832
Sociedade Patriotica Mariannense	Mariana	1832
Sociedade Defensora e Promotora dos Direitos do Cidadão	Paracatu	1832
Sociedade dos Amigos da Beneficência	Diamantina	1832
Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional	Vila de Lavras do Funil	1832
Sociedade Promotora da União e Defensora do Centro	Arraial de N. Sra. Do Amparo do Brejo do Salgado (Januária)	1832
Sociedade Caetheana Promotora da Instrução	Caeté	1832
Sociedade Promotora da Instrução Pública e Pacificadora do Centro	Vila de Formigas	1832
Sociedade Deffensora da Liberdade e Independência Nacional	Arraial do Bom Sucesso	1832
Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional	Arraial de SantaAnna do Sapocahy	1832
Sociedade dos Amigos da Beneficência e Opositora da Ilegalidade	São Romão	1832

Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional	Vila de S. Domingos do Arachá	1833
Sociedade Defensora Campanhense	Campanha	1833
Sociedade Sustentadora do Governo Legal do Senr. Som Pedro Segundo	Arraial de São Gonçalo	1833
Sociedade Promotora do Bem Público	Arraial do Cabo Verde	1833
Sociedade Curvelana Defensora da Legalidade	Curvelo	1833
Sociedade Provincial Mineira	Barbacena	1833
Sociedade Philantrópica	Vila de Itabira do Mato Dentro	1834
Sociedade Philantropica, Anti-Restauradora, Amante da Lei, Liberdade e Independência Nacional	Freguesia de Santa Quitéria	1834
Sociedade Juvenil Defensora da Constituição e Liberdade	Arraial do Patafufo e e Pitangui	1834
Sociedade Cultora da Religião e Sustentadora da Lei e Liberdade	Congonhas do Sabará	1834
Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional	Freguesia dos Corações de Jesus, Maria, Jozé do Rio Verde	1834
Sociedade Reformista Defensora da Constituição e Liberdade Nacional	Mateus Leme	1835
Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional	Capela de Lambary da Vila da Campanha	1835
Sociedade Bitinense Anti-Restauradora e Defensora da Liberdade	Betim	1835
Sociedade Defensora do Throno e da Constituição	Ouro Preto	1837
Sociedade Promotora da Instrução Pública	Arraial de Gouveia	1838
Sociedade Philantropica Muzical de Campo Belo	Arraial de Campo Belo	1838

Fonte: APM SP PP 1/7 caixas. 01 e 02, APM, SP PP 1/18, cx. 196, pac. 22; O UNIVERSAL 20 abr. 1831; 4 abr. 1832; 26 nov. 1832; 11 mar. 1835; PASCHOAL 2007.

Anexo 2

Versão preliminar do Estatuto da Sociedade Promotora da Instrução Publica

Estatuto da Sociedade Promotora da Instrução Publica

Capitulo 1º

Da Sociedade e seus sociais

Artº 1º Fica estabelecida nesta cidade de Ouro Preto (huma) Sociedade, com a denominação de = Sociedade Promotora da Instrução Publica.

Artº 2º Esta Sociedade se encarrega:

1º De ter huma Biblioteca Publica, na qual poderão ler gratuitamente todas as pessoas, que quizerem, huma vez que guardem as regras policiaes estabelecidas pela Administração. A Biblioteca estará aberta todos os dia cinco horas pelo menos.

2º De promover o augmento da Biblioteca, e de quanto possa contribuir para a difusão das luzes, e consolidação da Monarchia Hereditária – Constitucional – Representativa.

3º De fazer publicar um Jornal denominado = Jornal da Sociedade Promotora da Instrução Publica =, que contenha noticias verídicas de todas as Províncias do Império, e principalmente o estado, e progresso da Instrução Publica de Minas, as Estrangeiras, e as doutrinas mais adaptadas á conservação da Monarchia Constitucional.

Artº 3º Todos que subscreverem ao Jornal da Sociedade serão sócios, se declararem, que o querem ser. O seu numero hé indefinido, e serão considerados em segredo os nomes dos que o exigirem. Serão também sócios os que subscreverão para as (exéquias do Dº Badaró), e applicarao para a Biblioteca o quantitativo de suas subscrições.

Capítulo 2º

Da Administração da Sociedade

Artº 4º O Governo da Sociedade hé comettido a hum Presidente, e quatro Conselheiros, dos quaes dous serão Secretarios. Haverá dous suplentes para servirem no impedimento, ou falta dos Proprietários.

Artº 5º Os Empregados do artº 4º servirão por hum anno , e poderão ser reeleitos: a maioria absoluta dos votos se requer para a sua reeleição; será primeiramente eleito o Presidente, em segundo lugar os quatro conselheiros, e em último os dous suplentes. O Presidente, e Conselheiros designarão quaes d'entre elles devem ser os Secretarios.

Artº 6º No impedimento do Presidente servirão o Conselheiro mais votado, e no caso de terem sido nomeados com igual numero de votos, a sorte o designará. O mesmo se observará, quando for chamado algum dos suplentes para servir no impedimento dos Proprietários.

Artº 7º Haverá hum Colégio Eleitoral composto de vinte a cinqüenta sócios, que serão eleitos pelo mesmo Colégio; o elegendo deve ser proposto pela Administração, e reunindo dous terços de votos pelo menos, ficará elleito.

Artº 8º Alem do numero do artº antecedente poderá haver mais trinta sócios honorários, que não terão voto no Collegio, e serão eleitos pela maneira marcada no Artº 7º.

Artº 9 Os membros da Administração serão tirados dos sócios, de que se compõe o Collegio Eleitoral (Artº 7º).

Artº 10 São considerados Membros do Collegio Eleitoral os sócios de que se compõe a Administração actual, e ficarão authorizados por esta primeira vez somente para nomearem vinte sócios para o Colegio Eleitoral, e tambem por esta primeira vez somente poderão ser nomeados Membros da Administração os actuaes, posto que não pertenção ao Colegio Eleitoral.

Artº 11 Á Administração incumbe:

1º Executar os presentes estatutos, e determinar quanto for mister para esse fim.

2º Propor ao Colegio Eleitoral os Membros do mesmo Colegio, e os Sócios Honorarios, quando este entender conveniente augmentar o numero (), e outros, ou quando () o numero de 20, do artº 7º.

3º Propor ao Colegio Eleitoral a necessidade da declaração, revogação, ou ampliação de algum artigo destes estatutos.

4º Nomear Redactor ou Redactores para o Jornal da Sociedade, cujo nome ou nomes se conservarão em segredo, se elles o exigirem.

5º Nomear os empregados para o serviço da Biblioteca, (excripturação), e distribuição do jornal, sendo procedentemente fixado seu numero pelo Colegio Eleitoral.

6º Dar contas ao Colegio Eleitoral de todos os actos de sua Administração.

Artº 12 Haverá hum Thezoureiro, que receberá o dinheiro, pertencente á Sociedade e o (despenderá), ou o entregará á quem, e como resolver a Administração.

Capitulo 3º

Disposições Geraes

Artº 13 Hé indefinido o tempo da () desta Sociedade, e quando por algum cazo imprevisto ella venha a dissolver-te, restituir-se hão aos sócios os livros e utensílios, que tiverem dado a Biblioteca, e existirem.

Artº 14 Os sócios se considerarão amplamente remunerados com a honra de servir ao seu Paiz.

Artº 15 Os sócios, de que se compõe o Colegio Eleitoral poderão ser despedidos do Serviço da Sociedade, quando assim o exigirem a utilidade Publica, para o que a Administração convocará extraordinariamente o Colegio, menos o sócio, ou sócios de cuja exclusão se tratar.

Artº 16 Todos os annos no memorável dia 25 de março será nomeada a administração.

Artº 17 Os membros do Colegio Eleitoral servirão pelo tempo, que quizerem, não tendo lugar a sua total renovação, nem a eleição, senão no caso do art.º 11, § 2º.

Artº 18 A Administração terá pelo menos doze (sessões) annuaes, sendo cinco impreterivelmente nos cinco dias de (festividade) e nacional, 25 de março, 3 de maio, 12 de outubro e 9 de janeiro.

Artº 19 Logo que seja possível a Administração fará (imprimir) a Constituição, e os Actos Legislativos mais importantes á Província, para fazer distribuir gratuitamente pela mocidade pobre, que freqüentar as escolas de primeiras letras, e gramática latina.

Artº 20 Os negócios serão divididos pela maioria absoluta de votos dos membros presentes, excepto nos cazos detectados nestes Estatutos.

Imperial cidade de Ouro Preto 27 de março de 1831 = Manoel Ignácio de Mello e Souza = Presidente = Manoel Soares do Couto = Conselheiro = José Pedro de Carvalho = Conselheiro = Herculano Ferreira Penna = Conselheiro = Francisco de Paula Santos = Conselheiro.

Fonte: SP PP 1/42, cx 01, pac.41

Anexo 3

3ª versão dos Estatutos da Sociedade Promotora da Instrução Pública de Ouro Preto

Estatutos da Sociedade Promotora da Instrução Pública da Cidade do Ouro-preto (3ª versão).

Titulo I

Da Sociedade, e seus Sócios.

Art.1. Fica estabelecida nesta Cidade do Ouro-preto uma Sociedade com a denominação de – Sociedade Promotora da Instrução Publica -.

Art.2. Esta Sociedade será composta d`aquellas pessoas, não só da Provincia, como do Imperio, e ainda mesmo Extrangeiros, que forem admittidos na forma destes Estatutos.

Art.3. Os Socios, de que se compoem a Sociedade serão effectivos, ou Honorarios: seu numero será indefinido, e sua eleição se fará na forma dos Artigos seguintes.

Art.4. Para ser Socio effectivo requer-se: 1. Que seja pessoa de reconhecida probidade: 2. Que tenha qualidades para ser Membro util da Sociedade: 3. Que contribua para as despesas da Sociedade no tempo, e com a quota, que se resolver.

Art.5. Para ser Socio honorario é preciso: 1. Que tenha prestado serviços à Sociedade: 2. Que por seus meritos se faça digno de ser a ella admittido.

Art.6. O Elegendo será proposto por qualquer dos Eleitores em Sessão do Collegio Eleitoral, e reunindo a maioria absoluta de votos dos Membros presentes, ficará eleito.

Art.7. Esta Sociedade se encarrega:

§1. De ter uma Bibliotheca Publica, na qual poderão ler gratuitamente todas as pessoas, que quizerem uma vez que guardem as regras pohciaes estabelecidas pela Administração. A Bibliotheca estará aberta todos os dias cinco horas pelo menos.

§2. De promover o augmento da mesma Bibliotheca, e de quanto possa contribuir para a difusão das luzes, e consolidação do Sistema Constitucional.

§3. De fazer publicar um Jornal denominado – Jornal da Sociedade Promotora da Instrução Publica -, que contenha noticias veridicas de todas as Provincias do Imperio, e principalmente do estado, e progressos da Instrução Publica de Minas, as Extrangeiras, e as doutrinas mais adaptadas á conservação do Sistema Constitucional.

Titulo II

Do Collegio Eleitoral, e suas attribuições.

Art.8. Haverá um Collegio Eleitoral composto de 20, à 50 Membros, que serão eleitos pelo mesmo Collegio, e tirados d`entre os Socios effectivos. O elegendo deve ser proposto pela Administração, e reunindo dous terços de votos, pelo menos, ficará eleito.

Art.9. Ao Collegio Eleitoral compete.

§1. Nomear os Membros, que devem compor a Administração da Sociedade.

§2. Fixar o numero dos Membros do mesmo Collegio dentro dos limites marcados no Art. antecedente.

§3. Aprovar, ou regeitar os Membros propostos pela Administração.

§4. Fixar o numero dos Empregados para o serviço da Bibliotheca, escripturação, e distribuição do Jornal da Sociedade, e marcar-lhes ordenados.

§5. Approvar, corrigir, ou reprovar os actos da Administração.

§6. Resolver sobre proposta da Administração * de qualquer dos Eleitores a revogação, ou alteração de qualquer d'estes Estatutos na forma do Art.28.

§7. Resolver sobre Proposta da Administração a exclusão de algum dos Eleitores, no caso, e pela forma determinada nos Arts. 11, 12 e 13.

§8. Fiscalizar a boa execução dos presentes Estatutos.

§9. Deliberar em geral sobre todos os negocios relativos á Sociedade, formando para isso regulamentos parciaes.

Art.10. Os Membros do Collegio Eleitoral servirão pelo tempo, que quizerem, não tendo lugar a sua total renovação, nem a eleição, se não no caso do Art. 19 §2.

Art.11. Os Membros do Collegio Eleitoral poderão ser despedidos do serviço da Sociedade, quando assim o exigir a utilidade publica, ou a particular da mesma Sociedade, guardadas as formulas prescriptas nos artigos seguintes.

Art.12. Julgando a Administração ser necessaria a exclusão de qualquer dos Membros do Collegio Eleitoral, convocará extraordinariamente o mesmo Collegio, menos o Membro, ou Membros de cuja exclusão se tratar, e exporá as razões, em que se funda o seu juizo.

Art.13. Julgando o Collegio attendiveis as razões, mandará ouvir o Membro, ou Membros, que se tratar de excluir, a á vista da sua resposta deliberara sobre a sua conservação, ou exclusão. Para final decisão d'este negocio são necessarios dous terços de votos dos Membros presentes.

Art.14. Para haver Sessão do Collegio Eleitoral, é necessário que esteja reunida a metade, e mais um dos Eleitores, cujo numero estiver fixado. Os negocios serão resolvidos pela maioria absoluta de votos dos Membros presentes, excepto nos casos declarados n'estes Estatutos. O methodo, que se deve seguir nas discussões, e votações será estabelecido em um Regimento Interno.

Titulo III

Da Administração da Sociedade.

Art.15. O Governo Administrativo da Sociedade é comettido a um Presidente, e quatro Conselheiros, dos quaes dous serão Secretarios. Haverá dous Supplentes, para servir no impedimento, ou falta dos Proprietarios.

Art.16. Os Empregados do Art. antecedente servirão por um anno, e poderão ser reeleitos: a maioria absoluta de votos se requer para a sua eleição. Será

primeiramente eleito o Presidente, em segundo lugar os quatro Conselheiros, e em ultimo os dous Supplentes. O Presidente, e Conselheiros designarão quaes d'entre elles devem ser os Secretarios.

Art.17. No impedimento do Presidente servirá o Conselheiro mais votado, e no caso de terem sido nomeados com igual numero de votos, a sorte o designará. O mesmo se observará quando for chamado algum dos Supplentes, para servir no impedimento dos Proprietarios.

Art.18. Os Membros da Administração serão tirados d'entre os que compoem o Collegio Eleitoral.

Art.19. A Administração incumbe:

§1. Executar os presentes Estatutos, e determinar quanto for mister para esse fim.

§2. Propor ao Collegio Eleitoral os Membros do mesmo Collegio, quando este entender conveniente augmentar o seu numero, ou quando se tiver de preencher o numero de 20 do Art.8.

§3. Nomear Redactor, ou Redactores para o Jornal da Sociedade.

§4. Nomear os Empregados para o serviço da Bibliotheca, escripturação, e distribuição do Jornal, sendo precedentemente fixado o seu numero pelo Collegio Eleitoral.

§5. Propor ao Collegio Eleitoral a necessidade da alteração, ou revogação de qualquer Artigo dos presentes Estatutos.

§6. Dar contas ao Collegio Eleitoral de todos os actos de sua Administração.

§7. Expedir Diplomas aos Socios Effectivos e Honorarios e aos Membros do Collegio Eleitoral e da Administração, quando forem eleitos, na forma, que o Collegio determinar.

Art.20. Todos os annos no memoravel Dia 25 de Março será nomeada a Administração.

Art.21. Haverá um Thesoureiro, que receberá o dinheiro pertencente á Sociedade, e o dispenderá, ou entregará à quem, e como resolver a Administração.

Art.22. As obrigações d'este, bem como dos outros Empregados serão marcadas em um regulamento especial feito pela Administração.

Titulo IV

Disposições Geraes.

Art.23. E' indefinido o tempo da duração desta Sociedade, e quando por algum caso imprevisto ella venha a dissolver-se, restituir-se-hão aos Socios os Livros, e utensílios, que tiverem dado à Bibliotheca, e existirem.

Art.24. Os Socios se considerão amplamente remunerados com a honra de servir ao seu Paiz.

Art.25. O Collegio Eleitoral terá pelo menos 12 Sessões em cada anno, sendo 7 impreterivelmente nos memoraveis Dias Anniversarios – do Juramento da Constituição, a 25 de Março – da Regeneração do Brasil a 7 de Abril – da Chegada da Noticia a esta Cidade a 15 do mesmo mez – da Instalação da Assembléa Geral á

3 de Maio – da declaração da Independência a 7 de Setembro – da elevação do Brasil á Categoria de Imperio a 12 de Outubro – do Nascimento do Imperador Constitucional D.Pedro 2. a 2 de Dezembro.

Art.26. A Administração reunir-se-hà todas as vezes, que for preciso.

Art.27. As Sessões do Collegio Eleitoral serão feitas na Salla da Bibliotheca á portas abertas, salvo quando o interesse da Socciedade exigir que sejam secretas.

Art.28. Logo que seja possível a Administração fará imprimir a Constituição do Imperio, e os Actos Legislativos mais importantes á Provincia, para os fazeres distribuir gratuitamente pela mocidade pobre, que frequentar as Escollas de primeiras Letras, e de Gramatica Latina.

Art.29. Estes Estatutos não poderão ser alterados, senão passado um anno, depois da sua aprovação, e se então se reconhecer a necessidade de alteração, ou reforma deverá ser vencida por dous terços de votos do Collegio Eleitoral na forma do Art. 9 §6.

Art.30. Os Socios effectivos receberão gratuitamente o Jornal da Sociedade.

Salla da Bibliotheca da I.C. do Ouro-preto aos 7 dias do mez de Agosto de 1831. – Manoel Ignacio de Mello e Souza, Presidente. – Manoel Soares do Couto, Conselheiro. – José Pedro de Carvalho, Conselheiro. – Francisco de Paula Santos, Secretario. – Herculano Ferreira Pena, Secretario.

Fonte: O UNIVERSAL, n. 634, 1831.

Anexo 4 - Estatutos da Sociedade Pacificadora Filantrópica Defensora da Liberdade e Constituição de Sabará

Estatutos

Da Sociedade Pacificadora, Philantropica, e Defensora da Liberdade e Constituição

Título 1º

Art. 1.º A Sociedade se denominará Pacificadora, Philantropica, e Defensora da Liberdade, e Constituição.

Art. 2.º Será composta de numero indeterminado de Membros, e seu regimen interno será dirigido por hum Presidente, hum Vice-Presidente, dous Secretários, hum Thesoureiro, hum Escrivão da Caixa, nomeados na forma do art.º 23 do Regimento interno.

§ Único. O Vice-Presidente, e o segundo Secretario serão os immediatos em votos; assim como por esta forma se proverá a serventia de qualquer dos Cargos, no impedimento dos que para elles forão eleitos, e durante o período da sua serventia.

Art. 3.º Haverá Sessão oridinaria na primeira Dominga de cada mês as onze horas do dia na Casa para este fim destinada; e extraordinárias quando o exigir a necessidade; e então serão convocados os Sócios.

§ Único. Para a Sociedade deliberar basta que estejam presentes metade, e mais hum dos Sócios; que formão o corpo da sociedade, cujo numero he reputado o de cinquenta.

Art. 4.º Poderão ser admittidos a esta Sociedade todos os indeviduos, em quem a mesma achar os méritos necessários; com tanto que sejam Cidadãos Brasileiros, e estejam no gozo de seos Dir.^{tos}.

§ Único. Também poderão ter Diplomas de Sócios honorários aquelles Estangeiros, q^e.concorrerem com alguma prestação attendivel a beneficio da Sociedade; mas estes não terão voto activo, nem passivo.

Art.º 5.º A admissão dos Sócios se verificará na Sessão immediata a, em que tivesse sido propostos; e então se observará o art.º 24 do Regimento interno.

Título 2.º

Da Caixa

Art.º 6.º A Sociedade terá huma Caixa de fundos, para a qual entrarão todos os Sócios com huma dotação a seu arbitrio, e todos os renditos de estabelecimentos, ou produõens, da Sociedade reverterão para fundos da Caixa.

Art.º 7.º Tanto os Sócios existentes, como os que de novo entrarem faão a sua dotação no termo de vinte dias, aquelles da data da publicação dos Estatutos, e estes da sua adminssão.

Art.º 8.º A administração interna da Sociedade será eleita, e mudada de três em três meses a pluralidade de votos; findo este tempo o Thesoureiro, e o Escrivão prestarão contas de receita, e despeza, e da quantia existente na Caixa, para ser patente a Sociedade.

Art.º 9.º Criar-se há hum Contino, q.e terá ao seu Cargo o asseior, arranjo da Casa, e convocação dos Sócios nas Sessões extraordinarias, e conduzir o necessário para o expediente.

A teste se dará a gratificação annual de vinte mil reis, pagos a trimestres, e será preferido o Chefe de huma Família pobre: será proposto pelo Secretario a Sociedade, sem cuja nomeação não servirá, e não se poderá despedir sem prévia participação, entregando o Título, que lhe houver passado.

Art.º 10.º Completos os vinte dias da publicação destes Estatutos, o Escrivão da Caixa dará, parte ao Thesoureiro, de Sócio q.e não houver entrado com a sua doação, e este, de pois de fazer sciente a Sociedade a falta do Sócio, passará a cobrar por hum único officio, dirigido ao q.e não houver pago.

Art.º 11.º E quando assim mesmo se não verifique a sua dotação, ficará sem effeito o acto da sua admissão, e só poderá entrar por novo consenso da Sociedade, no caso de ser novamente propsto.

Art.º 12.º As despesas q.e forem precisas para as dispoziçoens da Sociedade, não excedendo a quantia de quatro mil reis, serão pagas pelo Tehsoureiro por huma sedula do Presidente, q.e assim o determine, sevindo esta para sua descarga; as que porem excederem a referida somma, serão primeiro propostas, e approvadas pela Sociedade.

Art.º 13.º Cumpre ao Thesoureiro ter dous Livros a expensas da Caixa, rubicados pelo Presidente, para receita, e despeza.

Titulo 3.º

Art.º 14.º Os fins da Sociedade são.

§ 1.º Promover estabelecimentos de caridade, e Instrucção Publica.

§ 2.º Velar sobre a economia interior destes, e da Sociedade.

§ 3.º Coadjurar a Segurança Nacional, e individual por conselhos, persuazoens, e representaçoens as Authoridades, ao Poder Executivo, e Legislativo, e pelas armas nas oscilaçoens Políticas, insurreição intestina, e invasão inimiga.

Tituto 4.º

Do armamento

Art.º 15.º Só no caso de perturbação do Socego Publico a Sociedade se armará com espada, e pistollas, que deverão os Sócios ter promptas em suas Casas, e comparecerá na da Sociedade.

Art.º 16.º Reunidos os Sócios armados, nomearão interinamente os seus Officiaes, e com elles se appresentarão a Camara quando reunida, e na falta ao respectivo Juiz de Paz, a quem proporão a nomeação dos Officiaes, para ser approvada, e receberão as ordens, e direção do Serviço.

Art.º 17.º Logo que se criar o corpo de Guardas Nacionais a Sociedade se alistará no mesmo, e observará em tudo as determinaçoens da Lei.

Titulo 5.º

Do destinctivo

Art.º 18.º Dar-se-há a cada hum dos Sócios hum Diploma impresso com o titulo da Sociedade, o nome do Sócio, e sua residência, o qual será subscripto pelo Secretario, e assignado pelo Presidente.

Titulo 6.º

Disposições geraes

Art.º 19.º Todas as Sessãoens serão feitas publicamente, e todos os seus actos publicados pela Imprensa.

Art.º 20.º Estes Estatutos poderão ser corregidos, e addicionados para melhor quando assim o entender a maioria dos sócios, tratando-se este negocio em Sessão ordinária.

Salla das Sessãoens da Sociedade Pacificadora, Defensora da Liberdade, e Constituição em Sabará aos 10 d.º Agosto de 1831.

O Presid.º

Pedro Gomes Nogueira

Ant.o Calisto AN.ºtes de Szª.

1.º Secretario

Fonte: SP PP 1/7, cx. 01, pac. 03

Anexo 5 - Estatutos da Sociedade Philantropica de Campanha

Estatutos da Sociedade Philantrópica do Curato da Igreja Nova da Boa Vista

Capitulo I

Dos fins da Sociedade

Art. 1º Os fins da Sociedade são:

1º Adiantar a instrução do Paiz por meio de estabelecimentos de aulas, emissão gratuita de periódicos, e por todos os outros, que para o futuro estiverem ao alcance da Sociedade.

2º Socorrer a miséria, e a indigência.

Capitulo II

Dos Sócios e suas obrigações

Art. 2º Poderá ser Sócio todo Cidadão Brasileiro, e todo o Estrangeiro, que o Directorio julgar digno.

Art. 3º Será julgado sócio todo aquelle, que depois de admittido pelo Directorio, assignar seu nome em um livro para isso destinado, podendo riscal-o, quando se queira desligar da Sociedade.

Art. 4º São obrigações dos Sócios.

1º Diligenciar novos Sócios, participando ao Directorio para os admitir.

2º Procurar com todo o exforço, que se consigão os fins da Sociedade, appresentando a esta, quando reunida, ao Directorio no intervallo das sessões, as medidas a isso condicentes.

3º Concorrer mensalmente com a quantia que quiser, nunca porem menos de 320 rs.

4º Prestar-se a todos os encargos da Sociedade.

Capitulo III

Do Directorio

Art. 5º Haverá um Directorio composto de um Presidente, um Secretario, quatro Agentes, e um Thesoureiro o qual no intervalo das sessões deliberará sobre o que necessário for em vista dos fins da Sociedade, e estando esta reunida, dará execução às suas deliberações. O Directorio se renovará de seis em seis meses, e poderão ser reeleitos os membros que tiverem servido.

Art. 6º Compete ao Presidente:

1º Presidir as sessões da Sociedade e do Directorio, e manter a ordem nas discussões.

2º Pôr em execução as deliberações da Sociedade e do Directorio.

3º Appresentar á Sociedade nas reuniões ordinárias um relatório circunstanciado de tudo que houver ocorrido durante o tempo que sérvio, incluindo a receita e despesa da Sociedade, para o que poderá exigir dos outros membros da Directorio os esclarecimentos precisos.

4º Dispor e assignar as correspondências da Sociedade.

5º Convocar as sessões.

Art. 7º Compete ao Secretario:

1º Fazer a acta das sessões, e toda a escrituração da Sociedade.

2º Presidir ás sessões, e fazer as demais obrigações do Presidente no impedimento d´este.

3º Assignar com o presidente as correspondências da Sociedade.

4º Chamar os eleitos para o Directorio, ou os immediatos em votos, faltando alguns.

Art. 8º Compete aos Agentes: Cobrar os efeitos dos Sócios, e entregal-os ao Thesoureiro.

No impedimento do Secretario fará suas obrigações aquelle Agente que residir dentro do Arraial.

Art.9º Compete ao Thesoureiro:

1º Receber dos Agentes as quantias cobradas.

2º Fazer as despesas que a Sociedade, ou o Directorio determinarem.

Art.10º O Secretario, Agentes, e Thesoureiro coadjurarão ao presidente no que for nesta para o bom desempenho do que lhe é ordenado no Art.6º S 3º .

Capitulo IV

Das Sessões

Art.11º As reuniões da Sociedade terão lugar de seis em seis meses, no ultimo Domingo, ou Dia Santo, e alem d´estas haverá ô as reuniões extraordinárias, que as circunstancias exigirem.

Art. 12º Nas reuniões ordinárias, depois de tomadas as medidas, que a Sociedade julgar convenientes, se passará á eleição dos membros do Directorio por escutinio secreto e á maioria de votos.

Art.13º Verificada a eleição, o novo Directorio tomará immediatamente posse, se estiverem presentes todos os seus membros, ficando o antigo Directorio emthorizado para d´ela, estando ausentes alguns dos novos eleitos.

Art.14º O Directorio reuei-se-há de dous em dous meses. Haverão tãobem as reuniões extraordinárias, que o Presidente julgar a propósito; e neste caso será bastante a assistência do Presidente, Secretario, Thesoureiro, e um Agente.

Art.15º Tanto as sessões da Sociedade, como do Directorio serão sempre publicas.

Pouso Alegre: Na Typografia do Pregoeiro Constitucional, 1832.

Fonte: SP PP 1/7, cx. 01, pac. 05

Anexo 6

Estatutos da Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional do Rio de Janeiro.

Art. 1º - Haverá nesta cidade do Rio de Janeiro e seu município uma sociedade intitulada dos Defensores da Liberdade e Independência do Brasil, contra toda a agressão, qualquer que seja sua origem.

Art. 2º - O número de sócios é indefinido.

Art. 3º - A sociedade será representada por um Conselho, composto de 24 dos sócios, eleitos a pluralidade relativa de votos por todos os membros da Sociedade.

Art. 4º - Este Conselho se renovará de três em três meses.

Art. 5º - A eleição dos seus membros se fará no dia e lugar que de antemão foi designado nas folhas públicas desta Cidade e por listas escritas e assinadas pelos volantes, cada uma das quais contendo 24 nomes.

Art. 6º - Ao Conselho compete deliberar sobre todos os objetos pertencentes a Sociedade e designar a suas operações quer nas ocasiões ordinárias, quer nas extraordinárias que possam ocorrer.

Art. 7º - O Conselho apenas instalado, nomeará um presidente, tirado de seu seio ou dentre os membros da sociedade, o qual presidirá as suas sessões, será o Chefe da sociedade, e exercerá o governo d'ella na parte executiva, tendo para isso tantos agentes ou delegados seus, e de sua livre nomeação, quantos lhes parecerem necessárias.

Art. 8º - Nomeará igualmente dentre seus membros um para Secretário, o qual terá a seu cargo escrever as atas e a correspondência da Sociedade e servirá de escrutador, juntamente com o presidente, nas votações que ocorrerem.

Art. 9º - As sessões do Conselho serão públicas ou secretas como a este parecer e o regimento delas, assim como o dia, hora e lugar de sua convocação ficará a cargo do mesmo conselho.

Art. 10º - A Sociedade auxiliará a ação das autoridades públicas todas as vezes que se faça preciso a bem da ordem e tranqüilidade, usará do direito de petição para as medidas que não estiverem ao seu alcance, e ainda quando se julgarem indispensáveis medidas maiores, a sociedade as reclamará somente pelos meios legais.

Art. 11º - A sociedade procurará corresponder-se não só com outras sociedades da mesma natureza, que se estabelecerem em qualquer ponto da província ou fora dela, mas também com quaisquer outras pessoas que possam informá-la dos sucessos correspondentes.

Art. 12º - O que quiser ser admitido por sócio prestará juramento de defender por todos os meios legais e a custo da própria vida os dois objetos da associação mencionados no título e art. 1º .

Art. 13º - Cada um dos sócios terá, não só o direito, mas também rigorosa obrigação de propor ao Conselho ou ao presidente da Sociedade qualquer medida necessária ou útil a causa pública, tendo em vistas que essa medida não se afaste um ápice das normas da justiça universal que é o timbre da sociedade,

Art. 14º - Qualquer dos sócios se poderá desligar da sociedade por uma simples participação ao Conselho ou ao Chefe da Sociedade.

Art. 15º - O sócio que infringir os estatutos ou que por quaisquer ações criminosas ou indiscretas perturbar a ordem e a pública tranqüilidade será expulso da sociedade.

Art.16º - A expulsão será pronunciada pelo Conselho a pluralidade de votos, procedendo a audiência do acusado (1) o qual poderá justificar-se de viva voz ou por escrito e exigir que a sua justificação seja inserida no livro de Atas do conselho. A demissão voluntária do sócio não o isentará do julgamento.

Art.17º - A expulsão será simples ou ignominiosa conforme a gravidade do fato ou fatos imputados ao sócio acusado o que será declarado no julgamento do Conselho. A expulsão simples não isenta da comunicação dos sócios. A ignominiosa (sic) que os membros da sociedade se comuniquem com o expulsado.

Art. 18º - Deste julgamento não haverá sessão para a sociedade, a qual somente se (sic) que o quer reformar quando a maioria dos membros da sociedade na próxima futura eleição do Conselho declarar espontaneamente que e de voto que o sócio expulso seja de novo admitido, a qual declaração será escrita pelos que quiserem fazê-la na lista dos seus eleitos para o Conselho.

Art. 19º - Estes estatutos serão publicados pela imprensa e, logo que passem oito dias sem aparecerem reclamações contra eles, assinadas pela maioria dos sócios até agora inscritos, julgar-se-á a eleição do Conselho deliberativo, nomeando-se para a apuração dos votos, um presidente e dois escrutadores.

Art. 20º - Cada sócio dará de entrada 2\$000 réis e o Conselho marcará a quota mensal que nunca excederá da quantia acima.

Art. 21º - O Conselho em caso extraordinário poderá impor a sociedade algum ônus, se for vencida a necessidade pela maioria absoluta de votos.

Art. 22º - O Conselho fará um regimento interno para regular os seus trabalhos.

Art. 23º - Logo que houver cem sócios proceder-se-á a eleições.

Art. 24º - O Conselho poderá alterar estes estatutos como e quando julgar conveniente, publicando todavia pela imprensa as alterações que fizer.

Rio de Janeiro, 28 de abril de 1831.

Fonte: Guimarães (1990, p. 256-260)